



Saber Ancestral

Celito
Kesting



Pedro & João
editores

Celito Kesterling

**SABER
ANCESTRAL**



Copyright © Autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Celito Kesting

Saber Ancestral. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 319p.
14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-265-1867-0 [Digital]

1. Arqueologia. 2. Geologia. 3. Antropologia. 4. História. 5. Autor.
I. Título.

CDD – 930

Capa e Diagramação: Celito Kesting

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajéu – CRB - 8-8828

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajéu (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Para nossa família, a viagem que, no entardecer do Século XIX, os ancestrais prussianos fizeram de Amsterdã ao Rio de Janeiro, é um importante marcador de memória. Foi inédito, diziam eles, o fato de haver embarcado e desembarcado o mesmo número de passageiros que migravam. Ninguém morreu nos três meses que se dispenderam à travessia do Oceano Atlântico. Nossos avoengos diziam que era tedioso olhar o entorno do navio e ver o mundo de água salgada, imprestável ao consumo humano, a perder de vista, dias após noites, noites após dias. Atribuíram o ineditismo da sobrevivência, à bendita água potável, frugal, exageradamente limpa, contudo, que a tripulação servia aos passageiros.

Assim é a ciência. A robustez, vida e utilidade do saber produzido dependem fundamentalmente da pureza do sistema de conceitos que, para saciar o ávido desejo humano de compreender, ordenar e disciplinar a realidade caótica do entorno, na cisterna da mente se armazena.

O autor

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO	23
2.1	Espiritualidade Nativa	26
2.2	Religião Colonialista	30
3	MARCADORES PRÉ-HISTÓRICOS DE MEMÓRIA	43
3.1	Epistemologia	45
3.2	Registro Rupestre Pré-histórico	46
3.3	Restauração do Modelo Político Identitário ..	50
3.4	Ressignificação dos Conceitos	55
3.5	Reclamo à Preservação	60
3.6	Da Metonímia à Metáfora	63
3.6.1	Aporte Teórico e Método	65
3.6.2	Diferenciação Conceitual	66
3.6.3	Parâmetro Gnosiológico	67
3.7	Área de Estudo	71
3.7.1	O Serrote do Caldeirão do Manezinho	75
3.7.2	Parque Nacional Serra da Capivara	83
3.8	Análise Comparativa	89
3.8.1	Representações Metonímicas	89
3.8.2	Representações Metafóricas	91
3.9	Da Sensualidade ao Machismo	97
3.10	Tradições São Francisco e Pindorama	99
4	MARCADORES HISTÓRICOS DE MEMÓRIA	101
4.1	Registro Rupestre Histórico da Pedra do Letreiro ..	103
4.1.1	Em Busca do Autor	112
4.2	Aleivosias em São Lourenço do Piauí	115
4.2.1	Consistência Científica	127
4.3	Rituais de Toré em São Gonçalo da Serra	133
4.3.1	As Grotas dos Encantos Ancestrais	137
4.3.2	A Grota do Corrente e o Sítio do Saco do Meio	141
4.3.3	Processo Civilizatório e a Grota do Corrente	153
4.3.3.1	<i>Missão de Nossa Senhora dos Remédios</i>	160
4.3.3.2	<i>Missão de São Gonçalo do Salitre</i>	163

4.3.3.3	<i>Missão de Nossa Senhora das Grotas</i>	175
4.3.4	Vínculo Nativo com a Senhora das Grotas	178
4.3.4.1	<i>Consistência Científica do Saber Ancestral</i>	185
4.4	Rituais de Umbanda na Passagem do Juazeiro ...	198
4.4.1	Consistência Científica da Existência do Opará	200
4.4.1.1	<i>Referências históricas</i>	201
4.4.1.2	<i>Comprovações Geomorfológicas</i>	204
4.4.1.3	<i>Comprovações Geológicas e Sedimentológicas</i>	207
4.4.2	Evidências da Antiga Barragem de Sobradinho	213
5	POR UMA TATAUÍ SEM MALES	223
5.1	<i>Familia Probata</i>	225
5.2	Atividades Sociais	228
5.2.1	Emancipação Política	233
5.2.1.1	<i>Canal Serra da Batateira</i>	235
5.2.1.2	<i>Perenização dos Riachos Temporários</i>	239
5.2.1.3	<i>Autossustentabilidade pela Educação</i>	242
5.2.1.4	<i>Reservas Ecológicas e Arqueológicas</i>	247
5.3	Peçonha Colonialista	269
5.3.1	Religião Neoliberal Conservadora	277
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
	REFERÊNCIAS	287
	ANEXOS	310

1 INTRODUÇÃO

Ao povo Tatauí eu devo a provocação que, há 37 anos, fez-me partir em busca de saberes aplicáveis ao contexto que se estava a viver, no processo de emancipação política do município de Sobradinho - BA. Recordo que, naquele momento, queria-se a independência política e econômica do que era então o maior povoado de Juazeiro – BA. Pretendia-se implantar nele a Terra sem Males, diametralmente diferente de outras unidades administrativas que se sabia haver no Vale do Rio São Francisco, no Nordeste e em todo Brasil. Para isso, incumbiu-me a comunidade, de conhecer o passado próximo e distante, pré-histórico, proto-histórico e histórico, mormente da porção medial e submédia do Rio da Integração Nacional. Propus-me, destarte, a resgatar fragmentos da utopia, saberes e hábitos dos grupos ancestrais cujo jeito de viver fascinava os neopovoadores europeus.

Por pertinente, eu lembro e enfatizo que, ao chegarem à Bahia de Todos os Encantos, aqueles colonizadores afirmavam terem sempre a impressão de estarem a aportar em genuíno Paraíso Terreal¹. Isso se devia ao fato de os grupos originários terem há muito adotado, como princípio basilar da vida, auferir coletivamente e proporcionar aos outros, aos diferentes sobretudo, o máximo de conforto existencial que suas possibilidades e as circunstâncias do entorno facultassem².

¹ “A cultura indígena, de forma hospitaleira, recebeu aqueles homens em sua sociedade e ainda permitia a união com suas mulheres.” (BASEGGIO; SILVA, 2015, p. 20).

² “A vida, para os índios, era uma tranquila fruição da existência, ao passo que para os europeus a vida era uma tarefa, uma sofrida obrigação, que a todos condenava ao trabalho e tudo subordinava ao lucro.” (Darcy Ribeiro (2006, p. 42, 43 e 49 *apud* PUC-RIO, 2024, p. 43-44).

As representações presentes nos primeiros contatos dos europeus com os povos indígenas da América, (...) **atribuíam uma total ausência de ambição em relação ao acúmulo de bens materiais e uma completa aversão à ideia de propriedade privada, inclusive no que diz respeito à terra e ao que nela produziam** (grifo nosso). Como afirma a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, a “suposta ausência de propriedade material e de cobiça” era um dos traços mais celebrados pelos europeus, em suas primeiras representações sobre os povos indígenas do continente. (CUNHA, 2012, p. 34 *apud* SANTOS, 2022, p. 93).

Radicalmente diferente observou-se estar a acontecer no Século XIX quando, com o sistema do Padroado, estava-se a substituir a **espiritualidade** nativa pela **religião** que interessava aos governantes e fazendeiros latifundiários da sociedade colonialista.

Spix e Martius [1817-1820] associaram a tristeza dos índios, habitantes da missão de São Gonçalo do Amarante - PI, à experiência colonizadora: essa convicção é tanto mais dolorosa ao filantropo, porque essas experiências de colonização quase sempre custaram o sacrifício de muitas vidas humanas. Reforçam o caráter desumano do colono e, de reboque, da Igreja, **ao perceberem a falta de empatia, de consideração para com o outro, porque exige-se do índio imediata renúncia a todos seus hábitos, tendências e costumes nativos, e ainda, respeito às leis e uma religião que ele desconhece** (grifo nosso). (ARRAES, 2012, p. 93).

Sempre que me convidam, por isso, a falar ou escrever algo sobre a temática do saber ancestral, de pronto eu atendo. Apraz-me compartilhar ideias sobre a identidade, a espiritualidade e os conhecimentos dos povos antigos. Com tristeza e a contragosto, aproveito o ensejo para evidenciar o secular esforço que fizeram e ainda perpetram os colonizadores, a historiografia oficial e a própria ciência positivista, no encalço de ofuscar, depreciar, aviltar ou menoscabar as vivências autóctones. Desagrada-me constatar

haver-se menosprezado o jeito nativo de ser, com o qual até mesmo os portugueses e outros neopovoadores usufruíam as benesses do que diziam ser o Éden das Palmeiras. Intriga-me a ruptura epistemológica e paradigmática que se impôs, para efetivar-se o plantio da sociedade religiosa, tanto canvieira quanto curraleira cujos amargos frutos ainda hoje se está a consumir na maioria dos municípios sulistas, sudestinos, nortistas, nordestinos e centro-oestinos, das terras que se fizeram brasis.

Para conhecer o espírito e, por extensão, os atributos da identidade dos grupos ancestrais, pré-históricos, proto-históricos e históricos, sirvo-me de referências teóricas edificadas sobre pressupostos filosóficos que, com advento do Estruturalismo, nas décadas de 1950 e 1960 estava-se a edificar. Com elas, estribo-me na compreensão de que, na produção de saberes úteis à obtenção da qualidade de vida, a Ciência e o Espírito são indissociáveis. Os sectários defensores de ambos afirmam ardentemente desejarem o pleno usufruto da existência. Argumentam que o objetivo básico da Ciência e do Espírito, é produzir conhecimentos aproveitáveis, no enalço do pleno usufruto universal da vida individual e coletiva.

Por oportuno, exponho que me foi salutar viver o período da efervescência libertária do Século XX, quando os movimentos populares, no anseio ao usufruto de vida plena, reivindicavam o fim da dissociação entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Ciência. Em atendimento aos reclamos que em todo Planeta se estava a fazer, enquanto líder maior da Igreja, João XXIII propôs, então, a realização do Concílio Vaticano II. Ele sugeria radical ruptura identitária, epistemológica e paradigmática dos cristãos, com o então vigente sistema religioso da Cristandade que, para dar sustentação ideológica ao Império Romano, no ano 313 da Era Cristã, Constantino havia instaurado. A 2.500 cardeais, muitos padres e vários

religiosos afluentes à Basílica de São Pedro, ele convenceu que Roma e o mundo (*urbs et orbis*) estavam a exigir mudança radical na Teologia, na estrutura dos ritos e, sobretudo, na relação daquela instituição milenar com os outros, os diferentes. A Paulo VI coube levar a efeito a revolução estrutural que ele estava a propor e efetivamente iniciar.

Mas não esqueçais: se pensar é uma grande coisa, pensar é sobretudo um dever, e infeliz aquele que fecha voluntariamente os olhos à luz. Pensar é também uma responsabilidade: infelizes aqueles que obscurecem o espírito pelos mil artifícios que o deprimem, o tornam orgulhoso, o iludem, o deformam. Qual é o princípio básico para os homens de ciência senão esforçarem-se por pensar corretamente?

Para isso, sem perturbar os vossos passos, sem ofuscar os vossos olhares, vimos oferecer-vos a luz de nossa lâmpada misteriosa: a fé. Aquele que nô-la confiou, é o mestre soberano do pensamento, aquele de quem somos humildes discípulos, o único que disse e pode dizer: «Eu sou a luz do mundo, eu sou o caminho, a verdade e a vida».

Esta palavra é para vós. **Talvez nunca como hoje, graças a Deus, foi tão bem-vinda a possibilidade de um profundo acordo entre a verdadeira ciência e a verdadeira fé, servindo uma e outra a única verdade. Não impeçais este precioso encontro** (grifo nosso). Tende confiança na fé, a grande amiga da inteligência. Este é o desejo, o encorajamento, a esperança que vos exprimem antes de separarem, os padres de todo o mundo reunidos em Roma, no Concílio. (PAULO VI, 1965).

Naquele contexto, foi muito bom participar, de forma símil, da discussão sobre como se haveria de montarem-se os primeiros computadores. A humanidade entendia ser a exata hora de ampliar a mente humana, incapaz de armazenar e administrar todo conhecimento que se havia gerado e ainda se estava a produzir nas academias e nos extramuros das universidades. Antropólogos estribavam-se, então, nos pressupostos filosóficos do Estruturalismo, para entender a estrutura da mente humana. É notório que pesquisadores europeus vinham,

destarte, ao Brasil, para compreender como funcionava a mente do *Homo sapiens*, principalmente dos grupos indígenas que se reconhecia terem sobrevivido à secular hecatombe genocida promovida pelo colonialismo.

Frente ao que constataria junto aos indígenas Kadiwéu, Bororo e Nambikwara, Claude Lévi-Strauss (1962) afirmava, então, que o *Homo sapiens* pré-histórico, surgido entre 400 mil e 100 mil anos antes do presente, tinha a mesma estrutura mental que os membros da sociedade pós moderna reconhecem possuir. Assim, dizia ele, quando os humanos pré-coloniais respondiam às provocações do meio ambiente, faziam-no da mesma forma que faríamos nós, se estivéssemos a viver nos lugares e com os recursos que eles dispunham ao alcance. Explicava também, que a mente humana funciona, sempre e inexoravelmente, pelo sistema binário. Assim, quando se concebe o dia, dizia ele, elaboram-se duas ideias antagônicas e concomitantes, a primeira correspondente ao próprio dia e outra, ao oposto dela, à noite. Ao conceito de calor se opõe a ideia de frio; ao bem, contrapõe-se o mal. Assim, não há como elaborar uma ideia clara sobre algo, afirmava aquele antropólogo francês, sem a formulação simultânea do conceito exata e diametralmente oposto.

O pensamento humano é assim caracterizado como uma **máquina de ordenar binariamente** (grifo nosso). Esta atividade produz classificações da natureza, ou antes, só há natureza na medida em que ela é apreendida pela sensibilidade, como série de oposições. Esta exigência de uma ordem classificatória constitui a base de todo pensamento. (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 25 *apud* CHAIMOVICH, 1992, p. 90).

Na montagem dos computadores aplicou-se, destarte, o mesmo sistema binário da estrutura mental humana. Isso faculta a sintonia dialógica e operacional entre aquela inovação técnica e seus usuários, do que deriva o costume de se caracterizar o equipamento inventado, como computador

pessoal (*Personal Computer – PC*). Estabeleceu-se a possibilidade real de uma relação dialógica estrutural do aparato que se projetou, com a mente do próprio *Homo sapiens*. Assim, a memória do instrumento que se inventou permite o armazenamento infinitas vezes maior de informações do que a mente humana é capaz de processar.

Independentemente da consistência epistemológica ou do valor acadêmico, utiliza-se o mesmo sistema binário, para construir-se qualquer conhecimento; mitológico, religioso, filosófico e/ou científico. Diz-se até que a estrutura binária não é privilégio humano. Para ordenar o mundo, metaforicamente se diz que o próprio Deus ter-se-ia servido dela. Os outros animais utilizam-na também. Consensua-se hoje, que eles não são superiores, nem tampouco inferiores aos humanos. São apenas diferentes. Ao nascerem, também eles se apresentam à existência. Ao crescerem, educam-se no aperfeiçoamento de seus atributos identitários, para representarem-se em relação aos outros, em defesa da qualidade de vida e do sucesso reprodutivo. Gatos fingem estar a dormir, para enganar lagartixas. Essas, por sua vez, simulam-se mortas, para ludibriarem os felinos que estão a caçar lhes. (LORENZ, 2004).

No princípio Deus criou o **céu** e a **terra**. A terra era sem forma e vazia. Havia trevas sobre a face do abismo. O Espírito de Deus [Modelo Explicativo] se movia sobre a face das águas. Disse Deus: haja luz e houve luz. Viu que era boa a luz. [Com a estrutura do sistema binário] fez Deus separação entre a **luz** e as **trevas**. Chamou à luz **dia** e às trevas, **noite**. Houve **tarde** e **manhã**. Foi o primeiro dia. (...)

Disse Deus: juntem-se **as águas** debaixo dos céus num lugar, e apareça a **porção seca**. Assim foi. Chamou à porção seca **terra**. Ao ajuntamento das águas chamou **mar**. Viu que era bom (grifo nosso). (GÊNESIS, 1, 1-10).

Assim, pelo estudo de fatos e artefatos arqueológicos pré-históricos, proto-históricos e/ou históricos, consegue-se acessar conhecimentos cientificamente consistentes, sobre

seus autores e/ou usuários. Pesquisam-se principalmente os registros rupestres, como fragmentos do sistema de comunicação, testemunhos materiais da representação do **espírito**, portas de acesso ao **saber**, e motores da provocação à restauração de atributos da **identidade** dos grupos ancestrais.

Para que tenha valor acadêmico, porém, o conhecimento que se acessa ou produz-se sobre o espírito, o saber e a identidade de grupos pretéritos, precisa fundamentar-se em uma teoria ou modelo explicativo contrastável, seguir um método compatível e apoiar-se em parâmetros empiricamente testáveis. O estudo que se faz, destarte, sobre a consistência do saber gerado, para aferir seu valor acadêmico, chama-se epistemologia, termo originário de dois vocábulos gregos quais são: *episteme*, que se traduz como conhecimento sério, e *logos*, que significa estudo ou pesquisa.

Epistemologia é o estudo ou ciência do conhecimento. Dois dos grandes problemas da epistemologia são: o das origens e fundamentação do conhecimento (quais os processos pelos quais o adquirimos, em que ele se fundamenta) e o de seus limites, sua extensão (quais as coisas que podem, em princípio, ser conhecidas e quais as que não podem). Ao longo da história da Filosofia, esses dois problemas epistemológicos quase nunca foram tratados separadamente, já que há conexões entre eles. (CHIBENI, 2024).

Assim, sintetiza-se o processo de elaboração do saber atual e/ou ancestral. Sua base é sempre uma teoria ou um modelo explicativo, constituído de um sistema de conceitos, que se utiliza para compreender e ordenar a realidade. Conceitos são ideias que se constroem na mente, a partir do que os sentidos apreendem. As unidades manipuláveis dos conceitos são os termos, símbolos ou sinais.

Conceito é um termo que representa uma ideia. Os romanos compreendiam e transmitiam suas mensagens, com o entendimento de que elas se constituíam de unidades

concebidas [geradas ou gestadas] na relação de afeto (amor) ou conflito (estupro) com o meio. *Conceptus* deriva-se do verbo *concipere* que se traduz como conceber. Conceito é, então, em última instância, uma prenhez mental. É uma unidade semântica do conhecimento que se gera na mente de quem engravida pelos ouvidos ou órgão sensitivo outro qualquer. *Nihil in intellectu quod non fuit prius in sensu* (nada na mente que não tenha estado primeiramente no sentido). A quem entende conceito dessa forma é possível formular a hipótese de que Maria não havia, até seu encontro com o mensageiro Gabriel, sequer concebido a ideia (virgindade conceitual) de outorgar os atributos de *Hórus* a seu filho Jesus. Os conceitos podem ser individuais, quando se referem a indivíduos; de classe, quando concernem a conjuntos; relacionais, quando com eles se fazem comparações e quantitativos, quando se buscam precisões matemáticas ou numéricas. Na compreensão pormenorizada de um objeto, amplia-se a intenção do conhecimento dos atributos que a eles se agregam. Pelo conceito da extensão, integram-se em classe as unidades em que se os identifica ou reconhece. Isso é fazer ciência. Mais que isso é confundir ideias pelo artifício da vacuidade ou ambiguidade. (KESTERING, 2019, p. 218).

Por pertinente, lembro que, quando se faz ciência não se relacionam objetos, associam-se conceitos que se constroem ou gestam-se na mente dos pesquisadores. Por isso se diz que, na produção de saberes atuais e/ou ancestrais, não se comparam fatos ou artefatos. Correlacionam-se ideias que se concebem a respeito deles.

Por oportuno, recorro de Aristóteles (384 a 322 a. C.) a dizer que os humanos são animais essencialmente políticos e naturalmente insatisfeitos. Ele já havia constatado que a sede de conhecimento sobre a realidade é própria da natureza *sapiens*. Sabia que os humanos têm necessidade intrínseca de compreendê-la, para domesticá-la ou ordená-la, em busca de conforto existencial, qualidade de vida e/ou sucesso reprodutivo. A inquietude é, assim, a essência dos homens e

das mulheres. A paz, sua perene e persistente utopia. Paulo Freire costumava dizer que, se um feto pensasse estar em paz, morreriam os dois; a mãe e ele. Para nascer e dar vida à mãe, afirmava aquele pedagogo pernambucano, ele precisa lutar, gesticular, esperar e, em síntese, revolucionar.

Assim, quando nascem, os humanos se apresentam à vida, como entidades ou seres. Guiam-se pelas necessidades básicas da sobrevivência física, coordenados pela memória filogenética, essencialmente egoísta, e dirigidos pelo **Id**, conforme dizia Freud (1856-1939).

Movido pelo princípio do prazer, o id é a parte da mente que quer gratificação imediata de todos seus desejos e necessidades. Imagine-se vivendo uma eterna primeira infância, quando você chorava se tinha fome, arrancava um boneco das mãos do amigo porque queria o brinquedo, dava um pontapé no gatinho de sua avó só porque achou o miado dele engraçado. Bebês estão sempre com o id no controle, já que é a única instância psíquica que, segundo Freud, está presente desde o nascimento. (CARVALHO, 2024).

O Pai da Psicanálise (1856-1939) complementava a dizer, porém, que a mente humana se constitui também de Ego. Pode-se dizer que o Ego é a representação da vida, orquestrada pelo Espírito, conforme explicava o Galileu Sonhador: Quem quiser ajudar a construir o Reino de Deus, trate de nascer de novo. Ao que Nicodemos perguntou: Como se faz para nascer pela segunda vez? (JOÃO, 3, 1-21).

O Ego é uma espécie de mediador entre a impulsividade do id e as condições externas, fazendo a interação entre sua personalidade e as leis de seu país, a cultura de seu tempo, as regras de etiqueta e as normas do bom convívio. (...) O ego pode ser traduzido por “Eu” [identidade ou entidade reconhecida], o que dá bem a ideia de que essa instância, adequando suas vontades ao mundo em volta, acaba sendo quem você é de fato, aos olhos das outras pessoas. (CARVALHO, 2024).

Não era novidade o que, há dois mil anos, propunha o Filho de Maria da Conceição e, na passagem do Século XIX à vigésima centúria afirmava o neurologista austríaco Sigmund. Sócrates, o filósofo grego que viveu entre 470 e 399 anos antes de Cristo, já dizia que a função dos professores era a de ser parteiros, isto é, auxiliares na tarefa de conduzir à luz o Espírito dos educandos. Ora, se o professor deve ser o parteiro das ideias, a escola necessariamente precisa ser a maternidade, onde os humanos nascem para a representação do Ego, da Identidade, do Espírito ou do Encanto. Nela, o *Homo sapiens* faz-se personalidade. Edifica-se como personagem da história.

De acordo com a Associação Americana de Psicologia (APA), o termo personalidade se refere a diferenças individuais em padrões característicos de pensar, sentir e agir. É um conceito relacionado à individualidade e **identidade de uma pessoa** (grifo nosso), sendo relevante tanto em nível pessoal quanto social. Em outras palavras, a personalidade é o que torna cada pessoa única.

O desenvolvimento da personalidade se dá ao longo do tempo, com grande influência das experiências vividas na infância. No entanto, a personalidade não é imutável e, portanto, pode sofrer alterações conforme as vivências e o momento de vida da pessoa.

Contudo, a personalidade não é formada apenas pela experiência. Há um componente fisiológico na personalidade, principalmente no que diz respeito ao temperamento de uma pessoa, que é determinado geneticamente.

O social também influencia na personalidade, tendo em vista que ela também guarda uma grande relação com a moralidade vigente. Em outras palavras, a personalidade é um conceito intimamente relacionado à **identidade pessoal** (grifo nosso), ao social e ao fisiológico, sofrendo influências de todas essas esferas, tornando-a um conceito bastante complexo. (INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DO PARANÁ, 2024).

A título de exemplo, para mostrar a similaridade desse saber com o conhecimento ancestral, lembra-se que os indígenas de

raiz Kariri e Tupinambá, distribuídos pela região Nordeste do Brasil, atribuíam nomes aos *kurumim*, somente depois que eles nasciam para o Encanto, o Espírito ou a Identidade. Tinham eles que revelar sua personalidade, ao realizarem algum feito significativo à comunidade. Se fossem inéditos ou extraordinariamente relevantes, seus nomes passavam a representar o grupo. Assim surgiram as tribos como: Acoroá, Amoipirá, Atikum, Caimbé, Coripó, Crinkirim, Guegué, Jaguarari, Kambiwá, Massacará, Okrém, Paiaia, Rodelas, Sentocé, Urucé, Tamoquim, Timbó, Truká, Tuxá, Tuxi e outros. Nascer de novo significa acordar para identidade, quando se observa o entorno, o contexto ambiental e social, e desperta-se para a representação. É descobrir-se em relação aos outros. É nascer para os demais membros da própria espécie e aos componentes dos reinos mineral, vegetal e animal. Desabrocha-se, assim para a personalidade. Nasce-se para a apresentação aos outros e renasce-se para a representação da vida, conforme um roteiro ou protótipo relacional de linearidade horizontal ou de fundamentação vertical³.

Identidade é o arquétipo a partir do qual os indivíduos e os grupos sociais constroem a ideia de quem são e estabelecem o padrão de relacionamento com outros membros da própria espécie e com o ambiente, para garantir a sobrevivência e o sucesso reprodutivo. Muitas espécies animais possuem atributos físicos que lhes bastam para a sobrevivência. Outras, entre as quais os humanos, por serem despossuídas de

³ “Nas culturas humanas, o inconsciente coletivo, cultural ou linguístico, não suporta a desordem ou contingência absoluta. Ele precisa organizar-se. Essa é uma propriedade imanente ao Espírito, ou à mente. Para terem sentido, as coisas devem estar inseridas em algum tipo de ordem promovida pela estrutura abstrata, linguística e inconsciente dos humanos. Estrutura é o modo de organizar os signos e os códigos, a partir de leis essenciais, de acordo com o problema humano em questão. Utilizam-se os modelos dessas estruturas (signos e símbolos organizados em sistemas), para ordenar, explicar e reger os fenômenos da existência.” (LÉVI-STRAUSS, 1996 *apud* LEWGOY, 2021).

aptidões físicas vantajosas em relação às outras espécies e aos fenômenos ambientais, precisam desenvolver técnicas e comportamentos padronizados, para suprir suas limitações. Comportamentos padronizados caracterizam-se como rituais. (KESTERING, 2007, p. 20).

Se o desabrochar para a identidade ocorrer em conformidade com o protótipo relacional de linearidade vertical, descobrem-se os humanos superiores ou inferiores uns aos outros. A relação que brota dessa percepção é a de mando ou subserviência e a estrutura de sociedade a lhe dar sustentação é piramidal. Nela, manda quem pode e obedece quem tem juízo. O prestígio e a autoridade brotam da concentração de bens e/ou poder.

Se o nascimento para o Espírito ou Encanto ocorrer conforme o roteiro relacional de linearidade horizontal, descobrem-se os humanos, por direito congênito, iguais uns aos outros. A relação que brota dessa percepção é dialógica ou de partilha, e a estrutura de sociedade a lhe dar sustentação é circular. Nela, o prestígio e a autoridade brotam da habilidade em ser útil, disponível ao bem estar coletivo.

A exemplificar, lembra-se que, no contexto da construção da identidade, ainda no paraíso, conforme o pentateuco, Adão era já possuidor da estrutura mental binária. Por ser humano, essencialmente insatisfeito, deparou-se ele também com a necessidade de posicionar-se frente aos conceitos antagônicos do bem e do mal, e definir-se por um dos modelos de sociedade, de linearidade vertical ou de fundamentação horizontal. Naquele contexto metafórico proto-histórico, foi emblemática a pergunta que Deus lhe fez, então.

E ouviram a voz do Senhor Deus, que passeava no jardim pela viração do dia; e esconderam-se Adão e sua mulher da presença do Senhor Deus, entre as árvores do jardim. E chamou o Senhor Deus a Adão, e disse-lhe: **Onde estás?** (grifo nosso).

E ele disse: Ouí a tua voz soar no jardim, e temi, porque estava nu, e escondi-me. E Deus disse: Quem te mostrou que estavas nu?

Comeste tu da árvore de que te ordenei que não comesses?
(GÊNESIS, 1, 8-11).

Sempre atual é o dizer de Claude Lévi-Strauss (1955) sobre o proceder para reconhecer-se a identidade das pessoas. Basta que saibamos, dizia ele, interpretar a estrutura de seus mitos. **Onde eles estão?** O lugar que eles ocupam evidencia, certamente, o modelo ou paradigma de sociedade com a qual as pessoas se identificam, correspondente a sua própria identidade, espiritualidade ou encanto. Os rituais refletem a estrutura da sociedade que se projeta; piramidal ou circular.

O que o mito faz é a transformação da história em natureza. O rito atualiza periodicamente o mito, através de um conjunto de operações que vão reunir corpo, emoções, linguagens, coletivos, para transformar o tempo sagrado na formação da identidade. Para fazer isso, ele reprisa os episódios, em eterno presente, a partir de um conjunto de narrativas ritualizadas e articuladas com uma série de datas, práticas, vestimentas, valores, vestimentas e culinária. (BARTHES, 1950 *apud* LEWGOY, 2021).

O conceito identitário é, assim, o protótipo subliminar do arcabouço da racionalidade humana. A partir dele define-se a epistemologia, o paradigma e/ou modelo explicativo, para compreender-se e ordenar-se a realidade circundante. Ele é o próprio Deus, motor da vida, salvação ou condenação humana.

No princípio era o Verbo [**Conceito Axial, Espírito ou Encanto**]. O Verbo estava com Deus. **O Verbo era Deus** (grifo nosso). Todas as coisas foram feitas por ele. Sem ele nada do que foi feito se fez. Nele estava a vida. A vida era a luz dos homens. A luz resplandece nas trevas. As trevas não a compreenderam [nem a compreenderão]. (JOÃO 1, 1-5).

A epistemologia demanda a escolha de paradigma compatível com o modelo de sociedade projetada pela definição identitária. Exige uma ruptura radical com paradigmas que ofusquem a utopia do Reino de Deus ou da Terra sem Males.

Quando Jesus ressuscitou, dizia Paulo Apóstolo, subiu ao céu. Seus seguidores o procuravam entre as nuvens, no alto. Vieram então, dois anjos a exigir deles ruptura radical com o paradigma heleno-judaico.

Os apóstolos ficaram contemplando o Mestre que se afastava “elevando-se à vista deles, uma nuvem escondeu-o a seus olhos”. (...) Seus olhares voltados para o céu assinalam a esperança da volta imediata de Jesus, o desejo de que, após um breve intervalo, Ele retome a obra interrompida.

Os homens vestidos de branco, que se lhes apresentaram, dizem-lhes: não será Jesus o encarregado de levar a cabo essa obra, mas sereis vós. Vós tendes a capacidade de fazê-lo, pois passastes quarenta dias com Ele após sua Ressurreição e **recebestes o Espírito** (grifo nosso). E Jesus estará convosco até ao fim dos séculos. Quer dizer: deixai de olhar para o céu, é aqui na terra que deveis dar provas da autenticidade de vossa fé.

O seu olhar voltado para o céu assemelha-se ao de muitos cristãos de hoje que não consideram a religião como um incentivo para se comprometerem de uma maneira concreta, a fim de ajudarem a melhorar a vida de seus irmãos. (ATOS, 1: 1-11 *apud* KELLER, 2020).

Assim, os registros rupestres que se estudam como fragmentos do sistema de comunicação de grupos pretéritos, são restos materiais do espírito deles. Por seu estudo chega-se ao conhecimento da identidade, do modelo de sociedade e da utopia de quem os pintou. Preserva-se, por isso, e estuda-se a eles, com o intuito de fazer de Sobradinho - BA a Terra sem Males, o Reino de Deus que o Galileu Sonhador propunha, há dois mil anos, e sugere que se implante nos dias atuais.

O que ora se escreve, resulta basicamente das apresentações que se fizeram no VI Seminário de Arqueologia de Sobradinho – BA. Na ocasião, mostraram-se capítulos de livros que se publicaram em diferentes editoras, com abordagens concernentes ao **Saber Ancestral**.

2 ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO

Com base na lógica estruturalista, é imponderável pensar que o conhecimento religioso dos evangelizadores portugueses se equiparasse, em qualidade, à espiritualidade dos grupos nativos da região Nordeste do Brasil. O saber ancestral tinha maior consistência epistemológica, trazia reais benefícios à vida das comunidades, era benfazejo aos grupos autóctones e, também aos colonizadores recém chegados. Carecia apenas de força política, cabedal técnico e recursos econômicos que lhe dessem suporte, para contrapor-se ao colonialismo, como alternativa para a obtenção de vida feliz e sustentável.

Pelos frutos constatava-se, concomitantemente, que da cisterna de abastecimento do sistema de conceitos dos neopovoadores, a implantarem e explorarem os latifúndios canavieiros no litoral e as sesmarias curraleiras no Sertão de Rodelas, emanava água colonialista, letal ao espírito dos nativos. Em nada ela se assemelhava à fonte de Água Viva com que o Filho de Maria da Conceição propunha saciar a sede de quem o seguisse. “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em plenitude”. (JOÃO, 10, 10).

Perguntei-lhe *in qua potestate haec faciebat*, se tinha comunicação com Deus, que fez o Céu e a terra e reinava nos Céus, ou com o demônio que estava nos infernos. Respondeu-me com pouca vergonha que ele era Deus e que havia nascido Deus e apresentou-me ali um a quem dizia ter dado saúde e que o Deus dos Céus era seu amigo, e lhe aparecia em nuvens e trovões, e em relâmpagos e em outras coisas mais. (MANOEL DA NÓBREGA, p. 338 *apud* PAIVA, 2000, p. 14).

A pergunta que o evangelizador português dirigiu ao caraíba nativo mostra, com cristalina clarividência, que ele e os demais jesuítas serviam-se do conceito paradigmático de um deus a habitar os altíssimos céus, inacessível portanto ao

conhecimento dos indígenas e de qualquer humano em busca de saber academicamente consistente. Dizia-se que se estava a aplicar a emblemática frase do sagrado escrito de Lucas: “Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade.” (LUCAS, 2, 14). Ignorava-se que as alturas a que se referia o texto bíblico representava a dimensão da intensidade, relativa ao conceito de glória (renome, suntuosidade, fama, celebridade, notabilidade, reputação, grandiosidade, prestígio, reconhecimento, importância, notoriedade, abundância ou magnificência). Em outras palavras, o texto interpretado à luz dos interesses dos reis da Metrópole e dos cardeais do Vaticano era uma malversada adaptação ideológica da máxima essencial do autêntico Cristianismo: “Amar a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a si mesmo.” (MATEUS, 22, 37-39).

Nunca esqueci e jamais esquecerei que ele [Padre Silvestre Philippi, nosso professor de Grego] chamava particular atenção a termos cujos entendimentos extrapolavam atributos de intenção e extensão. Dizia que o diferencial entre o cientista e o técnico era a compreensão da intensidade que se agregava às palavras. Observava que, em Grego, a intensidade caracterizava-se por um apóstrofo cuja curvatura poderia voltar-se à direita ou à esquerda, indicando respectivamente maior ou menor vigor ou potência inerente ao termo sobre o qual ele era posto. (KESTERING, 2019, p. 218).

Assim, na estrutura do discurso proto-histórico, constata-se que, de um lado, postavam-se os missionários a apresentar o conceito metonímico do Deus helênico, romano e/ou judaico, proposto por Constantino e adotado pelo Padroado, que reinaria a sociedade piramidal da civilização futura (bem, céu, paraíso, ordem, civilização, cortesia). Na outra facção, diziam eles, estavam os pajés a serviço do **Encanto**, traduzido como, Demônio, a governar a sociedade incivilizada presente (mal, inferno, *orcus*, desordem, barbárie, descortesia).

Já no Século XVII, Baruch Spinoza (1632-1677) apresentava fortes argumentos de não existir a inacessível divindade extraterrestre a quem os humanos faziam piruetas para agradar, desentediado ou abrandar a ira, tristeza e/ou capricho. Se fosse alienígena, argumentava ele, o ser supremo seria inalcançável ao conhecimento e tudo que dele se dissesse, mera especulação filosófica ou teológica. Verdadeiro, racional e cientificamente acessível, reconhecia o racionalista criticista alinhado a Descartes (1596-1650), é o Deus que habita o coração das pessoas. (KESTERING, 2023b, p. 19-20).

A resposta do caraíba, por sua vez, revela que ele e os indígenas utilizavam a metáfora de um Deus a habitar o Espírito deles e revelar-se no Encanto, frente aos mais belos fenômenos da natureza. “O Pai e eu somos um”. (JO. 10,30). Condizia, portanto ao que os escritos sagrados do Novo Testamento caracterizavam como amor incondicional a Ele, ao **Encanto**, mais do que a todas as coisas.

Pelos frutos conhece-se a essência da árvore que os produz. Vê-se na Bíblia escrito que, quando os apóstolos se reuniam, na hora da partilha do pão, eles se lembravam da identidade, **da espiritualidade**, do jeito de Jesus Cristo ser. Assim, ele, o mestre, fazia-se e perpetrava-se, infinitamente presente, na memória cerebral e filogenética de seus seguidores. Eles se **encantavam**, como nós nos **encantamos**, no encanto do memorável **encantado** (grifo nosso). É esse ritual nativo atávico que os Nordestinos de origem indígena naturalmente repetem durante milênios. (KESTERING, 2023a, p. 27).

Não era exclusividade do cristianismo original, o conhecimento de que o sentido maior da vida é desfrutá-la com intensidade plena. Sábios romanos de boa vontade assim também pensavam.

Em sua obra sobre a brevidade da vida, Sêneca nos alerta sobre como frequentemente desperdiçamos nosso bem mais precioso, o tempo. Ele argumenta que a vida é longa o suficiente se vivida sabiamente. Sêneca critica aqueles que estão ocupados com ambições mundanas, esquecendo-se de

viver realmente. O filósofo nos ensina a valorizar cada momento, concentrando-nos em atividades que enriquecem nossa alma e mente, em vez de perdermo-nos em trivialidades. Ele nos convida a refletir sobre nossas prioridades, escolher com sabedoria e viver plenamente. A brevidade da vida é uma chamada para a ação. Aproveite intensamente o agora, pois o tempo não volta. (FILOSOFIA INCERTA, 2024).

2.1 Espiritualidade Nativa

Os indígenas tinham mitos e ritos muito sóbrios. Os pajés e os profetas xamânicos pregavam o respeito às tradições. Seus discursos, eminentemente messiânicos, diziam respeito à organização dos grupos e ao máximo usufruto do bem estar de seus membros, na dimensão temporal correspondente ao momento presente. (Fig. 1).

Figura 1 – Os pajés mandavam respeitarem-se as tradições



Fonte: Liberdade! Liberdade! (2014), adaptada pelo autor

Não havia, entre os nativos, padrão comportamental que fosse imposto pelo artifício do poder ou medo de sanções

sobrenaturais ou transcendentais. Praticava-se o bem, impulsionados pela metáfora do Encanto e dos espíritos ancestrais encantados. Pelos espíritos do desencanto, que diziam habitar as florestas, refreavam-se as práticas incompatíveis com a harmonia entre eles e as espécies animais e vegetais que compunham a natureza⁴. Observe-se que os mitos do desencanto não se caracterizavam como personagens do mal⁵.

Os indígenas morriam de medo só de imaginar assombrações como a Taguigba e a Macaxera (...). Os Tupinambá tinham [muito medo] do Anhangá, também chamado de Kaegerre, um ser que os atormentava e que assumia diferentes formas, aparecendo “ora em forma de quadrúpede, ora, de ave, ora de qualquer outra estranha figura”. Entrando em maiores detalhes sobre alguns destes espectros na percepção dos índios, Anchieta ressaltou o perigo representado pelo “Curupira”, uma espécie de espírito que acometia aqueles que se aventuravam pelos matos e era responsável por inúmeras mortes. Com o intuito de evitar tais agressões, os nativos costumavam deixar ao longo do caminho diversas oferendas, que incluíam penas de aves, abanadores e flechas, rogando fervorosamente para que os curupiras não lhes fizessem mal. Estas oferendas, aliás, eram feitas de modo semelhante para os demais espíritos, sendo sempre uma forma de evitar os assaltos noturnos. Para além do Curupira, o padre Anchieta chamou a atenção também para uma criatura que os índios davam o nome de “Igpupiára”, fantasma que habitava os rios e ocasionalmente afogava os canoeiros. De acordo com Fernão Cardim, o tal monstro geralmente matava através de um forte abraço que deixava a vítima em pedaços e, em seguida, devorava algumas partes do corpo de sua presa,

⁴ “O padre José de Anchieta notou que os indígenas, apesar de ignorarem a existência de Deus, acreditavam em diferentes espectros noturnos que habitavam o interior das matas e das águas.” (CORRÊA, 2021, p. 85).

⁵ “Os mitos indígenas não eram bons e nem maus. Tinham a função de promover a harmonia dos humanos com a natureza.” (LEWGOY, 2021).

como os olhos, o nariz, as pontas dos dedos e a genitália. Gândavo, inclusive, chegou a escrever sobre a suposta aparição de uma dessas criaturas, que teria sido morta por um certo Baltazar Ferreira. Nas águas, tanto de rios, quanto do mar, encontrava-se ainda o “Baetatá”, um ser feito de fogo, semelhante a uma grande serpente e que aparecia como um fecho cintilante, matando os índios com os quais se deparava. Apresentando variadas formas e propriedades, estes espíritos do mato, tão temidos pelos índios, irremediavelmente remetiam ao universo cultural pré-colonial. (CARDIN, 1980, p. 50 e 174; VASCONCELOS, 1668, p. 178; LÉRY; ANCHIETA, 1984, p. 144-145; GÂNDAVO, 1984, p. 145 *apud* CORRÊA, 2021, p. 85).

A maioria das pessoas, mulheres e varões, orientava sua vida pelo usufruto pleno da lascívia⁶. Outras, porém, sem qualquer coibição social, encontravam razões para se absterem dela.

Pois também vos posso afirmar que, com ser esse gentio assaz lascivo por natureza, há muitas donzelas entre eles, que amam sumamente a castidade, como são umas que totalmente fogem de ter ajuntamento viril, pretendendo de se conservarem virgens, e para que o possam melhor fazer, se exercitam no arco e na flecha, com andarem de ordinário pelos campos e bosques, à caça de brutas feras, nas quais fazem grandes presas, recreando-se nesse exercício, pelo qual desprezam todo outro. (BRANDÃO, 1966, p. 40 e 221 *apud* SILVA, 2006, p. 55).

A menina tornava-se mulher na primeira menstruação, quando participava de rituais de passagem à fase adulta. A partir de então, ela podia manter vida sexual ativa, sem qualquer preconceito ou discriminação. (Fig. 2). O encanto recíproco era a única razão para a perpetuidade das relações com seus amantes. O desencanto, a justificativa mais que suficiente para seu desfazimento.

⁶ “Vinham seis mulheres nuas pelo terreiro, cantando a seu modo, e fazendo tais gestos e meneios que pareciam os mesmos diabos.” (BLASQUEZ, 1863, p. 219 *apud* CORRÊA, 2021, p. 84).

Figura 2 – Na primeira menstruação, a mulher se considerava adulta



Fonte: Oliveira (2024)

Para os europeus, as relações de parentesco nas comunidades indígenas eram pouco rígidas, já que o tio poderia desposar a sobrinha. Entretanto, os casamentos entre filho e mãe, filho e irmã e pai e filha eram proibidos. Os enlances matrimoniais seguiam uma regra muito simples, segundo Léry. Desejando se unir, os varões se dirigiam a uma mulher, viúva ou donzela, e perguntavam sobre sua vontade de casar. Se o interesse fosse recíproco, pediam a permissão do pai ou do parente mais próximo. Depois de obtida a permissão dos parentes, os **noivos** consideravam-se casados. Não havia cerimônias, nem promessa recíproca de indissolubilidade ou perpetuidade da relação. O marido poderia expulsar a mulher e vice-versa. Se ficassem fartos do convívio, a união estaria desfeita. Ambos poderiam, então, procurar outros parceiros, sem maiores constrangimentos. (RAMINELLI, 2011, p. 7 *apud* SILVA; CASTILHO, 2014, p. 266-267).

As indígenas não eram promíscuas, nem polígamas e muito menos subservientes aos homens como delas os cronistas e historiadores eurocêntricos ao longo da história descreveram.

As mulheres tinham um papel importantíssimo na escolha dos genros, aprovando ou vetando o pretendente, que se tornaria futuramente um dos guerreiros da tribo, uma vez que o noivo deixava o núcleo de origem para juntar-se à noiva na casa de seus pais. (...) Os grandes chefes tinham mais de uma esposa porque o exercício da liderança demandava, entre outras funções, a oferta de alimentos e acomodação para seus guerreiros. O volume das tarefas era inexequível para uma única pessoa, por isso a primeira esposa concordava que o marido desposasse outras mulheres, que deviam obediência à mais antiga. Encarregadas das atividades agrícolas e do preparo dos alimentos, as mulheres confeccionavam também potes de cerâmica para armazená-los e eram as únicas responsáveis pela produção do cauim, bebida fermentada à base de mandioca, fundamental para as práticas rituais indígenas e que precediam as cerimônias religiosas e demais celebrações. Em suma, na divisão de papéis atribuídos ao masculino e ao feminino na sociedade Tupinambá, as mulheres expressavam/representavam o trabalho, a cultura; enquanto os homens estavam relacionados à caça e à natureza, em uma relação distinta e inversa daquela dos europeus na época da colonização e que justificava, no outro lado do Atlântico, a submissão feminina. (FERNANDES, 2003 *apud* SANTOS, 2021).

2.2 Religião Colonialista

Com Tomé de Sousa, primeiro governador geral do Brasil, no dia 29 de março de 1549, chegaram seis missionários jesuítas, incumbidos de cristianizar e civilizar os grupos nativos⁷.

⁷ “Os jesuítas são a maneira informal pela qual se conhece os membros da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica que teve uma atuação significativa no Brasil durante o período da colonização. Essa ordem religiosa foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola, junto a outros companheiros, na Universidade de Paris.

Tratava-se da execução de uma estratégia geopolítica definida pelo Padroado que o Papa Calixto III, com a bula *Inter cetera*, criara no dia 11 de março de 1453 e, em 1514, o Papa Leão X havia confirmado. Ela interessava, concomitantemente, à Coroa Portuguesa e à Santa Sé⁸. Não, porém, aos grupos nativos.

Esta união pode ser vista através do direito de padroado. Dentro das normas eclesiásticas, o padroado conferia ao rei, melhor, à Ordem de Cristo, controle da religião católica em seus domínios ultramarinos. Foi a forma através da qual o governo lusitano exerceu sua função de proteção sobre a Igreja Católica, como religião oficial de seus territórios conquistados e que viriam a ser dominados. Em miúdos: cabia ao Estado português a administração temporal e espiritual de suas colônias. (ALMEIDA, 1968; AZZI, 2008, p. 162 *apud* ARRAES, 2012, p. 164).

Para civilizar e cristianizar os povos indígenas, implantavam-se aldeamentos missionários, freguesias e vilas; verdadeiros currais de almas. (Fig. 3). Nesses redutos de aculturação, pelo controle do Estado e da Igreja, domesticavam-se os nativos⁹.

Inácio de Loyola havia decidido realizar voto de pobreza e castidade em 1521, e, desde então, havia se dedicado integralmente à vida religiosa. A Companhia de Jesus foi criada durante o contexto da Reforma Religiosa, sendo usada como parte da reação da Igreja Católica ao avanço do protestantismo no Continente Europeu.” (SILVA, 2024).

⁸ “O padroado apresentou benefícios mútuos para seus coligados. Os reis deveriam patrocinar a construção de capelas, igrejas, mosteiros e bispados. Pagar as devidas cõngruas dos clérigos, como funcionários eclesiásticos. Riolando Azzi atesta que a proteção do Estado português trouxe sempre privilégios e honras materiais à Santa Sé, principalmente, convertidos em patrimônio fundiário. Entretanto, essa relação significou sempre compromisso, e não poucas vezes, a opressão da Igreja.” (ARRAES, 2012, p. 165).

⁹ “Não à toa, desde as propostas de Nóbrega, o uso da autoridade secular com o intuito de atemorizar os índios caminhou lado a lado com o esforço de evangelização. Sobre isto, poucos foram os que reforçaram tanto a

Figura 3 - Aldeamento missioneiro



Fonte: Costa (2014)

Impunha-se a eles o mesmo modelo ideológico identitário que, no ano 313 da Era Cristã, para dar sustentação à estrutura política do Império Romano, Constantino havia implantado no Velho Mundo. Nos séculos XV e VI, coincidente com o das grandes navegações espanholas e portuguesas, abençoadas pelos papas, a Igreja se fortaleceu grandemente.

Desde a Roma Antiga, começou a formação de uma instituição que não deixaria de somar poder religioso, político e

importância desta conexão quanto Anchieta, que destacava a necessidade de estabelecer entre os índios o 'temor da pena temporal, porque havendo isto tomam o jugo da lei de Deus e perseveram nele'. Para o célebre jesuíta, muito pouco era colhido dos nativos 'se a força e o auxílio do braço secular não acudirem para domá-los e submetê-los ao jugo da obediência'. De acordo com as suas palavras, a subjugação dos indígenas se fazia necessária 'porque para este gênero de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro, na qual mais do que em nenhuma outra é necessário que se cumpra o *compelle eos intrare*'. O medo, entendido como necessário para a propagação da fé cristã, se tornou pouco a pouco parte indissociável da ação missionária." (ANCHIETA, 1563 e 1584 *apud* CORRÊA, 2021, p. 83).

econômico. (...). Principalmente no Século XV e começo do Século XVI, a Igreja concedia o perdão dos pecados se o sujeito fizesse uma doação importante para a Igreja. O sujeito que doava suas terras para a Igreja, do meu ponto de vista, fazia isso apenas por um motivo, acreditava cegamente que isso lhe daria acesso ao Paraíso, menos tempo no Purgatório e o perdão de seus pecados. Havia senhoras que deixavam tudo para a Igreja. Essa era a ideia: você dá algo desse lado e receberá algo do outro lado. Essa foi uma das fontes de crescimento do patrimônio da Igreja. (...)

As indulgências chegam ao extremo no final do Século XV e começo do Século XVI, quando o Papa Júlio II queria construir o grande prédio que ficou conhecido como Basílica de São Pedro. Para isso, era necessário muito dinheiro. Então a pessoa ia lá, pagava uma cifra determinada e, com isso, seus pecados, de certa forma, diminuía. (BIBELNICK, 2024).

Imbuído do mesmo espírito, no dia 25 de fevereiro de 1551, o Papa Júlio III criou a Diocese de São Salvador da Bahia. Com a Bula *Super specula militantis ecclesiae*, ele ratificou todo território do Brasil Colonial ao mapa do domínio político de Portugal e vinculou-o à jurisdição religiosa do Vaticano. Sem nada saberem, integraram-se os grupos nativos do chão Tatauí como membros do grande curral a ser cristianizado, civilizado ou urbanizado pela extensa Diocese de São Salvador da Bahia¹⁰.

Em primeiro lugar, podemos observar que, [no Século XVI] barbárie significa ignorância, e civilização, cortesia. No mesmo dicionário, a palavra cortês significa: urbano, civilizado. Que sabe e usa dos modos e estilos da corte, enquanto cortesia refere-se à urbanidade, polícia no falar, no modo de portar-se, falar e obrar, **acatando a Deus, ao soberano, aos maiores e**

¹⁰ “As regiões tropicais [como o Submédio São Francisco] permaneceriam como “fáceis de alcançar, mas difíceis de agarrar” e, malgrado o domínio político dos colonizadores nessas “zonas tropicas”, permaneceriam estas regiões predominantemente marcadas pela presença dos grupos autóctones ou mestiços.” (CROSBY, 2012, p. 139 *apud* OLIVEIRA, 2022, p. 203-204).

superiores (grifo nosso); (...) guardando o que prescreve o bom uso e estilos da corte e gente bem educada. O civilizado possui um conhecimento de certas regras de convívio, enquanto o bárbaro ignora esse conhecimento e vive longe das luzes que iluminam essas regras. (COSER, 2005, p. 238).

Para catequisar os indígenas e capacitá-los às atividades da mineração, do garimpo e/ou da vaqueirama, em 1655, implantou-se a Missão de São Gonçalo, junto à Grota das Laranjeiras, 32 km a sudeste da atual cidade de Sobradinho – BA.¹¹ (OLIVEIRA, 2012). Nela cristianizaram-se, civilizaram-se e urbanizaram-se os indígenas ocupantes do território que, em 1659 passou a chamar-se Fazenda Tatauí e, em 1989 emancipou-se como município de Sobradinho - BA.

Apregoa-se, ainda hoje, pela tradição oral conservada entre os vaqueiros da Fazenda Tatauí, em Sobradinho – BA, que indígenas aldeados na Missão de São Gonçalo do Salitre e de Nossa Senhora das Grotas, na Passagem do Juazeiro, realizavam frequentes visitas a suas famílias. No seio delas, nos boqueirões, grotas e/ou morros residuais, adjunto aos

¹¹ “Moradora da comunidade de Recanto, Dona Beta conta que, quando menina, via a capelinha dos índios sempre que acompanhava os enterros de pessoas do lugar. Narrando suas vivências e peregrinações pelos caminhos do Salitre, Dona Beta descreve com riqueza de detalhes cada ponto de paisagem que desponta em suas lembranças. É a partir do mundo narrado por Dona Beta que observo lugares como a capela e o cemitério dos índios, por ela localizados em Boca da Mata, nas proximidades de Sobradinho. Faz-se necessário aqui recordar que autores acima evocados estudaram as populações indígenas que habitaram as vizinhanças do rio Salitre localizando-as, quase sempre, “perto da confluência do Salitre”, “logo abaixo da confluência do tributário Salitre”, “no trecho inferior do tributário Salitre”; “perto do rio Salitre”, “nas alturas do rio Salitre”; “proximidades da embocadura do Salitre”. (PINTO, 1956; HOHENTHAL, 1960; PIERSON, 1972; NANTES, 1979; LINDOSO, 2005). O povoado de Boca da Barra onde *ficava* (restam apenas ruínas, segundo a própria dona Beta) a capela e o cemitério dos índios, conforme nos falam as memórias de Dona Beta, está localizado exatamente onde o São Francisco conflui com o tributário Salitre.” (NASCIMENTO, 2021, p. 109).

brejos, caçavam, cultivavam pequenas caiçaras e realizavam rituais de sua tradição milenar. (KESTERING, 2024, p. 26-27).

Em 1682, a Missão de São Gonçalo e a Fazenda Tatauí passaram a vincular-se à Freguesia Velha de Santo Antônio do Sertão de Jacobina, criada por Dom Gaspar Barata de Mendonça, primeiro arcebispo do Brasil. Somente em 1719, mais de 200 anos depois da ocupação portuguesa do litoral pindorâmico, e 37 anos depois que se criara a Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina, construiu-se uma capela devotada a São José, junto à foz do Riacho Mulungu, na margem direita do Rio São Francisco. Em 1752, reconheceu-se a ela, como sede da unidade administrativa interiorana da base católica apostólica romana, vinculada à grande Arquidiocese de São Salvador da Bahia. (Fig. 4). A Fazenda Tatauí, cuja sede situava-se a 60 km de distância, a nordeste da igreja de São José, vinculou-se então àquela freguesia.

Figura 4 – Igreja matriz de São José da Barra de Sento Sé



Fonte: Borges (2017 *apud* Kesting, 2024a, p. 59)

Para amenizar os conflitos entre os recém-chegados colonizadores portugueses e os colonizados,

majoritariamente nativos, os reverendos padres Domingos Álvares de Sousa, Luís Alves e Santa Clara administravam-na com a cruz de Cristo que, devotamente, eles próprios e seus coadjutores ostentavam no seio da igreja matriz e das capelas a ela subordinadas. Do adro daqueles modestos templos, ao transbordo das fronteiras da freguesia, eram as espadas e os mosquetes manuseados por obductas mãos de ferro de exímios capitães, capachos da coroa lusitana que, como mechas de algodão a evitar fraturas em delicados cristais, disciplinavam os fiéis nativos em processo civilizatório. Sob a provável tutela e segura orientação da Junta das Missões, a normatizar as estratégias missioneiras e/ou paroquiais, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, os padres e os comandantes eram, assim, os pilares a sustentar o sistema curraleiro e promover a harmonia na sociedade escravista da região média e submedial do Vale do Rio São Francisco. Em ação conjunta, a um só e mesmo tempo, padronizava-se o comportamento nativo nas missões implantadas na região e promovia-se a invisibilidade dos indígenas, no vasto torrão Sento Sé que a ela se vinculava. (KESTERING, 2024a, p. 52-53).

Da sede da Fazenda Tatauí, em linha reta e direção oeste, a 22 km de distância, na Fazenda das Pedras, morava o Capitão Mor José da Rocha Medrado, com sua família, vários escravos de raiz indígena e alguns de origem africana. Ele responsabilizava-se pela operacionalidade do processo civilizatório da Freguesia de São José, especialmente nas comunidades mais próximas, quais eram: a Fazenda Tatauí, à jusante da Cachoeira do Sobrado, e os sítios do Saco do Meio e da Juacema, adjunto a ela, hoje submersos no Lago de Sobradinho. Nas grandes depleções do lago artificial, evidenciam-se periodicamente os morros residuais do entorno da sede da Fazenda das Pedras e do Sítio Saco do Meio. (Fig. 5 e 6).

Os padres e os capitães, representavam a Deus e ao Rei. Serviam-se do medo e do castigo como únicas estratégias eficazes para padronizar o comportamento de quem duvidasse ou recalcitrasse, “experimentando o índio na própria carne a

identificação da mensagem religiosa com sua sujeição e o despojamento de sua cultura¹².” (PAIVA, 2000, p. 15).

Figura 5 – Morros residuais no entorno da Fazenda das Pedras



Fonte: Kesting (2021a, p. 73)

O batismo, *in articulo mortis*, denota a violência cultural que sofriam os índios: era tal a potência dos invasores que, mesmo não tendo mais nada a perder, ainda assim tinham medo de perder aquilo que os portugueses afirmavam ir acontecer depois da morte. Eles, os portugueses, é que sabiam da verdade. Como dizia o chefe Fiji: Verdade – tudo que vem do país do homem branco é verdade; os mosquetes e a pólvora são verdades; sua religião também tem de ser verdade. (...) a

¹² “Eles, que não tinham a quem obedecer, agora estão sujeitos a um único chefe. Há uma lei: não podem comer carne humana, não podem guerrear sem licença, não podem ter mais que uma mulher, não podem andar nus, não podem conservar seus feiticeiros, não podem mudar de domicílio, devem viver em justiça e receber a doutrina. Enfim, beber vinho à noite, roubar, desejar mulher, fazer esposas pecarem, cometer desonestidades, espreitá-las, esconder os pecados grandes, prezar o nome antigo, abandonar a aldeia, ficar sem ouvir missa, comer carne todos os dias, roçar e plantar nos dias santos, falar mentiras, maledicências, dançar e adornar-se, tingir-se de vermelho, empenar o corpo, pintar as pernas, fazer-se negro, fumar, curandeirar, enfurecer-se, andar matando, comer um ao outro, amancebar-se, ser espião: eis de quanta coisa deve agora o índio se esquivar.” (PAIVA, 2000, p. 15-16).

extraordinária presença do europeu era um fato social total, ao mesmo tempo religioso, político e econômico. O poder do português era poder de deus: criava a realidade, fazia a realidade: não havia como fugir dela. (SAHLINS, p. 65 *apud* PAIVA, 2000, p. 5).

Figura 6 – Morros residuais no entorno do Sítio Saco do Meio



Fonte: G1-Bahia (2017)

Nos aldeamentos, freguesias e vilas, o trabalho missionário resumia-se basicamente em repassar princípios morais e impor dogmas como verdades incompreensíveis aos indígenas¹³. Ministravam-se os sacramentos e realizavam-se rituais de devoção aos santos, conforme recomendara o Concílio de Trento que se havia realizado de 1545 a 1563, período também coincidente com o das grandes navegações¹⁴. (Fig. 7).

¹³ “A pregação cristã exige uma resposta: – creio. O índio, porém, não sabia o que era crer! Quando, no catecismo, se pergunta “que coisa é a fé?”, a resposta aponta para o crer: *É um dom de Deus na alma, como qual cremos firme e catolicamente tudo o que Deus nos tem revelado, segundo a Santa Madre Igreja nô-lo ensina.*” (PAIVA, 2000, p. 12).

¹⁴ “O mundo português e, mais propriamente a Igreja, chegaram com um sem-número de devoções: missa, comunhão, confissão, batismo, unção dos enfermos, crisma, casamento, procissões, orações, penitências, bênçãos, rezas, relíquias, medalhas, imagens, “*agnus-dei*”, água-benta, santos, anjos, etc. Tratou-se de uma verdadeira invasão. Tudo isto serviu de instrumento de evangelização e catequese (...)” (PAIVA, 2000, p. 7).

Figura 7 – Concílio de Trento



Fonte: Bezen (2013)

O concílio definiu os sacramentos católicos, debateu questões como o salvamento da alma, o culto a imagens e a santos, dogmas, sacramentos, entre diversos outros temas. (FERREIRA JÚNIOR, 2024).

No contexto das grandes aventuras náuticas, a religião se apresentava como a estratégia mais confiável, para civilizar os indígenas, forjar seus atributos identitários, apontar as respectivas funções operacionais¹⁵ e impor o lugar que

¹⁵ [Os indígenas] recebiam o impacto da colonização como uma totalidade que os retirava do seu sossego e os punha em nova situação, exigindo-lhes trabalho braçal, participação nas guerras, mudança de costumes, adesão visível à doutrina. Por isto, a catequese se lhes tornou expressão de sua conformação com a vontade dos invasores." (PAIVA, 2000, p. 3).

deveriam ocupar, na base da pirâmide social ou fora dela¹⁶. Tudo isso se fazia, mediante a ameaça de que, se não se ajustassem, suas almas seriam condenadas a eterno suplício, nas profundezas da geena¹⁷. Apresentava-se assim, a Igreja como único caminho à salvação temporal e eterna¹⁸.

O determinante da cultura portuguesa da época era a sacralidade da sociedade: a crença no *orbis christianus* que se realiza, sob o comando do Papa e do Rei. Todos realizavam, no que lhes era próprio, o reino de Deus: o rei governando, o padre rezando, o soldado guerreando, o comerciante tratando, a mulher guardando a casa. Nada havia que não pertencesse à esfera do sagrado, tal como era compreendido. Esta era a visão de mundo cristão. Este era o serviço que as pessoas faziam: serviço de Deus, serviço do Rei. Nesta compreensão, a sociedade era perfeita, a salvação já estava pronta: cumpria apenas realizá-la individualmente. Por isto, a tônica da pregação recaía sobre a fidelidade individual. Os pecados jamais teriam caráter social, cabendo ao pecador arrepender-se e fazer penitência, reintegrando-se desta forma à ordem. Por isto também, aqueles e aquilo que não comungassem dessa ordem achavam-se na desordem, que é a negação do império de Deus. Não se poderia permitir que houvesse espaço para a negação do sagrado. A natureza toda

¹⁶ “O Estado precisava apresentar-se no sertão. O sesmeiro precisava do gado e o gado precisava de terras. E nessa equação irrevogável os índios – de forma individual ou coletiva – precisavam encontrar seu lugar.” (LEVI, 2000, p. 44-46 *apud* MAIA, 2009, p. 68).

¹⁷ “O processo de adestramento pelo qual as mulheres passaram no período colonial foi marcado por repressão a sexualidade e suas vontades próprias. As mulheres, como nas demais sociedades patriarcais, viviam sob o controle direto dos homens que as exploravam de diversas maneiras, independente da etnia ou classe social.” (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 277).

¹⁸ “O missionário participava dos castigos que o governador mandava dar. A salvação, que ele pregava aos índios, destruindo-lhes a inocência da crença numa vida feliz após a morte, introduzia a dicotomia: corpo e alma, terra e céu, inferno e céu, condenação e salvação, nós (os índios) e eles (os portugueses).” (PAIVA, 2000, p. 6).

era sagrada. Havia que se restaurá-la, conquistando a terra, conquistando as gentes, plantando a cruz (portuguesa) e batizando os índios, fazendo-os cristãos (i.e. portugueses). Esta visão de mundo se realizou em circunstâncias históricas: a organização social ganhava foro de única possível, ninguém podendo imaginar situação diferente. A ordem estabelecida era a ordem definitiva. A obra colonizadora era querida pelo rei e, portanto, era obra de Deus. Tudo que se operasse estaria justificado. A catequese dos índios, da forma como a entendia a sociedade portuguesa de então, atenderia necessariamente aos intentos da colonização, intentos de uma sociedade sagrada. (PAIVA, 2000, p. 1-2).

No Século XIX, quando Spix e Martius [1817-1820] visitavam o sertão semiárido do Nordeste do Brasil, constataram que o processo civilizatório orquestrado pelos catequizadores não atingira seus objetivos. Pelo contrário, havia homéricos conflitos no seio da sociedade. Em lugar da cortesia e civilidade que nos aldeamentos missionários, nas paróquias e nas vilas se propunha alcançar com a catequese, pela concentração de poder econômico e político dos curraleiros, o ódio e o desconforto nelas se havia arraigado¹⁹.

No pensamento político do Século XIX, considera-se que a civilização, *os hábitos do trabalho* e o amor à propriedade disciplinam os indivíduos, tornando-os desejosos da manutenção da ordem. Situação que fala de perto àqueles que estão inseridos no mundo dos interesses.

Os elementos da desordem estariam relacionados àqueles indivíduos sem vínculos estáveis, seja com o trabalho, seja por não possuírem propriedade. Nesse sentido, podemos assinalar que o termo “civilização”, nesse momento, amplia seu significado, não denota apenas um comportamento

¹⁹ “A pecuária extensiva aumentou a possibilidade de conflitos e resistência indígena pela defesa de suas ‘fontes de subsistência’, devido à ‘extrema aridez do espaço’ e pelo ‘contexto ecológico de carência’ encontrado nessa região do Semiárido nordestino.” (PUNTONI, 2022, p. 22-47 *apud* ROLAND, 2018, p. 46).

polido, um conhecimento das regras de *cortesía*, mas aponta também para uma dada inserção social. Os indivíduos que possuem vínculos estáveis com o trabalho e o amor à propriedade são os cidadãos aptos para a civilização. (...) Uma parcela considerável dos habitantes do sertão não estava influenciada pelos efeitos do trabalho; essa massa de habitantes, como não estava submetida a uma atividade econômica regular, sofria a influência de ódios e paixões desencontradas. (COSER, 2005, p. 240).

Também é verdade que a felicidade transitava à deriva das famílias de origem europeia. O farisaísmo escondia-se nos bastidores da moral de fachada, inerente à tradição cultural repressiva do Velho Mundo²⁰.

As colonas, assim dizendo, eram as que mais sofriam, em silêncio, com a poligamia, pois seus maridos, em diversos casos, mantinham relacionamentos com escravas e índias e, em troca, era exigido das mulheres brancas, virgindade, sutileza, submissão à moral masculina e também castidade. Ou seja, deviam preservar costumes como a fidelidade e a submissão ao marido em uma terra onde a poligamia era praticada diariamente pelos grandes senhores e seus descendentes. Sabe-se que, apesar das exigências e da dificuldade em manter aventuras, muitas vezes as próprias donas de grandes fazendas, também mantinham relacionamentos sexuais com negros escravos. (BASEGGIO; SILVA, 2015, p. 20).

²⁰ “A mulher passou a ser alvo de uma moral que esvazia a mulher de qualquer uso prazeroso do corpo.” (PRIORE, 1994, p. 16 *apud* BASEGGIO; SILVA, 2015, p. 26).

3 MARCADORES PRÉ-HISTÓRICOS DE MEMÓRIA²¹

Com o surgimento de vários cursos de Arqueologia no Brasil, muita informação se está a produzir e divulgar sobre sítios portadores de painéis rupestres, que em profusão se encontram em toda a América Latina. Obtém-se, assim, é bem verdade, muito saber sobre esses fragmentos conservados do sistema pré-histórico de comunicação. Há constante preocupação com o aferir, contudo, se o conhecimento gerado a partir deles tem valor científico ou limita-se a romântica quimera literária. Não há, importa que se diga, como averiguar seu nível de cientificidade sem noções basilares de Filosofia, Antropologia e Epistemologia, sobretudo.

Quando estudei Filosofia, na década dos setenta do século passado, estava muito em voga o Estruturalismo. Tanto era que os professores, ao invés de enfatizarem o estudo da lógica clássica, aristotélico-tomista, preferiam incentivar a adoção dessa inovação filosófica como referência básica para compreensão e ordenamento da realidade material e espiritual dos estudantes. Nessa época, eu aprendi a pensar e gerar conhecimento, estribado no sistema binário.

Na academia estudavam-se, com sofreguidão, Jacques Lacan, Roland Barthes, Jacques Derrida, também Gilles Deleuze, Michel Foucault e, singularmente, Claude Lévi-Strauss. (Fig. 8). Desse antropólogo francês fiz-me herdeiro, na compreensão de que, em posse de estrutura mental única, essencialmente binária, para orientar-se na vida, o *Homo sapiens*, independentemente de ser pré-histórico, antigo, medievo, moderno, contemporâneo ou pós-moderno, elabora

²¹ Texto original publicado em: KESTERING, Celito. Registro Rupestre e Epistemologia. In: OLIVEIRA, Gabriel F. de; PAIVA, Leandro; JUSTAMAND, Michel; ALMEIDA, Vitor José Rampaneli de. (Orgs). **Arte Rupestre Brasileira: múltiplas visões**, p. 33-58. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

conhecimentos míticos e/ou científicos, com a adoção de parâmetros conceituais diametralmente antagônicos. Para orientar-se, ele precisa ter a noção precisa dos opostos, leste e oeste. Para nortear-se, a ideia clara do setentrião e sul.

Figura 8 – Claude Lévi-Strauss



Fonte: Collège de France (1998 *apud* Cardoso, 2009)

Não estaria completa esta fundamentação contextual se não lembrasse que, com o pressuposto subliminar da estrutura mental binária, já antes da era cristã Aristóteles afirmava que, por serem animais essencialmente políticos e naturalmente insatisfeitos, os humanos edificavam modelos de sociedade, pelos quais lutavam ou abstinham-se de defender.

Em vista disso, não há como abordar temáticas concernentes à Epistemologia e, por extensão, a qualquer ciência, sem tratar primeiramente da definição política do cientista porque, sua estrutura racional e, por dilatação, paradigmática, edifica-se sobre um modelo político identitário subjacente, sentido maior de sua existência. Com o padrão estruturalista de compreender a realidade, reconhece-se o cenário político da América Latina, constituído de dois modelos antagônicos quais são: o colonialista que, pela concentração de poder econômico e/ou político, estriba-se em estrutura de linearidade vertical ou piramidal e o autossustentável que, pela partilha, serve-se de ordenamentos horizontais ou circulares.

3.1 Epistemologia

É prudente estudar os registros rupestres como marcadores da memória nativa, com a preocupação de gerar conhecimento cientificamente consistente e útil, para ter com isso, valor acadêmico e, sobretudo social, porque, em última instância, é a sociedade quem financia a pesquisa. Para tal, necessita-se analisar o sistema de conceitos que se adota, o método que se aplica e a correlação lógica entre ambos, na produção do saber novo, da novidade que se pretende difundir. Lembra-se que a autoavaliação é fundamental nesse processo porque, para produzir-se saber novo não se relacionam objetos, mas sim, ideias que sobre eles concebem-se a partir do suporte econômico, modelo político identitário, estrutura mnemônica (**marcadores de memória**), suporte mental (valores, emoções) e atributos físicos (hormônios, nervos, fisiologia) dos pesquisadores.

No processo de aprendizagem, a assimilação da realidade externa, para a produção de conhecimentos, depende da estrutura genética dos indivíduos e da estrutura mnemônica dos grupos. As estruturas mnemônicas são arquivos de memória pelos quais se reconhecem os traços essenciais dos

objetos. Assim, a capacidade de perceber e reproduzir imagens depende, em última instância, de disposições físicas e de potencialidades desenvolvidas pelos indivíduos, no contexto social e ambiental. Vê-se o que se está condicionado a ver. Percebe-se e incorpora-se aquilo que se associa com as estruturas mnemônicas. (KESTERING, 2007, p. 33).

Assim, é fato que, ao elaborarem sistemas de conceitos, para ordenarem a realidade essencialmente caótica, para usufruto de conforto existencial tanto os autores do registro rupestre o representaram, quanto seus pesquisadores o interpretam, respectivamente, com fundamento em suas estruturas econômicas, políticas identitárias, mnemônicas, físicas e mentais. Observe-se que as ideias não são, por isso, estáticas (engessadas). Pelo estreito vínculo que possuíam com os autores e, similarmente têm com os pesquisadores, elas evoluíram na pré-história e modificam-se hoje, pela constante incorporação de significados e significâncias, conforme o contexto pessoal, social e ambiental, a promover mudanças na estrutura pessoal e no modelo político social identitário.

3.2 Registro Rupestre Pré-Histórico

Se na comunicação histórica a compreensão das ideias dos emissores é inexoravelmente subjetiva, a interpretação que dela fazem os receptores será também, na mesma proporção, inevitavelmente pessoal. Por que, então, submeter o produto da pesquisa sobre registro rupestre pré-histórico ao rigor da cientificidade ou pretensa objetividade positivista?

Para que seja útil o conhecimento que se produz sobre o sistema pré-histórico de comunicação, há que se refazer o proceder, em relação a sua abordagem. Urge apropriar-se o pesquisador, do referencial teórico e operacional proposto no século XVIII por Viollet-le-Duc. (Fig. 9).

Figura 9 – Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc



Fonte: Diario Libre (2014)

Influenciado pelas transformações que, com a Revolução Industrial, o Iluminismo e a Revolução Francesa, ocorriam na Europa, esse arquiteto francês foi pioneiro na percepção de que aquele momento histórico representava drástica ruptura com o passado e ameaçava destruir tudo que os ancestrais haviam edificado. Muito embora não tenha se referido ao patrimônio pré-histórico, o sentimento de que ele deve preservar-se adequa-se ao contexto do registro rupestre da América Latina, ameaçado pelo vandalismo destruidor do colonialismo extrativista depredatório.

Pela similaridade na demolição dos valores e do patrimônio material e imaterial, lembra-se que, no Submédio São Francisco, em meados do século XVII, implantou-se a cultura do couro. À criação extensiva de gado, sucederam-se a construção de grandes barragens, a implantação de amplos projetos de agricultura e, no momento, a mineração e a edificação de imponentes estruturas para transformação da energia eólica e solar em fontes renováveis de energia elétrica. (Fig. 10 a 13).

Figura 10 – Destroem-se as serras e as vidas que com elas se vinculam



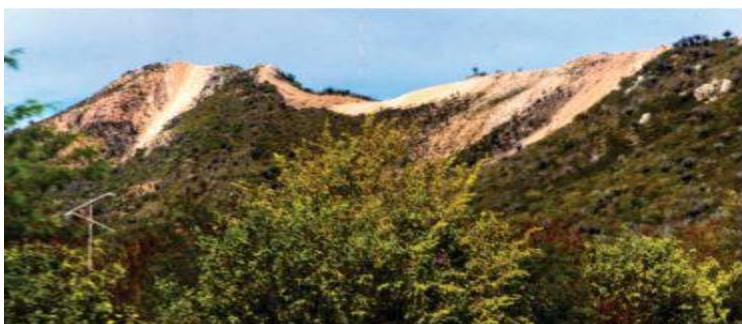
Fonte: Kesting (2012, p. 415)

Figura 11 – Rejeitos derramados na encosta da Serra do Olho d'Água



Fonte: Kesting (2012, p. 417)

Figura 12 - Destroem-se as serras e as vidas que com elas se vinculam



Fonte: Kesting (2022, p. 222)

Figura 13 - Destroem-se as serras e as vidas que com elas se vinculam



Fonte: Kesting (2022, p. 223)

É bem verdade que as serras de Sobradinho não foram construídas e sequer manufaturadas por grupos pretéritos, mas foram e são componentes de sustentação para várias expressões de vida do Submédio São Francisco. Para Sobradinho, elas têm significância e valor pela beleza cênica, pela relação com ritos e mitos, bem como pela sobrevivência de espécies vegetais e animais e da própria população humana. É por isso que, pela complexidade e importância de seus préstimos, sua preservação representa um direito fundamental dos cidadãos Tatauí. (KESTERING, 2022, p. 219).

Diante dos impactos a destruírem o patrimônio material (serras, rios, terraços) e a cultura imaterial (saberes, língua, espiritualidade e tradições) dos grupos de origem nativa, a sensibilidade de Viollet-le-Duc precisa fazer-se presente. Urge preservar e/ou restaurar.

Para preservar, com fidelidade, a memória de um povo, cada edifício, ou cada parte de um edifício deve ser restaurado no estilo que lhe pertence, não somente como aparência, mas como estrutura. (..) É, portanto, essencial, antes de qualquer

trabalho de restauração, constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte, compor uma espécie de relatório, respaldado por documentos seguros, seja por notas escritas, seja por levantamentos gráficos. (...)

Nas restaurações há uma condição dominante que se deve sempre ter em mente. É a de substituir toda parte retirada por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos. É necessário que o edifício restaurado tenha, no futuro, em consequência da operação a que foi submetido, uma fruição mais longa do que a já decorrida. [O melhor a fazer é] colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas [desafios] que nos são propostos. (VIOUET-LE-DUC, Século XVIII *apud* KESTERING, 2003, p. 54).

Aos fragmentos conservados do sistema de comunicação pré-colonial a mensagem de Viollet-le-Duc parece sugerir não se aplicar à reposição de traços desgastados por agentes de intemperismo, o que representaria falsificação, mas à restauração (ressignificação) dos conceitos, ideias e, sobretudo, do modelo político identitário que movia seus autores a realizá-los.

3.3 Restauração do Modelo Político Identitário

Para restaurar o modelo político identitário dos autores é preciso reconhecê-los como identidades. Reconhecem-se a eles por seus atributos, propriedades qualitativas e/ou quantitativas que possibilitam distinguir um membro, de um conjunto. São peculiaridades comuns, perceptíveis nos padrões físicos e na cultura material ou imaterial dos grupos. Pode-se, assim, reconhecer comunidades pré-coloniais, pela observação de atributos conservados na cultura material a que se integra o registro rupestre, principalmente.

Para identificar atributos da identidade dos autores abordam-se esses fragmentos do sistema predominantemente pré-colonial de comunicação, com pressupostos teóricos estruturalistas e parâmetros de análise eminentemente gnosiológicos. Segregam-se, assim, as unidades gráficas (pinturas e gravuras) pelo critério da cognoscibilidade. Com o princípio operacional do sistema binário, classificam-se suas unidades em dois conjuntos, quais são: conhecíveis ou reconhecíveis.

São conhecíveis as pinturas e/ou gravuras que os pesquisadores identificam como unidades gráficas, no momento de sua visualização porque, de imediato, relacionam suas temáticas com algo do universo que conhecem. Elas são facilmente identificadas porque representam componentes do mundo sensível. Assim o são: os zoomorfos (felinos, cervídeos, equídeos, pássaros, serpentes, quelônios), antropomorfos (de braços abertos, flexionados ou miniaturais), fitomorfos (palmeiras, leguminosas), anatômicos (mãos, pés, braços). Diz-se, por isso, que são representações metonímicas. Seus conceitos não transcendem os horizontes do conhecimento dos pesquisadores. Dão-se a conhecer de imediato porque, em relação dialógica e hermenêutica com os autores, compartilha-se a chave para decodificação ou desvendamento de seus significados, com diferentes níveis de confiabilidade. O grau de fé depende basicamente do conjunto de conhecimentos, do contexto desvendado, da capacidade de percepção e/ou do grau de aprimoramento técnico do sujeito cognoscente.

Para a identificação de pinturas ou gravuras reconhecíveis, que não representam realidades conhecidas pelos pesquisadores, inicia-se o processo de reconhecimento, a considerar-se como unidade gráfica um signo ou todo conjunto de signos e espaços vazios de um painel, enquanto não se segregam figuras semelhantes em outros agrupamentos picturais. Elas são, por isso, reconhecidas nas recorrências. Diz-se, por essa razão, que são representações metafóricas. Seus conceitos transcendem

os horizontes do conhecimento imediato dos pesquisadores. Seus significados não são herméticos. Podem dar-se a conhecer pelo desvendamento do contexto arqueológico, com anos de exaustivas prospecções e/ou escavações em determinada região. Quando se evidenciam elementos da cultura material, relativos a seu contexto, compartilha-se com os autores a chave para sua decodificação.

Todo o conhecimento envolve a relação direta do sujeito cognoscente com algum objeto (a relação de conhecer diretamente ou, conversamente, de apresentação de um objeto a um sujeito cognoscente), mesmo que esse conhecimento seja por descrição de outro objeto. (RUSSELL, 1966).

Há grupos que se inclinam por edificar seu sistema de comunicação com representações majoritariamente metonímicas ou realistas, cujos conceitos são monolíticos, rígidos ou herméticos. Autores e pesquisadores harmonizam-se em torno das ideias engessadas com ligas de fundamentalismo inquestionável ou inquebrantável. Outros há que demonstram preferência por representações metafóricas, simbolistas abstratas ou geométricas. Seus conceitos são maleáveis, isto é, adaptáveis a diferentes contextos dos autores e, por extensão, a variadas experiências vividas pelos pesquisadores.

Pesquisadores como Annette Laming-Emperaire, afirmavam que as figuras representadas nos paredões rochosos traziam informações, as quais eram deixadas de forma consciente ou espontânea pelos homens pré-históricos. Por ter sido fortemente influenciada pelo estruturalismo durante sua formação, Laming-Emperaire procurou estabelecer uma ordem nas representações rupestres, evitando evocar analogias simples, relacionando as pinturas com as próprias sociedades que as produziram. (DUARTE, 2011, p. 17).

Pelo parâmetro da cognoscibilidade dominante, relacionada com longo tempo e amplo espaço, propõe-se, assim, atribuir

conjuntos de pinturas e gravuras rupestres a grupos ligados a tradições. Assim, consideram-se sistemas de comunicação majoritariamente metonímico realizados por grupos da Tradição Nordeste e os de comunicação soberanamente metafórica, por grupos da Tradição São Francisco. Na região Nordeste do Brasil há dominância absoluta de representações metonímicas no Parque Nacional Serra da Capivara que se situa no Vale do Rio Piauí e integra-se à Bacia Hidrográfica do Nordeste, e metafóricas, prevaletentes em toda extensão do Vale do Rio São Francisco, onde perfazem “80% a 100% das sinalações”. (PROUS, 1992 *apud* DUARTE, 2011, p. 22).

[Tradição] compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas [e/ou gravuras] de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes. (MARTIN, 2005 *apud* DUARTE, 2011, p. 21).

Para auferirem eficaz qualidade de vida e conseqüente sucesso reprodutivo, em diferentes ambientes, provocam-se os grupos ligados a ancestrais comuns a adquirirem padrões comportamentais específicos, desenvolverem técnicas apropriadas e aprimorem seu sistema de comunicação, com formas inovadoras. Assim, as comunidades diversificam-se pela aquisição de atributos resultantes das adaptações ambientais e sociais. As tradições subdividem-se, por isso, em subtradições. As adequações dos grupos traduzem-se em mudanças temáticas e técnicas do sistema de comunicação, em formas inovadoras dos artefatos líticos e cerâmicos, em habilidades relativas a sua confecção e/ou utilização, em componentes e ordenamento dos enxovais de enterramento, em fogueiras, bem como em múltiplas particularidades de outras manifestações culturais. Assim, em território submedial sanfranciscano o patrimônio rupestre de grupos integrantes da Tradição São Francisco, bem como o conjunto de artefatos

líticos e cerâmicos possuíam formas peculiares que se definiram pela utilização de técnicas apropriadas, demandadas pelos intercâmbios culturais e pela paisagem local.

Para segregar a identidade dos grupos pré-coloniais do Vale do São Francisco, busca-se, nas pinturas rupestres, o reconhecimento de padrões. A padronização das ações desses grupos preserva-se nos grafismos rupestres. Ela resulta de um conjunto de ações aprovadas pelo grupo. Tudo o que acontece na vida cotidiana, sem a aprovação do grupo, não passa de expressões fortuitas, sem padronização. (DUVIGNAUD, 1992 *apud* KESTERING, 2007, p. 21).

Os atributos de identidade modificam-se, assim, diante das exigências ambientais e de relações sociais internas e externas dos grupos. Por caracterizarem-se como sistemas abertos, eles possuem dinâmicas próprias a promoverem trocas genéticas e culturais. É por isso que, mesmo conflituosas, as relações entre grupos sociais suscitam apropriações biológicas e culturais, tanto pelos remanescentes dos vencidos quanto pelos dos vencedores. (FERREIRA NETO *in* CARDOSO e VAINFAS, 1997 *apud* KESTERING, 2007, p. 31).

Por oportuno, lembra-se que os grupos de uma mesma espécie precisam estar ligados por cruzamentos. Não havendo mesclas com outros grupos, ao longo do tempo, os indivíduos definham-se e podem até evoluir para uma subespécie, ainda em condições de cruzamento. Se a barreira que impede o cruzamento persistir por muito tempo, a tendência da subespécie isolada é evoluir para outra espécie, o que significa que, se encontrar populações da espécie original, não se cruzará mais com elas. (WILSON, 1994 *apud* KESTERING, 2007, p. 31).

Por comporem uma espécie biológica definida, os humanos, formam um conjunto genético fechado. Não trocam *genes* com outras espécies. Os indivíduos de um grupo não podem,

por isso, desviarem-se muito dos demais porque precisam intercambiar genes com famílias de outros grupos. (KESTERING, 2007, p. 31).

A transmissão de atributos físicos e culturais integra processos diferentes. Os atributos biológicos transmitem-se nas estruturas genéticas do DNA e os culturais, no processo de ensino aprendizagem. Apesar da característica comum da transmissão de atributos genéticos e culturais, as espécies biológicas diferentes não se cruzam e, quando o fazem, produzem descendentes estéreis, enquanto os atributos culturais resultam de cruzamentos férteis de toda espécie. (GALLAY, 1983; BASALLA, 1991 *apud* KESTERING, 2007, p. 32).

Grande parte das mudanças nos atributos culturais acontece nas relações pessoais ou grupais. As transmissões de atributos culturais de identidade ocorrem no cruzamento horizontal de informações, quando indivíduos aprendem de seus contemporâneos; vertical, de seus antecessores ou oblíqua, de outras pessoas mais velhas. Quando as informações são transmitidas verticalmente, de pai para filho, ocorrem pouquíssimas mudanças; quando se cruzam no interior dos grupos sociais, são surtis; quando transmitidas entre diferentes grupos sociais, são radicais e, por isso, facilmente identificáveis. (SHENNAN, 2002, p. 304).

3.4 Resignificação dos Conceitos

Pondera-se que a cognoscibilidade do registro rupestre depende, em última instância, da relação dialógica entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível. Haverá sempre objetos que, por sua natureza (essência ou estrutura) e por seus atributos (aparência) serão mais facilmente identificados. Outros, por dependerem da intenção dos autores, do conjunto de conhecimentos, da capacidade de percepção ou do grau de aprimoramento técnico do sujeito cognoscente, serão mais

dificultosamente reconhecidos. Assim muitas figuras, reconhecíveis para alguns pesquisadores, são conhecíveis para outros, com maior amplitude de referências ou disponibilidade de recursos técnicos.

Sabe-se que os grupos metonímicos, originais ocupantes do território onde se implantou o Parque Nacional Serra da Capivara, realizavam registro rupestre com representações majoritariamente antropomorfas, zoomorfas e fitomorfas cujas espécies ou famílias nem sempre, à primeira vista se reconhecem. Para restaurá-las e ressignificá-las, na perspectiva violletiana, analisam-se painéis com figuras zoomorfas, e compararam-se com imagens vetorizadas de animais da fauna atual e/ou projeções de formas corporais de espécies extintas, reconstituídas por profissionais da paleoarte²². Chega-se, assim à visualização de características que possibilitam a identificação de tatus gigantes (*Glyptodontidae*), toxodontes (*Toxodontidae*), preguiças gigantes (*Eremoterium xenartra*), cavalos (*Equus hippidion*) e outros. Com eles interagiam os grupos pré-históricos e desenvolviam atributos identitários necessários à garantia da autossustentabilidade, ou seja, sua sobrevivência e seu sucesso reprodutivo. (Fig. 14 a 18).

Figura 14 - Glyptodontídeo (*Haplophorus euphractus*)



Fonte: Kesting; Souza (2016 *apud* Kesting 2022, p. 52)

²² Com os trabalhos de especialistas a resgatarm a forma dos animais da paleofauna a partir dos fósseis, identificam-se animais representados pelos grupos pré-históricos. (KESTERING; SOUZA, 2016, slide 12).

Figura 15 - Cena de caça ao Glyptodontídeo



Fonte: Kesting; Souza (2016 *apud* Kesting 2022, p. 52)

Figura 16 - Toxodontídeo (*Toxodon platensis*)



Fonte: Kesting; Souza (2016 *apud* Kesting 2022, p. 53)

Figura 17 - Eremoterium (*Eremotium xenartra*)



Fonte: Kesting; Souza (2016 *apud* Kesting 2022, p. 53)

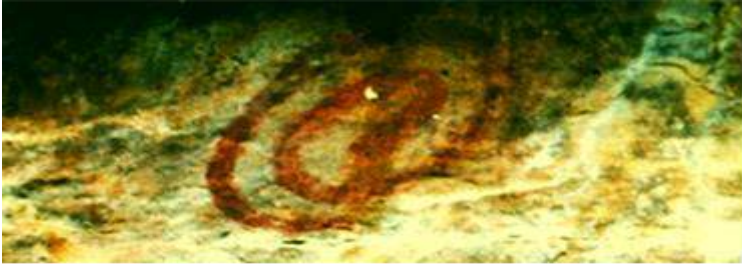
Figura 18 - Cavalo (*Equus hippidion*)

Fonte: Kesting; Souza (2016 *apud* Kesting 2022, p. 53)

De forma semelhante, sobre a temática dominante da Subtradição Sobradinho (estilos São Gonçalo e Brejo de Dentro), realizada recorrentemente (durante milênios) no Submédio São Francisco, por considerar-se reconhecível, outrora afirmava-se tratar-se de representação mnemônica de um elemento fundamental à sobrevivência dos grupos pré-históricos da região correspondente. (KESTERING, 2007). Hoje, depois de exaustiva pesquisa para desvendar o contexto do entorno e do boqueirão onde ela é dominante, sobre ela propõe-se provável tratar-se da representação da cascavel (*Crotalus durissus*), abundante na dita geoforma. (Fig. 19 e 20).

Enquanto se fazia a coleta de artefatos arqueológicos, observavam-se pequenos animais da fauna regional. Constatou-se relativa abundância de periquitos (*Aratinga cactorum*), rolinhas fogo apagou (*Columbina squammata*), calangos (*Cnemidophorus ocllifer*), lagartixas da caatinga (*Phyllopezus periosus*) e cobras cipós (*Oxybelis aeneus*). Chamou particular atenção uma jararaca (*Bothrops erythromelas*) conhecida regionalmente como “jabiraca malha de cascavel”. Diz-se tratar-se de uma cobra peçonhenta responsável pela morte de várias pessoas do povoado. Despertou extrema curiosidade o fato de sua estampa corresponder com a temática dominante dos registros rupestres da Subtradição Sobradinho, Estilo São Gonçalo com grande recorrência no Boqueirão do riacho homônimo, realizadas por grupos pré-coloniais, no período de 9.000 a 6.790 anos AP, quando o clima da região era tropical úmido. (KESTERING, AQUINO; BEZERRA, 2014, p. 13).

Figura 19 – Figura conhecível (serpente)



Fonte: Kesting; Souza (2016, slide 10)

Figura 20 – Figura outrora reconhecível, hoje conhecível



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Sabe-se que 90% dos acidentes com serpentes venenosas no Brasil têm como vítimas pessoas picadas por jararacas e 8%, por cascavéis. A partir desse dado, formula-se a hipótese de que as pinturas rupestres da Subtradição Sobradinho tenham sido realizadas por grupos pré-coloniais do Vale do São Francisco como marcadores de memória sobre o perigo que elas (a jararaca e a cascavel) representam nos boqueirões e grotas onde se encontram em abundância.

São frequentes os relatos de que as duas espécies de anfíbios provocam acidentes fatais nos rebanhos caprinos, ovinos e bovinos. Diz-se que há casos em que os criadores perdem várias cabeças desses animais, principalmente nos meses de abril e maio, quando elas saem de seus abrigos para acasalamento. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2014, p. 13).

3.5 Reclamo à Preservação

Antônio de Carvalho, cacique do povo Tamoquim, com residência junto ao Boqueirão do Riacho São Gonçalo, em Sobradinho - BA, diz agradecer, de coração, às pessoas que se ocupam em conhecer a história e pré-história de seus ancestrais.

À jusante dessa geoforma onde se preservam 32 sítios com registro rupestre e restos de uma aldeia de ocupação milenar existe um pequeno e modesto cemitério. Nele se plantaram os corpos de seu avô Honório, seu tio Romualdo e sua mãe Maria, nascidos no povoado ribeirinho de Saco do Meio e habituados à ocupação sazonal daquele sagrado e idílico chão. “Não é por acaso que estamos aqui. Nós estamos aqui para dizer uma coisa: isso tem que ser preservado. (Fig. 21 a 25). Isso não pode ser deteriorado como estamos vendo muitas coisas por aí.” (CARVALHO, 2021).

Figura 21 – Tem que ser preservado



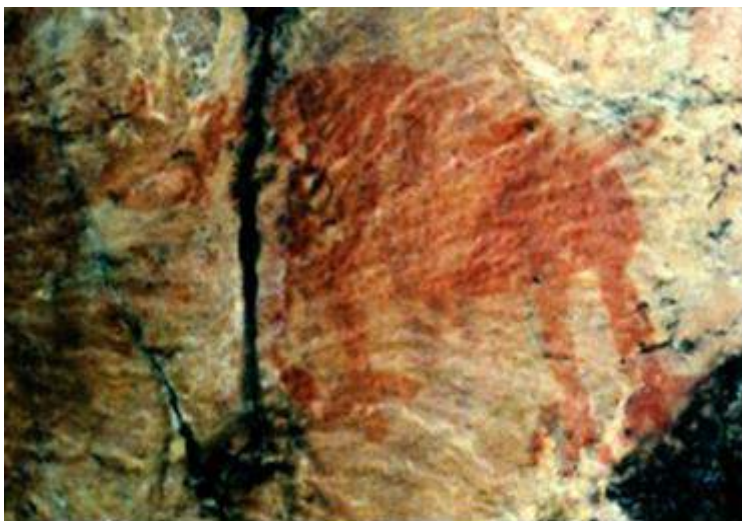
Fonte: Kesting (2014, p. 83)

Figura 22 – Tem que ser preservado



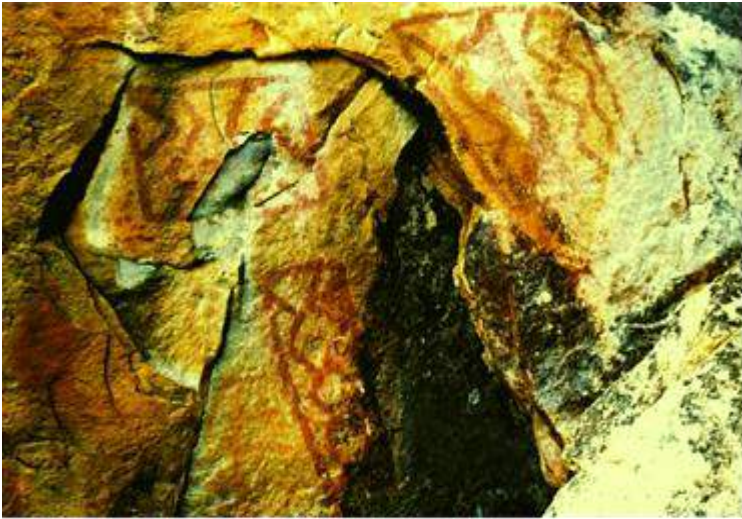
Fonte: Escolas do Campo de Sobradinho - BA (2022, p. 126)

Figura 23 – Tem que ser preservado



Fonte: Escolas do Campo de Sobradinho - BA (2022, p. 127)

Figura 24 – Tem que ser preservado



Fonte: Kesting (2007, p. 122)

Figura 25 – Tem que ser preservado



Fonte: Kesting (2007, p. 122)

3.6 Da Metonímia à Metáfora²³

Assim como na abordagem de outros artefatos da cultura material, o estudo da arte rupestre necessita sustentar-se em um sistema de conceitos sobre o qual formulam-se hipóteses e propõem-se conhecimentos plausíveis. Com base no universo conceitual da Arqueologia Cognitiva, fez-se pesquisa junto ao Povoado de São Pedro, no município de Sento Sé. Os resultados ora se apresentam, para mostrar as mudanças na estrutura do mapa cognitivo dos autores dos registros rupestres da Tradição Nordeste que, há seis mil anos, puseram fim a sua realização predominantemente metonímica, no Parque Nacional Serra da Capivara. Dada a proximidade da região Sudeste do Piauí com a região submedial do Vale do Rio São Francisco, propôs-se, em nível inicial, a hipótese de que seu desaparecimento aconteceu pela evolução decorrente de apropriações culturais de seus autores. Isso teria acontecido pela convivência daquelas comunidades coletoras caçadoras, com grupos originários do Planalto Central do Brasil, cujo sistema de comunicação era eminentemente metafórico.

De acordo com Bateson (1977 *apud* Kesting 2007, p. 31), “as apropriações que ocorrem nos contatos sociais promovem fusão completa dos grupos originalmente diferentes, eliminação de um dos grupos ou até mesmo dos dois, ou ainda, a persistência deles em equilíbrio dinâmico, no interior de uma comunidade maior”. Pela mesma razão, milênios mais tarde, pela estratégia da negação de sua etnicidade e apropriação do sistema de comunicação dos europeus, os grupos indígenas da

²³ Publicado originalmente em: KESTERING, Celito; SILVA, Vanessa Cosma da. Da Metonímia à Metáfora, no Submédio São Francisco. *In*: OLIVEIRA, Gabriel F. de; PAIVA, Leandro; JUSTAMAND, Michel; ALMEIDA, Vitor José Rampaneli de. (Orgs). **Arte Rupestre Brasileira: múltiplas visões. Volume 2**, p. 27-50. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2024.

região Nordeste do Brasil sobreviveram. Eles substituíram atributos periféricos da identidade nativa e adotaram o sistema de comunicação dos colonizadores de origem europeia. Fortalece-se, assim, a proposição de que eles não foram massivamente assassinados como sugere a historiografia oficial. É mais plausível a proposição de que eles se apropriaram do sistema de comunicação vantajosamente mais metafórica dos neopovoadores europeus, como similarmente acontecera com os grupos da Tradição Nordeste, em tempos pré-coloniais recuados.

Semelhanças temáticas entre grafismos da Subtradição Sobradinho e do Estilo Serra Branca sugerem ter havido contatos com apropriação de atributos gráficos entre grupos pré-históricos do Submédio São Francisco e do Parque Nacional Serra da Capivara. No Estilo Serra Branca, [por exemplo], algumas temáticas recorrentes da Área Arqueológica de Sobradinho foram utilizadas no preenchimento de figuras. As figuras da Subtradição Sobradinho diferenciam-se, porém, do padrão de [cognoscibilidade] do Estilo Serra Branca cujos grafismos são [conhecíveis] e apresentam [formas] típicas da fase final da Subtradição Várzea Grande, Tradição Nordeste. (KESTERING, 2007, p. 174).

Iniciou-se a pesquisa cujos resultados ora se relatam, com consultas bibliográficas sobre os atributos da identidade dos grupos pré-coloniais da Região Nordeste do Brasil. Continuou-se com a definição dos conceitos de tradição, subtradição e estilo e o esclarecimento de sua importância para o reconhecimento de atributos da identidade e evolução dos autores dos grafismos rupestres.

As pesquisas que se realizaram em campo, o mapeamento e o registro fotográfico permitiram uma inicial compreensão dos espaços originais ocupados pelos grupos da Tradição Nordeste e da Tradição São Francisco, respectivamente. Observou-se que, diferentemente do que ocorria no território do atual

Parque Nacional Serra da Capivara, nas proximidades dos sítios arqueológicos com painéis de registros rupestres da região do Submédio São Francisco havia muitos almofarizes²⁴. Isso sugere que, além de possuírem sistema de comunicação diferente, os autores dos registros gráficos pré-históricos dessa região, dedicavam-se à agricultura de subsistência, em disparidade com os originais ocupantes da região Sudeste do Piauí que eram eminentemente coletores - caçadores.

Para viabilizar análises comparativas entre figuras rupestres realizadas por grupos da Tradição Nordeste, encontradas no Parque Nacional Serra da Capivara e as figuras da Tradição São Francisco, abundantes no vale homônimo, levantaram-se referências teóricas e adotou-se método apropriado a sua abordagem. Priorizou-se a análise das figuras que representam vulvas. Enfatizaram-se as diferenças no padrão de cognoscibilidade, assim como nas formas e técnicas utilizadas para a representação dessa temática.

3.6.1 Aporte Teórico e Método

Reconhecem-se identidades pelos atributos, propriedades qualitativas e/ou quantitativas que distinguem um membro, de um conjunto. São características ou traços pelos quais se reconhecem entidades. Atributos que permitem o reconhecimento de entidades coletivas são peculiaridades comuns, perceptíveis nos padrões físicos e na cultura material ou imaterial de um grupo. Pode-se, assim, reconhecer grupos pré-coloniais, pela observação de atributos conservados na cultura material a que se vinculam os registros rupestres.

²⁴ Matacões ou maciços em que se trituram e homogeneizam alimentos e quaisquer outros sólidos. São também conhecidos como pilões. Estes objetos associam-se a sociedades com sistema econômico essencialmente agrícola.

Trabalhou-se com o informe de que, há seis mil anos, os atributos identitários dos grupos vinculados à Tradição Nordeste deixaram de materializar-se, no universo das pinturas rupestres preservadas na área do atual Parque Nacional Serra da Capivara. Propôs-se, por isso, em nível hipotético, que elas teriam se modificado pela assimilação da estrutura do sistema de comunicação de grupos ligados à Tradição São Francisco. Assim, prosseguiu-se a pesquisa iniciada por Pessis (1987), quando ela afirmava que a Tradição Nordeste “desapareceu silenciosamente”. No ano seguinte, Guidon (1988, p. 8) endossava essa afirmação com os dizeres: “As datações obtidas e a análise da indústria lítica confirmam as conclusões às quais chegamos, graças ao estudo da arte rupestre. A tradição Nordeste, evidente desde há 12.000 anos, parece desaparecer por volta de 7.000 +/- 6.000 anos”.

Para identificar atributos da identidade dos autores abordaram-se esses fragmentos do sistema predominantemente pré-colonial de comunicação, com pressupostos teóricos estruturalistas e parâmetros de análise eminentemente gnosiológicos. Segregaram-se, assim, as unidades gráficas disponíveis (pinturas e gravuras) pelo critério da cognoscibilidade. Classificaram-se elas como conhecíveis ou reconhecíveis.

Há comunidades que se inclinam a edificar seu sistema de comunicação com representações majoritariamente metonímicas ou realistas. Outras há que demonstram preferência por representações metafóricas, simbolistas abstratas ou geométricas.

3.6.2 Diferenciação Conceitual

A um grupo de estudantes perguntou-se quantas unidades representava um conjunto de bastonetes. De imediato,

disseram-me que se tratava de três unidades. Falou-se lhes que poderia estar representando 36, se estivesse-se reportando ao conceito de dúzia; 45, se estivesse a referir-se à ideia de arroba e 300 se se estivesse a tratar de centena, ou mesmo 3.000, se o conceito inerente fosse o de milhar.

Ao mesmo grupo perguntou-se se conheciam um gato. Disseram-me tratar-se de um felino domesticado. Disse-se a eles que poderia não ser. Se se estivesse a referir à esposa, estar-se-ia a utilizar o conceito de sensualidade; se se tratasse de uma vizinha que furtava objetos no supermercado, o termo estava a caracterizar uma ladra. Se, por outro lado, referisse-se ao mestre de caratê, estaria a ressaltar sua agilidade. Assim, a metonímia, cujo conceito é hermético, se contrapõe à metáfora que pode representar diferentes conceitos.

3.6.3 Parâmetro Gnosiológico

Pelo parâmetro da cognoscibilidade dominante, relacionada com longo tempo e amplo espaço, atribuem-se conjuntos de pinturas e gravuras rupestres a grupos ligados a tradições. Assim, filiam-se os grupos com sistema de comunicação majoritariamente metonímico à Tradição Nordeste e os grupos de comunicação soberanamente metafórica, à Tradição São Francisco. Na região Nordeste do Brasil há dominância absoluta de representações metonímicas no Parque Nacional Serra da Capivara que se situa no Vale do Rio Piauí, integrante da Bacia Hidrográfica do Nordeste, e metafóricas, prevalentes em toda extensão do Vale do Rio São Francisco, onde perfazem “80% a 100% das sinalações”. (PROUS, 1992 *apud* DUARTE, 2011, p. 22).

[Tradição] compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas [e/ou gravuras] de uma tradição pertençam aos mesmos

grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes. (MARTIN, 2005 *apud* DUARTE, 2011, p. 21).

Para auferirem eficaz qualidade de vida e conseqüente sucesso reprodutivo, em diferentes ambientes, provocam-se as comunidades ligadas a ancestrais comuns a adquirirem padrões comportamentais específicos. Desenvolvem técnicas apropriadas e aprimoram seu sistema de comunicação, com formas inovadoras de representação. Assim as sociedades se diversificam pela aquisição de atributos resultantes das adaptações ambientais e sociais. As tradições subdividem-se, por isso, em subtradições. As adequações dos grupos traduzem-se em mudanças temáticas e técnicas, no sistema de comunicação, nas formas dos artefatos líticos e cerâmicos, nas habilidades relativas a sua confecção e/ou utilização, nos componentes e na estrutura dos enxovais de enterramento e fogueiras, bem como em múltiplas particularidades de outras manifestações culturais. Assim, em território submedial sanfranciscano, o patrimônio rupestre de grupos integrantes da Tradição São Francisco, bem como o conjunto de artefatos líticos e cerâmicos possuem formas peculiares que se definiram pela utilização de técnicas apropriadas, adquiridas pelos intercâmbios culturais e/ou demandadas pela paisagem local.

[Por isso,] para segregar a identidade dos grupos pré-coloniais do Vale do São Francisco, busca-se, nas pinturas rupestres, o reconhecimento de padrões. A padronização das ações desses grupos preserva-se nos grafismos rupestres. Ela resulta de um conjunto de ações aprovadas pelo grupo. Tudo o que acontece na vida cotidiana, sem a aprovação do grupo, não passa de expressões fortuitas, sem padronização. (DUVIGNAUD, 1992 *apud* KESTERING, 2007, p. 21).

Os atributos de identidade modificam-se, assim, diante das exigências ambientais e de relações sociais internas e

externas dos grupos. Por serem sistemas abertos, eles possuem dinâmicas próprias que promovem trocas genéticas e culturais. É por isso que, mesmo conflituosas, as relações entre grupos sociais promovem apropriações biológicas e culturais, tanto pelos remanescentes dos vencidos quanto pelos dos vencedores. (FERREIRA NETO *in* CARDOSO e VAINFAS, 1997 *apud* KESTERING, 2007, p. 31). Os grupos de uma mesma espécie precisam estar ligados por cruzamentos. Não havendo mesclas com outros grupos, ao longo do tempo, os indivíduos definham-se e podem evoluir para uma subespécie, ainda em condições de cruzamento. Se a barreira que impede o cruzamento persistir por muito tempo, a tendência da subespécie isolada é evoluir para outra espécie, o que significa que, se encontrar populações da espécie original, não se cruzará mais com elas. (WILSON, 1994 *apud* KESTERING, 2007, p. 31).

Por comporem uma espécie biológica definida, os humanos, formam um conjunto genético fechado. Não trocam *genes* com outras espécies. Os indivíduos de um grupo não podem, por isso, desviarem-se muito dos demais porque precisam intercambiar genes com famílias de outros grupos. (KESTERING, 2007, p. 31).

A transmissão de atributos físicos e culturais integra processos diferentes. Os atributos biológicos transmitem-se nas estruturas genéticas do DNA e os culturais, no processo de ensino aprendizagem. Apesar da característica comum da transmissão de atributos genéticos e culturais, as espécies biológicas diferentes não se cruzam e, quando o fazem, produzem descendentes estéreis, enquanto os atributos culturais resultam de cruzamentos férteis de toda espécie. (GALLAY, 1983; BASALLA, 1991 *apud* KESTERING, 2007, p. 32).

Grande parte das mudanças nos atributos culturais acontece nas relações pessoais ou grupais. As transmissões de atributos culturais de identidade ocorrem no cruzamento horizontal de informações, quando indivíduos aprendem de

seus contemporâneos; vertical, de seus antecessores ou oblíqua, de outras pessoas mais velhas. Quando as informações são transmitidas verticalmente, de pai para filho, ocorrem pouquíssimas mudanças; quando se cruzam no interior dos grupos sociais, são surtis; **quando transmitidas entre diferentes grupos sociais, são radicais e, por isso, facilmente identificáveis** (grifo nosso). (SHENNAN, 2002, p. 304).

Na construção das identidades atuam agentes conservadores como a tradição, o poder e a própria estrutura genética que uniformizam e perpetuam padrões de comportamento dos indivíduos e dos grupos. O processo de ensino aprendizagem que se realiza nos intercâmbios, não se reduz, por isso, à simples cópia de atributos. A aprendizagem envolve estruturas físicas que dependem dos sistemas hormonal e nervoso, herdados geneticamente. (PIAGET, 1996 *apud* KESTERING, 2007, p. 33).

Nos intercâmbios com o meio ambiente e com outros grupos, os indivíduos agregam a sua identidade os atributos adquiridos pelo processo de aprendizagem. No processo de aprendizagem, a assimilação da realidade externa, para a produção de conhecimentos, depende da estrutura genética dos indivíduos e da estrutura mnemônica do grupo. As estruturas mnemônicas são arquivos de memória pelos quais se reconhecem os traços funcionais essenciais dos objetos. Assim, a capacidade de perceber e reproduzir imagens depende, em última instância, de disposições físicas e de potencialidades desenvolvidas pelos indivíduos, no contexto social e ambiental. Vê-se o que se está condicionado a ver. Percebe-se e incorpora-se aquilo que se associa com as estruturas mnemônicas. Por estarem estreitamente relacionadas com a estrutura genética e mnemônica, as manifestações culturais preservam atributos caracterizadores da identidade dos grupos. Entende-se por estrutura o modo como estão dispostos e se relacionam as partes de um conjunto. (KESTERING, 2007, p. 33).

As estruturas genéticas e mnemônicas transmitem-se de geração em geração e se manifestam nas homologias. Segundo Wilson (1978 *apud* Kestering, 2007, p. 33) “homologia é toda a semelhança entre estruturas anatômicas, processos fisiológicos ou genes idênticos de duas ou mais espécies, decorrente da posse de um antepassado comum”. A constatação de que existem homologias no comportamento animal leva etólogos, biólogos, antropólogos e arqueólogos a defenderem a proposição de que, na passagem de atributos culturais de identidade entre gerações, funcionam processos semelhantes aos fatores que mantêm atributos físicos na herança genética. (LORENZ, 1995 *apud* KESTERING, 2007, p. 33).

Utiliza-se o conceito de homologia para os atributos culturais de identidade que, apesar de apresentarem mudanças ao longo do tempo, mantêm constante uma estrutura com a qual se relacionam diferentes grupos ligados a ancestrais comuns. Com base nesta fundamentação teórica, formula-se a hipótese de que os grupos de diferentes ancestralidades quais eram os que se vinculavam à Tradição Nordeste e os que se integravam à Tradição São Francisco, respectivamente, mantiveram fecundos contatos. Nesses relacionamentos ocorreram intercâmbios genéticos e culturais, com profundas mudanças no sistema de comunicação, que se materializaram e perpetuaram-se nos padrões metafóricos de cognoscibilidade, apesar de inovarem-se as temáticas (formas) dos registros rupestres.

3.7 Área de Estudo

Começou-se por analisar painéis de pintura rupestre que se identificaram no Serrote do Caldeirão do Manezinho, localizado no município de Sento Sé, integrante da Área Arqueológica de Sobradinho - BA. Essa unidade federativa,

criada por decreto imperial, no dia 6 de julho de 1832, localiza-se no extremo norte da Bahia, margem direita do Rio São Francisco e ocupa uma área de 12.871,04 km². Limita-se ao norte com os municípios de Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova; ao sul com Campo Formoso, Umburanas e Morro do Chapéu; ao leste com Sobradinho e a oeste com Itaguaçu da Bahia, Xiquexique e Jussara. Nela, a precipitação pluviométrica registrada em série histórica apresenta amplitude variável entre 500 e 600 mm por ano. O período chuvoso ocorre entre os meses de novembro e março. Cercada por belíssimas serras, sua sede atual, localiza-se na margem direita do lago de Sobradinho, às coordenadas 24L 183617, UTMN 8922023, a 403 metros de altitude. (Fig. 26). Seu clima é semiárido e sua vegetação predominante, a caatinga. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de aproximadamente 36 mil habitantes. Está entre as cinco cidades relocadas por terem suas antigas sedes inundadas pela construção da Barragem de Sobradinho, efetivada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), na década de 1970.

Figura 26 - Mapa de acesso e distância entre o sítio e Sento Sé



Fonte: Google Earth (2016 *apud* Kesting; Silva, 2024, p. 34)

Nesse município conservam-se tradições indígenas como a reverência a Caipora, Caboclo Muribeca, Homem Folhagem e Negro d'Água. As casas de farinha, de onde sai o produto manufaturado para a confecção de beijus, papas, mingaus, bolos de puba, bolos de macaxeira, tapioca e paçoca, trazem ainda características seculares, relacionadas aos períodos coloniais e milenares, associadas a imemoriais tempos pré-históricos.

Caipora é uma entidade da mitologia tupi-guarani que se traduz como habitante do mato. Seu corpo é todo coberto de pelos. Montado em um porco selvagem, anda nu pela floresta e domina todos os animais. Pode ser um pequeno caboclo, com um olho no meio da testa, cocho e que atravessa a mata montado num porco selvagem; um índio ágil de baixa estatura; um homem peludo, com vasta cabeleira. Ele ataca os caçadores que não cumprem os acordos feitos com ele. Assim como o Curupira, de quem é parente ou se confunde, tem a missão de proteger os animais da floresta. É o terror de quem caça além das necessidades. O Caipora usa todos seus conhecimentos sobre a vida na floresta para fazer armadilhas aos caçadores, destruir suas armas e bater nos cães de caça. Assusta os caçadores, reproduzindo sons da floresta, além de modificar os caminhos e rastros para fazer com que se percam. Aos domingos, sextas-feiras e dias santos o Caipora age com mais força e de maneira mais intensa. Uma forma de escapar da ação dele é oferecer-lhe fumo de corda e outros presentes, que devem ser deixados próximo ao tronco de alguma árvore, de preferência numa quinta-feira. Antes de sair de casa dizer: "Toma Caipora, deixa eu ir embora". Mesmo assim, não é garantia de que não irá agir, pois dizem que ele é traiçoeiro. (...)

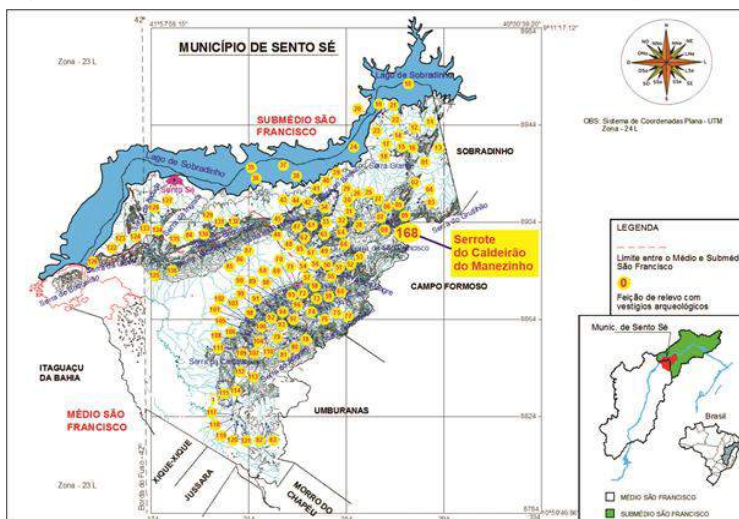
O **Caboclo Muribeck** nunca foi visto. Vaqueiros e caçadores já ouviram sua voz, rouca e cansada. Não é de muita conversa. Quando alguém põe fogo na caatinga ou mata uma fêmea prenha, reclama dizendo: "Aqui é lugar de respeito. Tem caboclo Muribeck". Contam os garimpeiros que ele sabe onde o Romão Gramacho escondeu ouro, prata e diamante quando percorreu as caatingas de Sento Sé em busca de riquezas minerais. (...)

O **Homem Folhagem** costuma esconder-se nas trilhas das caatingas, principalmente perto dos boqueirões e das grotas. Veste-se com folhas secas que cola no corpo com resina de amescla. Provoca queda nas pessoas mal educadas, mas ensina o caminho de volta, quando o visitante tem bom comportamento, respeita a fauna e a flora e não deixa lixo espalhado nos lugares por onde anda. (...)

O **Negro D'água** é uma mistura de um homem negro alto e forte. Apresenta nadadeiras como as de um anfíbio, corpo coberto de escamas mistas com pele. É preto e careca. Tem os pés e as mãos de pato. Manifesta-se com gargalhadas e derruba a canoa dos pescadores quando se recusam dar-lhe um peixe. Há pescadores na região de Sento Sé – BA que, ao saírem para pescar, levam uma garrafa de cachaça e atiram-na no lago, para que não tenham sua embarcação virada. Sua função é preservar as águas. Amedronta as pessoas que não preservam a sua santa morada. Dá sustos, parte anzóis de pesca, fura redes, provoca enchentes e vira os barcos de quem derruba e queima a mata ciliar, joga lixo ou despeja esgoto no lago. Sua ira é maior contra aqueles que fazem pesca predatória. (CAIPORA, 2010; NEGRO D'ÁGUA, 2010 *apud* KESTERING, 2014, p. 18-20).

No entorno próximo de vários povoados identificaram-se muitas feições de relevo com artefatos arqueológicos. Existem centenas, quiçá milhares de painéis de pintura rupestre que se deterioraram porque estão expostos a intempéries físicas e químicas. Muitos há que se degradam por raízes de plantas fixas no suporte, sal, fogo, insetos, fezes e urina de mocó, pichação e deslocamento. (Fig. 27).

Figura 27 – Feições de relevo com artefatos e outros vestígios



Fonte: Kesting (2014, p. 28), adaptado pelo autor

3.7.1 Serrote do Caldeirão do Manezinho

O Serrote do Caldeirão do Manezinho (168) não havia sido identificado nas primeiras prospecções realizadas por professores e estudantes do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF. Trata-se de um morro residual da Chapada Diamantina, distante 20 km ao sul do povoado de Piçarrão, 30 km a sudeste da antiga cidade de Sento Sé e 200 km, em linha reta, também a sudeste do Parque Nacional Serra da Capivara. Nele existem quatro sítios arqueológicos: Manezinho 1 (168.1), Manezinho 2 (168.2), Manezinho 3 (168.3) e Manezinho 4 (168.4). (Fig. 28 a 46).

Figura 28 - Serrote do Caldeirão do Manezinho



Fonte: Kesting; Silva (2024, p. 35)

Figura 29 – Distribuição espacial dos sítios Manezinho 1, 2, 3 e 4



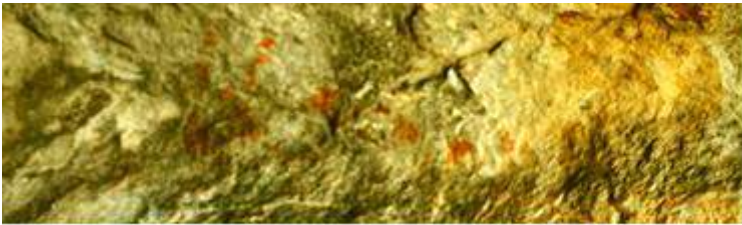
Fonte: Google Earth (2016 *apud* Kesting; Silva, 2024, p. 35)

Figura 30 – Manezinho 1



Fonte: Kesterling (2012, p. 227)

Figura 31 – Painel rupestre



Fonte: Kesterling (2012, p. 229)

Figura 32 – Painel rupestre



Fonte: Kesterling (2012, p. 230)

Figura 33 – Painel rupestre



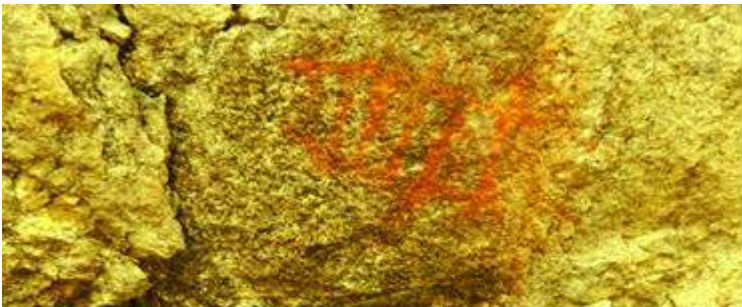
Fonte: Kesterling (2012, p. 231)

Figura 34 – Painel rupestre



Fonte: Kesterling (2012, p. 235)

Figura 35 – Painel rupestre



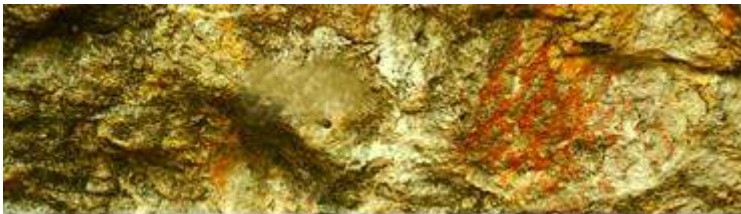
Fonte: Kesterling (2012, p. 231)

Figura 36 – Manezinho 2



Fonte: Kesting (2012, p. 237)

Figura 37 – Painel rupestre



Fonte: Kesting (2012, p. 238)

Figura 38 – Artefato lítico



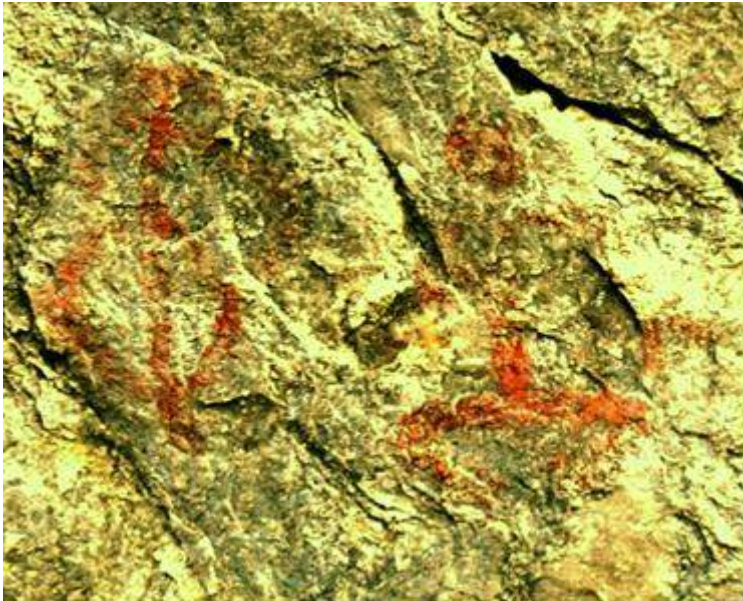
Fonte: Kesting (2012, p. 240)

Figura 39 – Manezinho 3



Fonte: Kesting (2012, p. 241)

Figura 40 – Paineil rupestre



Fonte: Kesting (2012, p. 242)

Figura 41 – Painel rupestre



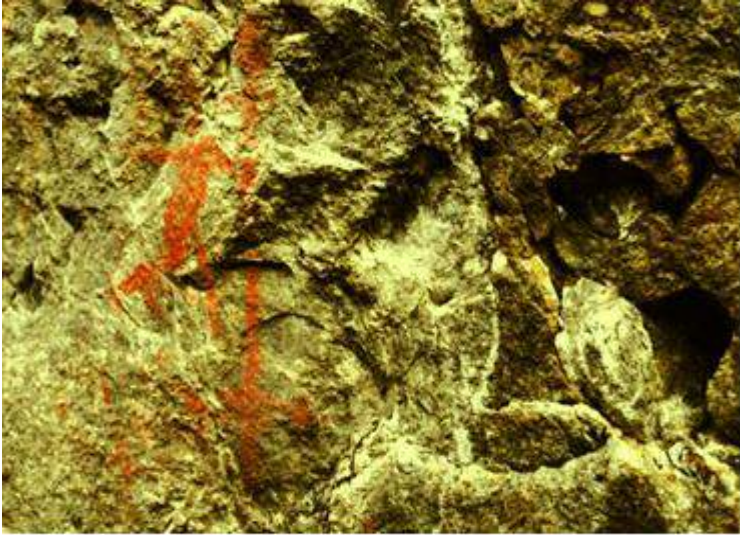
Fonte: Silva; Iguatemy; Kesting (2017, p. 254)

Figura 42 – Painel rupestre



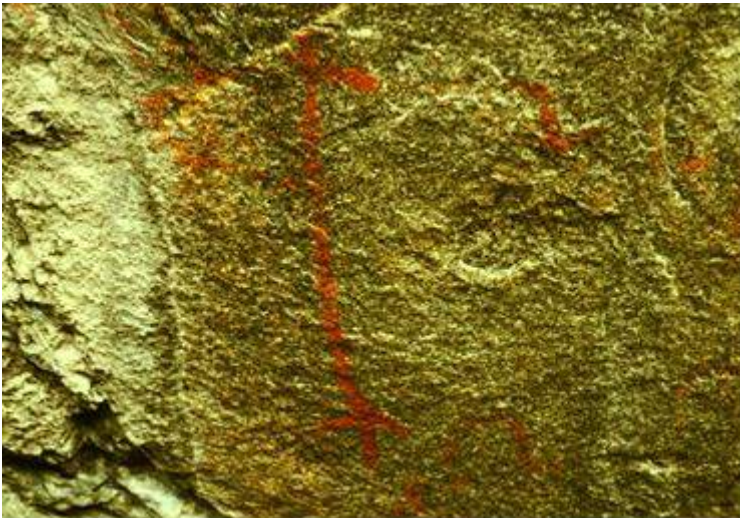
Fonte: Silva; Iguatemy; Kesting (2017, p. 254)

Figura 43 – Painel rupestre



Fonte: Silva; Iguatemy; Kesting (2017, p. 255)

Figura 44 – Painel rupestre



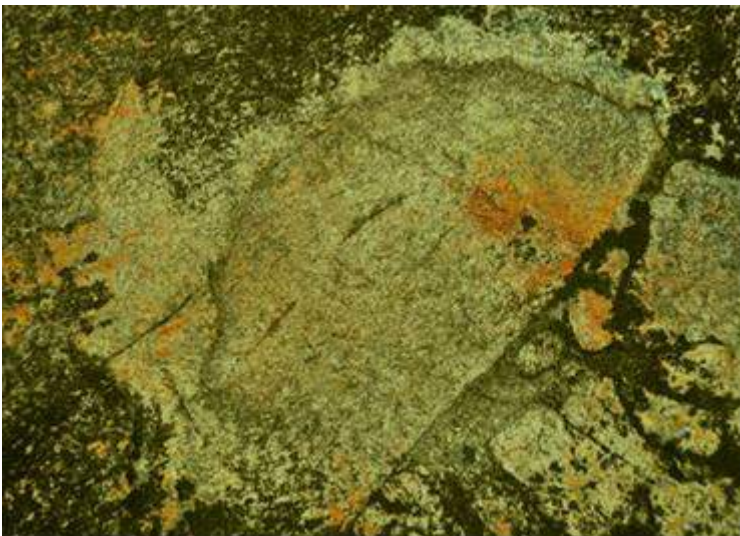
Fonte: Silva; Iguatemy; Kesting (2017, p. 256)

Figura 45 – Vista parcial do Sítio Manezinho 4



Fonte: Silva; Iguatemy; Kesting (2012, p. 259)

Figura 46 – Almofariz em rocha



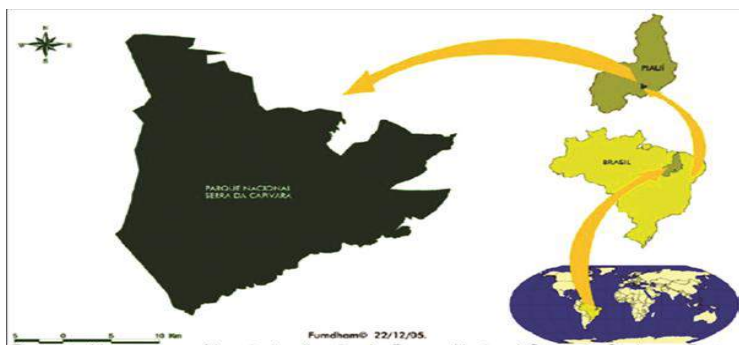
Fonte: Silva; Iguatemy; Kesting (2012, p. 258)

Os aludidos sítios são alcantis esculpidos em rochas metassedimentares da Formação Tombador. Neles se preservam painéis de pintura rupestre, frente aos quais se encontram artefatos líticos e outros indicativos de ocupações temporárias, tanto pré-históricas quanto históricas. Segundo o guia Juvêncio Rocha da Silva, morador local, de ancestralidade nativa, há relatos de que foram ocupados por cangaceiros, entre os quais destaca-se, por notoriedade, o grupo de Lampião que neles se abrigava no início de século XX.

3.7.2 Parque Nacional Serra da Capivara

O Parque Nacional Serra da Capivara, localiza-se no sudeste do Piauí. (Fig. 47 e 48). Ocupa uma área de 129.953 hectares em território que abrange parte dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. A ele integram-se os topônimos: Serra Vermelha, Serra Talhada, Serra da Capivara, Serra Branca e Serra do Gongo. Situa-se entre dois domínios geológicos, a Faixa de Dobramentos Riacho do Pontal e a Bacia Sedimentar do Parnaíba. Em sua área de abrangência cadastraram-se já 680 sítios, dos quais 600 com pinturas e 80 com gravuras rupestres. (CASTRO 2010).

Figura 47 – Localização do Parque Nacional Serra da Capivara



Fonte: Fundham (2005, *apud* Kesting; Silva, 2024, p. 36)

Figura 48 – Vista aérea parcial do Parque Nacional Serra da Capivara

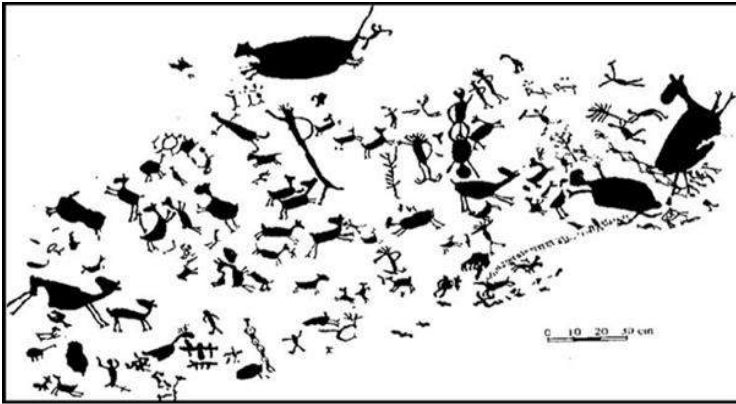


Fonte: Pessis; Cisneiros; Mutzenberg (2018, p. 36)

No universo das pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara predominam as figuras metonímicas da Tradição Nordeste, realizadas no período de 12 mil a seis mil anos antes do presente. Elas também ocorrem, em menor concentração, porém, nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e norte de Minas Gerais. São pinturas predominantemente monocromáticas que representam homens, animais, vegetação e, em proporção mínima, figuras metafóricas. Representavam-se os antropomorfos em rituais essencialmente ligados à vida, como danças, relações sexuais, caça, cerimônias e cenas míticas. (Fig. 49). Os temas representados repetiram-se ao longo do tempo, com variações perceptíveis na forma e na técnica o que possibilita dividi-las e subdividi-las em subtradições e estilos, respectivamente.

A subdivisão das tradições em subtradições fundamenta-se no pressuposto de que os grupos vinculados a uma tradição continuam realizando, por longo tempo, grafismos com o mesmo padrão de cognoscibilidade, adicionando componentes temáticos e técnicos surgidos como resultado das adaptações ambientais e sociais ao novo hábitat. (KESTERING (2007, p. 30).

Figura 49 - Tradição Nordeste no Parque Nacional Serra da Capivara



Fonte: Souza (2009)

Assim foi que se identificou nelas a subtradição Várzea Grande, predominante no Parque Nacional Serra da Capivara, e a Subtradição Seridó, majoritária no Rio Grande do Norte. A Subtradição Várzea Branca, objeto de interesse para o estudo comparativo que se fez na presente pesquisa, subdivide-se em dois estilos, quais são: Serra da Capivara (mais antigo) e Serra Branca (mais recente). (Fig. 50).

Figura 50 – Painel rupestre da Tradição Nordeste, Estilo Serra da Capivara

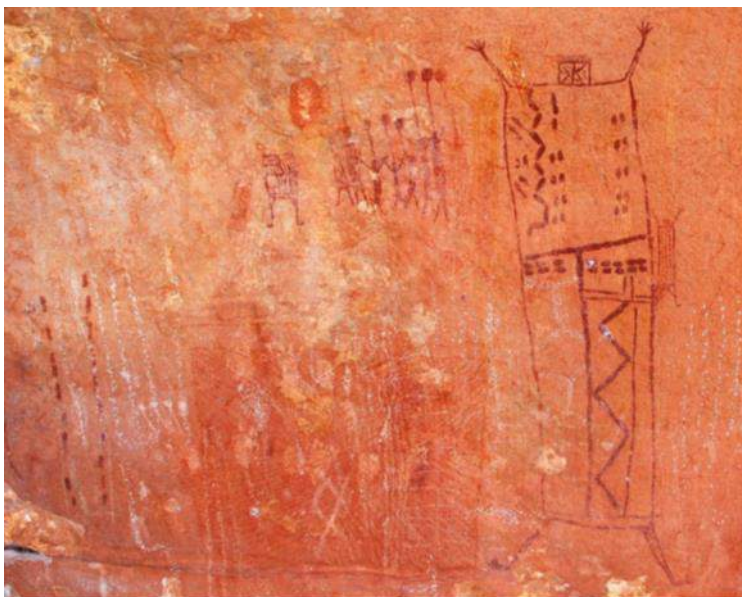


Fonte: Pessis; Cisneiros; Mutzenberg (2018, p. 46)

O estilo Serra da Capivara foi classificado como o primeiro e mais antigo, pode ter iniciado há 12.000 anos BP. Caracteriza-se por suas representações dinâmicas individuais que mostram aspectos lúdicos formados por casais, ou pequenos grupos de seres humanos ou animais, e apresentam-se exclusivamente na cor vermelha. Os temas apresentados no Estilo Serra da Capivara são a sexualidade, a dança lúdica e ritual, os ritos cerimoniais coletivos, a caça individual de pequenos animais. (MARTIN, 2013).

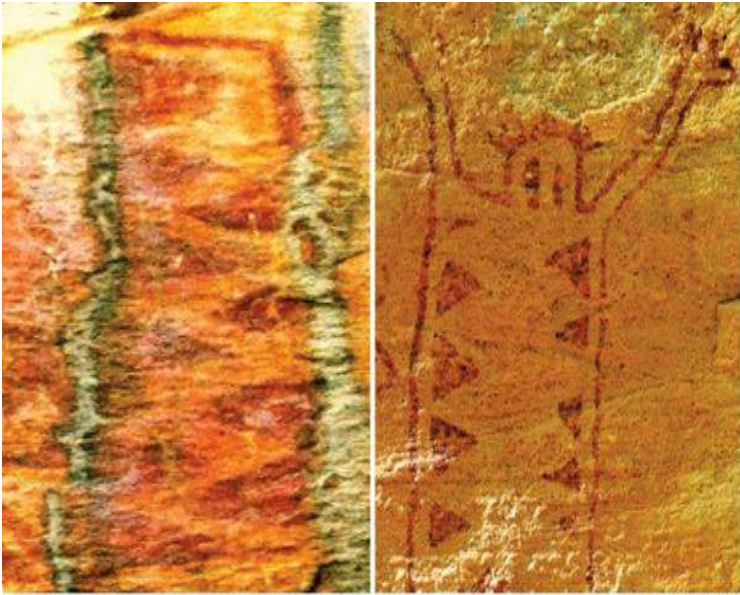
O estilo Serra Branca caracteriza-se pela continuidade da representação de figuras metonímicas, típicas dos grupos pré-históricos da Tradição Nordeste, pelo desaparecimento do dinamismo próprio do estilo Serra da Capivara e pela inauguração de seu preenchimento com unidades metafóricas (geométricas) próprias dos grupos pré-coloniais da Tradição São Francisco. (Fig. 51 a 55).

Figura 51 – Painel rupestre da Tradição Nordeste, Estilo Serra Branca



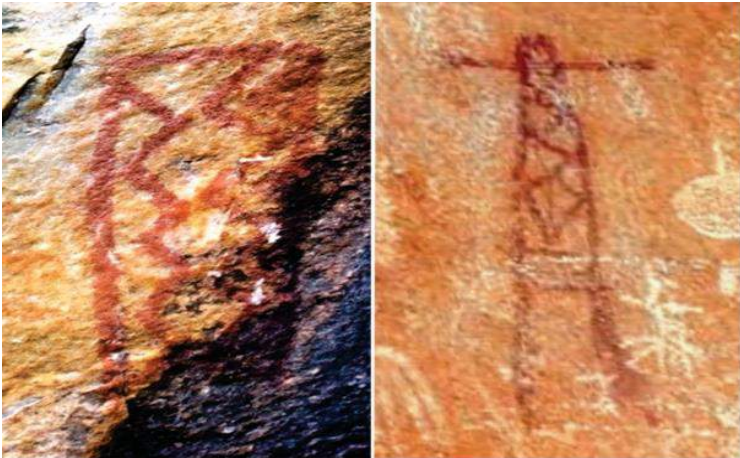
Fonte: Pessis; Cisneiros; Mutzenberg (2018, p. 47)

Figura 52 - Unidades gráficas das tradições São Francisco e Nordeste



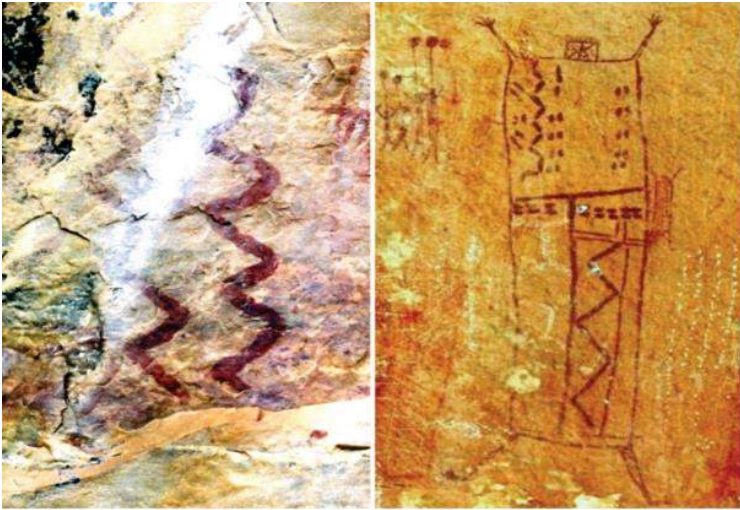
Fontes: Kesting; Silva (2024, p. 38)

Figura 53 - Unidades gráficas das tradições São Francisco e Nordeste



Fontes: Kesting; Silva (2024, p. 38)

Figura 54 - Unidades gráficas das tradições São Francisco e Nordeste



Fontes: Kesting; Silva (2024, p. 39)

Figura 55 - Unidades gráficas das tradições São Francisco e Nordeste



Fontes: Kesting; Silva (2024, p. 39)

Com base no pressuposto de Bateson (1977 *apud* Kesting 2007, p. 31), as apropriações que ocorreram no sistema de comunicação dos grupos vinculados à Tradição Nordeste

aconteceram, concomitante e reciprocamente, nos grupos pertencentes à Tradição São Francisco, com “fusão completa dos grupos originalmente diferentes”. Propõe-se, por isso, em nível preliminar e hipotético que, com o desaparecimento da Tradição Nordeste, e a fusão física e cultural dos grupos originalmente diferentes, a partir de seis mil anos, instaurou-se na região Nordeste do Brasil, um sistema único de comunicação rupestre. A metonímia cedeu lugar à metáfora. A caça e a coleta persistiram, em harmonia com a pesca e a prática agrícola de lameiro e/ou sequeiro.

3.8 Análise Comparativa

Selecionaram-se painéis rupestres com senas de sexo, dos sítios Toca da Entrada do Pajeú, Toca da Entrada do Baixão da Vaca, Toca do Caldeirão do Rodrigues I e Toca do Pinga do Boi, situados na área do Parque Nacional Serrada Capivara. (Fig. 60 a 63). Compararam-se as representações vulviformes desses sítios da Tradição Nordeste, eminentemente metonímicas, com figuras semelhantes, da Tradição São Francisco, majoritariamente metafóricas, encontradas em sítios da região submedial do Rio São Francisco. Iniciou-se pela comparação com as pinturas encontradas no Serrote do Caldeirão do Manezinho.

3.8.1 Representações Metonímicas

Observa-se que, nos painéis de pintura rupestre da Tradição Nordeste, Subtradição Várzea Grande, Estilo Serra da Capivara, realizados na área do Parque Nacional Serra da Capivara, a representação da temática relativa à sexualidade demandava

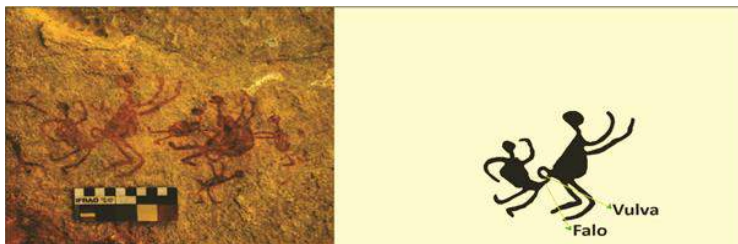
a presença de figuras em que se evidenciava explicitamente a cópula. O conceito ou significado hermético da reprodução humana representava-se em cenas nas quais participavam homens caracterizados pelo falo e mulheres evidenciadas pela vulva. (Fig. 56 a 59). O conceito metonímico, exclusivo, único ou fechado da fecundação revela-se, por isso, de imediato aos pesquisadores, independentemente de sua formação ou nível de instrução. A chave para sua decodificação, ou seja, a estrutura dos elementos anatômicos e hormonais responsáveis pela procriação do *Homo sapiens*, é a mesma, tanto na pré-história quanto na história. Diz-se por isso que o significado ou conceito de reprodução humana, nas referidas cenas de cópula revela-se de imediato, em interpretação aceitável, indubitável ou inquestionável. É, por isso, conhecível.

Figura 56 – Painel rupestre da Toca da Entrada do Pajeú



Fonte: Castro (2010 *apud* Kesting; Silva, 2024, p. 40)

Figura 57 – Painel rupestre da Toca da Entrada do Baixão da Vaca



Fonte: Castro (2010 *apud* Kesting; Silva, 2024, p. 40)

Figura 58 – Painele rupestre da Toca do Caldeirão dos Rodrigues I



Fonte: Castro (2010 *apud* Kesting; Silva, 2024, p. 40)

Figura 59 – Painele rupestre da Toca do Pinga do Boi



Fonte: Castro (2010 *apud* Kesting; Silva, 2024, p. 41)

3.8.2 Representações Metafóricas

No primeiro painele do Sítio Manezinho 3, segregado para a pesquisa que se estava a realizar em campo, observa-se que o autor se ocupou em representar um casal; a mulher, com evidente destaque à vulva, e o homem, sem a relativa e proporcional evidência ao falo. Apesar de relativamente próximas, as figuras não sugerem qualquer vínculo com o conceito da reprodução, reiteradas vezes manifesto claramente nas cenas metonímicas do Parque Nacional Serra da Capivara.

A relativa proximidade das figuras e a sintonia cenográfica dos personagens sugerem a intensão clara de estarem a representar uma cena de dança, com ênfase à **sensualidade** feminina, evidentemente manifesta no realce da vulva associada ao corpo da mulher sensual. (Fig. 60).

Figura 60 – Representação da sensualidade feminina



Foto: Kesting; Silva (2024, p. 42)

A dança é capaz de desenvolver a sensualidade e autoconfiança que dificilmente a mulher conseguiria em outro lugar. Com a dança, ela aprende a fazer algo voltado para si mesma e não para os outros, então, é possível descobrir inúmeras formas de se expressar e de se sentir sensual.

Não existe receita pronta ou estilo pré-definido. Por trás de uma mulher sensual, existe alguém que se conhece e se gosta. A dança fornece técnicas para deixar a mulher mais segura e autoconfiante e este sentimento poderá ser aplicado em outras circunstâncias da vida real.

Existem muitas formas de ser e se sentir sensual. Uma mulher pode ser uma figura forte e espontânea, ser do estilo delicada e meiga, ou dominadora e poderosa; pode ser inteligente e sofisticada ou tímida e reflexiva. As possibilidades são infinitas e cada uma precisa olhar para dentro de si e encontrar qual é seu estilo. A sensualidade aflora quando a mulher se sente bem, mostrando quem ela realmente é. (LOYOLLA, 2024).

Ao centro do terceiro painel do Sítio Manezinho 3 representou-se uma vulva associada ao corpo feminino, e outra, desvinculada dele, na base, à direita do observador. (Fig. 61). Essa evolução, constatada nesse painel rupestre, tornou-se prática corrente na realização de outros painéis do Submédio São Francisco. A sensualidade feminina passou a ser então representada com figuras vulviformes isoladas, sem vínculo com o corpo da mulher. (Fig. 62 a 65).

Figura 61 – Representação da sensualidade no Sítio Manezinho 3

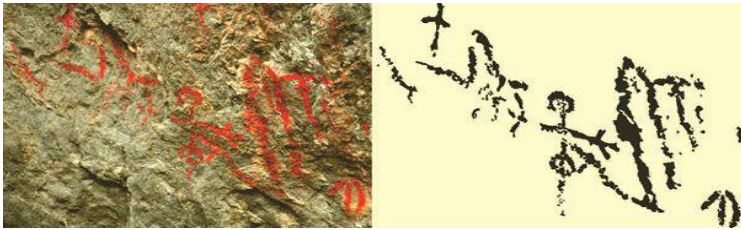


Foto: Kesting; Silva (2024, p. 42)

Figura 62 – Representações de vulvas no Sítio São Gonçalo 8



Fonte: Kesting; Silva (2024, p. 44)

Figura 63 – Representações de vulvas no Sítio São Gonçalo 20



Fonte: Kesting; Silva (2024, p. 45)

Figura 64 – Representação de vulva no Sítio São Gonçalo 16



Fonte: Kesting; Silva (2024, p. 44)

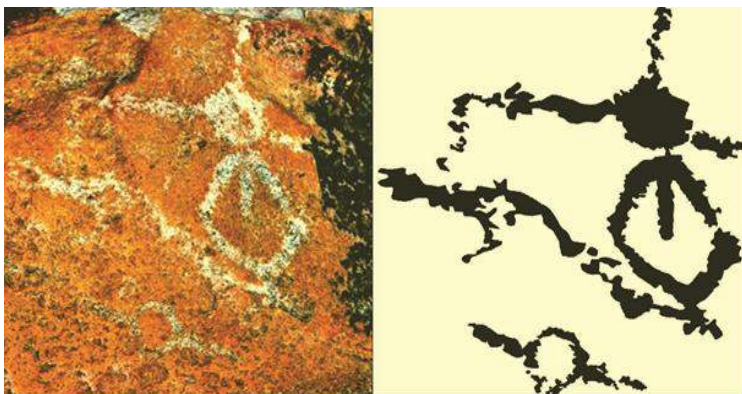
Figura 65 – Representação de vulva no Sítio Caldeirões 7



Fonte: Kesting; Silva (2024, p. 45)

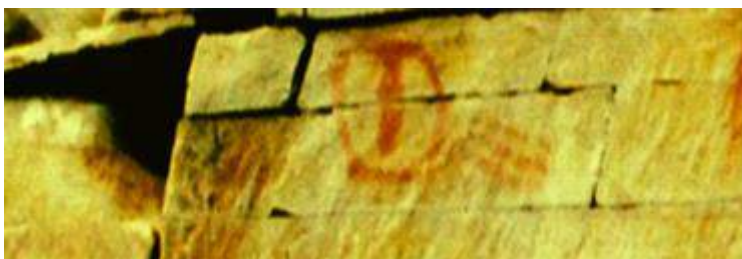
Na Lagoa da Ponta Baixa, município de Jaguarari - BA, a 115 Km, em linha reta, do Serrote do Caldeirão do Manezinho, encontram-se painéis com gravuras rupestres semelhantes, a sugerirem a mesma transição cultural, da metonímia à metáfora. Em lugar da reprodução humana ou da sensualidade feminina, nelas parece ter-se enfatizado o conceito do **prazer** com representação enfática do clitóris. Nos boqueirões do Riacho São Gonçalo e Brejo de Dentro, distantes 38 Km e 35 Km, em linha reta, respectivamente, esse órgão do prazer, da sensualidade ou do encanto representou-se já desvinculado do corpo feminino. (Fig. 66 a 68).

Figura 66 – Representação de vulva na Lagoa da Ponta Baixa



Fonte: Kesting (2021, p. 140), adaptada com vetorização

Figura 67 – Representação do clitóris no Sítio São Gonçalo 18



Fonte: Acervo fotográfico dos autores (2016)

Figura 68 – Representação do clitóris no Sítio Brejo de Dentro 17



Fonte: Acervo fotográfico dos autores (2016)

Observe-se que, no Submédio São Francisco do Século XVII, os nativos em processo de catequização na missão de Aracapé, eram naturalmente permissivos no exercício e/ou usufruto pleno da lascívia, do prazer ou do encanto²⁵. Os grupos pré-históricos do Submédio São Francisco sabiam já que, pelo ápice do gozo sexual liberam-se hormônios essenciais à felicidade e/ou alegria de viver e, pelo compartilhamento dele, no constatar e sentir eficaz desempenho pessoal em proporcioná-lo à pessoa amada, fortalece-se a autoestima recíproca.

Nos meios da ciência médica psiquiátrica reconhecem-se como quarteto da felicidade os hormônios: **endorfina, dopamina, serotonina e ocitocina**. (...) a falta deles, em conjunto ou individualmente, gera insônia, estresse, palidez, fadiga e irritabilidade; tristeza no olhar; sonolência diurna; baixa energia; fraca autoestima; perda de equilíbrio; dificuldade para sorrir; secura nos olhos; câibras musculares; espasmos e/ou tremores; pensamentos suicidas e alucinações; falta de expressões emocionais; frieza em demonstrar sentimentos; medo e fobias; diminuição da libido, função cognitiva, memória e atenção; mau humor e depressão. (KESTERING, 2023a, p. 196-197).

A constatação da evolução ocorrida no sistema de comunicação pré-histórica, permite aferir a consistência dos conceitos e parâmetros utilizados para ordenamento das figuras rupestres. Credencia também os arqueólogos a propor que o “silencioso” desaparecimento da tradição Nordeste, há seis mil anos, aconteceu pela evolução do sistema de comunicação dos grupos da Tradição Nordeste, econômica e tecnicamente mais frágeis que os da Tradição São Francisco. Enquanto os originais ocupantes do território do atual Parque Nacional Serra da Capivara eram apenas coletores-caçadores,

²⁵ “Como a sua nudez lhes fizera perder o pudor natural, não há tipo de desregramento contra a pudicícia que não cometam, alguns em idades tão tenras que poderia parecer incrível: numa palavra, era uma desordem assustadora.” (NANTES, 1708, p. 5 *apud* KESTERING, 2023a, p. 19-20).

os exploradores das húmicas ilhas e margens do Rio São Francisco eram coletores, caçadores, pescadores e agricultores (política, técnica e economicamente mais fortes).

3.9 Da Sensualidade ao Machismo

É notório que, no processo de colonização europeia do Vale do Rio São Francisco, essencialmente patriarcal e machista, as mulheres brancas, de tradição religiosa eminentemente tridentina, submetiam-se servilmente a seus maridos²⁶. “Se de um lado o corpo [delas] era objeto de desejo e prazer, de outro, ele era reprimido pelos valores morais dominantes e pelas funções sociais que ele devia exercer”. (ZIELINSKI; CATTANI, 1995, p. 29-30 *apud* KERN, 2014, p. 34).

É incontestável que, desde os primeiros anos de ocupação da América sertaneja, as escravas majoritariamente indígenas, eram exploradas e vilipendiadas pelos colonizadores, como amantes, concubinas, prostitutas e/ou meretrizes. Por isso, rotulavam-se a elas, discriminada e pejorativamente, com o estigma de *negras*, escravas do pecado e servis nas fornicções. A negra da terra e/ou de origem africana era para tudo: do eito ao leito. (CANSTATT, 1995; FIABANI, 2017, p. 32 *apud* KESTERING, 2023, p. 16-17).

Com o advento do colonialismo, consideraram-se as mulheres como poços de pecado, sedução, queda e perdição aos

²⁶ “As relações de poder já implícitas no escravismo reproduziam-se nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando essa a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir o chefe da família com seu sexo, dando-lhe filhos que assegurassem a sua descendência e servindo de modelo para a sociedade familiar com que sonhava a Igreja. (...) Donde a determinação de posições ‘certas’ durante as relações sexuais. Era proibido evitar filhos, gozando fora do ‘vaso’. Era obrigatório usar o ‘vaso natural’ e não o traseiro. Era proibido a mulher colocar-se por cima do homem, contrariando as leis da natureza. (PRIORE, 1993, p. 29; 2011, p. 43 *apud* SILVA; CASTILHO, 2014, p. 275).

homens²⁷. As escravas indígenas viviam em condições subalternas e em constante exploração física e sexual. Muitas eram violentadas pelos capatazes e outras, por pessoas que se aproveitavam da situação de submissão delas. Consideradas como objetos do prazer, as escravas prostituíam-se até para arrecadar dinheiro aos cofres do senhor. Nem mesmo as crianças escapavam dessa nefasta cultura machista²⁸.

Para que os males que as mulheres distribuíam não afetassem a vida social e moral era necessário dominá-las, domesticá-las, adestrá-las. Usava-se a figura de Eva como símbolo dos pecados e da perdição, e fabricaram uma imagem de santa-mãezinha, a qual todas deviam se espelhar e seguir o exemplo, baseada na Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo. (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 260).

A drástica substituição dos valores culturais referentes à sexualidade dos grupos pré-históricos constata-se na representação de painéis rupestres históricos. Neles se representa a mulher vilipendiada, humilhada como objeto da torpe exploração colonialista. (Fig. 69).

Representava-se a superioridade masculina em relação à mulher, com enfático falo. Não mais se destacava a vulva, que poderia evidenciar o conceito da reprodução, e nem tampouco do clitóris, para mostrar a ideia do prazer ou do encanto. Há evidente correspondência das pinturas rupestres históricas com o machismo colonialista. A mulher perdeu o direito ao usufruto do prazer. Ela se transformou em objeto servil ao

²⁷ “As índias no período colonial, são vistas como objetos sexuais, como símbolos do pecado, com corpos nus, curvas, cabelos pretos e pele parda, em comparação a palidez sem graça das mulheres europeias.” (BASEGGIO; SILVA, 2015, p. 22).

²⁸ “Sabe-se que até as senhoras enfeitavam suas molecas, com correntes de ouro, anéis e rendas finas, na esperança de aproveitar-se do que os padres chamavam de ‘nefando comércio’. Lançavam-se, então, as bases do que chamamos, hoje, de prostituição infantil.” (PRIORE, 2000a, p. 26 *apud* SILVA; CASTILHO, 2014, p. 268).

usufruto do gozo masculino. Vilipendiou-se a ela e a sensualidade. Aos neopovoadores não havia interesse em relacionar-se em nível de igualdade. O usufruto da lascívia passou a considerar-se pecado, para esconder-se o mal da escravização econômica e da repressão ideológica. Substituiu-se radicalmente a arte pré-história pela pornografia histórica.

Figura 69 – Painel rupestre histórico no Boqueirão das Caraíbas, Sento Sé



Fonte: Kesting (2014, p. 172)

3.10 Tradições São Francisco e Pindorama

Face aos resultados obtidos com a pesquisa, sugere-se que, por sua eficácia operacional, as tradições Nordeste (metonímica) e São Francisco (metafórica) contemplem o universo de registros rupestres (pinturas e gravuras) com datação superior a seis mil anos. Entende-se que elas foram e continuam a ser profícuas na consecução do objetivo de identificarem-se os troncos culturais dos grupos nativos do continente sul-americano. Contudo, dada a dificuldade de se comprovar a persistência dos traços do sistema de comunicação de grupos vinculados à Tradição Nordeste,

propõe-se que se integre todo o universo dos artefatos arqueológicos pré-históricos realizados no Nordeste do Brasil, a partir de então, a grupos ligados à Tradição São Francisco.

Com a chegada dos colonizadores portugueses, para garantir sua sobrevivência e sucesso reprodutivo pela utilização de arquivos de memória, em prolongadas relações com paisagens de territórios específicos, ao processarem-se reações frente estímulos ambientais e sociais diferentes, grupos vinculados à Tradição São Francisco, aperfeiçoaram seu sistema de comunicação. Pela representação de temáticas inovadoras, essas mudanças materializaram-se em técnicas perceptíveis nos registros rupestres, bem como, em formas e técnicas dos artefatos líticos, cerâmicos e de outras expressões culturais. Sugere-se, por isso, atribuí-los a grupos pertencentes à Tradição Pindorama. Ao invés das subtradições vinculadas a territórios com nomenclatura portuguesa utilizem-se prioritariamente nomes originais (nativos) dos territórios. Assim, as pinturas rupestres, com temáticas coloniais, realizadas em Sobradinho – BA caracterizam-se como da Tradição Pindorama, subtradição Tatauí. Desta forma, identificar-se-ão atributos da identidade dos grupos pretéritos (coloniais e pré-coloniais) e os vínculos deles com a população atual do Brasil. Despertar-se-á e/ou fortalecer-se-á, com isso, o sentimento de pertença e a autoestima do povo brasileiro.

Os índios conheciam como Pindorama o território que, a partir da colonização europeia passou a se chamar de Ilha de Vera Cruz (1500), Terra Nova (1501), Terra dos Papagaios (1501), Terra de Vera Cruz (1503), Terra de Santa Cruz (1503), Terra Santa Cruz do Brasil (1505), Terra do Brasil (1505) e Brasil (1572). (BUENO, 2003, p. 26 *apud* SOUZA e SAYÃO, 2011, p. 65).

4 MARCADORES HISTÓRICOS DE MEMÓRIA

Não há como abordar o problema da identidade dos grupos pré-históricos, proto-históricos e/ou históricos sem a utilização de princípios elementares de Epistemologia, ramo da Filosofia que se ocupa em verificar a consistência do conhecimento produzido. Para isso, advertem-se os antropólogos, historiadores e arqueólogos a utilizarem métodos harmonizados com seguras referências teóricas ou modelos explicativos e servirem-se de parâmetros e técnicas compatíveis com a necessária comprovação material ou factual do que afirmam sobre pessoas ou grupos pretéritos. Com essa preocupação, subliminar a toda pesquisa que se proponha gerar conhecimento consistente, apresenta-se o problema do saber ancestral que se preserva na tradição oral de muitas comunidades sertanejas de origem autóctone. Com o simples argumento de comporem o senso comum ou *doxa*²⁹, normalmente menoscabam-se as erudições populares que, fundamentadas em memoráveis fatos mitológicos ou históricos, têm função mnemônica, isto é, perpetuam-se como marcadores da memória.

Nos intercâmbios com o meio ambiente e com outros grupos, os indivíduos agregam, a sua identidade, atributos adquiridos pelo processo de aprendizagem. No encadeamento da instrução, a assimilação da realidade externa, para a produção de conhecimentos, depende da estrutura genética dos indivíduos e da estrutura mnemônica dos grupos. São arquivos de memória pelos quais se reconhecem os traços funcionais essenciais dos objetos. Assim, a capacidade de perceber e reproduzir saberes depende, em última instância, de disposições físicas e de potencialidades desenvolvidas

²⁹ “A *doxa* é a opinião, o nível de conhecimento que fica na superficialidade, não se preocupando em determinar como as coisas são nelas mesmas, e sim apenas perpetuar discursos que passam de geração em geração.” (LOPES, 2024).

pelos indivíduos, no contexto social e ambiental. Vê-se o que se está condicionado a ver. Percebe-se e incorpora-se aquilo que se associa com as estruturas mnemônicas. Por estarem estreitamente relacionadas com a estrutura genética e mnemônica, as manifestações culturais preservam atributos caracterizadores da identidade dos grupos. Entende-se por estrutura o modo como estão dispostos e se relacionam as partes de um conjunto.

As estruturas genéticas e mnemônicas transmitem-se de geração em geração e se manifestam nas homologias que se caracterizam como semelhanças entre estruturas anatômicas, processos fisiológicos ou genes idênticos de duas ou mais espécies, decorrente da posse de um antepassado comum. A constatação de que existem homologias no comportamento animal leva etólogos a defenderem a proposição de que, na passagem de atributos culturais de identidade entre gerações [humanas], funcionam processos semelhantes aos fatores que mantêm atributos físicos na herança genética. Utiliza-se [por isso] o conceito de homologia para os atributos culturais de identidade que, apesar de apresentarem mudanças ao longo do tempo, mantêm constante uma estrutura com a qual se podem relacionar diferentes grupos a um ancestral comum. (WILSON, 1978; LORENZ, 1995 *apud* KESTERING, 2007, p. 33).

Para levantar dados concernentes a marcadores de memória, faz-se uso da história oral. Documentam-se experiências vivenciadas por pessoas do meio popular, a quem a historiografia oficial não contempla. Registram-se e compartilham-se testemunhos, biografias, vivências, lembranças, impressões, interpretações e/ou versões de fatos que a elas são relevantes. Dessa forma, produzem-se conhecimentos de situações que, de outro jeito, não se fariam conhecidas. Preserva-se, assim, a memória e a história de heróis e/ou vilões populares que a historiografia oficial, de caráter elitista e excludente, não contempla. Coletam-se e analisam-se depoimentos de pessoas comuns, para extrair delas o máximo de informações que elas conservam durante

séculos ou milênios. A título de ilustração, citam-se os registros rupestres históricos da Pedra do Letreiro, em Angico dos Dias, no extremo norte da Bahia, as aleivosias de São Lourenço, no Sudeste do Piauí, assim como os rituais de Toré, em São Gonçalo da Serra, e de Umbanda, em Juazeiro - BA.

4.1 Registros Rupestres Históricos da Pedra do Letreiro

Por oportuno ilustrar, exemplifica-se com gravuras rupestres históricas da Pedra do Letreiro, geoforma de arenito da Bacia do Parnaíba, junto ao distrito de Angico dos Dias, em Campo Alegre de Lourdes, extremo norte da Bahia. Nela também se encontram escadas talhadas no íngreme maciço, para facultar a travessia dos tropeiros que de uma trilha serviram-se durante séculos, para comprar mantimentos e vender produtos agrícolas nos portos de Remanso e Pilão Arcado. Aqueles fragmentos de um sistema pretérito de comunicação apropriam-se para evidenciar mudanças epistemológicas e paradigmáticas que ao longo dos tempos ocorrem na compreensão de conceitos, entre os quais o da divindade mor do sistema religioso que, no ano 313 da Era Cristã, para dar sustentação ideológica ao Império Romano, Constantino orquestrou. (Fig. 70 a 72).

Figura 70 – Pedra dos Letreiros, em Angico dos Dias



Foto: Acervo fotográfico do autor (2019)

Figura 71 - Gravura rupestre, em rocha arenítica da Bacia do Parnaíba



Foto: Kesting (2022, p. 35)

Figura 72 – Escada no arenito da velha trilha dos tropeiros



Foto: Acervo fotográfico do autor (2019)

Na catequese aprendia-se que Deus era “espírito perfeitíssimo, eterno, criador do céu e da terra” (SLATER, 1959), conforme definira o Concílio de Trento, fundamentado muito mais na filosofia grega e religião judaica do que na mensagem bíblica do Novo Testamento. A ele agregava-se o modelo político identitário, imposto pela Cristandade. A quem não moldasse seu padrão atitudinal ao paradigma apresentado fechavam-se os portões de acesso ao usufruto da vida temporal (terrena) e eterna (celestial).

Igreja e Estado, base da Cristandade dominaram a vida social, política, econômica, cultural e simbólica, onde esse modelo foi implantado. Essa construção da Cristandade, enquanto modelo eclesial de poder, aconteceu quando a Igreja, buscando expandir seus interesses, manteve uma relação de

dominação sobre a sociedade civil mediada pelo Estado. (OLIVEIRA, 2011, p. 315).

Para ratificar o modelo de sociedade que lhes interessava, os imperadores ou reis e a Igreja Católica a eles vinculada, construíam igrejas com estruturas fálicas, essencialmente machistas, que indicavam o altíssimo céu como prêmio a alcançarem os submissos ou subjugados fiéis, por sacrifícios que durante a vida fizessem. (Fig. 73).

Figura 73 - Templo com estrutura fálica, conforme a Cristandade



Fonte: Nunes (2019)

Da mesma forma que na proto-história do Brasil, no interior dos templos edificadas com formas fálicas, realizavam-se rituais litúrgicos e transmitiam-se ortodoxos ensinamentos a fomentarem obediência absoluta às autoridades (civis, eclesiásticas e militares), constituídas para dar sustentação ao modelo de sociedade piramidal.

A Cristandade, implantada por Constantino I, solidificou-se no Concílio de Latrão que, no Século XII se fez. Ela reafirmou-se e consolidou-se no Concílio de Trento que no Século XVI, correspondente às grandes navegações, espanholas e portuguesas, realizou-se, para organizar a Igreja Católica contra a reforma protestante que, com apoio do poder econômico germânico feudal, Lutero promovera.

O horizonte conceitual da divindade de Trento e de Lutero pressupunha que, ao desabrocharem à vida, os humanos herdavam uma centelha de Deus, a alma, que deveria retornar a ele, **no altíssimo céu**, quando findassem suas efêmeras existências terrenas. Diferenciavam-se os católicos na crença de que, para retornarem ao seio do criador, os degredados filhos de Eva teriam que acreditar em verdades pontificadas como dogmas, pelo papa, santo e infalível representante do altíssimo Deus. Para salvarem sua alma, deveriam cumprir normas claras, materializadas em sacramentos que se traduziam como sinais sensíveis da presença e graça dele. Quem pretendesse salvar-se após a morte teria que cumprir dez mandamentos de sua lei, sete sacramentos definidos por Trento, cinco mandamentos da Igreja e cinco preceitos de uma boa confissão, quando cometesse qualquer deslize que o deixasse impuro. A quem não o fizesse expurgava-se do convívio religioso como herege (*anatema sit*) ou condenava-se ao fogo eterno de **profundíssima** Geena, caso não se arrependesse e confessasse-se pecador, conforme os cinco preceitos claros do ritual: exame de consciência, arrependimento, propósito, acusação e penitência.

A organização social da Igreja de Trento fundamentava-se na estrutura e no modelo identitário do Império Romano. O papa gozava do prestígio de imperador. Tinha obreiros que, mais pela confiança do que pela competência, agiam próximos a ele ou junto às almas dos fiéis. A confiança eternizava-se em ritual de iniciação que se materializava no sacramento da ordem. Construíram-se, para isso, no mundo todo, seminários menores e maiores, com o objetivo claro de preparar meninos, jovens e adultos, e imprimir neles o caráter indelével e eterno de sacerdotes, obreiros da Igreja.

Por influência do Concílio Vaticano II, concebeu-se e propôs-se a todas as dioceses e paróquias do mundo, a adoção da divindade mor com atributos de bondoso pai, a reconhecer, terna e eternamente como filhos, todos os humanos, batizados ou não. Por essa razão, ensinava-se que Ele guiava seus passos e tudo que fizessem na vida. Doutrinava-se que Ele não queria a morte dos pecadores. Queria, sim, que se convertessem para viver em plenitude, neste mundo (temporal) e no outro (eterno). A ele vinculava-se um modelo político identitário de adaptação dos seguidores de Cristo, às demandas científicas e sociais, para auferirem, com os diferentes, qualidade universal de vida, pela implantação do Reino que Jesus sonhara.

A intenção fundamental do Concílio Vaticano II foi atualizar a ação salvífica da Igreja no mundo moderno. Isto significou uma ruptura corajosa e difícil com o passado, pois ao retomar o diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho, da ciência, da técnica e das culturas, foi necessário um novo paradigma de compreensão da própria Igreja. (PUC-RIO, SD, p. 29).

O episcopado latino americano, reunido no Congresso de Medellín, na Colômbia, após o Concílio Vaticano II, enfatizou os atributos do revolucionário Deus de Paulo XVI. Apresentou-se, então, uma divindade a exigir a libertação das massas marginalizadas da sociedade. A Igreja Católica Apostólica

Romana pós-conciliar estava a fomentar a inserção da Igreja nos movimentos sociais da América Latina. Propunha radicalizarem-se as metáforas evangélicas da luz e do sal. Os cristãos comprometidos com a utopia de Jesus Cristo tinham, então, que demonstrar maior preocupação com os problemas sociais do que com a conversão dos gentios. A eles apresentava-se o modelo político identitário da justiça social, do direito universal à vida em plenitude. Abandonaram-se as machistas estruturas fálicas dos templos medievais e regataram-se os rituais de linearidade circular dos primeiros cristãos. (Fig. 74 a 76).

Figura 74 – Catedral de Tubarão, conforme o Concílio Vaticano II



Fonte: Diário do Sul (2015)

Figura 75 – Matriz de São Ludgero, conforme o Concílio Vaticano II



Fonte: Município de São Ludgero (2024)

Figura 76 - Ritual da missa, em círculo, conforme o Concílio Vaticano II



Fonte: Guides Connect (2018)

A Igreja Latino-Americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm fome e sede de justiça. O mesmo Deus que criou o homem a sua imagem e semelhança, criou a terra e tudo o que nela existe para uso de todos os homens, e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos de maneira mais justa (GS 69), e dá poder ao homem para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo. (Gên. 1,29). É o mesmo Deus que, na plenitude dos tempos envia seu Filho para que, feito carne, venha libertar todos os homens, de todas as escravidões a que o pecado os sujeita: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância, numa palavra, a injustiça que tem sua origem no egoísmo humano. (Jo. 8,32-34). Por isso, para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o «Reino de justiça, de amor e de paz». (DOCUMENTO DE MEDELLIN, 1968, p. 3 e 4).

No gesto da partilha, que a relativização do deus **altíssimo**, machista e absoluto propicia, reconhece-se a presença salvífica do Cristo ressuscitado que João XXIII pretendia para as comunidades de base da Igreja Católica Apostólica Romana

pós-conciliar. Assim, para que os conhecimentos que se produzem, tenham caráter científico e utilitário, precisa-se abandonar os preceitos epistemológicos e metodológicos da Arqueologia puramente descritiva e técnica, estribada no conceito de *archaios* que se traduz como **velho ou antigo**. Quando se fazem pesquisas fundamentadas neste perfil paradigmático, o máximo que se consegue é descobrir a origem e a evolução do mito criado por Akenaton e aperfeiçoado por Moisés, como suporte ideológico para controle político de seus respectivos súditos.

Todos os horizontes conceituais de deuses **altíssimos**, únicos e verdadeiros tiveram sua origem e efetiva aplicação em sociedades cujos governantes controlavam politicamente multidões, para concretizar sonhos imperialistas pessoais. Exemplo disso foi a divindade de Aton, criada por Akenaton e, por influência dos faraós, adaptada por Moisés, com ajustes à crença original dos patriarcas, com vistas à adoção de modelo político identitário novo, para conquistar a terra prometida, em territórios dos outros (gentios).

A Arqueologia fundamentada no termo *arké* que se traduz como busca pela **essência ou identidade**. Assim, o produto do estudo do registro rupestre é epistemologicamente forte quando contribui para o fortalecimento da *arké*, traduzida como autoestima e autossustentabilidade econômica, social e ambiental dos marginalizados pelo sistema colonialista. São eles: os grupos nativos e estão a ser seus sucessores, a quem se integram, com atributos político-identitários comuns, os negros e brancos empobrecidos da América Latina.

A essência (identidade) dos grupos pré-históricos materializava-se nos gestos e nos padrões comportamentais que se conservam no registro rupestre, nos fragmentos cerâmicos, nos artefatos líticos e nos enxovais de enterramento. Os conceitos dos mitos definidores dos ritos deles, da mesma forma que dos nossos, evoluíram conforme

as mudanças que ocorriam na estrutura social. Os ritos representam, assim a essência, a identidade materializada dos grupos.

No processo de realização de artefatos, os padrões motores dos indivíduos imprimem marcas que se conservam e permitem o reconhecimento de atributos que definem a identidade dos grupos. A presença recorrente de formas e técnicas, bem como as relações constantes entre unidades de artefatos e suas distribuições espaciais, sugerem, por isso, padrões gestuais e comportamentais dos autores com as quais se vinculam. O auxílio de outras ciências, para a reconstituição da paisagem e obtenção de cronologias, concorre para a redução da ambiguidade sobre a identidade dos grupos pré-históricos.

Por oportuno, lembra-se que a essência do Cristianismo é a partilha, diametralmente oposta à da Críandade que era a concentração do poder. Após a morte do mestre, os apóstolos sentiam grandemente sua falta. Eles recorriam, por isso, aos rituais, para fazer presente o ausente de quem tinham saudade. Nos rituais da partilha, reconheciam sua essência, sua identidade (*arké*), presente no meio deles. O mesmo ritual, de linearidade circular dos primeiros cristãos das catacumbas romanas, por ser estrutural e vincular-se à sobrevivência dos grupos marginalizadas, o Concílio Vaticano II resgatou, após quase dois mil anos de prática marginal ou clandestina. Como não poderá deixar de ser, haverá sempre grupos a defender e perpetuar estruturas políticas e religiosas identitárias colonialistas. O joio e o trigo são metáforas muito bem condizentes com o que representam o colonialismo de **linearidade vertical** e a autossustentabilidade de **fundamentação circular**.

A ciência trabalha com fatos mensuráveis. O mito colonialista, como o de outras religiões, não é mensurável. A partilha o é porque, para ser real e verdadeira tem que se democratizar no

ção, no econômico. Se o patrimônio é determinante do ideológico, como defendia Marx, a partilha é científica porque é a materialização efetiva da utopia cristã. Quando ela acontece, eleva-se o Índice de Desenvolvimento Humano. A felicidade é mensurável, na aferição do índice de alfabetização, da taxa de mortalidade infantil e da expectativa de vida. Assim, nos rituais de partilha, encontram-se os grupos onde se materializa e quantifica-se a identidade nativa e a essência cristã, reciprocamente autossustentáveis. A utopia que os primeiros cristãos acalentavam nas lúgubres reuniões secretas das catacumbas, como atributo mor de sua identidade, a igreja pós-conciliar resgata como incentivo aos cristãos atuais, à implantação do Reino de Deus que os grupos autóctones muito bem definem como a Terra sem Males.

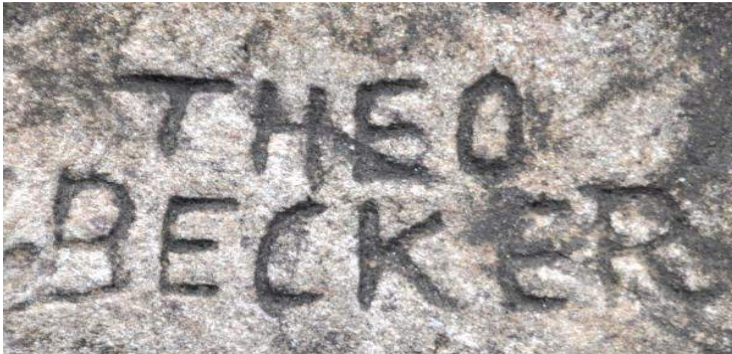
4.1.1 Em Busca do Autor

A propósito, quem fez e qual o significado do registro rupestre que se encontrou no morro residual de arenito da Bacia do Parnaíba, junto ao povoado de Angico dos Dias, no município de Campo Alegre de Lourdes, extremo Norte do Estado da Bahia? Apesar de histórico, nele se preservam atributos da identidade do autor cujo modelo identitário uniformizava-se, **ou não**, com o da sociedade que estava em vigência. O conceito de Deus, materializado na gravura, não evidencia, porém, qualquer vínculo identitário com a divindade de fundamentação vertical (imperialista ou colonialista), nem tampouco, a de linearidade circular, (partilha ou autossustentabilidade) diametralmente antagônicas. Há, ainda a possibilidade de seu autor, por alguma circunstância, ter adotado modelo político, religioso ou espiritual alternativo, com atributos e/ou valores intermediários.

Para equacionar o problema, buscou-se desvendar o contexto da gravura, com o pressuposto de que os conceitos (as ideias)

se revelam em processo hermenêutico, concomitante e proporcional à compreensão do ambiente e dos personagens a ele integrados ou vinculados. Iniciou-se por identificarem-se outras figuras do entorno, para estudos comparativos, com vistas a encontrar semelhanças e diferenças qualitativas. Acharam-se várias, porém uma despertou particular curiosidade, por evidente diferença das demais e por vínculo que sugeria ter com o registro da divindade mor da Cristandade (a morar em altíssimo céu, acima dos humanos) ou da Igreja Católica Pós-Conciliar, diametralmente oposta (a habitar o coração das pessoas de boa vontade). (Fig. 77).

Figura 77 - Registro rupestre histórico na Pedra do Letreiro



Fonte: Kesting (2022, p. 44)

Buscaram-se referências históricas que contribuíssem para elucidar o problema. Encontraram-se relatos a sugerirem ter sido realizado por um pesquisador prussiano, de nome ainda desconhecido, que, no final do século XVIII ou início da XIX centúria, com financiamento de universidade europeia, teria decidido permanecer na região, em função de encantamento por uma nativa de nome também incógnito. Vive-se a expectativa de que se encontrem evidências que, em nível de probabilidade compatível, permitam atribuir-lhe a autoria dos registros em questão. Restará o problema da vinculação de sua identidade com o exato significado da representação. Ela

poderá referir-se tanto ao deus **altíssimo** dos colonizadores, quando ao deus da **partilha** dos colonizados, cujos significados são diametralmente opostos. A compreensão deles será, **inexoravelmente subjetiva**.

Alguns desses missionários estrangeiros, aos quais o povo passou a denominar de “gringos” tomaram conhecimento do grande acervo de pinturas feitas nas paredes das grutas da Serra da Capivara, demonstrando logo grande interesse em conhecê-la bem e, sempre que possível, visitavam aqueles lugares onde havia maior quantidade de pinturas.

A importância que atribuíram às pinturas rupestres, antiquíssimas, e às histórias da existência de cemitérios cujos túmulos se compunham de igaçabas (potes de barro em que eram sepultados os mortos), se revela pelo fato de que espalharam essa notícia também em seus países de origem, pois alguns desses padres vinham da Europa.

A prova de que houve a difusão desse achado arqueológico fica bem patente pelo fato de que, procedendo de um dos países nórdicos, mais provavelmente da Alemanha (ou da Holanda) foi enviado um cidadão, com bolsa de estudos fornecida por uma universidade de um desses países, para proceder ao estudo do sítio arqueológico de que tomaram conhecimento. A tradição guarda bem esse [fato]. (...)

Por falar língua de gringo e por estar sempre às voltas com livros e anotações, os nativos acreditaram que ele era um padre, especialmente por ser um cidadão pacato e sempre gentil e, também, os padres é que falavam língua estrangeira. Em razão desse equívoco, apelidaram-no de “Padre”, e esse foi o nome pelo qual ficou conhecido. Seu nome verdadeiro não se guardou. A tradição reza que ele escrevia relatórios e que, a cada três meses, viajava para colocá-los nos Correios, a serem enviados para a Universidade de seu país de origem. (...)

Por ter como objetivo especial o estudo do acervo arqueológico da Serra da Capivara, preferiu morar com a tribo de índios tapuias cuja oca ficava à beira da serra, no local próximo ao Sítio do Mocó. Os índios passaram a ser considerados por ele como sua família. Pouco contato mantinha com os demais moradores da região. (...)

Como último pagamento recebido da Universidade à qual prestava serviços, veio, também, o dinheiro para suas passagens de volta. Eis que, então, ele comunicou a seus conterrâneos europeus que resolvera não mais voltar, tomando o Brasil como sua nova pátria. Ligara-se por laços de afeição, ao povo da região e, principalmente, aos índios que o acolheram com muita ternura e amizade. Terminou por se casar com uma índia da taba onde passou os anos de pesquisa científica. (DIAS IRMÃO, 2014, p. 18-20).

4.2 Aleivosias em São Lourenço do Piauí

Em São Lourenço do Piauí, encontram-se pessoas a relatar renitentes aleivosias que dizem ocorrer junto ao umbuzeiro dos defuntos, dois quilômetros a leste do centro da cidade³⁰. (Fig. 78). Elas dizem que, naquele lugar, os indígenas, antigos habitantes do território da fazenda que deu origem ao município, sepultaram muitos de seus mortos. Para verificar evidências factuais correspondentes aos relatos, fez-se minuciosa prospecção nas adjacências da aludida árvore mal assombrada. Assim, identificaram-se profusos ossos humanos na superfície do terreno, associados a vestígios de ocupação pré-histórica, proto-histórica e histórica. (Fig. 79 a 87).

Dois quilômetros à jusante do centro da cidade de São Lourenço do Piauí, constatou-se existirem, de fato, muitas evidências a corroborarem os depoimentos. Há ossos humanos, fragmentos de cerâmica e artefatos da indústria lítica, junto a um centenário juazeiro (*Ziziphus joazeiro*) na margem esquerda do Rio São Lourenço. Há, também,

³⁰ “Sobre o imbuzeiro dos defuntos, meus avós e bisavós falavam que era lugar de índio. Devido às fileiras de pedras, eles diziam que era lá onde eles (os índios) enterravam os mortos, por isso o nome. Lá tinha umas aparências e assombrações como luzes, pessoas conversando, barulho de cavaleiros com seus cavalos.” (MARIA BELÉM VILANOVA SANTOS, 2014 *apud* KESTERING; SOUSA, 2014, p. 68).

fragmentos de ossos humanos, cerâmica, louça e talheres, espalhados na superfície do terreno, nas proximidades de um lajedo de granito que aflora nas duas margens do mesmo rio. Um pouco afastado dali, nas adjacências de frondosos umbuzeiros do terraço fluvial antigo, na margem direita do rio, em meio a matações e seixos rolados, há ossos humanos e carapaças de tatu.

A concentração de ossos humanos junto ao juazeiro e a abundância de fragmentos de potes de cerâmica pré-colonial indicam terem sido sepultados ali, em urnas funerárias, muitos corpos de indígenas. Há, também em profusão, artefatos da indústria lítica em sílex, no entorno próximo dos ossos humanos, bem como nas duas margens e no leito do rio São Lourenço. (KESTERING; SOUSA, 2014, p. 69-70).

Figura 78 – Umbuzeiro dos Defuntos



Fonte: Castro; Kesting (2015, p. 117)

Figura 79 - Fragmentos de ossos humanos na superfície do terreno



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 70)

Figura 80 – Fragmentos de ossos humanos na superfície do terreno



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 75)

Figura 81 – Ossos humanos na superfície do terreno



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 82 – Ossos humanos na superfície do terreno



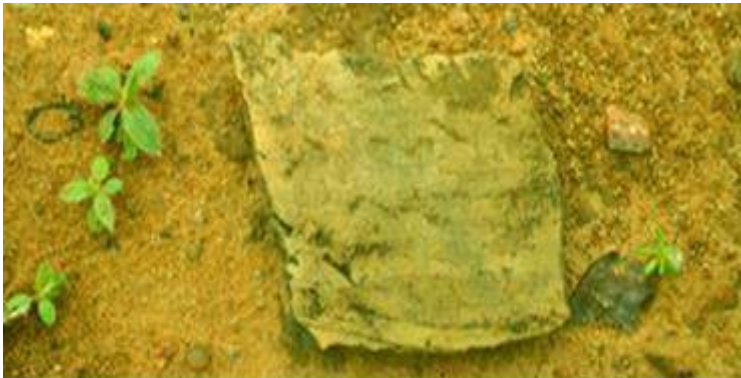
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 83 – Ossos humanos na superfície do terreno



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 84 – Fragmento de cerâmica pré-colonial



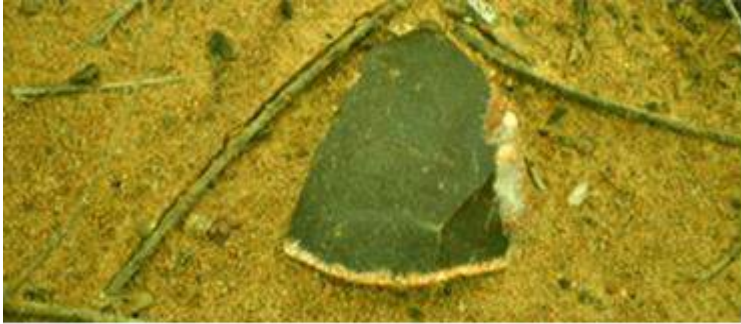
Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 70)

Figura 85 – Fragmentos de cerâmica



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 86 – Artefato lítico pré-colonial



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 70)

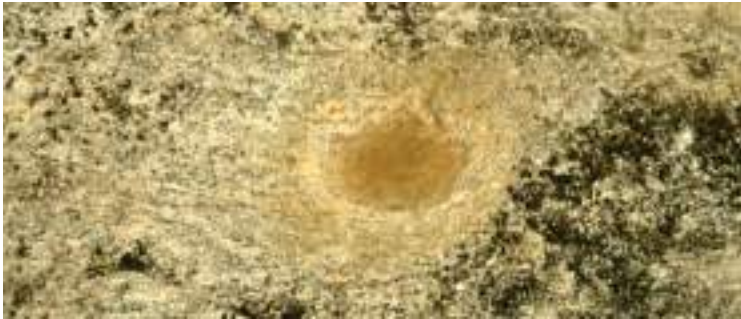
Figura 87 – Vestígios da velha olaria, junto a um dos umbuzeiros



Fonte: Castro; Kesting (2015, p. 119)

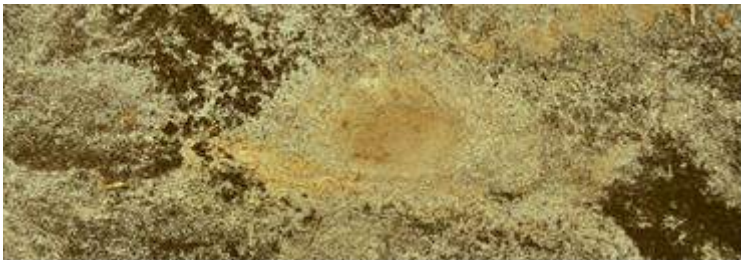
Na superfície do afloramento de granito, há vários pilões em rocha a indicarem que, em períodos pré-coloniais e coloniais, nos férteis solos aluviais das margens daquele rio, praticava-se agricultura de subsistência. Neles triturava-se milho e mandioca, cultivados pelos nativos em pequenas roças que eles caracterizavam como caiçaras. (Fig. 88 a 91).

Figura 88 - Pilão em rocha



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 72)

Figura 89 – Pilão em rocha



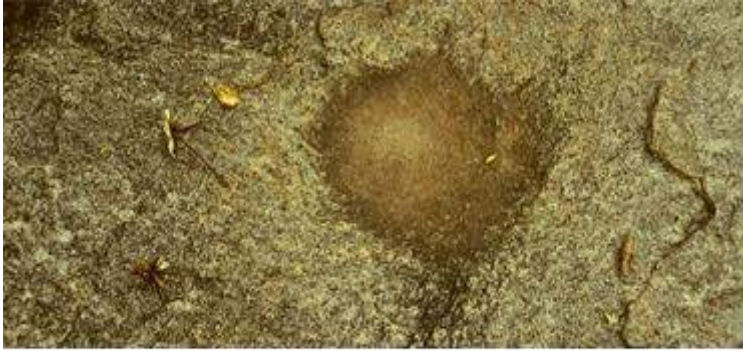
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 90 - Pilão em rocha



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 72)

Figura 91 – Pilão em rocha



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Nas proximidades do afloramento rochoso, há ainda, restos da cultura material colonial como talheres, chave, moeda, fragmentos de louça e restos de uma barragem edificada com matações de granito, rejuntados com argila. Com base na técnica construtiva, estima-se que ela tenha sido construída pelos colonizadores portugueses quando, na segunda metade do século XVII se implantava a Fazenda Caldeirão de cuja sede se originou a cidade de São Lourenço. Não se descarta a probabilidade de, em sua edificação, ter-se utilizado a mão de obra de indígenas escravizados. (Fig. 92 a 98).

Figura 92 – Cabo de talher do período colonial



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 72)

Figura 93 – Fragmentos de talheres e chave



Foto: Márcia de Santana Castro (2015)

Figura 94 – Moeda cunhada em 1829



Fonte: Lima; Kesting (2015, p. 161)

Figura 95 - Fragmentos de louça



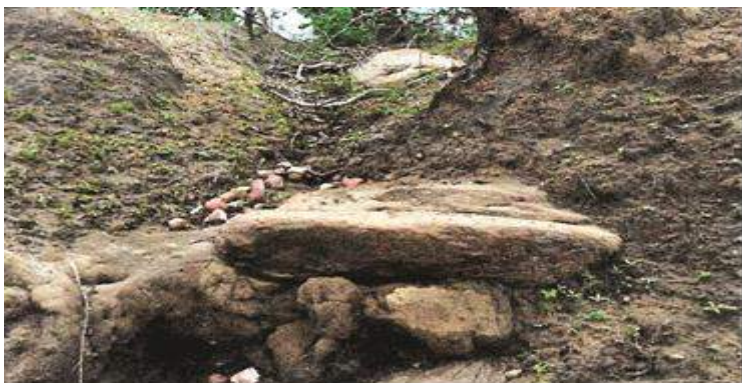
Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 73)

Figura 96 - Fragmentos de louça



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 97 – Restos da barragem no leito do Rio São Lourenço



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 73)

Figura 98 – Restos da barragem no leito do Rio São Lourenço



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 17)

Há quem diga que as alevisias do umbuzeiro dos defuntos não passam de fantasias criadas por pessoas emocionalmente fragilizadas. Quando assim se fala, além de se manifestar o preconceito contra o conhecimento popular, revela-se a ambiguidade conceitual do cientista preconceituoso. É oportuno discernir, por isso, o significado dos termos alevisia

e *poltergeist*. Ambos se caracterizam como ruídos ou deslocamentos de objetos ocasionados por agentes ignotos. Diferem-se no fato de o *poltergeist* estar sempre relacionado a um indivíduo e ter curta duração, enquanto que a aleivosia se estende por muitos anos e manifesta-se a diferentes pessoas, sempre na mesma área.

No caso do umbuzeiro dos defuntos, a aleivosia teima em se manifestar a muitas pessoas, durante séculos, como que a lembrar ao povo de São Lourenço e de toda a região semiárida, que ali jazem os [restos mortais dos] últimos índios livres do sertão piauiense. Depois deles, as mulheres e as crianças sobreviventes amargaram a condição de escravos, nas lides pastoris. (KESTERING; SOUSA, 2014, p. 79).

4.2.1 Consistência Científica

Os depoimentos das pessoas entrevistadas e os dados obtidos na prospecção imprimem consistência acadêmica à proposição de que o umbuzeiro dos defuntos seja um lugar de memória, onde se assassinaram e sepultaram-se quase quinhentos indígenas do povo Guegué, mortos na segunda metade do século XVII.

Dessa praia, atravessaram diante de nós o resto do rio e, temendo que nós os seguíssemos, se continuassem pela margem do rio, enveredaram pelos matos, para alcançarem um certo pequeno lago, a seis ou sete jornadas desse lugar. Depois dessa expedição, havia que prover às necessidades urgentes de nossa gente, que nas últimas trinta e seis horas só havia feito uma refeição insuficiente e estava muito cansada. Procurou-se algum gado, que se matou durante a noite. No dia seguinte, atravessou-se o riacho Dosré [Salitre] e acharam-se, no campo do inimigo, muitos bois mortos e retalhados e muitas cabras, algumas já meio assadas. Mas, como tudo isso já tinha um dia de permeio e ficara exposto ao sol, tudo apodrecera e deixara emanações, que dificultavam a

nossa presença. Fomos, então, a três léguas daí, a uma fazenda que os inimigos haviam incendiado depois de haver matado o dono e um negro, de que vimos os cadáveres. Encontramos muitos bois, que matamos e fizemos secar, para poder seguir o inimigo.

Depois de cinco dias de descanso, atravessou-se o rio, os portugueses em pequenas canoas que encontraram e os índios e cavalos a nado. Acompanhamos as pegadas do inimigo, que foi encontrado nesse pequeno lago, ou brejo, no interior da terra. Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por injusta e cruel, depois de se haver dado a palavra de que lhes seria poupada a vida. (MARTINHO DE NANTES, 1708, p. 53 *apud* KESTERING; SOUSA, 2014, p. 75-76).

Com base em decênios de prospecção arqueológica, sabe-se hoje que uma jornada no Semiárido equivale à distância média de 30 km. Com fundamento nesse conhecimento empírico, propõe-se, hipoteticamente que, depois de atravessarem o Rio São Francisco, três léguas à montante do Rio Salitre, provavelmente junto à ilha de Santana do Sobrado, próximo à Fazenda Tatauí, os portugueses caminharam de 180 a 210 km, até alcançarem e assassinares os indígenas fugitivos. Estima-se que tenham atravessado o rio naquele ponto porque havia ali outras ilhas, muitos ilhotes e lajedos nos quais se podia descansar reiteradas vezes, até alcançar-se sua margem esquerda. (Fig. 99 e 100).

Na Cachoeira do Sobradinho, ou melhor nas cachoeiras deste nome, porque elas são muitas, quatro pelo menos ao longo do canal, aí mais suscetível de navegação, divide-se o rio em dois braços desiguais e exhibe um verdadeiro arquipélago de que são as maiores ilhas, as de Santa Anna e da Cachoeira.

Impraticável é o braço maior, do lado do sul; grandes são aí os desnivelamentos, múltiplos os obstáculos que o leito rochoso apresenta. O Canal do Sobradinho, porém, entre a ilha da Cachoeira e a margem esquerda, com um desnivelamento maior, reparte por quatro sucessivos e curtos rápidos ou corredeiras o maior desnivelamento que se observa no outro braço. (SAMPAIO, 1879, p. 40).

Figura 99 – Santana do Sobrado e Sobradinho no final do Século XIX



Fonte: Sampaio (1879 *apud* Costa, 2007, p. 68), adaptado pelo autor

Figura 100 – Lugar em que se atravessava o Rio São Francisco a nado



Fonte: Ministério do Exército – Petrolina (1973)

Com apoio nessa hipótese (premissa 1), aferiu-se a distância entre a atual cidade de Sobradinho - BA, localizada na antiga Fazenda Tatauí e a cidade de São Lourenço do Piauí, em cartas e imagens aerofotogramétricas de hoje. Constatou-se que a distância entre as duas cidades é de 196 km, em linha reta (premissa 2). Deduziu-se, então, em caráter também hipotético, que os portugueses teriam matado os quase quinhentos indígenas, junto à lagoa ou brejo, próximo ao umbuzeiro dos defuntos, em São Lourenço do Piauí. (Fig. 101).

Figura 101 – Brejo de São Lourenço, junto ao Umbuzeiro dos Defuntos



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 78)

É provável que os perseguidores e os índios fugitivos tenham seguido pelo caminho utilizado pelos nativos Pimenteira, quando se deslocavam do Sudeste do Piauí à desembocadura do Rio Salitre, no atual município de Juazeiro – BA. (DANTAS, SAMPAIO E CARVALHO, 1992, *apud* KESTERING, 2013). Da mesma forma, dada a acessibilidade, é bastante provável que, na segunda metade do século XVII, quando estavam a implantar as primeiras fazendas de gado naquela região, os portugueses tenham utilizado o mesmo percurso³¹.

³¹ “Em 1674 Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra, utilizando as nascentes do Rio Piauí, adentraram a região e, dois anos depois, juntamente

Com base na cartografia atual, em imagens de satélite e nas estradas pelas quais se faz o menor trajeto do atual povoado de Santana do Sobrado, próximo à antiga ilha homônima, hoje submersa, obtém-se o traçado hipotético do caminho utilizado, originalmente pelos indígenas Pimenteira e depois, no Século XVII, pelos colonizadores portugueses. Reforça-se essa hipótese com relatos da história oral sobre o caminho dos tropeiros que, no início do Século XX, ainda faziam o mesmo percurso, para venderem produtos agrícolas e agropecuários em Juazeiro – BA. Naquela cidade compravam gêneros alimentícios e outras mercadorias, para comercializarem nas feiras de São Lourenço e São Raimundo Nonato. (Fig. 102 a 104).

Figura 102 - Provável caminho seguido por indígenas e colonizadores



Fonte: Carta de W. Faden (1807 *apud* Kesting; Sousa, 2014, p. 78)

com Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, receberam do governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, concessões das primeiras sesmarias de terras.” (OLIVEIRA, 2007, p. 52 *apud* PRADO, 2021, p. 15).

Figura 103 - Provável caminho seguido por indígenas e colonizadores



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 79)

O caminho dos tropeiros para Petrolina era pelos povoados de Salininha e Lage de Pedra, nos atuais municípios de Coronel José Dias e Dom Inocêncio, Lagoa do Alegre (divisa do Piauí com a Bahia) e Santana do Sobrado, em Casa Nova. (MOTA; KESTERING, 2015, p. 66).

Figura 104 - Caminhos dos tropeiros a Petrolina, por Dom Inocêncio



Fonte: Google Earth (2014 *apud* Mota; Kesting, 2015, p. 68)

4.3 Rituais de Toré em São Gonçalo da Serra

Na região de Sobradinho - BA, existem muitos brejos. Vários deles têm suas terras ainda hoje cultivadas por famílias de agricultores e criadores de ancestralidade indígena. O Boqueirão do Riacho São Gonçalo, outrora reconhecido como Grota do Corrente, é um desses lugares paradisíacos. (Fig. 105). Ele tem um olho d'água que mantém permanente amplo trecho do riacho onde, como nos tempos antigos, cultivam-se várias plantas permanentes e outras, de ciclo curto. (Fig. 106).

Figura 105 – Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Kesting (2001, p. 58)

Figura 106 – Mangueira centenária, próximo ao olho d'água



Fonte: Kesting (2001, p. 63)

Junto à entrada norte daquela feição de relevo vivem famílias de agricultores e criadores cujos semblantes, crenças e práticas comprovam terem, de fato, as raízes indígenas que dizem possuir. Para elas, a Grota é lugar sagrado, onde creem morarem os espíritos de seus ancestrais encantados. Para compartilhar fragmentos da memória deles, reúnem-se periodicamente e celebram o ritual do Toré, oportunidade em que cantam hinos do catolicismo tridentino que, em séculos passados, seus avoengos aprenderam nas missões de São Gonçalo do Salitre, Nossa Senhora das Grotas, Ilha do Pontal e na Freguesia de São José da Barra de Sento Sé. Dizem que, em tempos nem tão remotos, bisavós, trisavós e tetravós deles realizavam-no no Campo do Toré, junto às escarpas alcantiladas de arenito silicificado da Chapada Diamantina, Formação Tombador, onde são compactos os sedimentos de areia fina quartzosa e escassa é a vegetação. (Fig. 107 a 109).

Figura 107 – Campo do Toré



Fonte: Kesting (2001, p. 174)

Quando o ambiente está devidamente purificado, após horas de cantos e danças, com fortuitos intervalos para consumo de jurema, aproxima-se o espírito ancestral. Apossa-se do corpo de um dos dançarinos, faz recomendações e receita remédios a pessoas portadoras de males não conhecidos pela medicina oficial. Para ouvir as recomendações do espírito, todos silenciam. A eles fazem ofertas [**ex-votos**], em agradecimento a curas de enfermidades, graças alcançadas e orientações de resultados quase sempre positivos. (KESTERING, 2001, p. 50).

Figura 108 – Indígenas em ritual identitário, no Campo do Toré



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 109 – Indígenas em ritual identitário, no Campo do Toré

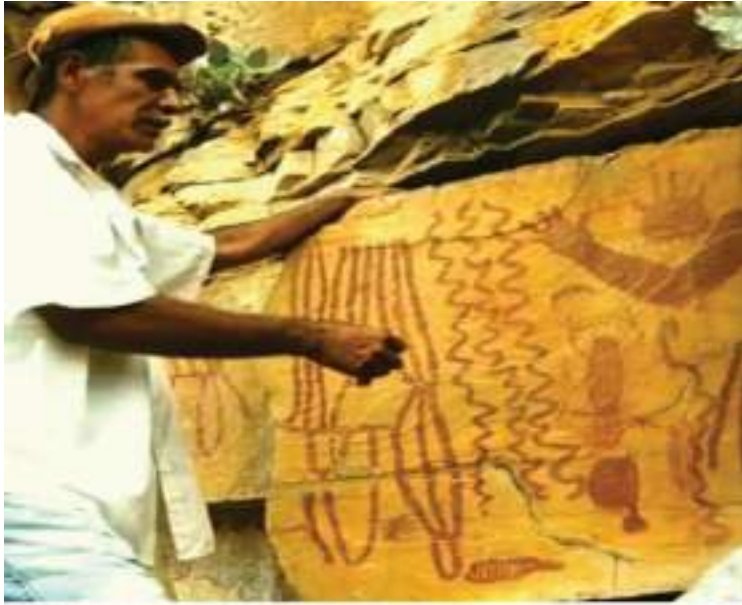


Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

A uma das dançarinas, a memorável Adilina de Carvalho, no final do Século XX, revelavam-se flashes da memória de José

Ribeiro. Muito embora nada soubesse a respeito desse personagem, quando entrava em transe, a bailadora indígena Tamoquim relatava aos participantes do ritual, que a representação de um braço, preservada no Sítio São Gonçalo 9, também conhecido como Pedra dos Macacos, teria sido realizada por ordem dele. (Fig. 110 e 111).

Figura 110 – Braço representado por ordem de José Ribeiro



Este braço era de uma pessoa por nome José Ribeiro que, anos depois de falecer achou que deveria incorporar em alguém que contasse mais ou menos sua história. Ele é uma das pessoas que muitas pessoas não acreditam, mas existe. Ele incorporava em uma tia minha. Quando se incorporava, ele falava as histórias dele. Ele dizia que este braço era dele. Este braço é dele. (CARVALHO, 2021).

Fonte: Escolas do Campo (2021, p. 122)

Adilina de Carvalho, mãe de Chiquinho Vaqueiro, era minha tia. Era irmã de minha mãe, Maria de Carvalho. Minha bisavó, mãe de meu avô, e minha trisavó, Martinha, nasceram no

povoado de Oliveira, próximo à velha cidade de Sento Sé. Quando eram jovens, elas se mudaram para o Sítio do Saco do Meio. (ANTÔNIO DE CARVALHO, 2024).

Figura 111 – Sítio São Gonçalo 9 ou Pedra dos Macacos



Fonte: Kesting (2001, p. 160)

Certifico que Adilina de Carvalho, do sexo feminino, filha de Francisco José de Carvalho e Theodora Maria de Carvalho, sendo avós paternos, Honório José de Carvalho e dona Maria de Oliveira; avós maternos, Feliciano José de Carvalho e Maria Antônia, nasceu no dia 17 de abril de mil novecentos e trinta e oito, às três horas, em Saco do Meio, quarto distrito deste município; (grifo nosso). O assento foi lavrado em 24 de abril de 1940(...) Ofício único de Registro Civil de Juazeiro - BA, 24 de outubro de 2024, Viviane da Silva Félix, Oficiala. (ANEXO 1).

4.3.1 As Grotas dos Encantos Ancestrais

Por habituarem-se à vida livre, os grupos nativos da região Nordeste do Brasil, a quem os colonizadores escravagistas se referiam como **negros da terra**, resistiram bravamente ao modelo de sociedade estribada em princípios religiosos impostos pelos mineradores, colonos, fazendeiros e

missionários. Nos séculos XVI e XVII, quando se inaugurava a irrestrita obrigação deles ao trabalho escravo, manifestava-se veementemente a corajosa resistência dos grupos autóctones nordestinos, contra o monopólio da religião de cunho escravista. A manifestação mais notável da resistência nativa ocorria nos brejos e nas grotas dos sertões semiáridos, pelo fato de ali serem eles menos numerosos e viverem longe dos centros de povoamento intensivo e traumático do litoral. Além da distância geográfica do sertão em relação à costa, contribuía muito em favor da resiliência nativa, o costume que os grupos tinham, de fazer roças no entorno dos brejos, adjunto às **grotas**. A relativa distância desses lugares em relação às vilas e aos povoados, normalmente justafluviais, onde se exercia maior controle sobre suas vidas, fazia com que esses nichos ambientais servissem como refúgio político, econômico, cultural e, sobretudo, espiritual³².

Ali, sem a presença física e simbólica de autoridades e instituições coloniais, realizavam um sem-número de práticas consideradas pelos luso-brasileiros como evidências de vadiagem, superstição e selvageria, pois em tudo se distanciavam das ideias de trabalho sistemático, produção mercantil, sociedade civil e civilidade cristã que a política indigenista vigente tentava impor aos grupos indígenas. No entanto, mais que um lugar anticolonial, como pareciam compreender a alguns colonos, esses sítios e roças eram lugares que, embora subvertessem temporariamente a ordem daquela sociedade, serviam também para o seu fortalecimento à medida que permitiam a construção de novos laços de sociabilidade entre vários sujeitos, a formação de uma cultura mestiça enraizada em vários códigos, signos e linguagens e a produção dos limites de tolerância do próprio sistema de dominação vigente. (CANCELA, 2012, p. 237).

³² As autoridades civis e religiosas entendiam necessária a localização das aldeias missioneiras próximo aos grandes cursos de água porque “destarte, os índios teriam onde pescar e plantar, facilitando sua adaptação à nova realidade”. (ARRAES, 2012, p. 166).

As áreas mais adequadas para os nativos expressarem livremente seus costumes eram, assim, as **grotas**, junto a olhos d'água ou às margens de pequenos rios, sertão adentro, a léguas distantes das sedes das pioneiras fazendas e das povoações civilizatórias colonialistas ribeirinhas. Lá, com sua parentela mais afim, eles se instalavam em rústicas choupanas de palha, com toscas ferramentas e carcomidos apetrechos domésticos. Nesses nichos ambientais, culturais e espirituais, gozavam de grande autonomia e liberdade³³.

Os sítios e roças haviam se transformado em uma espécie de retiro espiritual, onde os índios realizavam suas festas e rituais, sem o incômodo da repressão colonial. Nesses encontros, executavam práticas mágico-curativas, movidas por danças, bebidas, pinturas e sons. Ao que tudo indica, mais que uma reunião familiar, esses momentos transformavam as roças e os sítios em verdadeiros templos a céu aberto, que agregavam em sua volta um número significativo de crentes, curiosos e líderes espirituais, permitindo não somente a transmissão dos códigos, signos e linguagens de uma cosmologia identificada como indígena, mas também o restabelecimento de uma atmosfera simbólica que tornava possível a própria existência daqueles indivíduos, no violento e contraditório mundo colonial. (TRINDADE, 1803 *apud* CANCELA, 2012, p. 238).

No sertão nordestino semiárido vivia-se, assim, em relativa discordância da Cristandade ortodoxa que, pelo sistema do Padroado, com grande celeridade, estava-se a implantar em

³³ “De todo [os índios] não perdem os costumes bárbaros porque quando se juntam nos retiros onde têm as roças celebram certos dias as suas superstições com as suas danças e tupilhos chamados vanhú, pintados de jenipapo e tintas roxas (...). E quanto as índias mais velhas, viviam na mesma brutalidade, usando as roças das cachoeiras, nuas da cintura para cima e conservando algumas superstições antigas, curando os doentes das enfermidades a que chamam mal da caipora e mal da lua”. (TRINDADE, 1803 *apud* CANCELA, 2012, p. 238).

todo o litoral pindorâmico e, com extremo radicalismo, nas plagas sulistas e sudestinas. Considerava-se por isso, o Semiárido nordestino um lugar periférico, ermo, onde os indígenas permaneciam incivilizados, arredios à religião e ao colonialismo dos centros litorâneos. Fora do alcance das autoridades religiosas e curraleiras, deles se dizia viverem sem rei e sem lei.

Há indícios de que o trabalho missionário não foi tão eficiente como podia se esperar, pois no final do século XVII (1689), os missionários e as autoridades se queixam de que “muitos tapuias, ‘daqueles da Silva (...)’ continuavam com os antigos ritos, sem se doutrinar” (...) “Ao mesmo tempo [que] vão às missas, continuam idolatrando e usando seus ‘gentílicos ritos’, voltando “para seus costumes antigos”, sem administração dos padres (...). (PORTALEGRE *et al.* 1994, p. 121, 160, 164 e 169 *apud* CAVIGNAC, 2003, p. 17-18).

O Boqueirão do Riacho São Gonçalo, originalmente conhecido como **Grota do Corrente**, era um desses paradisíacos lugares sagrados dos indígenas sertanejos. Durante milênios, neles se realizavam ritos entre os quais, para exemplificar, citam-se as práticas mnemônicas (marcadores de memória) que resultaram na produção da refinada arte rupestre, pré-histórica e histórica, que se preserva em 32 sítios arqueológicos que nela se identificaram. (Fig. 112).

Figura 112 – Painéis rupestres do Sítio São Gonçalo 8



Fonte: Kesting (2014, p. 84)

4.3.2 A Grota do Corrente e o Sítio do Saco do Meio

Um velho caminho entre a antiga sede da Fazenda São Gonçalo, implantada junto ao olho d'água da Grota do Corrente, e o Sítio do Saco do Meio evidencia atávica ligação daquela sagrada feição de relevo dos espíritos ancestrais com os moradores do antigo povoado ribeirinho. No seio daquela grota e no entorno do brejo eram abundantes os animais silvestres e férteis os húmicos solos, perenemente úmidos. Era aquela grota, destarte, o celeiro perdurável de alimento para eles e, circunstancialmente, aos moradores de outros núcleos familiares justafluviais, desde períodos remotos da pré-história regional. (Fig. 113 a 118). Quando as condições se mostravam favoráveis, viviam da pesca e cultivavam solos aluviais de lameiro, junto ao Rio São Francisco. Desfavoráveis as circunstâncias ribeirinhas, eles migravam sazonalmente, para aquele brejo. Adjunto a ele, caçavam, ritualizavam memórias ancestrais e cultivavam pequenas caiçaras. (Fig. 119).

Figura 113 – *Iguana iguana* junto ao olho d'água da grota



Fonte: Kesting (2001, p. 67)

O termo designa somente aqueles terrenos nos quais os rios se conservam mais ou menos permanentes e onde, por isso, a

agricultura se desenvolve mais cedo. Os brejos se assemelham a uma espécie de “oásis”, lugares favoráveis à fixação do homem em terras áridas e agrestes, assim como sucedeu, em 1697, no brejo localizado entre as fazendas São Francisco Xavier e Barra da futura capitania do Piauí. Ali, o capitão-mor dos paulistas, Francisco Dias de Siqueira, erigiu uma povoação de índios que tirava sua subsistência do cultivo da mandioca, arroz, milho, feijão, bananas e batatas. Tudo se dava com grande abundância, mostrando a fertilidade da terra. (LÖFGREN, 1923, p. 26; ENNES, 1938, p. 379 *apud* ARRAES, 2017, p. 68).

Figura 114 – Mocó (*Kerodon rupestris*)



Fonte: Marinho (2014 *apud* Kesting, 2023c, p 189)

Figura 115 – Caititu (*Tayassu tajacu*)



Fonte: Britannica Escola (2018 *apud* Kesting, 2023c, p 186)

Figura 116 – Veado (*Mazama gouazoubira*)



Fonte: Pereira (2019 *apud* Kesting, 2023c, p 186)

Figura 117 – Tatu peba (*Euphractus sexcinctus*)



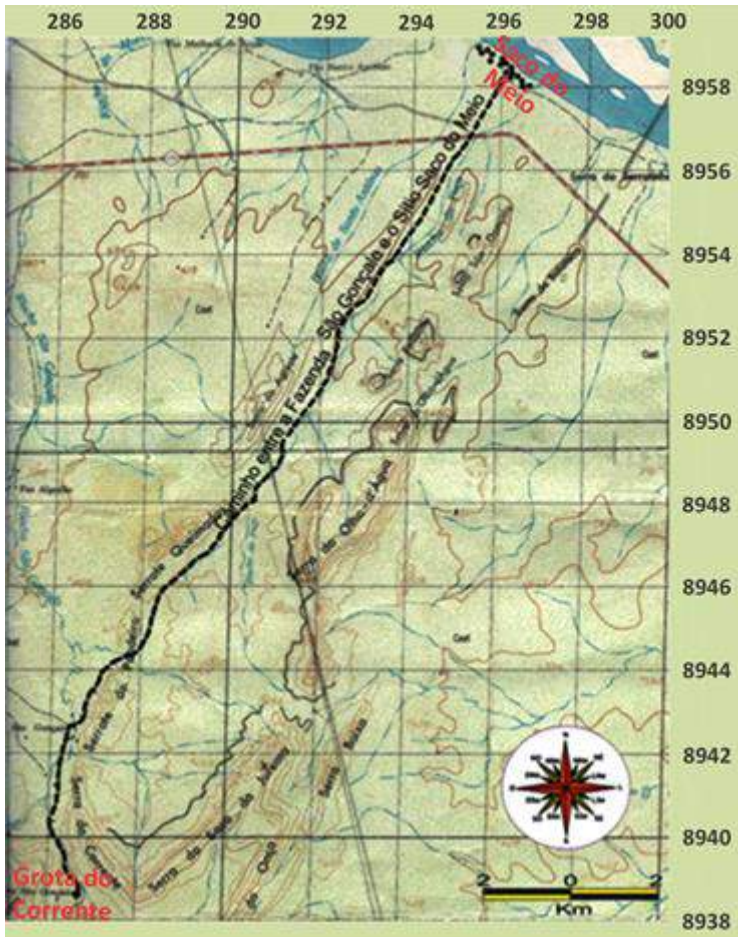
Fonte: Ferreira (2013 *apud* Kesting, 2023c, p. 187)

Figura 118 – Jacucaca (*Penelope jacucaca*)



Fonte: Grosset (2019 *apud* Kesting, 2023c, p. 194)

Figura 119 – Caminho entre a Grota do Corrente e o Sítio Saco do Meio



Fonte: Ministério do Exército - Petrolina (1977 *apud* Kesting, 2019b)

O tradicional padrão comportamental, essencialmente nativo, estendeu-se ao longo dos tempos, desde a pré-história até o amanhecer da década de 1970, quando se iniciou a edificação da Barragem de Sobradinho e exigiu-se a relocação das famílias ribeirinhas do Saco do Meio, para os altiplanos e antigos terraços fluviais adjacentes.

Em coletas de superfície e sondagens que, em 2007 e 2014, se realizaram à jusante do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, antiga Grota do Corrente, constatou-se ocupação humana contínua daquele espaço, desde o início do Holoceno, há aproximadamente nove mil anos, até os dias atuais. (Fig. 120 e 121). Entre outros restos arqueológicos, nele se encontraram: artefatos líticos, fragmentos de cerâmica, louça e metal. (Fig. 122 a 143).

Figura 120 – Lugar de ocupação humana contínua, à jusante da Grota



Fonte: Kesting (2014, p. 59)

Figura 121 – Sondagens



Fonte: Kesting (2014, p. 784)

Figura 122 – AlmoFariz em matação, na superfície do terreno



Fonte: Kesting (2020b, p. 239)

Figura 123 – Artefatos líticos



Fonte: Kesting (2007, p. 69)

Figura 124 - Lasca de arenito silicificado, com córtex (Etiqueta 165)



Fonte: Kesting (2020b, p. 257)

Figura 125 - Lasca de quartzo, com córtex (Etiqueta 160-2)



Fonte: Kesting (2020b, p. 256)

Figura 126 - Lasca de quartzito, com córtex (Etiqueta 57)



Fonte: Kesterling (2020b, p. 256)

Figura 127 - Lasca de sílex, com córtex (Etiqueta 142)



Fonte: Kesterling (2020b, p. 256)

Figura 128 - Lasca de quartzo, sem córtex (Etiqueta 123-5)



Fonte: Kesterling (2020b, p. 257)

Figura 129 - Lasca de quartzito, sem córtex (Etiqueta 152-3)



Fonte: Kesterling (2020b, p. 257)

Figura 130 - Instrumento de arenito silicificado (Etiqueta 159)



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UNIVASF (2014)

Figura 131 - Lasca de sílex, sem córtex (Etiqueta 150-4)



Fonte: Kesterling (2020b, p. 258)

Figura 132 - Lasca de arenito silicificado, sem córtex (Etiqueta 148)



Fonte: Kesterling (2020b, p. 258)

Figura 133 - Núcleo de quartzito (Etiqueta 152-2)



Fonte: Kesting (2020b, p. 258)

Figura 134 - Núcleo de sílex (Etiqueta 166-1)



Fonte: Kesting (2020b, p. 259)

Figura 135 - Instrumento de granito (*Chopper*) (Etiqueta 39)



Fonte: Kesting (2020b, p. 259)

Figura 136 - Instrumento de quartzito (Etiqueta 178)



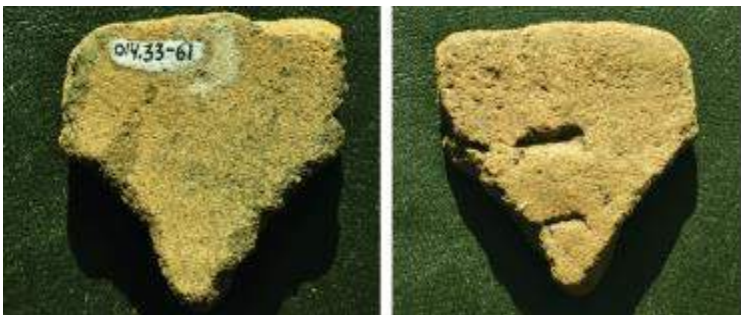
Fonte: Kesting (2020b, p. 259)

Figura 137 - Cerâmica modelada, pintada



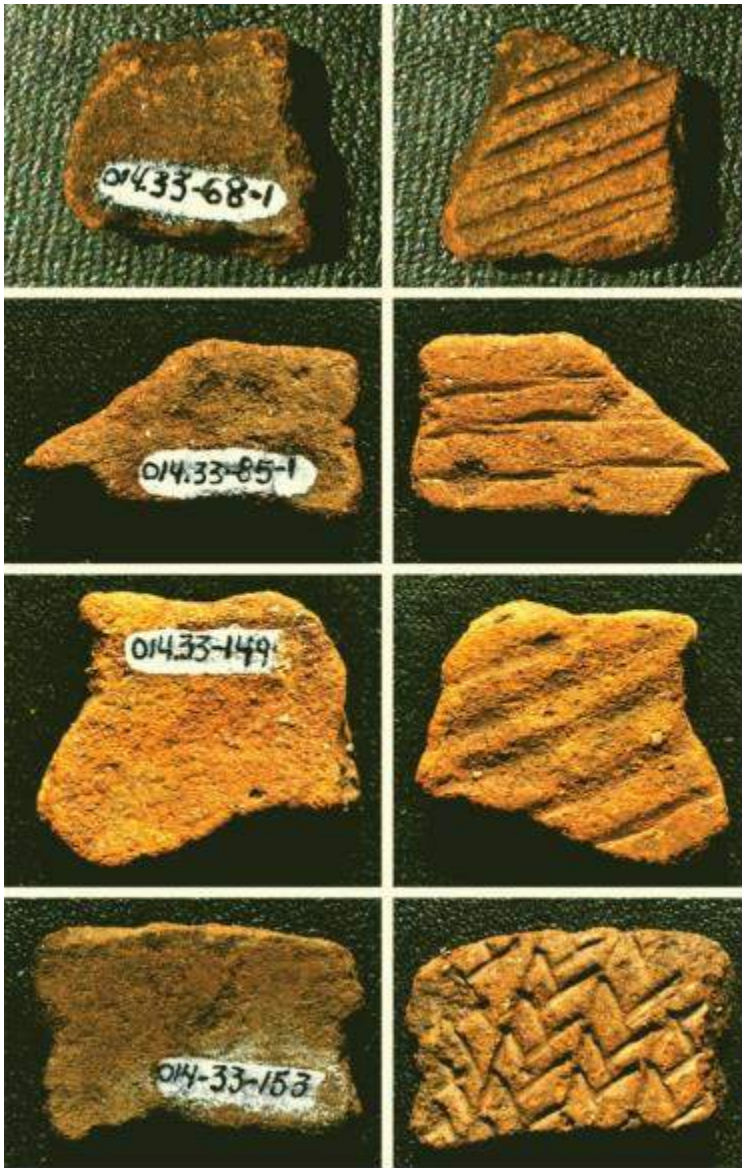
Fonte: Kesting (2020b, p. 251)

Figura 138 - Cerâmica modelada, corrugada



Fonte: Kesting (2020b, p. 251)

Figura 139 - Cerâmica modelada, com incisos



Fonte: Kesting (2020b, p. 250)

Figura 140 - Cerâmica roletada, sem decoração



Fonte: Kesting (2020b, p. 252)

Figura 141 - Cerâmica modelada, escovada



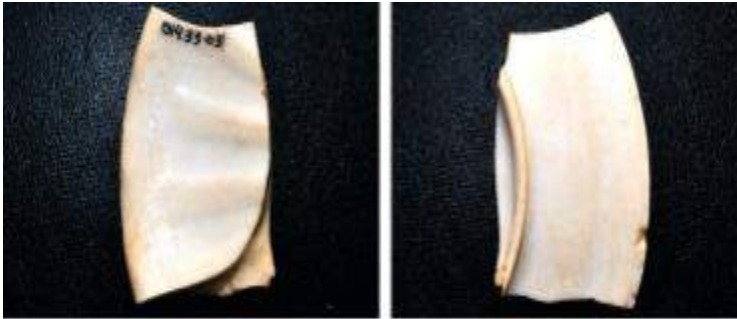
Fonte: Kesting (2020b, p. 251)

Figura 142 - Cerâmica modelada, sem decoração (Etiqueta 021)



Fonte: Kesting (2020b, p. 249)

Figura 143 - Fragmento de louça (Etiqueta 3)



Fonte: Kesting (2020b, p. 260)

4.3.3 Processo Civilizatório e a Grota do Corrente

Em 1646, Garcia d'Ávila II e seu tio, o Padre Antônio Pereira, requereram à Coroa Portuguesa, a doação oficial de “uma terra sita no Rio de São Francisco, na parte onde chamam as aldeias do Rodelas”. (FONSECA, 1996, p. 25). Com o consentimento de Francisco Pereira, destemido guerreiro nativo Tuxá, por conta e risco deles próprios, desde 1641, já estavam a ocupá-las, com a criação extensiva de gado *vacum*, equídeos, asininos e miunça animalia ungulada diversificada³⁴. Argumentavam, então, já haverem despendido mais de dois mil cruzados na educação dos grupos indígenas e na implantação de fazendas, em terras que eles tacitamente reconheciam e/ou admitiam não lhes pertencer de fato e por

³⁴ “O gado adentrou facilmente através dos leitos e dos vales dos rios, resultando (...) na construção de um novo espaço para a colonização, as *ribeiras*, ricas em vegetações propícias a sua alimentação, principalmente espécies coriáceas presentes nos descampados. Igualmente, as áreas de salinas e barreiros de sal, os lamedouros, auxiliaram na escolha do modelo empreendido pelos portugueses.” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 203).

direito. Sabiam que, de fato elas pertenciam aos grupos indígenas³⁵ e, por direito, à Coroa Portuguesa.

Embora anote, aqui, o ano de 1646 referindo-se à conquista, o que se deu nesse ano não foi ainda isso, porém, conforme escreve documentalmente em História da Casa da Torre, o descobrimento das aldeias dos índios Rodela (“o rio São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas”, que são muitas”, diz a transcrição do papel, adiante). (...) Aliás, não foi nesse ano de 1646 senão o requerimento da sesmaria, eis que, estando as terras já então “povoadas de gados”, como aí se anotou, seu descobrimento se dera anteriormente. (...) Pouco antes, em 1639, um moço indígena que se fez célebre com o nome de Índio Rodelas, capitaneava duas centenas de seus irmãos, na luta contra o invasor holandês. (...) E ávido por terras como era [Garcia d’Ávila II], mais que os antepassados, disse tratariam, amigavelmente, quando do descobrimento das aldeias do Rodelas. Aliás, está escrito em Serafim Leite, que o índio Rodelas “matara 80 holandeses, favorecendo um português que se lhe acolheu para o sertão”. (FONSECA, 1996, p. 24 *apud* KESTERING, 2020 a, p. 155-156).

Nos primeiros tempos, isto é, na década de 1640, à sombra da liderança e fama que Francisco Pereira Rodelas conquistara na guerra contra os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, ocorreu, assim, a ocupação portuguesa do Vale do Rio São Francisco. Deu-se ela por força de entendimentos que se fizeram entre os representantes da Casa da Torre e os líderes indígenas locais. Nessas negociações, pelo artifício do

³⁵ “Devido à necessidade de proteína animal, as tribos indígenas que habitavam a região restringiram-se, principalmente, ao vale do Rio São Francisco e às margens dos grandes confluente onde podiam pescar, pois desses povos nem todos os grupos eram horticultores. (...) Na Bahia, os maiores tributários do São Francisco, historicamente associados a tribos indígenas, são o Paramirim, o Rio Grande "do Sul", o Verde Pequeno, o Jacaré, o Salitre, o Riacho do Rio Comprido, e o Curuçá [ou Curaçá].” (HOHENTHAL, 1960, p. 37).

bombardeio ideológico e proselitismo paternalista, os nativos tiveram participação ativa nas negociações que, sob seu ponto de vista, estava a trazer-lhes benefícios³⁶.

Dizem o Capitão Garcia d'Ávila e o Padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o Rio de São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas, a qual terra descobriram eles suplicantes com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndio de muita fazenda, resgates que deram ao gentio para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras em que despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias, que são muitas, e por meio das ditas dádivas os ditos índios como naturais e senhores das ditas terras, lhas entregaram e, como tais, as povoaram de gado. (FONSECA, 1996, p. 25 *apud* KESTERING, 2020a, p. 156).

Somente no dia 22 de abril de 1651, cinco anos depois de requerem-se as terras e dez anos de sua efetiva ocupação, o Governador Geral João Rodrigues de Vasconcelos e Souza concedeu a sesmaria solicitada. Estendia-se ela, da Cachoeira de Paulo Afonso, a leste, ao Rio Salitre, a oeste; do Rio São Francisco, ao norte, ao Rio Real, ao sul³⁷. (Fig. 144).

³⁶ “Foi fraco, entretanto, perceber-se, no sertão, o curso do sangue negro. Porque do pastoreio cuidaram o índio domesticado, o mestiço filho do homem branco com a índia abroquelados, no vazio dos sertões distantes e ermos, exilados do mundo agitado, distanciados da censura, pelos longos parênteses afogueados dos horizontes vazios e silenciosos.” (BOAVENTURA, 1989, p. 76 *apud* VIEIRA FILHO, 2006, p. 38).

³⁷ “Quanto aos índios Rodelas, é certo que estes acolheram bem os descobridores e isso está perfeitamente entendido no requerimento de sesmaria transcrito no capítulo III: ‘despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias’. (...) Quer dizer, com pequenas dádivas ‘compraram’ as terras e a boa vontade dos legítimos senhores e tudo a partir daí, correu tão bem, que os Rodelas estiveram

Figura 144 – Sesmaria doada a Garcia d’Ávila II e Pe. Antônio Pereira



Fonte: Google Earth (2020 *apud* Kesting, 2020a, p. 158)

(...) hei por bem, e lhes faço em seu Real nome dar de sesmaria a terra que contém a sobredita Carta, que dela lhes havia passado, que é toda terra que se achar desde a primeira cachoeira, que o Rio São Francisco faz, por ele acima até ultrapassar a última aldeia dos Cariri Guaçu, com as ilhas, pontas, enseadas, pastos, matos e água, que a dita terra em si tiver, e da dita cachoeira para baixo até entestar com terras que estejam povoadas, e para a banda do sul, que é o limite da Capitania de Sergipe Del Rei toda a terra, que se achar até entestar com o termo desta da Bahia pelo termo que a divide no sertão, (...) dar em nome de Sua Majestade as terras nela

presentes às guerras de matança da raça, ao lado do conquistador, mais de uma vez. Simples e ingênuos, deviam estar boquiabertos com a presença vistosa, encavalada e armada a fogo, da nova gente. A partir disso, pode-se dizer pacífica a convivência, ainda que na base do engodo. E também é justo dizer-se que a população indígena rodeleira conviveu desde os primeiros tempos com a população branco/mestiça em termos de explorado e explorador.” (FONSECA, 1996, p. 61).

contidas ao Capitão Garcia d'Ávila e ao Padre Antônio Pereira pelos respeitos acima declarados. Para Vossa Excelência ver. (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1651 *apud* FONSECA, 1996, p. 26-27).

Face à boa receptividade que, no Século XVI, tiveram os desbravadores em busca de minerais e, no Século XVII, os colonizadores da Casa da Torre, à ocupação de terras para criação de gado, mais do que em outras regiões do país, no Submédio São Francisco, gestou-se uma população essencialmente mestiça. Preservaram-se, destarte, muitos traços fisionômicos, bem como incontáveis e incontestes atributos culturais dos grupos autóctones que viviam nas ilhas e margens do caudal que se consagrou como Rio dos Currais.

Além de trabalhos que exigiam força física, os nativos serviram de guias para os caçadores de pedras e metais preciosos, supostamente localizados nos sertões. As veredas desenvolvidas pelos autóctones foram fundamentais para o conhecimento, povoamento e posse do território. Depois de familiarizados com os catecúmenos, os portugueses viam, portanto, uma ótima oportunidade para usar seu poder como mecanismo de subjugação. (ARRAES, 2012, p. 52).

Em 1659, agregou-se nova sesmaria ao patrimônio da Família d'Ávila. A ela vinculava-se a Barra do Riacho Mulungu onde se sediava a velha Aldeia Sentocé. O Padre Antônio Pereira, tio de Garcia d'Ávila, recebeu aquele latifúndio que tinha o Rio Salitre como referência³⁸. Ele se estendia 20 léguas (120 km) rio acima, até a foz do Rio Bazuá, provavelmente, próximo à atual sede do município, relocada em 1977, quando se construiu a Barragem de Sobradinho. (Fig. 145).

³⁸ “As terras doadas ao Padre Antônio Pereira já estavam efetivamente ocupadas por um seu escravo, também chamado Antônio, e há muito tempo radicado no sertão, provavelmente na própria região, pois conhecia a localização e a língua dos grupos nativos, além de saber os caminhos por onde transitar e [as] formas mais adequadas de sobrevivência nas matas sertanejas.” (VIEIRA FILHO, 2006, p. 48).

Em 1659, o Padre Antônio Pereira obtém sua sesmaria de 20 léguas ao Sul do S. Francisco, a começar no Rio Salitre, que se constitui como o ponto de partida das 20 léguas, dez para um lado e dez para o outro. Carta de 2 de janeiro de 1659, 20 léguas pelo Rio de São Francisco acima no sertão, da parte do sul, toda a terra da barra do Rio Salitre no lugar onde se mete o Rio São Francisco, que se tomará como peão, descendo pelo Rio de São Francisco abaixo até encontrar com a dada que lhe deu o capitão-mor Baltazar de Queiroz, que o concessionário tem povoado, e da barra do Salitre 20 léguas de terra pelo mesmo Rio de São Francisco acima, rumo direito ressaltando pontas, enseadas e ilhas que houver para cima e para baixo, mas do Rio de São Francisco para o lado do sul, a largura que houver na jurisdição desta capitania, até entestar com a Bahia rumo de leste a oeste, que divide uma da outra da nasçença do Rio Real, para o sertão com outro ponto de comprimento acima e abaixo quando tiver pelo Rio de São Francisco inclusive dentro desta dada, a nasçença do Rio Itapicuru, e as serras de Egipte-Iba e Jacobina com as mesmas que ficaram dentro desta dada, com todos os seus logradouros. (FREIRE, 1906, p. 29-30 *apud* FONSECA, 1996, p. 134).

Figura 145 – Sesmaria concedida ao Padre Antônio Pereira, em 1659



Fonte: Google Earth (2023), adaptada pelo autor

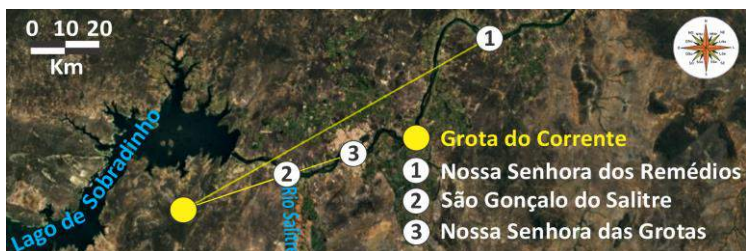
Para catequisar os indígenas das aldeias do Sertão de Rodelas e capacitá-los à mineração, garimpo e vaqueirama, na segunda metade do Século XVII e primeira metade da centúria

setecentista, no Vale do São Francisco, entre a Cachoeira de Paulo Afonso e o Riacho do Bazuá, implantaram-se 13 aldeamentos missionários franciscanos. Pelo vínculo dos evangelizadores com Maria, a mãe de Jesus, oito deles (61,54%) consagraram-se a Nossa Senhora. Citam-se: Nossa Senhora do Ó, na Ilha de Dzorobabé, em Itacuruba – PE; Nossa Senhora de Belém, na Ilha de Axará (das Missões), em Belém do São Francisco - PE; Nossa Senhora do Pilar, na Ilha Coripó, Nossa Senhora da Piedade, na Ilha de Inhanhum, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Várzea, na Ilha de Pambu, em Santa Maria da Boa Vista - PE; Nossa Senhora dos Remédios, na Ilha do Pontal, em Lagoa Grande – PE e Nossa Senhora das Grotas, em Juazeiro – BA.

As missões ‘foram criadas para facilitar o trabalho de conversão e, ao mesmo tempo, cooperar com o processo de colonização, através do fornecimento de mão de obra e pacificação dos nativos’. Nesse sentido, o critério para a escolha da aldeia, para sediar uma missão, era decidido pela que melhor correspondesse à expectativa de conversão. (CUNHA, 2013, p. 28; SILVA, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 55).

Adjacente à Grota do Corrente situavam-se as missões de Nossa Senhoras dos Remédios que no entardecer do Século XVII se havia fundado; São Gonçalo que, no vale do Rio Salitre, em 1655 se implantara; e Nossa Senhora das Grotas que, em 1694, na Passagem do Juazeiro se instituía. (Fig. 146).

Figura 146 – Aldeamentos missionários, próximos à Grota do Corrente



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

4.3.3.1 Missão de Nossa Senhora dos Remédios

Pela historiografia oficial sabe-se que a Missão de Nossa Senhora dos Remédios ou Rainha dos Anjos, como a reconhece a população local, foi erigida por capuchinhos franceses, no final do Século XVII, com o intuito de catequisar os indígenas Tamaquiú (Tamanquim, Tamaqueú ou Tamoquim) e os Pontá. (HOHENTHAL JR, 1960, p. 56). Esse fato comprova-se pela flor-de-lis, símbolo francês que na igreja, em padrão original, conserva-se intacto. (SILVA, 2003, p. 255-256; Fig. 147 e 148).

Figura 147 – Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Ilha do Pontal



Fonte: FUNDARPE *apud* ARRAES, 2012, p. 230)

Figura 148 – Imagem de Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Lira (2024), adaptada pelo autor

A ipuã que se reconhecia como parte do território Pontá, aportuguesou-se como Ilha do Pontal. Situava-se na porção submédica do Vale do São Francisco, adjunto à sesmaria onde, em 1641, Garcia d'Ávila II e Padre Antônio Pereira iniciaram a implantação dos pioneiros currais de gado *vacum*. Por não se haver ainda fundado nela o reduto missioneiro capuchinho, eles próprios promoveram o processo *civilizatório* dos indígenas Tamoquim, com vistas a integrá-los à sociedade curraleira. É notório que aquele sacerdote, capelão da Casa da Torre, tinha especial devoção a Nossa Senhora, como se constata pela imagem ainda hoje conservada no altar mor da ermida edificada junto ao castelo, próximo à Praia do Forte, ao norte de Salvador. (Fig. 149 e 150).

Figura 149 – Ermida da Casa da Torre onde Pe. Antônio era capelão



Fonte: Kesting (2015, p. 22)

Em 1659, dezoito anos depois que, com apoio do indígena Francisco Pereira Rodela, pela implantação de currais, desde a Cachoeira de Paulo Afonso até o Rio Salitre, se havia colonizado efetivamente a porção Submédica do Rio São Francisco, estendeu-se o latifúndio do Padre Antônio Pereira, 20 léguas em direção oeste. A seu escravo Antônio, provável indígena Tamoquim cristianizado na Ilha do Pontal, confiou o religioso sesmeiro a responsabilidade pela posse eficaz daquelas nativas plagas e o encargo de não permitir que outrem se autoproclamassem delas o senhor. Com ele migraram

famílias de vaqueiros cristianizados, para fixar residência junto às corredeiras que, no final do mesmo século, passou a identificar-se como Cachoeira do Sobrado, em alusão à residência assobradada que, junto a ela, na margem esquerda do rio, o português de Mafra Domingos Afonso Sertão edificou.

Figura 150 – Imagem de Nossa Senhora, no nicho central da ermida



Fonte: Kesting (2015, p. 24)

Em nível preliminar e hipotético, propõe-se que, aos vaqueiros Tamoquim o Padre Antônio Pereira confiou uma imagem da **Virgem da Conceição**, com a recomendação de porem-na na Grotta do Corrente, para incentivá-los a não retornarem aos antigos rituais e costumes nativos, mormente vinculados ao encanto e livre **usufruto da lascívia**. (Fig. 151).

Figura 151 – Imagem da Virgem da Conceição



Fonte: Canal da Fé (2016)

Do escravo nativo Antônio e dos destemidos nativos Tamoquim sabe-se terem impedido que bandeirantes paulistas ocupassem o território da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé a que se integravam a Grota do Corrente e a Aldeia da Juacema onde se implantou o Sítio do Saco do Meio³⁹.

4.3.3.2 Missão de São Gonçalo do Salitre

Desde o final do Século XVI, ocorriam frequentes incursões de aventureiros portugueses, interessados em implantar arraiais ou povoações no Sertão das Jacobinas, sobretudo no Vale do Rio Salitre onde se dizia existirem jazidas de ouro, diamante, prata, pedras semipreciosas e salitre.

O salitre, longamente procurado por enviados da coroa portuguesa, aventureiros como Belchior Dias Moreia [1540 – 1619] e o próprio Francisco Dias D’Ávila, segundo Senhor da Casa da Torre [1648 – 1693]. O governador D. João de Lencastro [1646 – 1707] andou por esta região, atravessando matas inóspitas em busca do salitre (...). (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

Frustradas as primeiras investidas em busca de pedras preciosas e salitre, mudou-se temporariamente o foco dos interesses dos colonizadores. O sertão nordestino ficou isolado ou pouco comunicável por mais de cem anos. Isso ocorreu grandemente em função dos mitos criados pelos primeiros catequizadores sobre feras, indígenas bravios e grupos antropofágicos, bem como, por conta da falta de interesse da Coroa lusa em povoar o Semiárido. (ARRAES, 2012, p. 100).

³⁹ “Muitos Bandeirantes, tanto paulistas, como portugueses, chegaram no século XVII. Com a chegada dos bandeirantes por estas paragens começou a busca por ouro e outros metais preciosos.” (LEMOS, 2013).

O fascínio da Coroa Portuguesa por jazidas minerais persistiu, contudo. Havia grande empenho, especialmente pelo salitre que então se destinava preferencialmente ao fabrico da pólvora⁴⁰. Ao longo do Século XVII, robusteceram-se os indicativos e as narrativas sobre jazidas dessa riqueza no vale homônimo. Viajantes e naturalistas deslocavam-se de Portugal, para mapear os precisos locais onde se poderia extraí-la, além de divulgar detalhes do sofisticado processo para sua depuração⁴¹.

Começava-se por acondicionar em tonéis, camadas da terra de que se pretendia extrair o salitre, alternadas com outras de cinza e, algumas vezes, com camadas de palha adicionadas para facilitar a passagem da água. Fazia-se uma cova na parte superior deste arranjo, onde se adicionava potassa (nosso carbonato de potássio), para em seguida, colocar água. Passado algum tempo, deixava-se escorrer (através de torneiras ou de orifícios até então tampados) a água, carregada de salitre, que era levada a evaporar em caldeiras. Durante o processo de evaporação, retirava-se, com uma escumadeira, a massa de sal comum (nosso cloreto de sódio) que se vai formando, até se ter apenas o líquido. Continuava-se até evaporação total, quando se tinha, finalmente o salitre “bruto ou impuro”, que seria refinado posteriormente. (PESSOA, 1812 *apud* FERRAZ, 2000, p. 845-846).

Para capacitar os indígenas à vaqueirama e àquela lucrativa atividade mineradora, em 1655 implantou-se a Missão de São

⁴⁰ “Agora os homens buscavam as cavernas atrás daquilo que se constituiria numa riqueza comercial, o salitre mineral estratégico, essencial na composição da pólvora que, por sua vez, era indispensável à grandeza das nações europeias sempre em guerra entre si.” (GOMES; PILÓ, 1992, p. 84).

⁴¹ Disponibilizavam-se manuais para indicar aos leitores, mesmo que distantes da Metrópole, as operações básicas para o desempenho de suas atividades no aproveitamento das produções naturais. (FERRAZ, 2000, p. 846).

Gonçalo do Salitre⁴². (OLIVEIRA, 2012; Fig. 152). Inicialmente, ela se localizava em um brejo, junto à grota onde se preservam painéis de pintura rupestre, nas proximidades do Olho d'Água das Laranjeiras⁴³, entre as serras do Mulato e do Colono que, em Portugal, se identificavam como Montes Altos. (Fig. 153 a 157). Anos depois, em 1675 provavelmente, transferiu-se para a margem do Rio São Francisco⁴⁴, em área ocupada por membros do povo Amoipirá, de raiz Tupinambá. (Fig. 158 e 159).

Figura 152 – Imagem de São Gonçalo de Amarante



Fonte: Museu Boulieu (2024), adaptado pelo autor

⁴² “Em 1655, quando os primeiros missionários chegaram ao sertão das Jacobinas encontraram mais de 80 aldeias indígenas. A partir daí fundam missões na Jacobina Velha (Leste do município) e no Vale do Salitre. Elas eram: Missão de São Gonçalo do Salitre, Missão dos Paiaí e Missão de São Francisco Xavier.” (OLIVEIRA, 2012).

⁴³ A Missão de São Gonçalo do Salitre situava-se num lugar denominado Laranjeiras e suas ruínas existem próximas ao povoado de Abreus, no Vale do Rio Salitre. (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

⁴⁴ “No ano 1675, após um levante de indígenas na região do Rio Salitre foram assassinados muitos feitores e vaqueiros e dizimada grande parte do rebanho, o governador Afonso Furtado de Mendonça encarrega Francisco Dias D'Ávila II de organizar uma expedição punitiva contra os 800 índios rebeldes.” (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

Figura 153 – Ruínas da missão, no Brejo do Olho d'Água das Laranjeiras



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 154 – Ruínas da missão, no Brejo do Olho d'Água das Laranjeiras



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 155 – Entre as serras do Mulato e do Colono, adjunto à missão



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 156 – Painel de pintura rupestre na Grota das Laranjeiras



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 157 – Painel de pintura rupestre na Grota das Laranjeiras



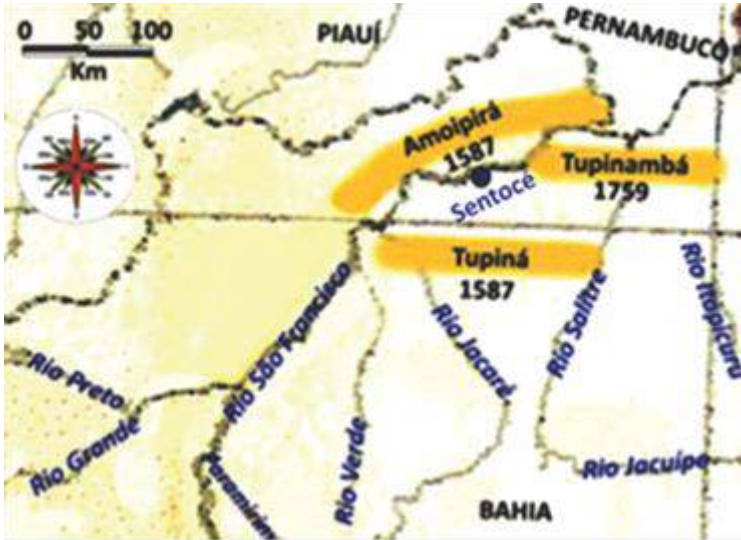
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 158 – Território do Povo Amoipirá, no Submédio São Francisco



Fonte: Martius (1867 *apud* Santos, 2013), adaptado pelo autor

Figura 159 – Tupiná, Amoipirá, Tupinambá, no Submédio São Francisco



Fonte: Nimuendaju 1944 *apud* IBGE, (1944), adaptado pelo autor

Em 1671, aproximadamente cem anos depois das primeiras entradas portuguesas ao Sertão das Jacobinas e 16 anos após a fundação da Missão de São Gonçalo, Bento Surrel descobriu jazidas de salitre (nitrato de potássio) naquele vale de águas salobras. Junto ao Rio Pacuí, o principal de seus tributários, próximo à Serra dos Montes Altos, a 60 km de distância da Grotta do Corrente, 41 km da Missão de São Gonçalo e 135 km da Ilha do Pontal, a Coroa Portuguesa implantou, então, a Oficina Nossa Senhora da Encarnação. Com mão de obra escrava, prioritariamente indígena, nela começou-se a explorar e beneficiar aquele cobiçado minério⁴⁵. (Fig. 160).

⁴⁵ Conforme carta de Luiz César de Menezes, escrita e enviada aos missionários dos indígenas Payayá, catequisados na Missão do Sahy, em 12 de março de 1706. (FREITAS; SILVA, 1996, p. 42-43).

O projeto das oficinas contava com uma casa grande para tina e caldeiras onde se havia de separar o sal; um armazém para recolhê-lo depois de purificado, casas para o feitor ou almoxarife e alojamento para os índios e escravos, além de quartel para soldados em caso de sublevação indígena. As oficinas construídas no crepúsculo dos seiscentos tiveram pouco sucesso, frustrando o empreendimento extrativista, mas foram vantajosas em definir [os] sertões antes considerados incógnitos. (PUNTONI, 2002, p. 32 *apud* ARRAES, 2018, p. 4).

Figura 160 – Distâncias de Pacuí



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

Escravizaram-se os índios para trabalharem em minas de extração de salitre, situadas na região de Pacuí e apossaram-se das riquezas naturais (...) A mão de obra utilizada para a extração e transporte do salitre era de indígenas (...) aldeados por missionários em espaços reduzidos e definidos. Os pagamentos desse serviço nem sempre eram realizados e havia muitas denúncias de abusos, agravando as tensões entre os índios e os colonos. Vale ressaltar que os indígenas viviam misturados com outros grupos étnicos e expostos a doenças, conflitos e maus tratos. O salitre era transportado em lombo de burros para o porto da Bahia e de lá seguia para Portugal. Desse minério extraía-se a pólvora utilizada na

indústria da guerra. (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

Em regulares oportunidades que dispunham, para verem-se livres dos missionários, alguns nativos abdicavam da catequese, dos ensinamentos sobre a depuração do salitre e dos preceitos de civilidade que se ensinavam no centro missionário de São Gonçalo. Ocorria de os evangelizadores os encontrarem na Fazenda do Sargento que distava 15 km daquele educandário e 32 km da Oficina de Nossa Senhora da Encarnação. (Fig. 161).

Figura 161 – Fazenda do Sargento em relação à Missão e ao Pacuí



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

Sobre a fuga de cinco casais de sua missão de São Gonçalo do Salitre para a Fazenda do Sargento, de propriedade da Casa da Torre, [Frei Ângelo de Santo Alberto, religioso do Carmo] diz ter conseguido apreender um dos fugitivos (...) Os casais, provavelmente, fugiram da missão por não concordar com os trabalhos exigidos deles na condição de aldeados e foram procurar melhores condições de vida em outras paragens, na companhia de pessoas de confiança e amigos com quem podiam contar, como na oportunidade do resgate, mas o religioso não concordava em ver seu rebanho minguar, por isso as reclamações. (VIEIRA FILHO, 2006, p. 75).

Em 1755, cem anos depois que se implantou a Missão de São Gonçalo na Grota das Laranjeiras, sete décadas após a

transferência dela para a margem do Rio São Francisco e 61 anos depois que se fundou a Missão de Nossa Senhora das Grotas, os portugueses voltaram ao Rio Salitre. Wenceslau Pereira da Silva enviou, então, Manoel Dias Mascarenhas para identificar, explorar jazidas e implantar oficinas de beneficiamento da matéria prima da pólvora na Passagem do Sargento e em Abreus, a 48 e 55 km de distância da Grota do Corrente, respectivamente. (Fig. 162).

Figura 162 – Pacuí, Sargento e Abreus em relação à Grota do Corrente



Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelo autor

Uma rica documentação manuscrita e cartográfica descreve os processos de obtenção do sal e o reconhecimento das possíveis áreas de extração. No mapa intitulado Serra dos Montes Altos, desenhado pelo provedor do regimento, além de localizar cerca de 10 minas, foram traçados caminhos, conectando o litoral baiano [Porto de São Félix] aos sertões do Rio São Francisco e uma rede de fazendas que articulavam os moradores com a vizinhança ou às terras mais distantes. Mascarenhas redigiu um relato primoroso, relacionando a paisagem e o território a objetivos utilitaristas. Além disso, ele discriminou as oficinas de extração do salitre situando-as precisamente sobre a ribeira do Salitre, auxiliando-nos a pensar sobre as maneiras de ocupação e formação da paisagem daquela parte da Bahia. Com efeito, a primeira oficina chamava-se Sargento, erguida nas terras do sargento-mor João dos Reis Santos; a segunda, era a dos Abreus (...) (ANTT, mç. 599, nº. 47 *apud* ARRAES, 2018, p. 4).

Muito embora, com fundamento na historiografia oficial, propague-se ter a devoção e os rituais vinculados a São Gonçalo, chegado ao Brasil em 1718⁴⁶, sabe-se hoje que, nos centros missionários do Submédio São Francisco, desde meados do Século XVII, realizavam-se aquelas tradicionais rodas dançantes, em substituição ao ritual guerreiro indígena do Toré. Com ela os catequizadores também coíbiam a vida sexual liberta, que as indígenas desfrutavam, ao puro sabor do encanto e da exigência natural dos hormônios da felicidade.

Gonçalo de Amarante foi um missionário festeiro, que gostava de música e rodas de viola. Atualmente, é tido como santo de todas as causas, principalmente as relacionadas à cura de doenças, mas já foi conhecido, especificamente, como um santo casamenteiro e padroeiro dos violeiros e das **prostitutas** (grifo nosso). Historiadores contam que no século XI, em Amarante, cidade portuguesa localizada ao Norte do país, Gonçalo usava a sua viola para espalhar o evangelho pelas ruas e, aos sábados, costumava ir a prostíbulos tentar ocupar o tempo das mulheres tocando viola e as fazendo dançar a noite inteira. Ele acreditava que, cansadas da dança da noite anterior, não teriam disposição para se prostituir aos domingos. Nessas ocasiões, o santo colocava pregos em seus sapatos, para não esquecer do real objetivo de suas ações enquanto tentava converter mulheres que, para a igreja, viviam em pecado. (AMORIM, 2023).

No Sertão do São Francisco, a Roda de São Gonçalo sempre foi popular e democrática. Todos dançam, do mais novo ao mais idoso. Comumente, ela se inicia no ocaso do dia. Não tem lugar certo para realizar-se e, nem tampouco, quantidade definida

⁴⁶ “Diz-se que os primeiros rituais da Roda de São Gonçalo do Amarante no Brasil realizaram-se em janeiro de 1718, dentro de uma igreja, na cidade de Salvador, com acompanhamento de guitarras e gritarias de frades, mulheres, fidalgos e escravos, em delirante reboliço. Fala-se que, no coroamento da festa, os bailarinos tomaram a imagem do santo do altar e dançaram com ela. Logo após esse “distúrbio”, proibiu-se a dança de São Gonçalo nas igrejas da região.” (KESTERING; BEZERRA; NEGREIROS, 2023, p. 41).

de participantes. Coloca-se a imagem do santo em um altar, na frente do mestre, do guia, dos dançarinos e das cantadeiras⁴⁷. Entoam-se hinos com a assistência de violão, sanfona, pandeiro, triângulo, zabumba e utilização de arcos de cipó. As mulheres normalmente dançam com saias coloridas e os homens, com roupas comuns. (Fig. 163 a 168).

Figura 163 - Mestre



Fonte: Silva (2017, p. 34 *apud* Kesting; Bezerra; Negreiros, 2023, p. 43)

Figura 164 - Guia



Fonte: Silva (2017, p. 33 *apud* Kesting; Bezerra; Negreiros, 2023, p. 44)

⁴⁷ As cantadeiras são responsáveis não só por cantar, mas também por enfeitar o altar e iniciar a roda com uma oração e uma caatinga ao santo. (SILVA, 2017, p. 45 *apud* KESTERING; BEZERRA; NEGREIROS, 2023, p. 45).

Figura 165 - Assistência de instrumentos musicais



Fonte: Silva (2017, p. 30 *apud* Kesting; Bezerra; Negreiros, 2023, p. 44)

Figura 166 - Arcos de cipó



Fonte: Silva (2017, p. 49 *apud* Kesting; Bezerra; Negreiros, 2023, p. 45)

Figura 167 - As mulheres normalmente dançam com saias coloridas



Fonte: Silva (2017, p. 31 *apud* Kesting; Bezerra; Negreiros, 2023, p. 45)

Figura 168 - Os homens dançam com roupas normais



Fonte: Silva (2021, p. 32 *apud* Kesting; Bezerra; Negreiros, 2023, p. 46)

4.3.3.3 Missão de Nossa Senhora das Grotas

Em 1694, o Arcebispo Dom João Franco de Oliveira implantou a missão dos franciscanos na Passagem de Juazeiro. Em 1706, aldearam-se nela indígenas de várias etnias entre as quais os Tamoquim, também referidos como Tamanquim, Tamaqueu

ou Tamaquiú, de origem Cariri, e nativos Massacará, de raiz Tupinambá⁴⁸. Quando, em 1710, nela se construiu a casa para residirem os franciscanos⁴⁹, aos missionários daquele aldeamento um índio vaqueiro Tamoquim levou a imagem de Nossa Senhora da Conceição que, em 1659, por ordem do Padre Antônio Pereira, na Grotta do Corrente, os nativos vaqueiros da Ilha do Pontal haviam posto. É muito provável que o tenha feito a mando de Garcia d'Ávila Pereira, membro da Casa da Torre que estava a manter amigáveis relações de amizade com os missionários.

Um descendente de Francisco d'Ávila tornou-se saliente na Bahia por seu amor à Religião e atos de beneficência. Dele falam com muita gratidão as crônicas da Ordem Franciscana, chegando a dizer Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão no *Novo Orbe Seraphico Brasilico* que os missionários, que andavam pelas suas fazendas do Rio de São Francisco, às aldeias e missões, fazia ele distribuir por dia uma rês de esmola, **além do afável e comum agasalho que em sua pessoa e casa achavam todos os religiosos que por aqueles distritos vagavam às esmolas e outros benefícios mais**. Tais qualidades e graças o fizeram irmão de Ordem em Congregação de 14 de agosto de 1706.

Foi ele Garcia d'Ávila Pereira, 3º desse nome, Coronel de Ordenanças a quem foi dada a capela da Conceição do

⁴⁸ “No ano da graça de 1956, a progressiva cidade de Juazeiro (Bahia) comemora seu jubileu eucarístico e mariano, completando 250 anos que naquelas paragens do Rio São Francisco se estabeleceram os índios Tamaquiús, ou Tamaquis, aldeados que foram pelos missionários franciscanos, figurando, desde então, Jesus Hóstia como centro da Aldeia e a Virgem das Grotas como Patrona de Juazeiro.” (SÁ, 1956, p. 125).

⁴⁹ “Como para a construção de novos conventos era necessária licença especial do governo, requerendo um processo muito demorado, somente em 1710 chegou a ser levantado o hospício franciscano no local onde atualmente existe a artéria urbana vulgarmente conhecida como Entrada do Horto. Posteriormente deve ter sido mudado para a Rua 15 de Novembro, cujo nome antigo ainda continua na boca do povo.” (WILLEKE, 1966, p. 96).

Convento dos Franciscanos, com direito a quatro sepulturas. (STUDART, 1902, p. 51-52).

A dita imagem passou, por isso, a ser reconhecida como Nossa Senhora das Grotas adjacentes ao centro missioneiro onde os indígenas preservavam suas tradições e atributos culturais. Nesses idílicos nichos ambientais e consagrados redutos culturais, os indígenas mantinham, sobretudo, os milenares ritos em homenagem aos espíritos encantados. Por zelo à vida do filho de Maria da Conceição, o vaqueiro Tamoquim curvou-se à ordem que recebeu do coronel da Casa da Torre. Com reverência, a pé trasladou sua imagem ao povoado de Saco do Meio e de lá, de barco, rio abaixo, à Missão da Passagem do Juazeiro onde a entregou aos cuidados dos franciscanos.

Se o Deus Sacramentado fazia depender sua chegada a Juazeiro das palavras onipotentes dos cristóforos seráficos, Maria Santíssima escolheu como portador de sua devoção a um filho da terra sanfranciscana, o qual, anônimo representante de sua tribo, pastoreava o gado nas proximidades da aldeia e, certa feita, se sentiu atraído por forças estranhas até o interior de uma das numerosas grotas. (...) [Nela encontrou a imagem de Nossa Senhora] (...) Passado o primeiro susto, o catecúmeno Tamoquim inspira-se de confiança e, já de pé, aproxima-se da figura luminosa, para oscular reverente a peanha. Todo extasiado torna a interpelar a soberana senhora: “Quem vos trouxe para esta ermida, ó Virgem Celeste? Quanto tempo já faz que estais a sós com o divino menino? Quereis que vos leve à capela da aldeia?” Fixando um olhar interrogativo sobre o semblante todo bondade e doçura, da efigie o vaqueiro se impressiona tanto que aqueles traços lhe traduzem a resposta afirmativa: “Sim, meu filho, leva-me.” E com reverência **abraça a linda estátua, transportando-a até a Missão de Juazeiro** (grifo nosso). Os missionários franciscanos que, desde sua chegada, em 1706, estavam indecisos sobre qual deveria ser o orago da capela, com o milagroso evento proclamaram a Senhora das Grotas padroeira da nova missão, celebrando a festa litúrgica, na Natividade de Maria Santíssima. (SÁ, 1956, p. 125-127).

4.3.4 Vínculo Nativo com a Senhora das Grotas

Por oportuno, lembra-se que, em transe no ritual do Toré, realizado no final do século XX, Adilina de Carvalho recebeu a mensagem de **José Ribeiro**, a informar ter sido ele o mandante de representar-se o braço identificado no Sítio São Gonçalo 9, também conhecido como Pedra dos Macacos. (Fig. 169).

Figura 169 – Braço representado no Sítio São Gonçalo 9



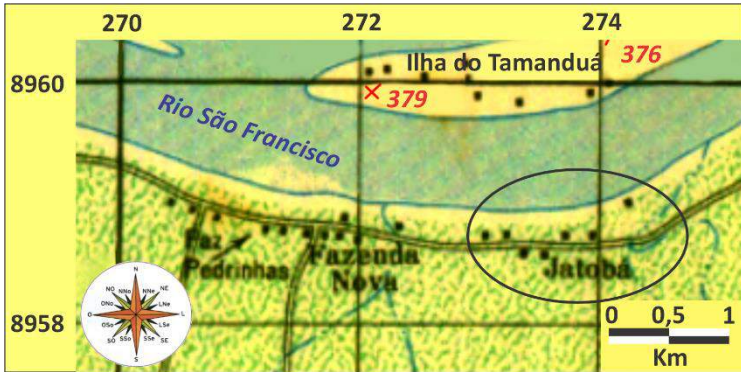
Fonte: Kesting (2007, p. 83)

Em pesquisa que se fez no primeiro livro de registro de batismos da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé (BATSSÉ), celebrados no período de 1752 a 1783, encontraram-se certidões lavradas pelo Padre Manoel Álvares de Sousa, com referências ao Alferes Joaquim **José Ribeiro** Felisbel. Era ele um dos filhos do Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel, então morador na sede daquela unidade religiosa, a 40 km de distância da Grota do Corrente. Em caráter preliminar e hipotético, atribuiu-se a ele a ordem de representar-se o braço cuja figura se preserva.

Prosseguiu-se o estudo, porém. Hoje pensa-se mais provável ter-se realizado a mando do **Alferes José Ribeiro de Oliveira**.

Naquela época, há 261 anos, esse oficial de berço nativo morava em Jatobá, próximo à Fazenda das Pedras, na margem direita do Rio São Francisco, 22 km a noroeste da Grota do Corrente⁵⁰. (Fig. 170 e 171).

Figura 170 – Jatobá, na margem do Rio São Francisco



Fonte: Ministério do Exército (1973 *apud* Kesting, 2024, p. 126)

Figura 171 – Distância entre a Fazenda do Jatobá e a Grota do Corrente



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

⁵⁰ Na estrutura militar portuguesa transposta para a **América** e dividida em três forças, encontrava-se a função de alferes, oficial de baixa patente, acima dos sargentos. Era o cargo máximo a que, no período colonial, se aceitava integrarem-se os aspirantes **pardos** e **mulatos**. (ARQUIVO NACIONAL, 2021).

*Aos vinte e oito dias do mês de maio de sessenta e quatro, nesta freguesia, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente **Angélica**, filha de pai incógnito e de **Isabel**, escrava do Alferes **José Ribeiro de Oliveira**, morador no lugar do **Jatobá** (grifo nosso). (...) Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 436).*

*Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de sessenta e seis, batizou o Reverendo Cura da Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado **José Caetano Viegas**, na dita freguesia, solenemente, e pôs os santos óleos ao inocente **Antônio**, filho de **José Ribeiro de Oliveira** e de sua mulher **Sebastiana de Torres**, moradores na **Fazenda do Jatobá**, desta freguesia (grifo nosso). (...) Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1766, p. 103, nº 503).*

Com fundamento nas revelações espirituais ou de memória, ocorridas nos rituais de Toré que em São Gonçalo da Serra se realizavam, membros da família de Oliveira e de Carvalho reivindicam o direito à herança do patrimônio preservado naquela feição de relevo. Reclamam, outrossim, a aquiescência ao zelo do acervo rupestre em que constam os painéis históricos e pré-históricos que lá se identificaram.

Em favor do aludido reclamo, a cuidarem daquele precioso legado, sabe-se pesar o auspicioso fato de a indígena Isabel, de etnia ainda ignota, ter sido escrava do dito militar de origem nativa Amoipirá e raiz Tupinambá⁵¹.

É incontestável que, desde os primeiros anos de ocupação da América sertaneja, as escravas majoritariamente indígenas, eram exploradas pelas madames, nas atividades domésticas e na agricultura de subsistência e, concomitantemente, vilipendiadas pelos colonizadores, como amantes, concubinas, prostitutas ou meretrizes. Por isso, rotulavam-se a elas, discriminativa e pejorativamente, com o estigma de *negras*,

⁵¹ “A escravidão foi um regime perverso que se sustentou no domínio de um ser sobre o outro, em condição de propriedade, onde o proprietário tinha plenos direitos sobre o corpo do 'bem'.” (FIABANI, 2017, p. 29).

escravas do pecado e servis nas fôrnicções. “A negra [da Terra e/ou da África] era para tudo: do eito ao leito”. (CANSTATT, 1995, p. 114 *apud* FIABANI, 2017, p. 32 *apud* KESTERING, 2024a, p. 16-17).

Acresce-se a circunstância de, além da certidão da iluminada Adilina de Carvalho, no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Juazeiro – BA, encontrarem-se os registros de Antônio de Carvalho, de sua mãe Maria, e de seu avô materno, o memorável vaqueiro Francisco José de Carvalho. Eles todos nasceram nos contíguos sítios do Saco do Meio e da Juacema. (ANEXOS 2 a 4). Naqueles documentos se constata vincularem-se eles à família de Oliveira, sucessores muito prováveis, do militar Amoipirá que, no Século XVIII, habitava a Fazenda do Jatobá, a apenas 22 km de distância do lugar onde nasceram. (Fig. 172 a 175).

Figura 172 – Povoadado de Saco do Meio



Fonte: Ministério do Exército – Petrolina (1973), adaptada pelo autor

Certifico que, à folha 220 do livro A09, sob número de ordem 5449, foi lavrado o assento do nascimento de Antônio de Carvalho, do sexo masculino, nascido no dia 29 de abril de mil novecentos e sessenta e sete, (...) em Juacema, quarto distrito do atual município, filho de Maria de Carvalho, sendo avós maternos, Francisco José de Carvalho e dona Teodora Maria de Carvalho (grifo nosso). O assento foi

lavrado em 05 de julho de 1986 (...) Vila do Junco, 05 de julho de 1986. Alberto Martins dos Santos. Oficial. (ANEXO 2).

Figura 173 – Fazenda do Jatobá, Saco do Meio e os painéis rupestres



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

Figura 174 – Antônio de Carvalho com sua mãe Maria de Carvalho



Fonte: Kesting (2023c, p. 316)

*Certifico que, à folha 19 do livro 02, sob número de ordem 25, foi lavrado o assento do nascimento de **Maria de Carvalho**, do sexo feminino, nascida no dia 13 de agosto de mil novecentos e trinta, às quatro horas, em **Saco do Meio**, quarto distrito deste município, filha de **Francisco José de Carvalho** e de*

Dona Theodora Maria de Carvalho, sendo avós paternos, Honório José de Carvalho e dona Maria de Oliveira; avós maternos, Feliciano José de Carvalho e Maria Antônia (grifo nosso). O assento foi lavrado em 24 de abril de 1940(...) Vila do Junco, 07 de junho de 1986. Alberto Martins dos Santos. Oficial. (ANEXO 3).

Figura 175 – Maria de Carvalho em São Gonçalo da Serra



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1978)

*Arthur Luís Ferreira, escrivão de paz deste quarto distrito do município de Juazeiro, na forma da lei, certifico que (...) aos vinte e dois dias do mês de janeiro de mil novecentos e quatro, no lugar **Lagoa**, quarto distrito de paz do Município de Juazeiro, Paróquia de Nossa Senhora das Grotas (...) Honório José de Carvalho (...) declarou que no lugar **Saco do Meio**, no dia primeiro de abril de mil novecentos e três, às sete horas, teve lugar o nascimento de uma criança do sexo masculino a qual foi batizada com o nome de **Francisco [José de Carvalho]**, filho*

natural de Maria Francisca de Oliveira Carvalho, natural deste quarto distrito. São seus avós maternos, Francisco José de Oliveira e Martinha Maria de Oliveira, naturais e residentes neste município de Juazeiro (grifo nosso). (...) Tatauí, 15 de dezembro de 1917. Arthur Luís Ferreira. Escrivão de Paz. (ANEXO 4).

Assim, conforme certidões de nascimento que no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Juazeiro – BA se encontraram, sabe-se hoje que, pelo caminho existente entre o Sítio do Meio e a Grota do Corrente, com regularidade sazonal transitavam: **Antônio de Carvalho**, desde 1967; Maria de Carvalho, **sua mãe**, desde 1930, e Francisco José de Carvalho, **seu avô materno**, desde 1903.

De acordo com registro de batismo que na Cúria da Diocese de Juazeiro se encontrou, sabe-se também que, por aquele mesmo trajeto e com similar assiduidade trilhou Maria Francisca de Oliveira Carvalho, **sua bisavó materna**, desde 1891.

Aos sete dias do mês de agosto de 1891, batizei solenemente, na Fazenda Saco do Meio, a Maria [Francisca de Oliveira Carvalho], parda, nascida a primeiro de junho deste ano, filha legítima de Francisco José de Carvalho e Josefa Maria de Jesus, sendo padrinhos Leovigildo Ferreira Mesquita e Eugênia Brasileiro de Mesquita; e para constar, mandei lavrar este termo que assinei. Vigário Epifânio Simões de Paiva. (grifo nosso). (BANSEGRO, 1891).

Em salvamento arqueológico que se realizou em 1977, nas imediações do povoado de Saco do Meio identificou-se um sítio arqueológico a céu aberto a que se registrou como Sítio da Juacema. Nele se coletaram 67 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno. Não se sabe ainda quando eles foram feitos e/ou utilizados. Continuam armazenados no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, em Salvador.

Devido a prospecções no terreno, a 5 (cinco) m do rio, foram localizados cacos superficiais de cerâmica numa área de 8 x 5 m. Recolhido o material de superfície, foram feitos 2 (dois) cortes que resultaram estéreis. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 20).

4.3.4.1 *Consistência Científica do Saber Ancestral*

Quando o grupo nativo Amoipirá, de Raiz Tupinambá, porque lhes tomaram as terras litorâneas da Bahia e do Sergipe, em caráter irrevogável migrou para o Submédio São Francisco, na bagagem de sua espiritualidade nativa trouxe os rituais que devotava a Janaína que, no sertão, também se reconhecia como Juacema. (Fig. 176).

Figura 176 – Imagem de Janaína



Fonte: Coleção Axé (2024)

Reza a lenda de que Janaína fora filha de um poderoso cacique e de uma índia guerreira. Janaína se apaixonou por um homem branco que atracou junto com outros homens, perto da aldeia onde vivia a cabocla. Após algum tempo, Janaína engravidou do amado. Por viver um romance proibido, pois sua mão já era prometida a casamento para outro índio, Janaína fugiu ao pensar nas consequências que sua gravidez traria a ela e seu filho, assim ela tentou fugir, seguindo o navio do pai de sua criança e seu verdadeiro amor. Mas a jovem Janaína não teve forças para alcançar o barco, perdeu suas

forças, se afogou e foi acolhida pelos braços de Mamãe Iemanjá que compadeceu de sua dor. Cabocla Janaína sempre traz muita paz, luz e leveza para seus médiuns. Trabalha pela caridade, não aceita injustiça, seja com seus médiuns quanto com aqueles que tem a sua proteção e gosta de espalhar sua sabedoria a quem está disposto a aprender e escutar. Vem na linha de Iemanjá ou Oxum. É uma entidade de fala mansa, amorosa, que transmite amor e confiança. Apesar de seu jeito carinhoso, ela também é muito enérgica quando necessário. É exigente com seus médiuns e não gosta de fazer rodeios quando precisa aconselhar, sendo assim direta em suas informações. Gosta de usar maracá. Velas azul claras e brancas. Suas oferendas são aceitas sob pano branco e azul-claro. Em suas oferendas pode conter frutas, espelhos, pentes, perfumes de essência de alfazema ou essência de flores brancas ou azuis; rosas, lírios e mel. A entrega pode ser feita na mata ou na beira do rio. Ô Janaína, vem ver! Ô Janaína, vem cá, receber tuas flores que eu vim te ofertar... (TUMBLR, 2024).

De longas datas, sabe-se que alguns atributos da Cabocla Janaína se identificavam com as virtudes de Maria, Nossa Senhora da Conceição, festejada no dia 8 de dezembro⁵². Na Fazenda Tatauí, onde se localizavam os sítios de São Gonçalo e do Saco do Meio, preservou-se ao longo dos séculos a memória (saber ancestral) de que Janaína / Juacema teria se encantado, como divina e perene entidade protetora das águas.

Conta-se que, junto ao Serrote da Aldeia, onde hoje se acha a Vila São Francisco, teria se arrebatado aquela linda *kunhã* Amoipirá. Diz-se que, por sua incrível beleza, aguçava a libido dos guerreiros nativos, das muitas etnias que havia no Submédio São Francisco. Quando ela se banhava, na Cachoeira do Sobrado, foi o momento em que o sol, a vislumbrar seus

⁵² Além das virtudes comuns da realeza, proteção maternal, cuidado, carinho, segurança e gravidez misteriosa (milagrosa), as imagens de Janaína e Maria da Conceição apresentam-se com coroa, vestido azul e feições jovens.

sensuais contornos, por ela se apaixonou. De sua relação amorosa com o rei dos astros, nasceu Jurupari, astucioso *kurumim* que, na adolescência, assumiu a identidade *andirá* (morcego)⁵³. Com seus parceiros quirópteros, ele formou destemido exército guerreiro, para proteger sua mãe Janaína / Juacema, a Cachoeira do Sobrado, o Rio São Francisco e todas as fontes de água das muitas grotas do Sertão Semiárido⁵⁴.

No lugar onde hoje vemos a Barragem de Sobradinho, era onde ficava a grande e sagrada Cachoeira do Sobrado. Quando adolescente, Jurupari, filho de Juacema, incorporou-se em um grande morcego. Ele se escondia nas locas das pedras e protegia a grande Cachoeira do Sobrado e nosso Rio São Francisco. A construção da Barragem na Cachoeira de Sobradinho despertou em Jurupari um profundo sentimento de revolta. Enfurecido, ele faz chegar, por isso, fortes ventos, principalmente durante a florada do juazeiro, mês de aniversário de sua mãe Juacema. Não é à toa que nesse período, no Lago de Sobradinho, formam-se grandes ondas,

⁵³ “Jurupari foi a maior divindade da pré-história indígena e seu grande legislador, também considerado mensageiro e herói-civilizador”. (FACETAS CULTURAIS, 2022).

⁵⁴ “Para os Aruaque que são encontrados no Brasil, Bolívia e Paraguai, Jurupari é um legislador, embaixador do sol, que desceu à terra para renovar os costumes dos índios. Sua mãe Ceuci era uma virgem que, ao comer uma fruta *cucurá-purumã*, que era proibida por ser da árvore do bem e do mal, e seu sumo escorrer lhe para as pernas, engravidou e deu à luz Jurupari. A criança chamada Jurupari era, na verdade, o enviado do Deus Sol, Guaraci, pelo qual foi ordenado a reformar os costumes dos homens e encontrar uma esposa humana para ele. Com sete dias de vida, ele já aparentava ter dez anos. Sua sabedoria atraiu grande atenção. Logo começou a comandar a todos, reformulando doutrinas da sociedade que, não mais matriarcal, passou a dar autoridade aos homens. Para Jurupari, o matriarcado contrariava as leis do sol. Empoderando o gênero masculino, criou festividades e rituais onde só os homens participavam, sendo penalizadas com a morte, as mulheres que tomassem conhecimento do que ali acontecia. Assim, Jurupari matou Ceuci, por desobedecer às leis e espiar uma dessas reuniões. Penalizado, recomendou-a a Guaraci que a transformou na deusa das lavouras e das moradias.” (MACHADO, 2021).

seguidas de fortes rajadas de vento, principalmente no Porto de Juacema, colocando em risco os barqueiros desavisados. Velejadores de todo Brasil, porém, não temem a ira de Jurupari. Armados de bravura, desafiam-no todos os anos com seus barcos veleiros, em competições como a Copa Sobradinho de Vela. (MAIA, 2022).

Para representar Jurupari a proteger Juacema, Janaína ou Maria da Conceição e a Grota do Corrente, pintou-se a ele, com espada em punho, e dois quirópteros auxiliares, em painel rupestre que ainda hoje, sobre o rústico e natural supedâneo, sem a imagem da santa se preserva. No contexto proto-histórico de colonização da Fazenda Tatauí, a espada simbolizava absoluto controle da situação, pela imposição da ordem religiosa e curradeira machista, subordinada à Coroa Portuguesa e à Casa da Torre. (Fig. 177 e 178). A efígie da santa, o vaqueiro Tamoquim “com reverência transportou até a Missão de Juazeiro”. (SÁ, 1956, p. 174; Fig. 179).

Figura 177 – Jurupari, o embaixador do sol



Fonte: Nolêto (2019)

Figura 178 – Jurupari a proteger a imagem e a grot, ambas sagradas



Fonte: Kesting (2014, p. 85), adaptada pelo autor

Figura 179 – O vaqueiro Tamoquim levou a imagem a Juazeiro



Fonte: TV Caatinga (2019)

Jurupari é filho de uma virgem Tenuiana que comeu a fruta do Pücã sem notar que o sumo escorria por suas partes mais secretas. Nascido, desapareceu e sua mãe apenas o sentia à noite a sugar-lhe o seio, brincar derredor, mas sem que lhe pudesse ver a figura.

Quinze anos depois apareceu. Era alto, forte e lindo. Elegeram-no tuixaua. A falta de homens dera a maioria às mulheres e estas governavam a tribo. Jurupari arrebatou-lhes o poder, restituindo-o aos homens. Vencedor das mulheres, Jurupari reuniu os homens e ensinou-lhes sua doutrina. Instituiu as festas e ritos iniciatórios, os “costumes do Sol”. (BARBOSA TERCEIRO, 2019).

Secularmente repetiram-se, porém, naquele venerável lugar, os rituais devotados ao inesquecível encanto de Janaína / Nossa Senhora da Conceição. Em agradecimento pelos favores alcançados, ofertavam-se ex-votos como fez o Alferes José Ribeiro de Oliveira que mandou representar seu braço, portador da enfermidade a que obteve a graça da cura, muitos anos depois de se haver retirado daquela bucólica ermida a imagem da santa milagreira. (Fig. 180).

Figura 180 – Painel rupestre, com ex-voto do Alferes José Ribeiro de Oliveira



Fonte: Kesting (2014, p. 84)

É considerado ex-voto todo objeto oferecido pelo agraciado a uma entidade intercessora, como forma de pagamento de uma graça ou milagre atendido. Dessa maneira, cada objeto

torna-se um símbolo, um testemunho de promessa contraída e realizada. Nessa acepção, o agraciado inicialmente faz um pedido a uma entidade intercessora de sua devoção. Pode ser às **Marias**, aos senhores, aos santos, às santas, sempre no intuito de se receber algum tipo de graça. Os pedidos podem ser feitos em um ato mental ou por escrito. Podem estar vinculados a questões de saúde, bem como para o atendimento de metas pessoais, tais como aprovação em concursos, formaturas, conseguir a habilitação de trânsito, arrumar emprego, um bom casamento e inúmeras outras solicitações das mais diversas naturezas. Os ex-votos são representações objetificadas da fé católica popular. Podem ser materializados em diferentes linguagens visuais: escultura, **pintura**, desenho, fotografia ou objeto. (...) Nelas veem-se esculpidos, modelados, o corpo humano, inteiro ou fragmentado (cabeça, **mãos**, pés, pernas, **braços**) e também os órgãos internos, tais como: fígado, coração, garganta, útero, pulmões, esôfago (grifos nossos). (DUARTE, 2011, p. 123-124).

Em toda região Nordeste do Brasil, onde se preserva a cultura mestiça, decorrente do sincretismo da espiritualidade indígena com a religião de origem europeia, persiste o costume de se oferecerem ex-votos, em agradecimento por graças que se alcançam. Para exemplificar, citam-se: A Cova da Tia, no Sudeste do Piauí e o Museu Vivo de Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, no Ceará. (Fig. 181 a 183).

Figura 181 – Ex-voto de braço, em madeira



Fonte: Xapuri Brasil (2024)

Figura 182 – Interior da capela mortuária da Tia, com ex-votos



Fonte: Fonte: Kesting; Bezerra; Negreiros (2023, p. 238)

Figura 183 – Cova da Tia, no Sudeste do Piauí



Fonte: Kesting; Bezerra; Negreiros (2023, p. 236)

Lembra-se, sobretudo, que os capitães, sargentos e alferes (atuais subtenentes), como se evidenciava com o oficial José Ribeiro de Oliveira, tinham a função de apagar a memória ancestral, a espiritualidade ou identidade indígena, para impor a cultura ou civilização europeia machista. As indígenas, como era o caso da escrava Angélica, provável ancestral de Adilina de Carvalho, tinham que portar-se com civilidade, manifesta no reconhecimento das ordens e dos feitos dos mandantes, autênticos representantes da Coroa portuguesa.

Memória não é simplesmente lembrança de algo ou de algum lugar, mas constitui-se como um fenômeno social, que se produz em contexto de relações sociais que são também **relações de poder** (grifo nosso), contribuindo, assim, para as

representações e ações que dão sentido à vida das pessoas e dos lugares. Produzem identidades. (MORAES, 2000, p. 31 *apud* LIMA, 2004, p. 29).

Pesa em favor da proposição de que os painéis rupestres em análise foram realizados no período histórico, a mando de capitães ou alferes do Brasil Colônia, e revelados em transe ocorridos nos rituais do Toré do Século XX, a espada ou punhal representado onde se achava a imagem da santa. Ele simboliza prestígio e/ou poder. No campo da simbologia, também se configura como falo ereto. É prova material de que a Cristandade colonialista que dava sustentação ideológica à virilidade, ao machismo, ao poder dos homens e à escravização das mulheres, implantou-se às custas do menosprezo à espiritualidade nativa cujos frutos materializavam-se na existência do benfazejo paraíso terreal.

No painel vizinho do mesmo sítio arqueológico, identifica-se a figura antropomorfa, com falo exageradamente enfático, desproporcional aos demais membros do corpo, a confirmar a veracidade do que pela psicanálise se explica. (Fig. 184).

Figura 184 – Falo desproporcional



Fonte: Kesting (2007, p. 80)

Em outros painéis rupestres do Submédio São Francisco se constata também que a pura arte pré-histórica feminista cedeu lugar à pornografia histórica, machista e colonialista. (Fig. 185 e 186). O registro rupestre passou a evidenciar o culto ao machismo europeu que, em concomitância, nos centros urbanos apresentava-se em formato de altas torres e/ou monumentais obeliscos que fartamente se edificavam. (Fig. 187 e 188).

Figura 185 – Painel rupestre no Boqueirão da Bananeira, em Sento Sé



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 186 – Representação fálica comum nas pichações urbanas



Fonte: Rodrigues; Goulart, (2021, p. 64)

Figura 187 – Torre Eiffel



Fonte: Guitarrara (2024)

Figura 188 – Obelisco de Buenos Aires coberto por preservativo gigante



Fonte: Funny Times (2024)

Nas culturas ancestrais, a fertilidade sempre esteve mais ligada ao sexo feminino. De uma forma geral, as mulheres

eram centrais nessas sociedades, entre tantas outras coisas, porque possuíam o dom de gerar uma vida.

Contudo, principalmente com o advento do monoteísmo, houve uma ruptura com as divindades femininas e o masculino se tornou o único a ser venerado. A história foi demasiadamente invertida, e o dom da vida passou a ser posse dos homens, já que, “sem os espermatozoides, não poderia haver concepção”. (SABINO, 2020).

Um exemplo de símbolo fálico a representar o poder masculino, com prestígio exacerbado sobre o das mulheres cujo lugar social impunha-se a escravidão e/ou serviço, é o famoso obelisco da praça de São Pedro, no Vaticano. (Fig. 189). Diz-se que ele marca o exato lugar em que se martirizou São Pedro. Representa, contudo, a alegoria de que a religião da Cristandade ou do Padroado se enquadrava nos meandros da religiosidade fálica, ou seja, na crença em um Deus tipicamente masculino e centralizador. (RODRIGUES, 2012, p. 21 *apud* RODRIGUES; GOULART, 2021, p. 62).

Figura 189 – Obelisco da Praça de São Pedro



Fonte: Mundo Vasto Mundo (2024)

4.4 Rituais de Umbanda na Passagem do Juazeiro

Nos bairros periféricos, não distantes do lugar em que, há mais de três séculos fundou-se a Missão de Nossa Senhora das Grotas, em Juazeiro da Bahia, ritualizam-se ainda as crenças nos espíritos de luz que, em épocas remotas se encantaram na memória dos povos Tamoquim, Massacará, Atikum, Kambiwá e Amoipirá. Nos terreiros de Umbanda, vinculados às tradições indígenas, há pais, mães e zeladores de santo que, em transe, recebem mensagens de Janaína / Juacema / Virgem Senhora da Grotta do Corrente, a relatar a catástrofe do desmanche do Lago Encantado que se diz ter havido no interior do Brasil⁵⁵.

Com 14 anos de idade, eu comecei a frequentar os terreiros de Umbanda, para desenvolver minha espiritualidade. Descobri que meu orixá é **Oxum Opará** das águas doces (grifo nosso). Certa vez eu tive uma manifestação inesquecível. Lembro que, em espírito, fui levado a um lugar onde havia um rio muito revolto. Era fim de tarde e estava a chegar grande tempestade. Vi muitos raios a cortarem o céu, iluminando aquele espaço fantasmagórico. Pude ver que o rio era muito largo e, em ambas as margens havia floresta, com muitas árvores frondosas. Naquela turbulência apareceu a figura de uma mulher que falava comigo, em voz tão poderosa que se ouvia dela um eco superior aos trovões da tempestade que ali se havia instalado. Ela falou algumas coisas que eu não consigo lembrar. Depois que ela disse tudo o que tinha para falar, voltei a meus sentidos. Eu estava todo molhado, com a inesquecível lembrança daquela magnífica experiência espiritual. Assim, eu descobri meu verdadeiro Orixá. Quem se manifestou para mim foi **Mamãe Oxum Opará** [Janaína,

⁵⁵ Um dos zeladores de santo é Raimundo Nonato Sobrinho, filho de Antônio Carlos Neto e Alzira Januária Neta, nascido no dia 10 de julho de 1983. Em sua casa, no Bairro Jardim Novo Encontro, ele realiza sessões de Umbanda, vinculadas ao ritual do Toré.

Juacema ou a Virgem Senhora da Grota do Corrente].
(NONATO SOBRINHO, 2024).

Muito embora não saiba o grupo étnico a que pertenciam seus ancestrais, Raimundo Nonato Sobrinho tem evidentes traços fisionômicos nativos, preserva a espiritualidade e as tradições culturais autóctones e, de forma similar a seu pai e sua mãe, não possui sobrenome. Observe-se que, mesmo após Marquês de Pombal, em 1758, ter exigido por lei, que os negros da terra e de origem africana se registrassem com nomes das famílias de seus senhores de origem europeia, no Semiárido nordestino continuou-se a assentar muitos indígenas com o prenome, apenas.

O Diretório tinha como objetivo principal a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural [**tornar invisíveis**]. Como um dos elementos viabilizadores deste futuro, em que não seria possível distinguir brancos de índios, o Diretório enfatizava a necessidade da realização de casamentos mistos, assim como ordenava que os filhos gerados nestas uniões fossem considerados mais capacitados que os colonos brancos, para ocupar cargos administrativos nas antigas aldeias indígenas, transformadas em vilas e lugares portugueses. Proibia, por outro lado, o hábito bastante disseminado de se chamarem os índios de “negros da terra” ou simplesmente “negros”. Este hábito, por sua vez, exemplifica o lugar social ao qual eram remetidos os índios, ao associá-los com a cor dos escravos africanos e seus descendentes. Os instrumentos para a extinção destas diferenças são mais claros em alguns parágrafos do Diretório, embora perpassem todo o documento. Neste artigo, destaco a imposição do uso obrigatório do idioma português, que deveria ser viabilizado por intermédio das escolas fundadas

para educar os índios. No Diretório há um parágrafo dedicado especificamente ao tema, no qual a imposição da autoridade do colonizador aparece como derivada da implantação do seu idioma às populações “conquistadas”. Neste parágrafo, foram desenvolvidas e articuladas três principais ideias sobre o tema. Primeiramente, a percepção de acordo com a qual o uso do idioma nativo estava relacionado aos costumes tribais, em que um reforçava o outro. Em segundo, que a adoção do idioma civilizado redundaria na civilização dos costumes. Em terceiro, que a imposição da “língua do príncipe” acarretaria a sujeição dos povos conquistados. (GARCIA, 2007, p. 24-25).

4.4.1 Consistência Científica da Existência do Opará

O termo **pará**, de origem indígena, traduz-se como rio. Sabe-se que dela se originaram os topônimos: Grão Pará (Grande Rio), como se chamava o Amazonas; Pernambuco (pará = rio + ã = grande + puka = boca), como se conhecia a foz do Rio Capibaribe; Paramirim (pará = rio + mirim = pequeno) como ainda hoje se chama um dos principais afluentes do Rio São Francisco; Paraná (pará + ã = grande rio); Paranaíba (pará = rio + ã = grande + vaí = perigoso); Morpará (Morro do Rio); Paraguaçu (pará = rio + guaçu = grande) e muitos outros.

Ao se referir ao nome original do Rio São Francisco muitos autores utilizam o termo **Opará**, o que nos parece um equívoco porque a palavra correta seria **Pará**. O prefixo **o** remete à ideia de grandeza descomunal, a exemplo do que seria o Oceano ou mar. Há relatos históricos, referências geológicas e dados geomorfológicos sobre a existência desse extenso mar de água doce no interior do Brasil, em latitude e longitude equivalentes ao atual Lago de Sobradinho. Não seria ele o **Oxum Opará** que pelo saber ancestral se preserva, como marcador de memória, na mitologia e nos rituais de Umbanda, vinculados à tradição indígena Amoipirá – Tupinambá?

4.4.1.1 Referências Históricas

A mitologia e ritualística referente a **Oxum Opará** instiga os pesquisadores a buscar indicativos e/ou provas factuais sobre sua gênese, evolução e desmanche. Há relatos de que o **fim de tarde** de sua existência tenha sido contemporâneo à chegada dos europeus ao continente americano. Com base em narrativas da tradição oral nativa, provavelmente Amoipirá - Tupinambá, Bartolomeu Velho (1561), Diogo Homem (1565) e Lopes de Velasco (1574) representaram-no em latitudes e longitudes correspondentes ou aproximadas às do atual Lago de Sobradinho. (CORTEZÃO; MOTA, 1960; MOURA, 2002; Fig. 190 e 191).

Figura 190 - Lago representado por Bartolomeu Velho, em 1561



Fonte: Cortesão e Mota (1960), adaptado pelo autor deste

Figura 191 - Lago representado por Diogo Homem, em 1565



Fonte: Cortesão e Mota (1960 *apud* Kesting, 2007, p. 39)

As informações sobre o **Opará** (mar de água doce) desencontravam-se em alguns aspectos, mas convergiam em outros. Muitas delas referiam-se a riquezas minerais e metais preciosos em seu entorno. Apesar das divergências entre os autores sobre o momento em que se desfez, ele pode ser utilizado como parâmetro na proposição de cronologias relativas à ocupação humana dessa região. Quando ele estava na cota máxima, somente os lugares altos da paisagem seriam passíveis de apropriação. Num segundo momento, quando, por sucessivas depleções, estava na cota mínima para que o fluxo da água seguisse ainda em direção norte, poder-se-iam assentar em áreas intermédias. Num terceiro momento, quando já se definira ou estava a definir-se o curso submédio atual do Rio São Francisco para a direção leste, seriam habitáveis as margens e as ilhas de seu leito atual. (KESTERING, 2007, p. 42).

Há descrições do antigo Lago de Sobradinho, feitas por Afonso de Monroi e Vital Manoel Parente (1670), exploradores do Piauí, com base em relatos fornecidos pelos nativos. Há também várias outras referências de cronistas dos séculos XVI e XVII. (MOURA, 2002).

Durante os séculos XVI e XVII, admitia-se que o Rio São Francisco tinha suas origens em uma lagoa cheia de ilhas, no interior do Brasil. Nessas ilhas haveria muito ouro, prata e, talvez, diamantes. Embora a posição geográfica do lago interior e a sua dimensão variassem grandemente, de cronista para cronista ou de cartógrafo para cartógrafo, tinha-se a impressão de que ele era contemporâneo das descrições dos índios, e não algo que tivesse existido em passado muito distante. (...)

Existe uma informação registrada em documento em língua espanhola, do começo da segunda metade do século XVI, que situava a lagoa onde se encontrariam riquezas em latitudes iguais às do Cabo de Santo Agostinho, do qual se dizia não ficar a grande distância. (...)

Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, alimentou a pretensão de conhecer a origem do Rio São Francisco, onde os índios diziam existir uma cidade ornamentada com ouro. Foi duas vezes a Lisboa, com esperanças de ser autorizado a realizar a conquista da referida cidade, o que nunca conseguiu porque a Corte lhe recusou os títulos e honras que ele pedia como condição de suas pesquisas. (...)

Ao final do primeiro século, a Coroa portuguesa nomeou Gabriel Soares de Souza, capitão mor e governador da conquista do Rio São Francisco, para, “à sua custa e despesa”, avançar além do ponto a que chegara Duarte Coelho – o que comprova ter o primeiro donatário de Pernambuco se aventurado, certamente por conta própria (mas com o total conhecimento do rei) pelos sertões do São Francisco, em busca de metais e pedrarias. Gabriel Soares de Souza seguiu do Recôncavo da Bahia, pelo Rio Paraguaçu, até o Rio São Francisco. Ele próprio disse ter ouvido dos índios referências sobre minas de prata, na lagoa onde se formavam alguns rios, inclusive dois deles que se dirigiam para leste – sendo um, seguramente, o São Francisco. (...)

Gandavo (1576), afirmava que o Rio São Francisco procedia de um lago muito grande situado no interior da terra. Dizia ter ouvido informações de que havia lá muitas povoações cujos moradores possuíam grandes haveres de ouro e pedrarias. Afirmava que essas notícias eram contadas pelos índios. Dentro dessa lagoa, diziam os índios, havia algumas ilhas e nelas, muitas povoações. Outras povoações, também grandes, teriam sido edificadas ao redor dela. Em todas elas havia muito ouro. O ouro nessa região seria mais do que se encontraria em qualquer outra parte da província. (MOURA, 2002 *apud* KESTERING, 2007, p. 39-40).

4.4.1.2 Comprovações Geomorfológicas

Além dos cronistas, geólogos e geomorfólogos instigaram-se a procurar indícios da gênese e evolução do Rio São Francisco. Segundo Tricart (1974, *apud* Barreto *et al.*, 1999), as Dunas Fósseis da porção mediana do vale teriam surgido a partir de sedimentos carregados e depositados pelo Rio São Francisco quando tivera caráter senil e divagante. Ele interpretava o fenômeno das dunas inativas como evidência de um clima pretérito mais seco que o atual, quando o Rio São Francisco tivera caráter endorreico⁵⁶. (Fig. 192).

Referindo-se à natureza intermitente do Rio, Costa (1984 *apud* Barreto *et al.*, 1999) argumentava que “a modificação para a drenagem exorreica teria exposto os sedimentos, permitindo a colonização de vegetação nas dunas fósseis”. A argumentação sobre a implantação da vegetação sustentava-se no pressuposto da existência de diferentes extravasores, a promoverem sucessivas e renitentes depleções do antigo lago.

⁵⁶ **Endorreico** é um termo usado em Geografia para designar uma área na qual a água não tem saída superficial, como rio ou canal, para chegar ao mar. É uma bacia hidrográfica que deságua em um lago.

Considerando que os sedimentos eólicos e os extensos lençóis de areia situam-se em altitudes que variam de 680 metros, nas proximidades da Serra do Estreito e 389 metros, nas margens atuais do Rio São Francisco, ter-se-á que admitir a existência de extravasores em diferentes altitudes. Presume-se que suas cotas se modificaram, em gradação descendente, de 600 metros de altitude, junto à Serra do Estreito, a 360 metros, na base da serra onde se edificou a atual Barragem de Sobradinho.

Figura 192 – Bacia hidrográfica endorreica



Fonte: Portal Ambiental de Andalucía (2024)

Na Serra dos *Curumim*, adjunto à cidade de Remanso, preservam-se as cicatrizes indicativas daquele extenso mar de água doce, quando sua superfície estava a 600 metros de altitude. Segundo Mabeoone (1994 *apud* Kesting, 2007, p. 41), o escoamento das águas excedentes acontecia então pela nascente do Rio Piauí, entre o povoado de Peixe no município de Campo Alegre de Lourdes, no Estado da Bahia e a cidade de Caracol, no Estado do Piauí. Na fronteira dos dois estados preservam-se testemunhos da dissecação que o antigo fluxo

de água promovia no maciço sedimentar do Grupo Serra Grande, constituinte da Bacia do Parnaíba. (Fig. 193).

Figura 193 – Cota máxima do antigo Lago de Sobradinho



Fonte: Kesting (2021, p. 57)

Mabesoone (1994) justificava que o antigo lago resultara de uma atividade tectônica no interior do Brasil, durante o Pleistoceno tardio e médio, quando teria ocorrido uma reativação de falhas costeiras do Nordeste do Brasil. Propunha ele, que esse movimento das placas da crosta teria modificado o curso de alguns rios entre os quais o do São Francisco.

O curso [do Rio São Francisco] com direção sul-norte, nos estados de Minas Gerais e Bahia é evidentemente um vale maduro, com extensos depósitos aluviais, enquanto que o trecho mais baixo, com direção noroeste-sudeste é mais jovem. Então, antigamente o Rio São Francisco deve ter fluído em outra direção para o Oceano (este fato já foi sugerido por Moraes Rego, em 1936 e, mais tarde, por vários outros autores). Seu curso precedente provavelmente seguia pelo largo vale aberto do atual Rio Piauí. É nesse vale do Rio Piauí que aparecem densos depósitos arenosos muito largos e extensos para um rio de seu tamanho atual. Além disso, o curso superior do Rio Piauí é separado da área de drenagem do Rio São Francisco por uma estreita faixa seca. Nesta faixa encontra-

se um depósito de areia com a mesma composição do que existe no curso médio do próprio Rio São Francisco. Então, anteriormente, o rio deve ter seguido em direção norte, através dos vales do atual Rio Piauí e Parnaíba para o Oceano Atlântico equatorial onde existe um grande delta na sua foz. Os depósitos de terraço arenoso do Rio Piauí podem ser facilmente explicados pelo fato de que, imediatamente ao norte da faixa, o vale corta, de um lado a outro, os conglomerados do Grupo Serra Grande, formado entre o início do Siluriano⁵⁷ e o Ordoviciano⁵⁸ tardio.

Quando o curso do Rio São Francisco foi interrompido pela elevação das *cuestras* dos grupos Serra Grande e Ibiapaba, suas águas, evidentemente, ficaram paradas, por algum tempo, antes do encontro com o caminho da nova drenagem em direção ao oceano. Tal represamento inundou parte das áreas baixas da superfície morfológica exposta naquele tempo, formando um pequeno lago entre as cidades de Remanso e Petrolina e mais a leste. Neste lago (ou pequeno lago) uma fina sucessão de calcários de água doce (Formação Caatinga) tem-se depositado em alguns lugares, datados como Quaternário, com base em uma pequena quantidade de fósseis (Sugiuo *et al.*, 1980). Esta unidade estratigráfica é mais calcária, onde afloram antigos depósitos carbonáticos, e mais clástica onde aparecem outros tipos de rocha. Quando se comparam todas essas feições, assim como a erosão, denudação e níveis de acumulação, chega-se à conclusão de que a flexão do Rio São Francisco deve ter acontecido durante a Glaciação de Mindel. (MABESONE, 1994 *apud* KESTERING 2007, p. 40-41).

4.4.1.3 Comprovações Geológicas e Sedimentológicas

Ao perfurarem poços hidrogeológicos no Médio São Francisco, geólogos constataram pacotes sedimentares com espessuras

⁵⁷ Siluriano: período geológico contido entre 439 e 409 milhões de anos.

⁵⁸ Ordoviciano: período geológico situado entre 510 e 439 milhões de anos.

de até 90 metros, em alternância de camadas de argila e areia fina, com nível de base a 349 metros de altitude. Ao interpretar as camadas sedimentares, concluíram ter havido um grande lago na região.

[Argumentaram que, por não ter havido soerguimento significativo no Quaternário, seria] provável que as águas do Rio São Francisco, durante muito tempo, não ultrapassavam o ponto onde está a Barragem de Sobradinho, ficando represadas, desde o norte da cidade de Morpará - BA até as imediações da Serra de Sobradinho ou Olho d'Água. (PEREIRA; BRÁS, 1996).

Com estribo nos relatos de cronistas e na premissa de geólogos e geomorfólogos prospectaram-se as nascentes de feições de relevo com evidências de extravasores do antigo lago. Identificaram-se cicatrizes indicativas de pretéritos fluxos de água nas nascentes do Rio Piauí, hoje a 514 m de altitude; do Riacho do Umbuzeiro, a 500 m; dos riachos Santa Luzia e das Cacimbas, a 478 m; dos riachos do Pontal, Boqueirão da Cacimba e Boqueirão do Piçarrão, a 466 m, e do Riacho São Lourenço, a 460 m. (Fig. 194).

Buscaram-se evidências que corroborassem a existência dele e mostrassem quando ocorreu seu desmanche. Com estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) coletaram-se sedimentos no leito da depressão situada à nascente do Rio São Lourenço. Trata-se de um talvegue com sete metros de profundidade em relação às margens próximas, na região fronteira entre a Bahia e o Piauí, por onde o Rio São Francisco teria fluído, por extravasor do antigo lago. (Fig. 195).

Por Luminescência Oticamente Estimulada (LOE) que se aplicou em partículas de quartzo de sedimentos coletados junto ao embasamento rochoso, a 0,7 m de profundidade, obteve-se a datação de 5.850 +/- 800 anos. (Fig. 196 a 198).

Figura 194 - Hipotéticos extravasores do Antigo Lago de Sobradinho



Fonte: EMBRAPA (2000 *apud* Kesting, 2021, p. 60)

Figura 195 - Levantamento topográfico na nascente do Rio São Lourenço



Fonte: Kesting (2021, p. 61)

Figura 196 - Coleta de sedimentos a 460 m de altitude



Fonte: Kesting (2021, p. 62)

Figura 197 - Coleta de sedimentos



Fonte: Kesting (2021, p. 63)

Figura 198 - Resultado da datação por luminescência

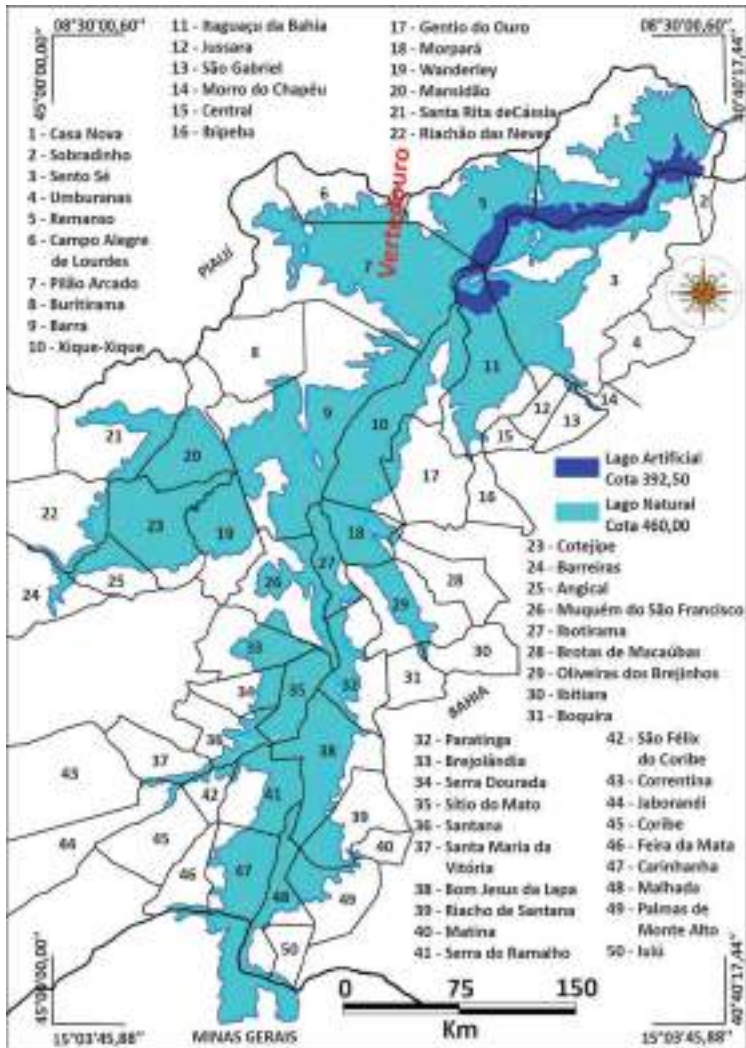
Código Datação	Amostra	Dose Anual ($\mu\text{Gy/ano}$)	P (Gy)	Idade (anos)
4258	Etiqueta 1388 - 0,10 m	2.200 ± 210	3,0	1.360 ± 200
DESVIO PADRÃO		\Rightarrow	0,7	
4259	Etiqueta 1389 - 0,35 m	2.990 ± 300	8,3	2.780 ± 420
DESVIO PADRÃO		\Rightarrow	1,7	
4260	Etiqueta 1390 - 0,70 m	2.640 ± 240	15,4	5.850 ± 800
DESVIO PADRÃO		\Rightarrow	1,6	

Fonte: Kestering (2021, p. 63)

Apanharam-se sedimentos na nascente daquele rio porque ele possui a menor altitude em relação às outras, sugerindo ter sido por ela o último extravasor do lago natural de Sobradinho, quando o Rio São Francisco ainda fluía em direção norte, pelos rios Piauí e Parnaíba, para desaguar no Oceano Atlântico Equatorial.

Os sedimentos extraídos e datados jaziam sobre a superfície de granito do embasamento cristalino, Complexo Ceará, Unidade Sobradinho - Remanso, a 460 m de altitude. Eles devem ter-se acumulado desde o momento em que o Rio São Francisco deixou de fluir por aquela geoforma quando, por erosão regressiva de um pretérito fluxo hídrico iniciou-se o dismantelar do antigo lago, com o desvio de seu curso para a direção leste. Projetou-se, então, a área de abrangência do paleolago, quando sua cota estaria a 460 metros de altitude. Observou-se que o território inundado se estendia da Serra dos Dois Irmãos, divisa dos estados do Piauí e Bahia até o atual estado de Minas Gerais onde jazem densas camadas de finas areias quartzosas. (Fig. 199).

Figura 199 – Área de abrangência dos lagos atual e antigo



Fonte: Carvalho Barros (2015 *apud* Kesting, 2021, p. 66)

A datação que se obteve imprime consistência à proposição de que todas as ocupações humanas da área de abrangência do antigo lago, isto é, inferiores a 460 m de altitude, tenham

ocorrido há menos de 5.850 anos, quando já se instalara o clima semiárido na região.

4.4.2 Evidências da Antiga Barragem de Sobradinho

Com vistas a identificarem-se evidências da barragem natural responsável pela formação do velho lago **Oxum Opará**, prospectaram-se sedimentos deltaicos e geofomas esculpidas por agentes de intemperismo físico (mormente água) em rochas do Sistema de Dobramentos Riacho do Pontal (Complexo Casa Nova) e do *Greenstone Belt* do Rio Salitre, junto à fronteira setentrional da Chapada Diamantina. Delimitou-se a pesquisa às imediações das Serras de Sobradinho e do Olho d'Água, conforme sugeriram os geólogos Pereira e Brás (1996).

Constatou-se que as dunas fósseis e os extensos lençóis de areia do Médio e Submédio São Francisco tinham como fronteira leste a Serra do Boqueirão e o Serrote do Horizonte, na borda sul do atual lago de Sobradinho e a Serra da Esperança, na margem norte do mesmo. (Fig. 200). Verificou-se também a ocorrência de sedimentos deltaicos a oeste da Serra do Boqueirão, em local sob influência de pequena força de tração horizontal, a sugerir tratar-se de ambiente outrora lacustre. (Fig. 201).

Observou-se semelhança na composição mineralógica das rochas do Serrote Horizonte, em Sobradinho - BA e da Serra da Esperança, em Casa Nova, bem como em morros residuais das unidades Barra Bonita (18) e Mandacaru (21), abundantes entre essas duas geofomas da Faixa de Dobramentos Riacho do Pontal, Complexo Casa Nova. (Fig. 202). Enfatiza-se que os afloramentos do maciço das cotas mais baixas, estão desnudos de sedimentos ou cobertos por fina camada de solo, a sugerir

relativamente curto lapso de tempo transcorrido entre o desmanche da barragem natural e os dias atuais.

Figura 200 - Fronteira leste das dunas fósseis de Casa Nova



Fonte: Google Earth (2021 *apud* Kesting, 2021, p. 67)

Figura 201 - Sedimentos deltaicos junto à Serra do Boqueirão



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

Figura 202 – Esboço das barragens natural e artificial de Sobradinho



Fonte: Kesting; Bezerra; Ledoux (2018, p. 21)

O topo do Serrote Horizonte é constituído de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. Estas sobrejazem a micaxistos granadíferos da Unidade Barra Bonita, do Sistema de Dobramentos Riacho do Pontal, Complexo Casa Nova. Em toda extensão do eixo da antiga barragem, há *inselbergs*, com afloramento de micaxistos do mesmo sistema de dobramentos. Contudo, das imediações da antiga sede da Fazenda Pedras em diante, no sentido da Serra da Esperança, os micaxistos dos *inselbergs* associam-se a metagrauvas da Unidade Mandacaru.

Entre os *inselbergs*, conhecidos regionalmente como serrotes, há terrenos relativamente planos. Neles se encontram afloramentos de maciços, matacões, seixos e cascalhos de micaxisto granadíferos e metagrauvas. Ali, a camada sedimentar é muito rasa, com sérias limitações à prática agrícola que demande mecanização. (KESTERING; BEZERRA; LEDOUX, 2018, p. 22).

Solos rasos são neossolos litólicos. Eles normalmente localizam-se em locais de declive acentuado e jazem sobre a

rocha que lhe dá origem. Sua granulometria constitui-se basicamente de matacões e blocos. (Fig. 203 a 209).

Figura 203 – Rochas metassedimentares da Chapada Diamantina



Foto: Kesting; Bezerra; Ledoux (2018, p. 23)

Figura 204 - Rocha da Faixa Riacho do Pontal no Serrote Horizonte



Fonte: Kesting (2021, p. 70)

Figura 205 – Afloramento de micaxisto no Serrote Horizonte



Foto: Kesting; Bezerra; Ledoux (2018, p. 24)

Figura 206 - Metagrauvacas da Faixa Móvel Riacho do Pontal



Fonte: Kesterling (2021, p. 75)

[Neossolos lítólicos são] solos com horizonte A assente diretamente sobre a rocha, sobre um horizonte C ou Cr ou sobre material com 90% (por volume), ou mais de sua massa constituída por fragmentos de rocha com diâmetro maior que 2 mm (cascalhos, calhaus e matacões) e que apresentam um contato lítico típico ou fragmentário dentro de 50 cm da superfície do solo. Admite um horizonte B em início de formação, cuja espessura não satisfaz a qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. (ROSÁRIO, 2018 *apud* KESTERLING; BEZERRA; LEDOUX, 2018, p. 23).

Figura 207 - Afloramento do maciço e solo raso no eixo da antiga barragem



Fonte: Kesterling (2021, p. 75)

Figura 208 – Matacões, seixos e cascalhos sobrejacentes ao maciço



Foto: Kesting; Bezerra; Ledoux (2018, p. 27)

Figura 209 – Matacões, seixos e cascalhos dificultam a mecanização agrícola



Foto: Kesting; Bezerra; Ledoux (2018, p. 28)

A barragem artificial de Sobradinho foi edificada ao norte próximo da Serra do Olho d'Água, sobre quartzitos residuais da sequência inferior do *Greenstone Belt do Rio Salitre*. As obras de concretagem impuseram limite ao processo erosivo que o Rio São Francisco estava a promover sobre maciço do Complexo Sobradinho-Remanso, formados no Paleoarqueano, entre 3,6 e 3,2 bilhões de anos, subjacente ao *Greenstone Belt do Rio Salitre*. (Fig. 210).

Figura 210 - Barragem edificada junto às serras do Sobradinho e Olho d'Água



Fonte: Kesting (2021, p. 77)

As rochas do *Greenstone Belt do Rio Salitre* sofriam lento processo erosivo promovido pelo fluxo sazonal de água de riachos situados a leste da antiga barragem natural até que, presume-se, sua dissecação acelerou-se grandemente pelo fluir do Rio São Francisco após seu desmanche. (Fig. 211).

Figura 211 - Lago de Sobradinho



Fonte: Kesting (2019b, p. 92)

No trecho entre o eixo da antiga barragem natural e Paulo Afonso, o Rio São Francisco constitui-se de dois leitos contíguos e às vezes convergentes quando flui por gargantas estreitas. Um deles, relativamente profundo, conhecido pelos ribeirinhos como corredor, sugere grande antiguidade. O outro, relativamente raso e abastado de ilhas e rochas residuais, indica idade relativamente recente de 5.850 anos. (Fig. 212 a 219).

Figura 212 - Parte antiga do rio, entre a cidade de Juazeiro e a Ilha do Fogo



Fonte: Kesting (2021, p. 80)

Figura 213 - Parte jovem do rio, entre a Ilha do Fogo e Petrolina



Fonte: Kesting (2021, p. 80)

Figura 214 - Rochas residuais na parte jovem do rio



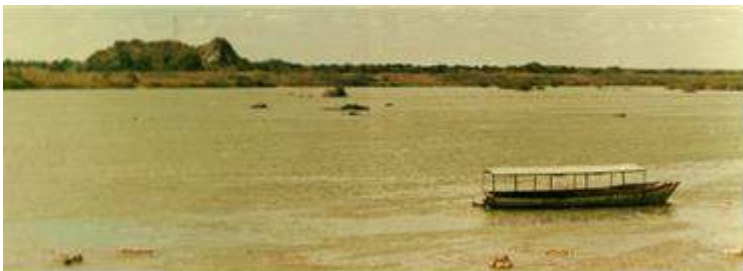
Fonte: Kesting (2021, p. 81)

Figura 215 – Parte jovem do rio, em Rodelas



Fonte: ASOMRodelas (2019 *apud* Kesting, 2020, p. 163)

Figura 216 – Parte jovem do rio, em Rodelas



Fonte: Idalina Fonseca (2014)

Figura 217 – Parte jovem do rio, em Rodelas



Fonte: Idalina Fonseca (2015)

Figura 218 – Lavação de roupas no leito jovem do rio, em Rodelas



Fonte: Idalina Fonseca (2022)

Figura 219 – Banhos regulares no leito jovem do rio, em Rodelas



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1975)

5 POR UMA TATAUÍ SEM MALES

Minha Doce Lua Massacará-Tuxá e eu sabíamos que a utopia da Terra sem Males apropriava-se à realidade de Sobradinho, emancipado em 24 de fevereiro de 1989. Cientes de que sua independência política se deveu grandemente à orientação e apoio do Bispo Dom José Rodrigues de Souza, por nossa solicitação, os vereadores unanimemente aprovaram conceder-lhe o título de cidadania Tatauí. A sessão solene de outorga daquele distintivo honorífico ocorreu no dia 29 de agosto de 1991, dois anos e meio depois de sua independência. Em belo discurso que proferiu, o profeta que em sua vida nunca traiu os pobres, sintetizou os ideais da Teologia da Libertação e a utopia dos grupos nativos do Território Tatauí. Lembrou a similaridade da libertação política com o sonho coletivo da Terra Prometida que povo israelita acalentava, do Reino de Deus que o Nazareno Messias propunha, e do Paraíso Terreal com que os colonizadores portugueses se encantavam ao iniciarem a proto-história da Bahia de Todos os Encantos.

A maior riqueza de uma cidade não são as avenidas e praças; não são as igrejas e outros prédios; não são as riquezas naturais: árvores floridas; jardins e praias, como nossa praia de Juacema. A maior riqueza de uma cidade é sua população. São as pessoas – homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos – que dão vida às igrejas e prédios, às praças, praias e clubes sociais, à paisagem, valorizando suas riquezas naturais e culturais. Uma cidade, por mais bonita que seja, sem população, não passa de um cemitério. Falamos até que o cemitério é a cidade dos mortos. (...)

Não estava nos planos da CHESF uma cidade chamada Sobradinho. Ela queria que, terminadas as obras de construção da Hidrelétrica, os peões e barrageiros fossem embora. Mas eles não foram. Fincaram os pés e ficaram. Criaram a Associação Agrícola São Joaquim, sob a liderança de José Balbino de Souza; criaram mais 23 associações, com a

orientação de Celito Kesting, então agente de pastoral da Diocese e hoje vereador pelo PT, reunindo-se na União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA); criaram-se a Colônia dos Pescadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e partidos políticos. (...)

Sobradinho nasceu na beira de um rio, Rio São Francisco, de uma aldeia de índios, chamados [Tamoquim, em território] cujo nome [original] perdura no Riacho Tatauí. Ora, na língua Tupi-Guarani, *Tatá* significa fogo e *uí*, flecha; portanto, Tatauí significa Flecha de Fogo. Sinto-me orgulhoso de ser o primeiro a receber o Título de Cidadão Sobradinhense, ou melhor, **CIDADÃO TATAUÍ**. No deserto uma coluna de fogo guiava o povo israelita rumo à Terra Prometida (Ex. 13, 21). Tatauí - flecha de fogo – deve guiar o povo de Sobradinho, na intuição indígena, rumo à cidade diferente, cidade de nossos sonhos, que juntos queremos construir. (...)

A nova cidade, com que todos nós sonhamos, já foi profetizada por Isaías (65, 20-22): “Já não haverá, ali, criancinhas que vivam apenas alguns dias, nem velho que não complete sua idade; com efeito, o menino morrerá com cem anos”. E acrescenta o Profeta Zacarias (8, 5): “E as praças da cidade se encherão de meninos e meninas, que brincarão em suas praças”. E arremata Isaías: “Os homens construirão casas e nelas habitarão; plantarão vinhas e comerão seus frutos. Ninguém construirá para outro morar; ninguém plantará para outro comer, porque a vida de meu povo será longa como a das árvores; meus escolhidos poderão gastar o que suas mãos fabricarem”.

Senhor Presidente, Srs. Vereadores, Senhoras e Senhores aqui presentes, já agora meus concidadãos (ãs) queridos (as), eis aí nosso sonho. Mas diz a velha canção: “Quando se sonha sozinho, é apenas um sonho. Quando sonhamos juntos, é o começo da realidade”. Nesta noite, eu lhes convido: “Vamos sonhar juntos”? (TRIBUNA POPULAR, 1991, p. 3 *apud* KESTERING, 2023c, p. 127-131).

Ao pronunciar seu discurso, o profeta pioneiro da Comissão Pastoral da Terra do Regional Nordeste III, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e integrada

à Teologia da Libertação, estava a representar João Paulo II, Paulo Freire e Dom Lucas Moreira Neves. Todos eles eram conhecedores dos problemas que havia em Sobradinho e dos projetos necessários a seus efetivos equacionamentos.

5.1 *Familia Probata*

Para atender a pedido que nos fizera o bispo compassivo aos pobres, Ducilene e eu mudamo-nos para Sobradinho onde nos dedicamos ao trabalho pastoral e, depois, por recomendação dele mesmo, à militância política partidária. Fomos assim o primeiro casal da América Latina a quem um bispo, com o consentimento do Papa João Paulo II, confiou a responsabilidade pela administração de uma paróquia católica apostólica romana. (Fig. 220 a 224). Nossa missão era clara: solidarizarmo-nos no sofrimento, com as famílias desempregadas, abortadas pela empresa colonialista, ao fim da construção da Barragem na Cachoeira do Sobrado.

Figura 220 – Memorável Papa João Paulo II



Fonte: Globoplay (2014)

Figura 221 – Dom José Rodrigues, Ducilene e eu, em Sobradinho



Fonte: Kesting (2019b e 2023c, p. 159)

Figura 222 – Sacramento do batismo na Igreja São Joaquim



Fonte: Kesting (2023a, p. 226)

Em fins de 1982, Pe. José Carlos, da Diocese Irmã de Limeira, deixou a direção da Paróquia. As irmãs da Fraternidade / Esperança já tinham deixado a paróquia um ano antes. Nesta situação, sem padre nem irmãs, o bispo confiou a paróquia ao jovem casal Celito e Ducilene Kesting. Uma vez por mês, Pe.

Almeida de Casa Nova vai celebrar missa em Sobradinho e, arrevesadamente, numa das 11 comunidades que formam a paróquia. Dia 8 de janeiro passado, o Bispo visitou Sobradinho e voltou encantado com o trabalho pastoral que vem sendo realizado. Formou-se o Conselho Paroquial com cinco equipes muito dinâmicas que já fizeram o planejamento para 1984. (SOUZA, 1984, p. 13-14 *apud* KESTERING, 2019b; 2023c, p. 60).

Figura 223 - Sacramento do matrimônio na Igreja São Joaquim



Fonte: Kesting (2023a, p. 228)

Figura 224 - Visita do Padre Abílio Almeida, vigário de Casa Nova



Fonte: Kesting (2023a, p. 226)

5.2 Atividades Sociais

Em Sobradinho, participamos ativamente de bravas e intermináveis lutas contra as injustiças sociais promovidas pelo Regime Militar e, sobretudo, pela empresa colonialista e capitalista neoliberal, responsável pela construção da barragem na Cachoeira do Sobrado. Vivemos, na prática, radical e plenamente, a teoria educacional e o método pedagógico que Paulo Freire propunha para libertarem-se homens e mulheres da condição de oprimidos. Em atitude de radical solidariedade com os marginalizados, moramos na Vila São Joaquim onde disponibilizamos nosso ombro amigo ao esforço coletivo, para nela solucionarem-se os endêmicos problemas sociais entre os quais se destacavam: precário sistema de abastecimento de água, ausência de esgotamento sanitário, violência urbana, desemprego e completo desamparo governamental. Exemplifica-se com a lembrança de que nela se fornecia água para dessedentação humana, em precário sistema de chafarizes; urubus, animais domésticos, insetos e crianças disputavam o lixo e os rejeitos domésticos que, fartamente, nas ruas se acumulavam, além do alto índice de violência a lhe celebrar com a alcunha de Cai Duro.

Como membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), colaboramos com a fundação de associações agrícolas. Acreditamos e apostamos que era possível preservar o jeito Tamoquim de ser e resgatar o saber e as técnicas Tupinambá de agricultar. Para tanto, sabíamos ser necessário contrariar os governantes em cujos projetos prevalecia o de abortar as vilas, principalmente a de São Joaquim, onde residiam os peões mais pobres.

Observe-se que, ao chegar à Fazenda Tatauí, a empresa responsável pela construção da barragem na Cachoeira do Sobrado fez questão de apagar a memória e o saber ancestral indígena. Substituiu radicalmente os costumes e a

espiritualidade nativa que nas margens do Rio São Francisco e na caatinga se conservava, pela religião colonialista opressora. Implantou o canteiro de obras nos moldes do que séculos antes haviam feito os curraleiros.

A tônica geral, o ponto comum em todas essas obras, independentemente de onde são construídas, é que são planejadas, desenvolvidas e executadas como se tudo acontecesse em um deserto, ou melhor, onde não houvesse vida alguma para se preocupar, processo algum para interromper, história alguma para respeitar. Como se tudo começasse – o processo, a vida e a história – com a chegada dos executores do projeto à área. E mais importante ainda, como se o projeto fosse a melhor coisa que poderia acontecer, não cabendo, portanto, dúvida ou oposição. (GERMANI, 1993, p. 557 *apud* KESTERING, 2022, p. 63).

Ignorou-se a história e desrespeitaram-se as tradições das comunidades ribeirinhas entre as quais citam-se as das ilhas de Santana e da Cachoeira, das fazendas Malhada da Areia, Santo Antônio, Saco do Meio, Juacema, Tatauí, Barrinha, Sangradouro e Correnteza. (Fig. 225). Antes da construção da Barragem, a vida daquelas comunidades justafluviais do Rio dos Currais seguia o compasso de dois tempos bem definidos: o da vazante, quando se plantava nos lameiros das margens e ilhas, e o de sequeiro, ocasião em que se cultivavam roças correspondentes ao período das chuvas.

Quando o rio vazava, todo mundo ia plantar. Era a mandioca. Era o feijão. Era o milho. Era a batata. Tudo tinha, na época da seca. Agora, quando vinha outubro ou novembro, tornava a encher. Todo mundo ia desmanchar sua mandioquina. Botava sua tapioca e sua farinha dentro de casa. Aí vinha a enchente. Quando a enchente tornava a vazar, todo mundo ia plantar. Era disso que todo mundo vivia. Era só disso, na pobreza. Riqueza não existia. Uns tinham um pouco mais; outros, um pouco menos. (DONA MARIA, 2004 *apud* LIMA, 2004, p. 53).

Figura 225 – Comunidades ribeirinhas antes da barragem



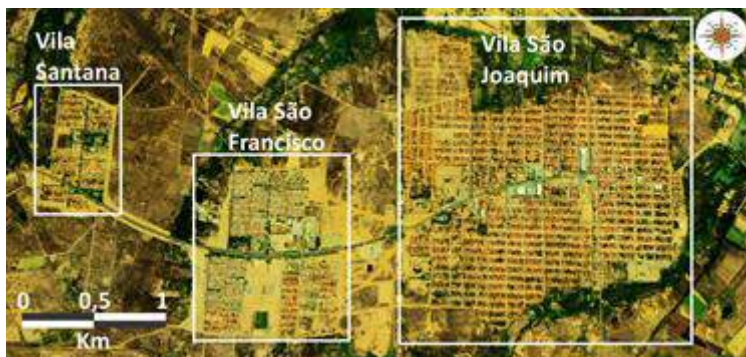
Fonte: Ministério do Exército - Petrolina (1973), adaptada pelo autor

Atente-se que não apenas da agricultura viviam os ribeirinhos. Eles mantinham os milenares costumes nativos de caçar e pescar. No rio, serviam-se do abundante pescado. Nas caatingas, das variadas espécies de animais silvestres.

Era o rio e a enxadilha que a gente arrastava para criar os filhos. Naquele tempo não tinha cebola. A gente ia na ilha, plantar um pezinho de mandioca. Eu criei os filhos assim, graças a Deus. Nunca andamos roubando. Nunca andamos morrendo de fome. A gente trabalhava. Quando acabava o dia, ia caçar o peixe de muitas maneiras. Tinha uma, no tempo da desova, que a gente botava o barco atravessado na correnteza. Os peixes saltavam e caíam dentro do barco. Assim, nós ganhávamos a vida. (ARISTEU, 2004 *apud* LIMA, 2004, p. 54).

Onde se conhecia como Alto dos Pretos, pôs-se o nome de Vila São Joaquim. No lugar da Aldeia Tamoquim colocou-se a Vila São Francisco. Onde era o Riacho da Boa Esperança, implantou-se a Vila Santana. Onde prevalecia a espiritualidade nativa construíram-se igrejas destinadas à celebração de rituais vinculados à Cristandade do Imperador Constantino. Desdenharam-se os impactos ambientais. Desrespeitaram-se as 208 espécies de peixes do Rio São Francisco. Não se deu a mínima atenção ao fenômeno da piracema. (Fig. 226).

Figura 226 – Vilas Santana, São Francisco e São Joaquim



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Na edificação da Barragem, trabalharam profissionais qualificados e semiquualificados que moravam dentro do acampamento. Os técnicos qualificados residiam na Vila Santana e gozavam do conforto de residências bem construídas, água encanada, luz elétrica gratuita, clube com piscina, arborização farta a minimizar o calor dos dias quentes de verão, ruas bem traçadas e revestidas de asfalto. Para os operários semiquualificados, construiu-se a Vila São Francisco, com menor conforto que a primeira. Tinha, contudo, água encanada, energia elétrica gratuita e ruas asfaltadas.

Junto às duas vilas privilegiadas, cercadas de arame farpado, com guaritas onde sentinelas mantinham-se a postos, baixando correntes para os carros entrarem e saírem do acampamento, peões vindos de todos os estados do Nordeste, construíram seus barracos. Nascia, assim, no Alto dos Pretos, a Vila São Joaquim, filha abortiva da CHESF. Nela, as ruas eram de genuíno chão empoeirado. As casas não possuíam energia elétrica gratuita e sequer água encanada. Não se construiu hospital nem posto de saúde. Não havia piscinas nem clubes. O descaso era total. Pela fome e violência daquela favela, em caráter jocoso, os chesfianos a chamavam de Cai Duro.

Acabadas as obras de construção da Barragem, grande parte dos técnicos qualificados e semiquilificados foi para outras regiões do país. À empresa pública de direito privado interessavam apenas os trabalhos de operação e manutenção das usinas, do barramento e da eclusa. Esse pessoal morava nas vilas Santana e São Francisco. A Vila São Joaquim deveria então desaparecer. Ela não estava nos planos de quem a havia gerado. Ouviam-se, infinitas vezes, os trabalhadores abandonados no Alto dos Pretos a sussurrar com indignação incontida: maldita empresa colonialista, neoliberal, positivista e republicana opressora, por que me abandonaste?

Vivia-se, naqueles amargos dias, a faceta mais desumana do genuíno *apartheid* social ao estilo escravagista da proto-história do Brasil. Na época do regime militar, a empresa era poderosíssima. Os funcionários dela, da direção aos sindicalistas, imbuíam-se do mais abjeto sentimento de superioridade em relação a quem morava fora do acampamento⁵⁹. O *apartheid* continuou mesmo depois que Sobradinho se emancipou.

Até hoje, os funcionários da CHESF são soberbos. Lembro que para ir à Faculdade, em Petrolina, nós tínhamos que suar a camisa, para pagar um ônibus velho, contratado pela Associação dos Estudantes. Os filhos dos chesfianos sindicalizados, porém, que se diziam progressistas, passavam em ônibus de luxo, pagos com nosso dinheiro. A Diretoria da CHESF proibia até de prestarem socorro aos estudantes da Vila São Joaquim, quando o velho ônibus quebrava. Nas muitas vezes que isso aconteceu, eles passavam direto. Viam o ônibus, quebrado, e não nos socorriam. (ANÔNIMO, 2024).

⁵⁹ Ainda me lembro quando, em 1978, ganhei um concurso de desenho da bandeira do povoado de Sobradinho. Por estudar na Escola São Joaquim, ao invés de ser aluno do CES, quase não recebi o prêmio das mãos do diretor de obras. Eu tinha 13 anos e uma grande professora. Chamava-se Rita Valério. Ela brigou por mim. Fui agraciado contra a vontade dos chesfianos. (ANÔNIMO, 2024).

Junto à Barragem de Sobradinho, a Vila São Joaquim tinha história de escravidão, como a tinham outras tantas vilas espalhadas pelo Brasil. Além da lembrança do antigo cativo que muitos brasileiros carregam às costas, nela se tinha a lembrança viva de uma sujeição recente, que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) estava a impor. Essa empresa de economia mista fizera argamassa de areia, água e sangue humano, para construir a barragem que produziria energia elétrica às capitais e deixava sua escravaria na miséria e na fome. O povo subjugado reagiu, porém. Organizou-se em associações e buscou sua independência e liberdade, no chão em os Tamoquim sonhavam fundar a Terra sem Males.

Havia-se passado três anos, desde que se concluíram as obras e a Vila São Joaquim ainda resistia teimosa como, pela vida, durante séculos, lutavam os nordestinos. Nesse período de abandono daquela que sugara de suas veias o sangue vigoroso dos trabalhadores, ela continuava a procurar alternativas que garantissem sua sobrevivência e libertação. Começou, então, a organizar-se em associações.

Iniciou-se, assim, um novo capítulo de sua história. Dizia-se: ontem a escravidão; hoje, o deserto; amanhã, a terra prometida. Fundaram-se dezenas de associações agrícolas. Destacavam-se: Associação Agrícola São Joaquim, com um projeto de irrigação e quatro de sequeiro; do Alagadiço; da Chapadinha; da Lagoa Seca; de São Sebastião; da Serra Verde; do Carranquinha; do Canaã; da Santa Maria; dos Moradores da Vila São Francisco e da Santa Tereza.

5.2.1 Emancipação Política

Os trabalhadores de Sobradinho se conscientizaram de que havia terminado o tempo do emprego para edificar-se a barragem. Perceberam que não podiam esperar que os mandatários do Brasil colonialista e neoliberal resolvessem

seus problemas. Descobriram que eles próprios deveriam revestir-se do espírito guerreiro e do saber ancestral, para buscar soluções alternativas de sobrevivência. Na luta pelo sustento, perceberam que eram mais fortes no associativismo. Constataram que a república positivista os ignorava. Atentaram que seus projetos não tinham apoio dos governantes neoliberais.

Assim, graças à resistência, teimosia e coragem de seu povo, Sobradinho lutou contra todas as adversidades e conseguiu emancipar-se política e administrativamente. Deram-se tréguas às divergências pessoais e ideológicas para, em mutirão, emancipar-se a terra que os barrageiros haviam adotado como sua.

Em 8 de janeiro de 1989, realizou-se o plebiscito para a aprovação de sua emancipação política. Dos 7.867 eleitores inscritos na localidade, 5.125 compareceram às 27 urnas, para depositarem seu voto. 4.885 disseram sim à independência política e administrativa, 81 anularam seus votos, 88 posicionaram-se contrários e 71 votaram em branco. Desmembrou-se oficialmente do Município de Juazeiro no dia 24 de fevereiro de 1989, por força da Lei Estadual nº 4.843, publicada no Diário Oficial da Bahia, em 25 de fevereiro do mesmo ano. Sua sede integra as vilas Santana, São Francisco e São Joaquim. (KESTERING, 2019b, p. 122-123.)

Nas discussões que com as organizações populares se faziam, chegou-se à conclusão da viabilidade econômica, ambiental e social de dois projetos estruturantes básicos. Pela implantação de um deles, fornecer-se-ia água em abundância a todas as associações que se haviam organizado no entorno da cidade, a partir de um canal estratégico na Serra da Batateira. Ele viabilizaria o resgate da piracema. Seria a ponte de safena de que precisava o Rio São Francisco, para sobreviver aos impactos da Barragem. Com ele, cuidar-se-ia da recomposição da mata ciliar, perenizar-se-iam os riachos temporários do município e dar-se-ia suporte ao turismo.

Concomitantemente, preservar-se-iam as serras onde se sabia haver riquíssimo patrimônio material e imaterial realizado e/ou utilizado por grupos nativos ancestrais entre os quais destacam-se membros dos povos Amoipirá, Atikum, Truká e Tamoquim.

5.2.1.1 Canal Serra da Batateira

O projeto do Canal Serra da Batateira surgiu com o propósito original de mitigarem-se os impactos que a Barragem de Sobradinho havia provocado à vida das populações ribeirinhas, pela decomposição das condições ambientais necessárias à sobrevivência de 208 espécies da ictiofauna do Rio São Francisco. Com ele recompor-se-iam as lagoas marginais do Alagadiço e da Boa Sorte, berçários naturais dos alevinos nascidos nas anuais migrações de reprodução das espécies da fauna dulciaquícola. Resgatar-se-ia também a mata ciliar, no trecho daquele barramento à foz do Riacho da Língua de Vaca, junto ao povoado de Correnteza. (Fig. 227).

Figura 227 – Esboço do Canal da Piracema



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

Destaca-se que a ideia do Canal Serra da Batateira, como estratégia para o resgate da piracema e das lagoas marginais, não era exclusividade do saber ancestral da população Tatauí. Ela ecoava no seio das organizações governamentais e não governamentais do Submédio São Francisco. Por isso, vários de seus técnicos se dispuseram a compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Sobradinho.

Compete ao Conselho Municipal do Meio ambiente (...)

XVI - defender e preservar o meio ambiente equilibrado, para o bom usufruto das gerações presentes e futuras;

XVII - Promover a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais e o manejo ecológico de espécies e sistemas;

XVIII - definir espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos através de leis municipais;

XIX - promover a educação ambiental na rede de ensino e a conscientização da comunidade, para a preservação do meio ambiente (...). (SOBRADINHO – BA, 08/08/1994 apud KESTERING, 2023c, p. 202).

Por recomendação unânime dos conselheiros, a Câmara local aprovou e o prefeito sancionou duas leis básicas. Com uma delas criou-se o Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco. Com a outra, as reservas ecológicas e arqueológicas nas serras do entorno.

Com a criação do Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco iniciava-se a materializar a pretensão de implantar-se o Canal da Piracema, com uma sequência de diques. Neles se manteriam pequenos fluxos de água, para se restabelecer o processo da piracema, drasticamente interrompido pela construção da Barragem de Sobradinho. Restaurar-se-iam as lagoas marginais, com a participação efetiva dos agricultores no processo, em um projeto integrado de rizipiscicultura, recuperação da mata ciliar e definição de áreas de lazer, para

fomento ao turismo. Elaborou-se um anteprojeto de engenharia e solicitou-se estudo de solo à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para atestar sua viabilidade técnica e econômica. O Centro de Pesquisas do Trópico Semiárido (CPATSA) comprometeu-se em prestar assessoria e acompanhamento na recomposição da mata ciliar, à jusante da Barragem de Sobradinho. (Fig. 228 a 230).

Figura 228 – Esboço da lagoa marginal do Alagadiço



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Art. 1º - Fica criado, na margem direita do Rio São Francisco, à jusante da Barragem de Sobradinho, o Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco.

Art. 2º - A Área do Parque será fixada através de Lei Municipal depois de levantamento topográfico, reconhecimento e minucioso estudo.

Art. 3º - As terras, a flora e a fauna na área a ser demarcada, ficam sujeitas ao regime estabelecido pelo Código Florestal, aprovado pela Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 e pela proteção à fauna aprovada pela Lei Federal Nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967.

Art. 4º - A Administração do Parque Municipal de Preservação à Fauna Ictiológica do Rio São Francisco será feita pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Sobradinho.

Art. 5º - O Prefeito Municipal fica autorizado a baixar regulamento, disciplinando a exploração econômica do Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do Rio São Francisco. (...). (SOBRADINHO – BA, 30/01/1995 *apud* KESTERING, 2023c, p. 204-205).

Figura 229 – Esboço da lagoa marginal do Riacho da Boa Sorte 1



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 230 – Esboço da lagoa marginal do Riacho da Boa Sorte 2



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Destaca-se que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) realizou minucioso estudo das espécies vegetais nativas, necessárias à recomposição da mata ciliar no trecho da Barragem à foz do Riacho da Língua de Vaca, em Correnteza. Assim, identificaram-se 48 morfoespécies, distribuídas em 39 gêneros e 21 famílias. Os resultados da composição florística mostraram que o maricá (*Mimosa bimucronata*), o umarizeiro (*Geoffroea spinosa*) e o ingá (*Inga vera affinis*) eram as que mais se adaptavam aos diversos ambientes topográficos do terraço fluvial pesquisado. (NASCIMENTO, 1998, p. 45).

5.2.1.2 Perenização dos Riachos Temporários

Com o Canal Serra da Batateira, perenizar-se-iam os seguintes riachos intermitentes: Boa Sorte, Sítio, Maria do Choro, Cacimba de Pedra, Tatauí e Língua de Vaca. Implantar-se-iam seis açudes, para disponibilizar água à tradicional agricultura de lameiro, a múltiplas práticas de aquicultura e diversas formas de irrigação. (Fig. 231). Para isso, em lugares estratégicos de cada riacho, planejou-se construir barragens de retenção. (Fig. 232 a 237).

Figura 231 – Esboço dos riachos a se perenizarem



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 232 – Esboço do açude no Riacho da Boa Sorte



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 233 – Esboço do açude no Riacho do Sítio



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 234 – Esboço do açude no Riacho da Maria do Choro



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 235 – Esboço do açude na foz do Riacho da Cacimba de Pedra



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 236 – Esboço do açude no Riacho Tatauí



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 237 – Esboço do açude no Riacho da Língua de Vaca



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

5.2.1.3 Autossustentabilidade pela Educação

Na prática, viu-se o quanto seria difícil a autossustentabilidade das associações, dos grupos nativos e das comunidades eclesiais de base, frente ao bombardeio ideológico promovido pelo tradicional sistema educacional positivista e pela secular estrutura religiosa da Cristandade, a serviço do antropofágico modelo econômico capitalista neoliberal. Para viabilizar o projeto do Canal Serra da Batateira, pela prática de técnicas agrícolas apropriadas às condições edafoclimáticas, propôs-se a implantação da Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS).

Em terreno de 17 hectares, cedido por Joel Pacheco dos Santos à União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA), em 1990 implantou-se a dita escola do anseio popular. Em regime de mutirão, iniciou-se, então, a construção dos seis primeiros pavimentos, para atender às necessidades

educativas dos filhos dos agricultores que, pela capacitação técnica compatível, pensavam evitar sua migração às cidades. (Fig. 238 a 244). Argumentava-se que, ao saírem de casa, os jovens adquiriam hábitos urbanos, desvincular-se-iam das tradições e não participariam mais das discussões em busca de solução aos problemas das comunidades de base.

Figura 238 – Pastor Schulz em Sobradinho



Fonte: Kesting; Silva Kesting; Santana (2024, p. 93)

Figura 239 - Reunião em que se decidiu construir a EFAS



Fonte: Kesting; Silva Kesting; Santana (2024, p. 93)

Figura 240 – Construção do primeiro pavilhão da EFAS



Fonte: Kesting; Silva Kesting; Santana (2024, p. 94)

Figura 241 – Reunião do grupo alemão no pavilhão que se construía



Fonte: Kesting; Silva Kesting; Santana (2024, p. 94)

Figura 242 – Reunião no Centro Comunitário Antônio Conselheiro



Fonte: Acervo da família Kesting (1990)

Figura 243 – Reunião com o grupo alemão na EFAS em construção



Fonte: Kesting; Silva Kesting; Santana (2024, p. 95)

Figura 244 – Membros do grupo alemão em visita à EFAS

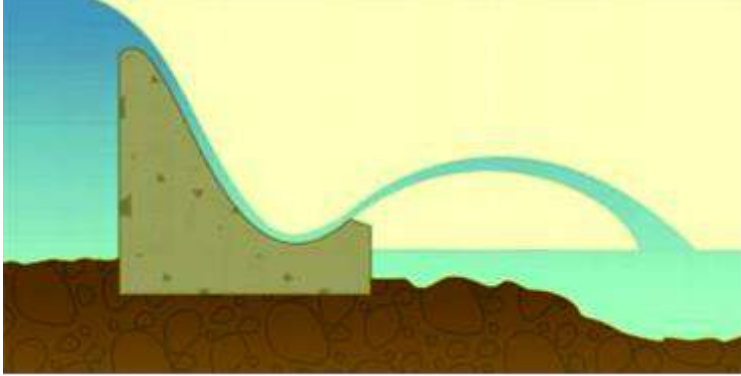


Fonte: Kesting; Silva Kesting; Santana (2024, p. 95)

Optou-se por construir a Escola Família Agrícola naquele local porque se pensou delegar a seus professores e estudantes a responsabilidade pela administração de uma barragem com vertedouro de Creager que, para represamento do Riacho

Tatauí se havia planejado construir na estrada vicinal que liga Sobradinho ao povoado de Correnteza⁶⁰. (Fig. 245 e 246).

Figura 245 – Vertedouro de Creager



Fonte: Davila (2018 *apud* Miranda; Araújo; Mendes, 2020, p. 175)

Figura 246 – Trecho do Riacho Tatauí que seria inundado pelo lago



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

⁶⁰ A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) realizou levantamento planialtimétrico na calha do Riacho Tatauí. Assim, constatou-se que a dita barragem inundaria o trecho compreendido entre a estrada de acesso à Correnteza e a fazenda então pertencente a Antônio Pinheiro.

5.2.1.4 Reservas Ecológicas e Arqueológicas

Com o outro projeto propunha-se implantar reservas para proteção do patrimônio ambiental e arqueológico (histórico e pré-histórico), com atividades agrícolas e pecuárias que nelas continuariam a realizar as famílias tradicionais. Dispôs-se o executivo municipal de então a promover a realização de atividades de pesquisa acadêmica, em convênio com a Fundação Museu do Homem Americano e a Universidade Federal de Pernambuco. (Fig. 247).

Figura 247 – Convênio com a Fundação Museu do Homem Americano



Foto: Acervo da família Kesting (1994)

Aquele pacto oficial tinha o objetivo de promover a realização de pesquisas e fomentar o desenvolvimento autossustentável das populações do entorno das áreas de preservação ecológica e arqueológica. A conveniente executora assumia os seguintes compromissos:

- a) Coordenar e desenvolver as pesquisas arqueológicas e interdisciplinares (...) no município de Sobradinho.
- b) Fornecer regularmente relatórios sobre os avanços das pesquisas em curso.
- c) Utilizar, na medida do possível, a mão de obra local.
- d) Programar e captar verbas de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, em nome do município de Sobradinho,

para aplicar na pesquisa científica e no desenvolvimento da comunidade das áreas de preservação ecológica e arqueológica, visando melhorar as condições de infraestrutura, educação e saúde.

e) Implementar todos os projetos para os quais tenha obtido o financiamento necessário. (...).

A conveniente, através do Conselho Municipal do Meio Ambiente, fiscalizará a Fundação Museu do Homem Americano na administração das verbas. (SOBRADINHO - BA, 24/11/1994, p. 1, 2 e 3 *apud* KESTERING, 2023c, p. 207).

Nas áreas montanhosas, sabia-se haver algumas feições de relevo dissecadas pela milenar ação erosiva de afluentes intermitentes do Rio São Francisco, em rochas do Complexo Rio Salitre (Unidade Sobradinho) e metassedimentares da Chapada Diamantina (Formação Tombador). Em várias paredes e alcantis, belos e profusos painéis de registros rupestres resistiam à ação deletéria de naturais e antrópicos agentes de intemperismo. Por isso, em caráter experimental, criou-se a Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra, para amostragem do que se pretendia realizar, subsequentemente, nas geoformas similares. Seriam elas nos boqueirões do Riacho São Pedro, da Serra da Caixa, do Riacho do Bonsucesso, do Riacho das Traíras, da Pedra Branca, nas grotas da Serra Baixa e do Olho d'Água e no Serrote de São João.

(...) Art. 1º - Fica criada a Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra.

Art. 2º - A área da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra será fixada, através de lei municipal, depois de levantamento topográfico.

Art. 3º - A Administração da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra será feita pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar regulamento, disciplinando a exploração econômica da Reserva

Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra. (SOBRADINHO – BA, 30/01/1995 *apud* KESTERING, 2023c, p. 208).

Um arquiteto fluminense, que se especializava *stricto sensu* na área de Pré-história, havia já iniciado as atividades relativas ao levantamento, cadastro e ordenamento dos artefatos arqueológicos, quando se acometeu de incurável e fatal enfermidade. Sustou-se a pesquisa até que se encontrasse alguém com qualificação acadêmica símil.

Com o homérico sacrifício de ausentar-me do convívio familiar, para capacitar-me na Universidade Federal de Pernambuco e no Parque Nacional Serra da Capivara, pus-me a realizar o que se entendia ser o melhor para Sobradinho. Estribado em convênio que, em 2002, se celebrou e, em 2004, renovou-se entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Museu no Homem Americano, durante longos anos, prazenteiramente realizei atividades de laboratório, prospecções, restaurações e escavações arqueológicas na região Sudeste do Piauí. Participei da exumação de urnas funerárias e das escavações da Aldeia da Baixa do Carvoeiro, das tocas da Cerca do Elias, da Pedra Solta da Serra Branca, do Barrigudo, do Morcego, do Tenente Luiz, do Pau d'Óia e do Vento. (Fig. 244 a 251).

Figura 248 – Exumação de urna funerária na cidade de São Braz



Fonte: Kesting (2023c, p. 210)

Figura 249 – Toca da Pedra Solta da Serra Branca, Sudeste do Piauí



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2005)

Figura 250 – Toca do Morcego, no Parque Nacional Serra da Capivara



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2005)

Figura 251 – Toca do Vento, no Parque Nacional Serra da Capivara



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2005)

O presente convênio tem como objetivo a colaboração mútua entre a PMS e a FUMDHAM, **visando a realização de pesquisas arqueológicas e atividades sociais, ambientais e econômicas, no Parque Nacional Serra da Capivara e na Área Arqueológica de Sobradinho.** (...) **A FUMDHAM responsabiliza-se pela capacitação técnica e científica do servidor disponibilizado.** (...) (grifo nosso). (SOBRADINHO – BA, 15/02/2002 e 15/02/2004 *apud* KESTERING, 2023c, p. 210).

Somados os conhecimentos teóricos e metódicos adquiridos nos programas de Pós-Graduação em História e Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, com as experiências técnicas exercitadas nas muitas atividades de prospecção, escavação, restauração e laboratório, na região Sudeste do Piauí, prosseguiram-se as pesquisas que, em Sobradinho, havia-se iniciado em 1994.

Lembra-se que, face às dificuldades para sobreviver, muitos chefes de família estavam a vender suas glebas de terra, por preços irrisórios, a intermediários de empresas que investiam na região. Nas mãos desses, ampliavam-se as áreas comercializadas, pela inclusão indevida de extensões que secularmente se destinavam a uso coletivo. Assim, tornou-se dia a dia mais difícil a vida de quem, por radical atavismo, desejava permanecer na terra cujo direito a usufruto herdara de seus ancestrais. Por isso, integraram-se os professores da rede municipal de Sobradinho, à história antiga e recente da população autóctone local. Com ela solidarizaram-se, na busca de solução para seus endêmicos e históricos problemas.

Compreendeu-se que se deveria assegurar, às famílias de berço nativo, a permanência na terra que seus ancestrais ocupavam, com vistas a preservar o patrimônio arqueológico que eles, seus avoengos, ajudaram a edificar nos boqueirões e nas grotas, para manter os atributos da espiritualidade autóctone (identidade cultural) que herdaram. Para isso, dever-se-ia contribuir na conquista do reconhecimento oficial das comunidades tradicionais, com direito ao usufruto pleno das

áreas de fundo de pasto, onde conseguiriam perpetuar suas tradicionais práticas culturais, sociais, econômicas e ambientais, para auferir qualidade de vida, com a autossustentabilidade que a ela concerne.

Essa iniciativa pretendia ser o avesso da famigerada e desastrosa prática genocida colonialista em que se estribam os projetos que, no Médio e Submédio São Francisco, à deriva dos anseios das populações nativas, costumam-se implantar. A título de exemplo, cita-se o expurgo das comunidades humanas dos territórios onde se está a implantar o Parque Nacional Boqueirão da Onça. Sabe-se que, desde antigas datas, ele foi e continua a ser ocupado por grupos familiares de ancestralidade indígena, em atávica ligação afetiva e cultural com a terra, o ambiente e o patrimônio arqueológico. Conforta-lhes o modo autóctone de ser, viver, fazer, criar e coletar pródigas safras nas pequenas caixas que, ao próprio sustento cultivam em regime familiar.

Por oportuno lembra-se que, para coroar a implantação da Terra sem Males, nos fundos de pasto das comunidades tradicionais, precisa-se restabelecer o original equilíbrio ambiental daquelas feições de relevo, altamente significativas para elas e para Sobradinho. Nelas resistem espécies representativas da fauna e da flora, outrora abundantes na região, quando o clima era tropical úmido, e hoje, endêmicas apenas na Mata Atlântica e na Floresta Amazônica.

Nos nichos ambientais que se pretendia restaurar, elas reencontrariam as condições favoráveis ao usufruto pleno da vida. Para tornar factível esse plano, entendia-se necessária a implantação de reservatórios à montante daquelas geofomas em cujas bordas viabilizar-se-ia a agricultura de lameiro. Para se preservarem as memórias e recepcionarem-se os turistas a visitarem aqueles idílicos paraísos terrestres, adjunto deles propunha-se implantarem-se memoriais onde se preservariam os respectivos patrimônios, arqueológico, cultural e ambiental.

Para isso, pensava-se imprescindível a edificação de barragens de gabião, com **soleiras permeáveis**, à montante deles, a permitirem o fluxo de pequenas quantidades de água, que perenizassem trechos substanciais dos respectivos riachos. (Fig. 252 a 294).

Figura 252 – Barragem de gabião, com soleira permeável



Fonte: Maccaferri Latan (2023)

Figura 253 – Barragem de gabião, em operação



Fonte: Costa (2020)

Assim, assegurar-se-ia a infiltração de água no solo e subsolo, com a conseqüente recarga dos aquíferos que alimentariam as nascentes dos riachos; reduzir-se-ia o carreamento de sólidos

que promovem assoreamento do Lago de Sobradinho e do Rio São Francisco; sustar-se-ia, também, o escoamento superficial extremo, durante as chuvas sazonais, e restabelecer-se-ia a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade compatíveis com os múltiplos usos das comunidades locais. A permeabilidade que se desejava sustentava-se nas condições geotécnicas dos locais onde se pretendia construir os barramentos.

Figura 254 – Boqueirão do Riacho de São Pedro



Fonte: Kesting (2014, p. 56)

Figura 255 - Painel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 59)

Figura 256 – Esboço do lago a implantar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 257 – Trecho do riacho a perenizar-se, à jusante da barragem



Fonte: Kesting (2014, p. 56)

Figura 258 – Ampliação da agricultura de lameiro, à montante



Fonte: Kesting (2014, p. 57)

Figura 259 – Boqueirão da Serra da Caixa



Fonte: Kesting (2014, p. 51)

Figura 260 – Pannel de gravura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 54)

Figura 261 – Esboço do lago a implantar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 262 – Velha barragem a ampliar-se



Fonte: Kesting (2014, p. 52)

Figura 263 – Riacho a perenizar-se, à jusante da barragem



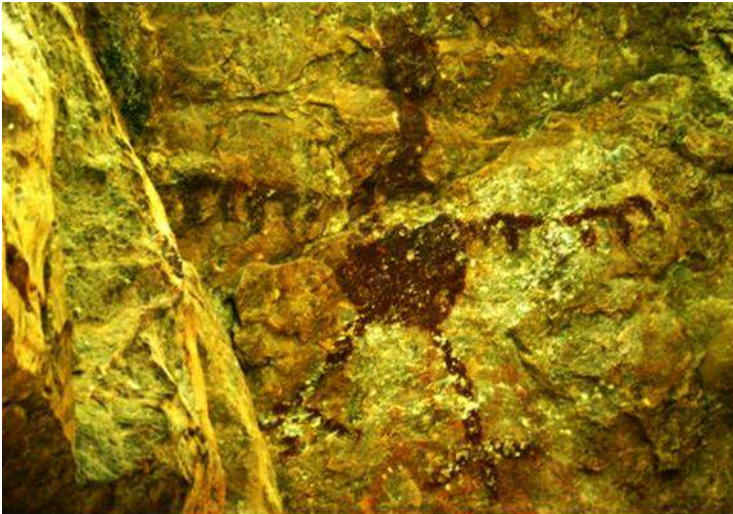
Fonte: Kesting (2014, p. 52)

Figura 264 – Boqueirão do Riacho do Bonsucesso



Fonte: Kesting (2014, p. 39)

Figura 265 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 40)

Figura 266 – Velho lago, à montante do boqueirão



Fonte: Kesting (2014, p. 39)

Figura 267 – Esboço do lago a ampliar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 268 – Riacho a perenizar-se, à jusante da barragem



Fonte: Kesting (2014, p. 40)

Figura 269 – Boqueirão do Riacho das Traíras



Fonte: Kesting (2014, p. 31)

Figura 270 – Painel de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2014, p. 35)

Figura 271 – Almofariz em rocha



Fonte: Kesting (2014, p. 33)

Figura 272 – Velha barragem, à montante do boqueirão



Fonte: Kesting (2014, p. 32)

Figura 273 – Esboço do lago a ampliar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 274 – Riacho a perenizar-se, à jusante da barragem



Fonte: Kesting (2014, p. 31)

Figura 275 – Boqueirão da Pedra Branca



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 276 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 277 – Esboço do lago a implantar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 278 – Vista parcial do Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 279 – Pannel de pintura rupestre



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 280 – Esboço do lago a implantar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 281 – Riacho a perenizar-se, à jusante da barragem



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 282 – Riacho a perenizar-se, à jusante da barragem



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 283 – Grotta da Serra Baixa



Fonte: Kesting (2020, p. 329)

Figura 284 – Pannel de Pintura Rupestre



Fonte: Kesting (2020, p. 329)

Figura 285 – Esboço do lago a implantar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 286 – Grota do Olho d'Água



Fonte: Kesting (2020, p. 36)

Figura 287 – Painéis de Pintura rupestre



Fonte: Kesting (2020, p. 347)

Figura 288 – Esboço do lago a implantar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 289 – Serrote de São João



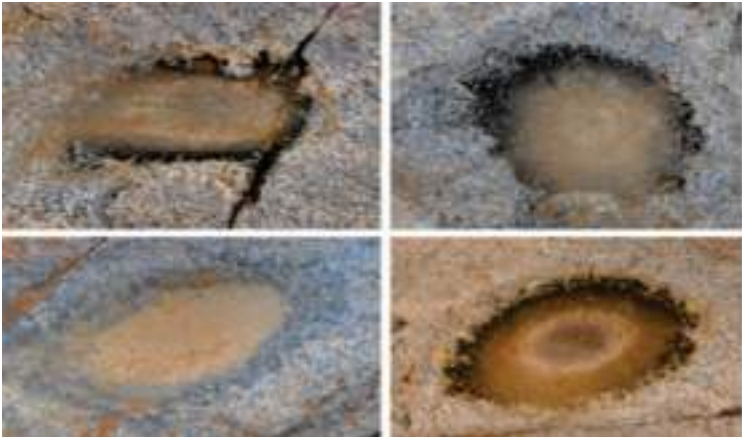
Fonte: Kesting (2020, p. 60)

Figura 290 – Painéis de pintura rupestre



Fonte: Kesting (2020, p. 61)

Figura 291 – Almofarizes em rocha



Fonte: Kesting (2020, p. 69)

Figura 292 – Barragem atual



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 293 – Esboço do lago a ampliar-se



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 294 – Riacho a perenizar-se, à jusante da barragem



Fonte: Kesting (2014, p. 48)

As condições geotécnicas dos diversos eixos estudados em vários pontos dos riachos, que são caracterizados por um alto grau de fraturamento e diaclasamento da rocha tipo “quartzito”, intercomunicáveis ao longo dos boqueirões, viabilizam as condições de permeabilidade dos lagos a serem formados. (ALENCAR, 1994 *apud* RIBEIRO, 1994).

5.3 Peçonha Colonialista

Mais de três décadas se passaram. Em território que em 1989 se emancipou e, em 2019 se ampliou, não se implantou, ainda, o desejado Paraíso Terreal. Nele se semeou, cultivou-se e proliferou o nefasto desejo da salvação individual preceituada pela Cristandade de Constantino. Em lugar das infraestruturas coletivas, correspondentes ao desejo nativo da Terra sem Males e à utopia do Reino que o Filho da Senhora da Conceição ardentemente desejava, vendeu-se o espírito Tatauí ao imperativo imediatista e oportunista da egolatria que alimenta a insaciável fome do neoliberalismo econômico. Locupletam-se as empresas de transformação da força das águas, do vento e dos raios solares em energia elétrica, para abastecer o exigente mercado das eletrointensivas consumidoras. Pela estratégia de solucionarem-se os problemas individuais e corporativistas, as oligarquias políticas servem-se da santa inocência popular, para se perpetuarem no poder.

Para que não se percam na esteira do tempo e nem caiam nas famigeradas fossas do esquecimento, ora sintetizam-se os principais projetos estruturantes que, ao longo de 35 anos, se menoscabaram: recomposição da mata ciliar; Canal Serra da Batateira; lagoas marginais (uma no Alagadiço e duas no Riacho da Boa Sorte); barragens nos riachos: da Boa Sorte, do Sítio, da Maria do Choro, da Cacimba de Pedra, Tatauí (médio e baixo), da Língua de Vaca, de São Pedro, da Serra da Caixa, do Bonsucesso, das Traíras, da Pedra Branca, do São Gonçalo, da Serra Baixa, do Olho d’água e de São João. (Fig. 295).

Figura 295 – Estruturas que pela emancipação se desejava implantar



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Na luta pela emancipação, em uníssonos coros, dizia-se querer a independência política e econômica do que era então o maior povoado de Juazeiro – BA. Falava-se que se pretendia implantar nele a Terra sem Males, diametralmente diferente de outras unidades administrativas que se sabia haver no Vale do Rio São Francisco e na região Nordeste do Brasil. Muito embora houvesse dois candidatos ao gerenciamento da vida pública, efetivamente comprometidos com as organizações plebeias, a maioria da população optou por votar no postulante que se alinhava aos interesses das tradicionais oligarquias colonialistas e da empresa executora do projeto de implantação da barragem no Salto do Sobrado.

[Desde tempos imemoriais] quando a Fazenda Tatauí pertencia ao município de Juazeiro, as famílias privilegiadas, procuradoras da Casa da Torre, com mão de ferro escravizavam, esbulhavam e expropriavam a população agropecuarista. (SOUZA, 1991, p. 2 *apud* KESTERING, 2019b e 2023c, p. 76).

Assim, na Prefeitura e Câmara Municipal de Sobradinho, que se sonhou aliar-se aos trabalhadores nativos e aconchegados, implantaram-se as pesadas e carcomidas estruturas organizacionais que, muito bem se sabia, não estavam a produzir bons frutos nas municipalidades vizinhas. Importaram-se traquejados técnicos de uma daquelas unidades administrativas, para copiarem as leis e os atos normativos, com o devido cuidado para substituírem-se apenas os nomes das respectivas entidades gerenciadoras. Destarte, naqueles velhos textos regulamentários, onde originalmente se lia **Juazeiro**, redigiu-se **Sobradinho**.

Ainda bem que, naquele fatídico contexto, se promoveu a realização de concurso público, para preenchimento de vagas que a Câmara Municipal havia aprovado e o prefeito Ivan Lívio Borba de Carvalho, com respaldo na Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, oportunamente sancionara. Em ritual

festivo, no dia 3 de dezembro de 1990, concedeu-se posse aos 30 escoteiros do funcionalismo público da Terra dos Tamoquim cuja independência havia-se conquistado no ano anterior. Na lista dos pioneiros profissionais públicos municipais, aprovados na vanguardista concorrência, constava meu nome, no primeiro lugar que efetivamente conquisei, para o exercício do cargo de Engenheiro Agrônomo. (Fig. 296).

Figura 296 - Posse no cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo



Fonte: Kesting (2023a, p. 293)

Justiça se faça, com merecido enaltecimento à disciplina que aquele gestor municipal cultivava em sua vida pessoal e no gerenciamento da máquina pública. Dos servidores, comissionados, concursados e contratados, ele exigia pontualidade, dedicação e eficiência no exercício das respectivas funções e competências. Era ele quem primeiro chegava ao Gabinete, meia hora antes de iniciar-se o expediente dos funcionários, e o último a evadir-se dele, uma hora depois de seu efetivo encerramento. Valorizados, os servidores produziam, com elevada autoestima, apreço, urbanidade e manifesto companheirismo. Assim, com senso de pertencimento, faziam jus ao salário que recebiam.

Com o mesmo espírito, a ele sucedeu Hamilton Pereira de Souza Filho. Lembra-se que, por haver celebrado o ritual de batismo, enquanto Ducilene e eu estávamos no exercício do vicariato na Paróquia de São Francisco, entre ele e a unidade administrativa da Igreja Católica firmara-se estreita relação de cumplicidade com os ideais da Teologia da Libertação. Por essa razão, ao eleger-se prefeito, dispôs-se a implantar os projetos que fizessem de Sobradinho a Terra sem Males, conforme sonhavam os grupos autóctones da Fazenda Tatauí e as pessoas de boa vontade que haviam lutado pela emancipação da Terra da Barragem. Por saber que eu pertencia ao quadro técnico efetivo da entidade que ele principiava a gerenciar, convidou-me, destarte, a coadjuvá-lo de perto, como Assessor de Planos e Desenvolvimento⁶¹.

Por consentâneo, lembra-se que alguns socialistas de araque, eletricitários infiltrados no Partido dos Trabalhadores que eu havia ajudado a fundar e pelo qual exercera mandato de vereador, condicionaram-me a escolher entre o “bem” (militância político partidária naquela agremiação) e o “mal” (atendimento ao pedido que o prefeito estava a fazer-me). Frente ao dilema imposto pelos coronéis da política partidária local, zombeteiros opositores da Teologia da Libertação, foram oportunos os conselhos de Dom José Rodrigues de Souza e do pedagogo Paulo Freire. Na ocasião, os mestres do fomento a descativarem-se os oprimidos me incentivaram a aceitar o convite que estava a fazer-me o prefeito. Em uno discurso, disseram: “Não é sensato esperar, para plantar-se a semente da sociedade que queremos, somente depois da revolução que nos dispomos a fazer. É acertado plantá-la agora, de imediato, nas fendas do próprio sistema que estamos a combater”.

Sob minha orientação e apoio do bispo que nunca traiu os pobres, constituiu-se, destarte, o Conselho Municipal do Meio Ambiente, para aconselhar o gestor, nas questões ambientais,

⁶¹ Portaria GAP Nº 232/93.

e fiscalizar, de perto, as obras do Canal Serra da Batateira⁶² que a Empresa Municipal de Água para Agricultura (ENSAGRI) incumbir-se-ia de executar e administrar; criou-se a Área de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do São Francisco⁶³; disponibilizaram-se recursos humanos e materiais, para a realização de estudos sobre as espécies vegetais mais apropriadas à recomposição da mata ciliar do Submédio São Francisco⁶⁴ e criou-se a Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra⁶⁵.

No entardecer daquela gestão, porém, em fatal acidente automobilístico, Hamilton Pereira faleceu. Em conta bancária da Prefeitura havia ainda recursos que se destinavam à implantação do Canal Serra da Batateira. Em vez de aplicá-los, em conformidade com as cláusulas contratuais, distribuíram-se os valores entre alguns funcionários ególatras do primeiro escalão. Tornou-se, assim, inadimplente a municipalidade.

Orientado por técnicos e assessores do governo Federal e da própria prefeitura, competia ao gestor seguinte adotar as providências cabíveis, para que se punissem os irresponsáveis gatunos e não se interrompessem as obras iniciadas na administração anterior. Investido no cargo, porém, o novo gestor preferiu negligenciar os anseios plebeus e ignorar o saber ancestral. Enfeitiçado pelo *frenesi* do poder, a massagear sua identidade essencialmente colonialista, cedeu às inoportunas orientações dos meliantes coronéis infiltrados no Partido dos Trabalhadores.

Por conveniente, ora se lembra que a dita agremiação partidária havia se dado mal nas eleições em um dos municípios do Sul do Estado da Bahia. Desempregaram-se, por

⁶² Lei Municipal Nº 132/94.

⁶³ Lei Municipal Nº 142/95.

⁶⁴ Dissertação de Clóvis Eduardo de Souza Nascimento. EMBRAPA, 1998.

⁶⁵ Lei Municipal Nº 143/95.

isso, alguns de seus funcionários que nas tetas públicas haviam-se afeiçoado a lactar-se. Transferiram-se a Sobradinho onde se os contratou para orientar o novo gestor na arte de elaborar orçamentos participativos dos quais, com medo das sombras, alijavam-se funcionários do elenco comissionado local e abalizados técnicos do quadro efetivo, aprovados em concurso público. Recorda-se que, em uma única sala, puseram-se oito assessores do território Tatauí, com a cristalina incumbência de nada fazer e sequer reivindicar o respeito ao sagrado direito de ocuparem-se com os deveres inerentes aos respectivos cargos. Para verificar se ocorria alguma expressão verbal de descontentamento, no alto de um dos cantos daquela fantasmagórica dependência, pôs-se uma câmera cujas imagens se reproduziam em monitor postado no cômodo do népota que se nomeara Chefe de Gabinete⁶⁶.

Com aquele gestor, eminentemente colonialista, e seus safardanas comparsas, oportunisticamente infiltrados no Partido dos Trabalhadores, inaugurou-se e perpetuou-se em Sobradinho o costume de punirem-se os servidores que se destacassem no cumprimento das obrigações inerentes a seus cargos e/ou funções. Entre as ações de maior vulto daqueles pulhas citam-se: extinção da Empresa Municipal de Água para Agricultura; crônica descontinuidade administrativa, com engavetamento compulsório das leis, atos normativos e todos os projetos de autossustentabilidade que, em benefício das comunidades do território Tatauí, antes mesmo da emancipação se havia iniciado a implantar.

Por oportuno, lembra-se que os anseios libertários e o desejo de se conquistar a Terra sem Males no chão que por lei se havia emancipado pareciam ecoar e germinar nas terras do Velho Mundo. Graças à voz profética de Dom José Rodrigues de

⁶⁶ Estrategicamente, inutilizou-se a câmera, com a aplicação de boa quantidade de goma de mascar em sua lente. Pelo ocorrido, recebeu-se severa advertência verbal.

Souza, grupos teutos dispuseram-se a contribuir na construção da Escola Família Agrícola onde se pretendia formar os filhos dos agricultores, nas práticas agropecuaristas e no engajamento nas lutas em busca de melhores dias às comunidades campesinas. Com estribo na Teologia da Libertação e no saber ancestral, tinha-se a impressão de que se haviam aliado aos guerreiros nativos, em defesa das causas populares a quem a mendicância e a subserviência eram dos males os que com maior destaque de deveria combater.

Ficar-se-ia em débito com a história e o saber ancestral se não se registrasse quão maléfica ao espírito libertador do autêntico Cristianismo defendido por João XXIII e Paulo VI era aquela versão da Cristandade proselitista neoliberal que se perpetuava nos moldes do Padroado da proto-história do Nordeste. Entidades que se diziam parceiras, houveram por mal porem-se a financiar projetos populares, para plantar neles o joio do secular colonialismo opressor do Velho Mundo.

Desonrosa menção se faz à nefasta viagem que uma delas promoveu, para postar guerreiros da Teologia da Libertação nas esquinas das ruas de cidades europeias, com cartazes de mendigos ao peito, a suplicar moedas em prol da educação campesina Tatauí. (Fig. 297). Por não haver concordado com aquela humilhação de cunho xenofóbico, impôs-se a exoneração sumária do então diretor da escola, como condição *sine qua non*, para continuar-se a financiar aquela iniciativa popular. O gosto amargo daquele repugnante gesto, essencialmente colonialista, perdura na memória de quem o sentiu na pele.

Seu doutor, os nordestinos têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulistas [e europeus] nesta seca do sertão
Mas doutor, uma esmola a um homem que é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão

É por isso que pedimos proteção a vosmicê
Homem, por nós, escolhido, para as rédeas do poder

Pois doutor, dos vinte estados, temos oito sem chover
Veja bem, mais da metade do Brasil tá sem comer

Dê serviço a nosso povo, encha os rios e barragens
Dê comida a preço bom, não esqueça a açudagem
Livre assim, nós da esmola, que no fim desta estiagem
Lhe pagamos até os juros, sem gastar nossa coragem

Se o doutor fizer assim, salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação
E nunca mais nós pensa em seca, vai dar tudo neste chão
Como vê, nosso destino, você tem na vossa mão

Seu doutor, os nordestinos têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulistas [e europeus] nesta seca do sertão
Mas doutor, uma esmola a um homem que é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão. (GONZAGA;
DANTAS FILHO, 1953).

Figura 297 – Guerreiros no chão Tatauí a mendigar no Velho Mundo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1991)

5.3.1 Religião Neoliberal Conservadora

Na esteira do tempo, viu-se passarem, assim, mais de três décadas, com sucessivos invernos, sem que uma única ação proposta pelo Conselho do Meio Ambiente de 1995, com vistas ao estabelecimento do Paraíso Terreal de Sobradinho, fosse

efetivamente realizada. Pelo contrário, em gestões passadas desfez-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente. Não se deu a atenção que ele merecia porque era economicamente oportuno solidarizarem-se os gestores com a sistemática grilagem de terra que, para abrir caminhos à instituição de usinas eólicas e projetos individuais de exploração agrícola, ainda se está a fazer. Assim, pelo engavetamento do sonhado Parque Municipal de Preservação Permanente da Fauna Ictiológica do São Francisco e das desejadas reservas ecológicas e arqueológicas nas serras do entorno da cidade que se emancipou, locupletam-se alguns espertos.

Não se conseguiram enraizar seus planos e projetos porque, para usufruto de dividendos eleitoreiros, ao longo dos anos promoveu-se delapidação sistemática do patrimônio municipal, com apropriação indevida até das vias públicas das vilas São Francisco, Santana e São Joaquim. Com essa ação de cunho eminentemente neoliberal e mesquinho, **do salve sua alma quem puder**, engessou-se o poder executivo que hoje não dispõe sequer de áreas para as estruturas coletivas, destinadas ao bem estar dos cidadãos barrageiros (nativos e aconchegados) e incentivo à visitação turística.

Em ausentar-me para a pesquisa que daria sustentação aos projetos de turismo houve até quem se apropriasse e locupletasse-se de um valioso patrimônio público sem se importar que, com essa mesquinha ação individualista estava a fechar as portas para o futuro da coletividade Tatauí. Foi assim que se venderam, como ferro velho, as preciosas portas de metal da antiga eclusa que, para viabilizar a navegação na Cachoeira do Sobradinho e no Submédio São Francisco, no início do Século XX se edificaram. (Fig. 298 a 302).

Se é verdade que pelos frutos se conhece a árvore, é oportuno mostrar que a religião do Imperador Constantino, resgatada pelos Estados Unidos da América para plantar-se em solo brasileiro atual, está a inviabilizar o Reino de Deus que se

sonhou para o Chão Tatauí. Não foi à toa que Ronald Reagan determinou perseguição sistemática à Teologia da Libertação e aos rebentos que dela brotassem, como foi a emancipação política de Sobradinho⁶⁷. Assim, continua subutilizado o Centro Comunitário Antônio Conselheiro onde ela se gerou. (Fig. 303).

Figura 298 – Barragem de Sobradinho ainda sem canal para piracema



Fonte: Gunten (1989)

Figura 299 – Avenida Alvorada, estreita como a mente dos invasores



Fonte: Kesting (2023, p. 266)

⁶⁷ Já não havia mais uma mera desconfiança sobre a Igreja Católica na América Latina; mas uma hostilidade flagrante de importantes grupos de pressão dos Estados Unidos em relação a segmentos do catolicismo latino-americano. Chegava ao ponto de figuras influentes da política externa norte-americana estabelecer contatos com o papa, visando frear o avanço da, chamada por eles, “Igreja popular”. (SANTOS, 2021, p. 413-414).

Figura 300 – Total desrespeito à Serra do Olho d'Água



Fonte: Kesting (2014)

Figura 301 – Destruição completa da Serra Verde



Fonte: Kesting (2022, p. 223)

Figura 302 – Antiga eclusa, vendida como ferro velho



Fonte: Kesting (2023, p. 267)

Figura 303 – Subutilizado o Centro Comunitário Antônio Conselheiro



Fonte: Kesting (2023, p. 120).

A política externa dos EUA deve começar a enfrentar (e não simplesmente reagir a ela posteriormente) a teologia da libertação tal como é utilizada na América Latina pelo clero da “Teologia da Libertação”. O papel da Igreja na América Latina

é vital para o conceito de liberdade política. As forças marxista-leninistas têm, lamentavelmente, utilizado a **Igreja como arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção** (grifo nosso), infiltrando nas comunidades religiosas suas ideias que, antes de cristãs, são comunistas. (DOCUMENTO SECRETO DA POLÍTICA REAGAN PARA A AMÉRICA LATINA, 1981, p. 14 *apud* SANTOS, 2021, p. 412).

Pela estratégia que se adotou contra as comunidades eclesiais de base da Igreja Católica da América Latina, para fortalecer o imperialismo do jeito que Constantino e Ronald Reagan ardentemente desejavam, disseminou-se o evangelismo conservador no continente a que se vincula o território Tatauí. Assim, o presidente dos Estados Unidos combateu as ideias e os ideais do cristianismo original, defendidos pela Teologia da Libertação e, de quebra, inviabilizou o resgate do Paraíso Terreal que se estava a sonhar durante o processo de emancipação.

Parecia perceptível, até para a Igreja Católica, a forte onda de ataques que vinham sendo orquestrados pelos Estados Unidos contra as suas frentes de atuação mais avançadas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma das mais importantes entidades episcopais do continente, chegou mesmo a emitir uma nota de apoio às denúncias realizadas pela Missão Evangélica da França sobre a proliferação de igrejas na América Latina, então financiadas pelos Estados Unidos. Segundo as denúncias, o objetivo da operação norte americana seria o de veicular uma ideologia anglo-saxônica, **“induzindo como modelo o conceito de vida das classes médias dos Estados Unidos”** (grifo nosso). (CNBB, 1983, p. 21 *apud* SANTOS, 2021, p. 414-415).

Não convém ignorar também que, ao invés de implantarem-se estruturas estribadas no saber ancestral, ao longo de três décadas edificaram-se gambiarras destinadas ao imediatismo da politicagem. Para exemplificar cita-se a barragem com vertedouro de Creager que, para represamento do Riacho

Tatauí se havia planejado construir na estrada vicinal que liga Sobradinho ao povoado de Correnteza. Com fins eleitoreiros edificou-se a à jusante próxima da Rodovia BA-210. (Fig. 304). Sem estudo prévio de Geologia, fez-se então a locação da dita obra, sobre frágeis e permeáveis sedimentos aluviais do Cenozoico. Da mesma forma, pela falta de conhecimentos de Hidrologia, não se fez o vertedouro compatível com a vazão sazonal que chega a 484 m³ por segundo, equivalente à mínima do Rio São Francisco, em época de estiagem. (Fig. 305).

Figura 304 – Eixo da barragem que se edificou



Fonte: Acervo do autor (2025)

Figura 305 – Edificação sobre sedimentos aluviais cenozoicos



Fonte: Acervo do autor (2025)

Com extremo desconforto e contrariedade, ao longo dos anos os proprietários e ambientalistas testemunham renitentes e avultadas erosões promovidas pelo riacho, a buscar novo caminho para suas volumosas e revoltas águas, em época de chuvas torrenciais nas cabeceiras da bacia de captação hídrica. Nessas ocasiões, ele passa por trecho das propriedades onde promove sistemática demolição de cercas, grande intemperismo em solos agricultáveis e extração de árvores nativas da mata ciliar e outras mais que se cultivam para pastoreio.

A desconformidade das famílias se amplia pelas ações paliativas que, em completo desconhecimento científico e/ou técnico, gestores pretéritos tentavam sustar o fluxo da água, pela remoção de sedimentos e solos agricultáveis e improvisação de muros de contenção. (Fig. 306). Com isso promoveram erosões sempre maiores, frente às previsíveis enchentes dos anos seguintes. Pela inépcia dos gestores, as emendas e os remendos foram proporcional e reiteradamente piores que os sonetos produzidos pelos respeitáveis revides do vingativo Tatauí. Repete-se, assim, em Sobradinho, o que nas municipalidades vizinhas o colonialismo fez durante séculos.

Não foi para isso que se emancipou o chão Tatauí.

Figura 306 – Erosão causada pela desastrosa interferência



Fonte: Acervo do autor (2025)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 24 de fevereiro de 2024, comemoraram-se os 35 anos do município de Sobradinho. Na programação das festividades constavam emblemáticos rituais religiosos vinculados à Cristandade do Imperador Romano Constantino e endossados pelo imperialismo americano quando Ronald Reagan era presidente dos Estados Unidos. A divindade que neles se cultuou, nascida em palácios herodianos, para habitar altíssimos céus, ligava-se muito mais à ordem social vigente na Ditadura Militar do que ao Reino de Deus ou à Terra sem Males que Jesus e os povos nativos ardentemente desejavam. Nada tinha a ver com a espiritualidade de Jurupari, filho de Janaína / Juacema, nem tampouco, com os anseios do Nazareno, filho da Imaculada Conceição dos nativos Tamoquim.

Eu sou discípulo de um prisioneiro político. Jesus não morreu de hepatite, na cama, e nem de desastre de camelo, numa esquina de Jerusalém. Ele foi preso, torturado e julgado por dois poderes políticos. Foi condenado à pena de morte pelos romanos, na cruz.

A pergunta é outra. Que diabo de fé, você que se diz cristão, tem e não se compromete na mudança deste mundo? Por que é que Jesus foi assassinado tão cruelmente? Porque dentro do reino de César, ele ousou anunciar um outro reino possível, que ele denominava Reino de Deus.

Alguns falam, e com razão, mas o Reino de Deus fica no outro lado da vida. Porque a Igreja jogou lá para cima. Para poder se acomodar aos poderes deste mundo. Eu digo não. Que a Igreja jogou para o além, jogou, mas na cabeça de Jesus, o projeto do Reino é um projeto político civilizatório para este mundo, para esta história humana. A prova disso está no Pai Nosso. A gente não reza, leve-nos a vosso reino. É exatamente o inverso. Venha a nós o vosso Reino.

Jesus não veio fundar igreja. Jesus não veio fundar religião. Jesus veio nos trazer um novo projeto político civilizatório que ele chamava de Reino de Deus (grifo nosso). Essa expressão aparece cento e vinte e duas vezes na boca dele, nos quatro evangelhos. A expressão igreja, apenas duas vezes e, assim mesmo, em um único evangelho que é o de Mateus. Não se referia a essa instituição como nós conhecemos hoje. Igreja em Grego, significa assembleia. Era um contraponto. Como os cristãos estavam sendo expulsos das sinagogas judaicas, porque eram dissidentes, eles formaram seu grupo. Para não se identificar, começaram a chamar de eclésia, de igreja.

Eu não entendo um cristão que não seja progressista. Jesus foi considerado blasfemo por parte do cinedro judaico, e subversivo, por parte do poder romano. Até porque, na voz corrente, ele era o rei dos judeus. (CHRISTO, 2024).

Apesar da sistemática oposição que lhe faz a religião neoliberal e a politicagem conservadora, no chão que se emancipou como Sobradinho, continua viva a luta pela independência Tatauí, do jeito que as comunidades nativas e o Filho da Imaculada Conceição sonhavam. **Ainda bem!**

REFERÊNCIAS

AMORIM, Jéssica. **Conheça a Roda de São Gonçalo: uma festa para quitar as dívidas com o santo**. Disponível em: <https://marcozero.org>. Acesso: 19 nov 2024.

ARQUIVO NACIONAL. **Alferes**. 2021. Disponível em: <https://historialuso.arquivonacional.gov.br>. Acesso: 23 out 2024.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 12 jun 2024.

_____. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c.1666-1820**. 2017. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 31 jan 2023.

_____. **Narrativas da Urbanização dos Sertões do Norte**. Fortaleza: Mercator, v. 17, e 17007, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 20 out 2023.

BARBOSA TERCEIRO, José Gil. **Jurupari: Mito Indígena com ocorrência no Piauí**. 2019. Disponível em: <https://causosassustadoresdopiaui.wordpress.com>. Acesso: 08 mar 2025.

BARRETO, Alcina Magnólia, Franca.; SUGUIO, Kenitiro; OLIVEIRA, Paulo Eduardo de; TATUMI, Sônia Hatsui. O Campo de Dunas Inativas do Médio São Francisco, Bahia, Brasil. *In*:

SCHOBLENHAUS, Carlos; CAMPOS, Diógenes de Almeida; QUEIROZ, Emanuel Teixeira de; WINGE, Manfredo; BERBERT-BORN, Mylène. (Edit). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil – 056**. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/>. 1999. Acesso: 11 mai 2021.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. **As Condições Femininas no Brasil Colonial**. Revista Maiêutica, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br>. Acesso: 27 jul 2024.

BEZEN, José Artulino. **O Concílio de Trento no Caminho da Igreja – 450 anos**. 2013. Disponível em: <https://pebesen.wordpress.com>. Acesso: 17 dez 2024.

BIBELNICK, Pinhas. 2024. In: **A Igreja Oculta: negócios Profanos**. *History*. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 27 jun 2024.

BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO. **O Processo de Povoamento e “Civilização” do Município de Campo Formoso**. 2013. Disponível em: <https://ambientalcampoformoso.blogspot.com>. Acesso: 09 nov 2023.

CALDERÓN, Valentin; JÁCOME, Yara Dulce Bandeira de Ataíde; SOARES, Ivan Dórea Câncio. **Relatório das Atividades de Campo Realizadas pelo Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. Recife: CHESF, 1977.

CAMPOS, Sérgio. **A Arte da Serra da Capivara**. Disponível em: <https://br.pinterest.com>. Acesso: 14 jan 2022.

CANAL DA FÉ. **Nossa Senhora das Grotas**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 11 nov 2024.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2012. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA: UFBA, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 15 abr 2020.

CARDOSO, Cíntia. **Antropólogo Lévi-Strauss morre aos 100 anos**. Folha de São Paulo. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso: 15 jun 2024.

CARVALHO, Alexandre. **O que são Id, Ego e Superego?** Superinteressante. 2024. Disponível em: <https://super.abril.com.br>. Acesso: 25 jun 2024.

CARVALHO, Antônio. **Interpretação das pinturas rupestres**. Entrevista concedida a representantes dos professores e estudantes das Escolas do Campo de Sobradinho - BA, 2021.

_____. **Entrevista concedida em 08 de julho de 2024.**

CASTRO, Luiza. **Representações Sexuais na Pré-História, Parque Nacional Serra da Capivara: padrões cenográficos**. 2010. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2010.

CASTRO, Márcia de Santana; KESTERING, Celito. Vestígios Indígenas em São Lourenço do Piauí. In: KESTERING, Celito. (Org.) **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial do Grupo de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 115-126,

2015. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 08 jul 2024.

CHAIMOVICH, Felipe Soeiro. **Lógica e Racionalidade em Lévi-Strauss**. Cadernos de Campo. 1992. Disponível em: <file:///C:/Users>. Acesso: 19 jun 2024.

CHIBENI, Sílvio Seno. **Epistemologia: noções introdutórias**. Departamento de Filosofia (IFCH), Unicamp. 2024. Disponível em: <https://www.unicamp.br>. Acesso: 20 jun 2024.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. **Jesus era o Rei dos Judeus?** 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com>. Acesso: 25 ago 2024.

COLEÇÃO AXÉ. **Janaína**. 2024. Disponível em: <https://www.cimaartesorixas.com.br>. Acesso: 20 nov 2024.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **Insurgentes Brasilicos: uma comunidade indígena rebelde no Espírito Santo colonial**. Jundiá-SP: Paco Editorial. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users>. Acesso: 30 jun 2024.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. **Portugaliae Monumenta Cartographic: comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique**. V. 4. Lisboa: Photomecanique de L'ed. 1960.

COSER, Ivo. **Civilização e Sertão no Pensamento Social do Século XIX**. Caderno CRH, vol. 18, n. 44, maio-agosto, 2005, pp. 237-248. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso: 20 jun 2024.

COSTA, Andriolli. **Márcia Amantino: Sacerdotes, administradores e empreendedores. As bases econômicas**

do projeto missionário Jesuíta. 2014. Disponível em: <https://andriolibc.wordpress.com>. Acesso: 17 dez 2024.

COSTA, Ivoneide de França. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina nos desenhos de Teodoro Sampaio**. 2007. (Dissertação). Mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2007.

COSTA, José. **Soleira Hidráulica em Gabiões: face de jusante com degraus**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 14 dez 2024.

DIÁRIO DO SUL. **Catedral Diocesana de Tubarão**. 2015. Disponível em: <http://diariosul.com.br>. Acesso: 26 jan 2022.

DIARIO LIBRE. **Eugéne Emmanuel Viollet-le-Duc a 200 años de su nacimiento**. 2014. Disponível em: <https://www.diariolibre.com>. Acesso: 16 jul 2024.

DIAS IRMÃO, Raimundo. **Coronel José Dias: sua vida e seu tempo**. Brasília: Edição do Autor, 2014.

DOCUMENTO DE MEDELLÍN. **Presença da Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio Vaticano II**. Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Medellín, Colômbia, 1968. Disponível em: <http://www.paroquiasantarita.com.br>. Acesso: 06 jun 2023.

DUARTE, Ana Helena da Silva Delfino. **Ex-votos e Poiesis: representações simbólicas na fé e na arte**. 2011. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br>. Acesso: 24 nov 2024.

DUARTE, Cinthia Martins Davis. **Temática Dominante nas Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho do Bonsucesso, no Município de Sento Sé – BA**. 2011. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2011.

ESCOLAS DO CAMPO. Pinturas Rupestres. In: KESTERING, Celito; OLIVEIRA, Maria Socorro Aquino; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Herdeiros Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, p. 117-136, 2022.

FACETAS CULTURAIS. **Jurupari, o mito que abalou a Igreja**. 2022. Disponível em: <https://facetasculturais.com.br>. Acesso: 22 nov 2024.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. **A Produção do Salitre no Brasil Colonial**. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP: Química Nova, nº 23, p. 845-850, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso: 13 nov 2024.

FERREIRA JUNIOR, Jair Messias. **Concílio de Trento**. 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br>. Acesso: 14 jun 2024.

FERREIRA, Laísa Monique dos Santos. **Catedral Santuário Nossa Senhora das Grotas**. Pedagogos em Ação. Juazeiro – BA: UNEB, 2016. Disponível em: <https://monumentoshistoricosdejuazeirobahia.blogspot.com>. Acesso: 19 nov 2024.

FIABANI, Adelmir. **A Escravidão no Brasil Vista Pelos Estrangeiros: Daniel Parish Kidder, Luís Agassiz, Elizabeth Cary Agassiz e Oscar Canstatt**. Contra Relatos desde el Sur, p.

23-37, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User>. Acesso: 09 nov 2023.

FILOSOFIA INCERTA. **Sêneca e a Brevidade da Vida**. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 02 jul 2024.

FONSECA, Idalina. **Rodelas – BA: cultura, memória e identidade**. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com>. Acesso: 22 dez 2024.

FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários**. Salvador – BA: Edições Gráficas, 1996.

FREITAS, Edith Alves da A.; SILVA, José Freitas da. **História da Freguesia Velha de Santo Antônio: Campo Formoso**. Salvador – BA: Secretaria da Cultura e Turismo, 1996. Disponível em: <https://parlim.blogspot.com>. Acesso: 30 out 2023.

FUNNY TIMES. **Obelisco Buenos Aires: uma arte encantadora!** 2024. Disponível em: <https://funnytimestravel.com>. Acesso: 03 dez 2024.

GARCIA, Elisa Frühauf. **O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional**. Dossiê. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso: 27 nov 2023.

G1-BAHIA. **Barragem de Sobradinho tem menor vazão em 37 anos e opera com pouco mais de 4% da capacidade**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia>. Acesso: 28 jul 2024.

GÊNESIS. **O Pecado de Adão**. Disponível em: <https://teologar.com.br>. Acesso: 24 jan 2022.

GLOBOPLAY. **Popular, Papa João Paulo II deixou a Igreja Católica simpática aos fiéis**. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso: 11 ago 2024.

GOMES, Maria do Carmo Andrade; PILÓ, Luís Beethoven. **As Minas de Salitre: a exploração econômica das cavernas em Minas Gerais nos fins do período colonial**. Espeleo-Tema, São Paulo, v. 16, p. 83 - 93, 1992. Disponível em: <https://www.cavernas.org.br>. Acesso: 17 nov 2024.

GONZAGA, Luiz; DANTAS FILHO, José de Souza. **Vozes da Seca**. 1953. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 21 dez 2024.

GOOGLE EARTH. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2024.

GUIDES CONNECT. **Igreja de São Ludgero**. 2024. Disponível em: <https://turismo.saoludgero.sc.gov.br>. Acesso: 24 nov 2024.

GUIDON, Niède. **Tradições Rupestres da Área Arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil**. Recife: UFPE, 1988.

GUITARRARA, Paloma. **Torre Eiffel**. Brasil Escola. 2024. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br>. Acesso: 04 dez 2024.

GUNTEN, Peter von. **Terra Roubada**. Filme Documentário. 1979. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 05 jan 2025.

HOHENTHAL JR, William D. **As Tribos Indígenas do Médio e Baixo São Francisco**. Revista do Museu Paulista. Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. Coleção Nicolai, 1960. Disponível em: <https://etnolinguistica.wdfiles.com>. Acesso: 16 jan 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, Adaptado do Mapa de Curt Nimuendaju**. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, 1944. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 17 nov 2024.

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DO PARANÁ. **O que é Personalidade? Quais os principais traços?** 2024. Disponível em: <https://institutodepsiquiatriapr.com.br>. Acesso: 04 jul 2024.

JOÃO. **No Princípio era o Verbo**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br>. Acesso: 23 jun 2024.

JOÃO XXIII. **Mater et Magistra**. Encíclica. Dicastero per la Comunicazione. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1961. Disponível em: <https://www.vatican.va>. Acesso: 30 mai 2023.

KELLER, Antônio Carlos Rossi. **Por que estais a olhar para o céu?** 2020. Disponível em: <https://gaudiumpress.org>. Acesso: 07 jun 2023.

KERN, Arno Alvarez. Fronteiras Transculturais: missionários, jesuítas e guerreiros guaranis. In: GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; MICELI, Paulo Celso (Org.). **História e Fronteira**. Cáceres – MT: UNEMAT, p. 28-41, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 10 mar 2020.

KESTERING, Celito. **Registros Rupestres na Área Arqueológica de Sobradinho - BA.** (2001). (Dissertação de mestrado).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2001.

_____. **Estratégias de Conservação das Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, em Sobradinho, BA.**

CLIO. Série Arqueológica, Recife, PE: UFPE, v. 1, n.16, p. 49-66, 2003.

_____. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho**

– BA. 2007. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife: UFPE, 2007.

_____. **Prospecção e escavação de sítios arqueológicos na região Norte do Estado da Bahia.** São Raimundo Nonato:

UNIVASF, 2012. Disponível em: www.celitokestering.com.br.

Acesso: 16 jul 2024.

_____. **Índios da Área de Sobradinho – BA.** 2013. Disponível

em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 08 jul 2024.

_____. **Patrimônio Arqueológico de Sento Sé – BA.** São

Raimundo Nonato, PI: UNIVASF, 2014.

_____. O Castelo de Garcia d'Ávila. *In*: KESTERING, Celito.

(Org). **Anais de IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos**

Cem Anos. Grupo PET-Arqueologia, p. 9-32. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2015.

_____. **Arqueologia, Memória, Ciência e Poesia.** São Carlos:

Pedro e João Editores, 2018.

_____. **Reencontro Vida**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019 e 2022.

_____. Padre Silvestre, o Philippi das Ideias Claras, p. 205-224. In: HERDT, Sebastião Salésio; FONTANA, Fiorindo; MÜLLER, Lourenço; PATRÍCIO, José de Souza. (Orgs.).

Silvestre Philippi: pastor da harmonia. Palhoça - SC: Gráfica Coan, 2019.

_____. **Encanto Bugre-Tapuia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020a.

_____. **Patrimônio Tatauí**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020b.

_____. **Patrimônio Amoipirá Tupinambá**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021a.

_____. **Patrimônio Jaguarari**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021b.

_____. Registro Rupestre e Epistemologia. In: OLIVEIRA, Gabriel Frechiani; PAIVA, Leandro; JUSTAMAND, Michel; ALMEIDA, Vitor José Rampaneli de (Org.). **Arte Rupestre Brasileira: múltiplas visões**, p. 33-58. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

_____. **Baianos Tatauí: warum nicht?** São Carlos: Pedro e João Editores, 2023a.

_____. **Mário e Lourenço: in memoriam eorum ipsi faciamus**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2023b.

_____. **Cidadãos Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019b e 2023c.

_____. **Resilia Sentocé**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2024a.

KESTERING, Celito; AQUINO, Crisvanete de Castro; BEZERRA, Alvandyr. **Relatório Final do Projeto de Salvamento, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área do Parque Eólico Sobradinho - BA**. 2014. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 17 jan 2022.

KESTERING, Celito; BEZERRA, Alvandyr; LEDOUX, Nina Rosa. **Relatório da Prospecção Arqueológica na Área de Abrangência da Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Sobrado 1, Em Casa Nova - BA**. Sobradinho - BA: Fundação SOS São Francisco, 2018.

KESTERING, Celito; BEZERRA, Alvandyr Dantas; NEGREIROS, Rafael Barreto Ruben Siqueira. **Adjunto às Lagoas de Meu Piauí**. São Carlos: Pedro e João, 2023. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 19 nov 2024.

KESTERING; Celito; SILVA KESTERING, Ducilene Soares; SANTANA, Maria Givanice de Fonte Santos. **Educação Campesina Tatauí**. São Carlos: Pedro e João, 2024.

KESTERING, Celito; SOUSA, Gizelle Santos de. **Umbuzeiro dos Defuntos: um marco na história de São Lourenço do Piauí**. Cadernos do LEPAARQ. Universidade Federal de Pelotas, p. 64-82. Vol. XI, nº22, 2014.

KESTERING, Celito; ARAÚJO, Geórgia Layla Holanda de. **Prospecção Arqueológica na Serra do Olho d'Água, em Sobradinho – BA**. Revista História e-história. 2014. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 05 jan 2025.

KESTERING, Celito; SILVA, Vanessa Cosma da. Da Metonímia à Metáfora, no Submédio São Francisco. In: OLIVEIRA, Gabriel Frechiani; PAIVA, Leandro; JUSTAMAND, Michel; ALMEIDA, Vitor José Rampaneli de (Org.). **Arte Rupestre Brasileira: múltiplas visões**, V. 2, p. 27-50. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2024.

KESTERING, Celito; SOUZA, Iderlan de. **Registros Rupestres e Representações Paleoartísticas**. Comunicação oral na VI Reunião da Associação Brasileira de Arte Rupestre. Canindé de São Francisco: ABAR, 2016. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 28 jan 2022.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. Disponível em: <https://ppec.ufms.br>. Acesso: 13 jun 2023.

LEMOS, Doracy Araújo. **Jacobina: sua história e sua gente**. Jacobina: Rabisco. 2 ed, 2013. Disponível em: <https://jacobina.ba.gov.br>. Acesso: 12 nov 2024.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Estrutura dos Mitos**. 1955. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicopatologia>. Acesso: 04 jul 2024.

_____. **O Pensamento Selvagem**. 1962. Campinas: Papirus. 12 ed. 1990.

LIBERDADE! LIBERDADE! **Pesquisadora defende tese de doutorado sobre presença indígena no Ensino Superior na UFSC**. 2014. Disponível em: <https://linhaslivres.wordpress.com>. Acesso: 17 dez 2024.

LIMA, Aurilene Rodrigues de. **Memória dos Lameiros do Velho Chico: história da população transplantada para Quixaba, Sento Se – BA**. 2004. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE. 2004.

LIRA, Carlos Eduardo. **História de Nossa Senhora dos Remédios – Cruzeta**. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 10 nov 2024.

LORENZ, Konrad. **Os Fundamentos da Etologia**. São Paulo: UNESP, 2004.

LUCAS. **Evangelho Conforme Lucas**. 2024. Disponível em: <https://www.bibliaon.com>. Acesso: 29 Jun 2024.

LEWGOY, Bernardo. **Análise Estrutural dos Mitos**. Antropologia Desafios: Lévi-Strauss II. 2021. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 02 jul 2024.

LOCAL GUIDES CONNECT. **Um caminho de fé: minha peregrinação (romaria) à Basílica de Nossa Senhora Aparecida**. 2018. Disponível em: <https://www.localguidesconnect.com>. Acesso: 26 jan 2022.

LOPES, Eduardo P. **Diferença entre *Doxa* e *Episteme***. 2024. Disponível em: <https://brainly.com.br>. Acesso: 06 jul 2024.

LOYOLLA, Renata. **Sensualidade é uma questão de atitude**. 2024. Disponível em: <https://renataloyolla.com.br>. Acesso: 21 jul 2024.

LUCAS. **Evangelho Segundo Mateus**. 2024. Disponível em: <https://www.bibliaon.com>. Acesso: 29 Jun 2024.

MABESOONE, Jannes. Markus. **Sedimentary Basins of Northeast Brazil**. Special Publication 2, Recife: Geology Department, Federal University of Pernambuco. 1994.

MACCAFERRI LATAN. **Barragem Transversal e Escada Dissipadora com Gabião Tipo Caixa e Colchão Reno**. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 14 de 2024.

MAIA, Cristiano. **A Lenda de Jurupari, Filho de Juacema**. 2022. Disponível em: <https://www.tiktok.com>. Acesso: 20 nov 2024.

MAIA, Lígio de Oliveira. Índios a Serviço d'El Rei: manutenção da posse das terras indígenas durante o avanço da empresa pastoril na capitania do Ceará (c. 1680-1720). In: PALITOT, Estevão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, pp. 61-85. Disponível em: <file:///C:/Users>. Acesso: 26 jun 2024.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5 ed. Recife: UFPE, 2013.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Petrolina e Campo dos Cavalos**. Diretoria de Serviço Geográfico. Região Nordeste do Brasil. Folha SC.24-V-C-V. Escala 1/100.000, 1973.

_____. **Sento Sé**. Diretoria de Serviço Geográfico. Região Nordeste do Brasil. Folha SC.24-V-C-V. Escala 1/100.000, 1973.

MIRANDA, Esdras Pereira; ARAÚJO, Leonardo; MENDES, Márcio Ferreira de Araújo. **Maquete de Hidráulica: vertedouro tipo Creager e dissipador de energia em rolo tipo**

salto esqui. Periódico Interdisciplinar. Belo Horizonte, v.2, n. 2, p. 168-186, ago./nov. 2020. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 25 nov 2024.

MOTA, Fernanda Gomes da; KESTERING, Celito. **Tropeiros de São Lourenço do Piauí**. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2014.

MOURA, Abdias. **O Sumidouro do São Francisco: origem dos conflitos no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2002.

MUNDO VASTO MUNDO. **Praça de São Pedro**. 2024. Disponível em: <https://mundovastomundo.com.br>. Acesso: 24 dez 2024.

MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO. **Igreja Matriz**. 2022. Disponível em: <https://turismo.saoludgero.sc.gov.br>. Acesso: 16 jul 2024.

MUSEU BOULIEU. **São Gonçalo de Amarante: escultura religiosa do Século XVIII**. 2024. Disponível em: <https://museuboulieu.org.br>. Acesso: 15 nov 2024.

NASCIMENTO, Clóvis Eduardo de Souza. **Estudo Florístico e Fitossociológico de um Remanescente de Caatinga à Margem do Rio São Francisco, Petrolina-Pernambuco**. 1998. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Botânica da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: UFRPE. 1998.

NASCIMENTO, Renato Santos do. **Água, Paisagens e Conflitos: reflexões etnográficas sobre luta e resistência no Vale do Rio Salitre em um claro contexto de violência administrada**. Prelúdios, Salvador, v. 10, n. 11, p. 104-136,

jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br>. Acesso: 15 jun 2024.

NEWSLETTER. **21 de agosto, Festa de São Pio X, o “Papa da Eucaristia”**. Disponível em: <https://www.acidigital.com>. Acesso: 30 mai 2023.

NOLÊTO, Rafael. Jurupari. *In*: BARBOSA TERCEIRO, José Gil. **Jurupari: Mito Indígena com ocorrência no Piauí**. 2019. Disponível em: <https://causosassustadoresdopiaui.wordpress.com>. Acesso: 08 mar 2025.

NONATO SOBRINHO, Raimundo. **Entrevista concedida ao autor, em 2024**. Bairro Jardim Novo Encontro, Juazeiro - BA. NUNES, Rodrigo Bussolo. **Paróquia Santa Otília: Matriz de Orleans**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 16 jul 2024.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. **A Crisandade: um modelo eclesial de poder**. Fragmentos de Cultura, v. 21, n. 4/6, p. 309-318. Goiânia, 2011. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br>. Acesso: 30 mai 2023.

OLIVEIRA, Diego. **Ritual da Menina Moça: tradição do povo Nambikwara resiste ao tempo**. 2024. Disponível em: <https://portalamazonia.com>. Acesso: 17 dez 2024.

OLIVEIRA, Jasson. **Conhecendo Campo Formoso**. 2012. Disponível em: <https://professorjassonoliveira.blogspot.com>. Acesso: 15 jun 2024.

OLIVEIRA, Jéssica Rafaella de. **Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano: uma arqueologia da paisagem fluvial do Rio São Francisco –**

Orocó. 2016. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Arqueologia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras: UFSE, 2016.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de; OLIVEIRA, Antônio José Alves de. Capitalismo e Natureza no Brasil Colonial: a pecuária bovina no Ceará e a continentalidade do jogo das trocas (ca. 1680-1750). *In: História Ambiental do Capitalismo no Mundo Colonial, séc. XV a XIX, p. 198-2019*, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 10 dez 2023.

PAIVA, José Maria de. **Transmitindo Cultura: a catequização dos Índios do Brasil, 1549-16001**. Revista Diálogo Educacional - v. 1 - n.2 - p.1-170 - jul./dez. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org>. Acesso: 17 jun 2024.

PAULO VI. **Aos Homens de Pensamento e Ciência**. Mensagem do Papa Paulo VI na Conclusão do Concílio Vaticano II. 1965. Disponível em: <https://www.vatican.va>. Acesso: 19 jun 2024.

PEREIRA, Alex. D. C.; BRÁS, Eduardo. R.C. Paleocanyon do Rio São Francisco: paleoregistros de mudanças globais. *In: XXXIX Congresso Brasileiro de Geologia*, p. 503-506. 1996. Disponível em: <http://www.sbgeo.org.br>. Acesso: 13 mai 2021.

PESSIS, Anne-Marie. **Art Rupestre Préhistorique: premiers registres de la mise en scene**. 1987. Tese (doutorado de Estado). Nanterre: Université de Paris X, 1987.

PESSIS, Anne-Marie; CISNEIROS, Daniele; MUTZENBERG, Demétrio. **Identidades Gráficas nos Registros Rupestres do Parque Nacional Serra da capivara, Piauí, Brasil**. *FUMDHAMentos (2018)*, vol. XV, n. 2 pp. 33-54. Disponível em: <https://fumdham.org.br>. Acesso: 18 jul 2024.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos**. Tradução de Francisco M. Guimarães. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1996.

PONTIFÍCIO INSTITUTO SUPERIOR DE DIREITO CANÔNICO. **Direito Canônico: definição, história e codificação**. 2023. Disponível em: <https://pisdc.org.br>. Acesso: 05 jun 2023.

PORTAL AMBIENTAL DE ANDALUCÍA. **Reserva Natural Complejo de Endorreico de Espera**. 2024. Disponível em: <https://www.juntadeandalucia.es>. Acesso: 06 dez 2024.

PRADO, Marcelo da Silva. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Projeto SRN nos Municípios de Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí e São Raimundo Nonato – Sudeste do Piauí**. Processo IPHAN-Piauí Nº 01402.000246/2019-30. Agosto de 2021.

PUC-RIO. **A Eclesiologia do Vaticano II: um novo paradigma de compreensão**. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br>. Acesso: 25 jan 2022.

_____. **As Mulheres no Brasil Colonial**. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br>. Acesso: 27 jul 2024.

REGISTROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE SENTO SÉ. (BATSSÉ, 1752-1783). Cúria da Diocese de Juazeiro - BA. 2024.

REGISTROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS GROTAS (BANSEGRO, 1891-1896). Cúria da Diocese de Juazeiro – BA, 2024.

RIBEIRO, Flávio A. Sampaio. **Parecer Técnico**. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVAF),

vinculada ao Ministério da Integração Regional. Juazeiro – BA, 1994.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos; GOULART, Fábio Ortiz. **O Faló nos Espaços Públicos de Rio Grande, RS, Brasil: falocentrismo e a masculinidade hegemônica.** Revista de Arqueologia. V. 34, nº 1, Jan/Abr, p. 45-70, 2021. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 04 dez 2024.

ROLAND, Samir Lola. **Sesmarías, Índios e Conflitos de Terra na Expansão Portuguesa no Vale do Parnaíba (Maranhão e Piauí, Século XVII e XVIII).** 2018. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users>. Acesso: 25 jun 2024.

RUSSELL, Beltrand. **Nosso Conhecimento do Mundo Exterior.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

SÁ, José Maria de. **A Senhora das Grotas.** Suplemento do Santuário de Aparecida, 1956. Disponível na Cúria da Diocese de Juazeiro – BA.

SABINO, Luiza Wehbe. **A sociedade fálica e a obsessão por armas – da formação de milícias ao crime de feminicídio.** 2020. Disponível em: <https://desconstrucaodiaria.com>. Acesso: 12 ago 2024.

SAMPAIO, Theodoro Fernandes. **O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem.** Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz, 1879-80. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1903. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com>. Acesso: 05 jan 2019.

SANTOS, Georgina. **Papéis Passados: a história das mulheres a partir da documentação arquivística**. Mulheres na Colônia. O Arquivo Nacional e a Mulher Luso-Brasileira. 2021. Disponível em: <https://historialuso.an.gov.br>. Acesso: 26 jul 2024.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Conflitos pelas terras indígenas no contexto do Diretório: o caso da aldeia de São Pedro do Porto da Folha em Sergipe**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 81-104, jan./abr. 2022.

SANTOS, Osnar Gomes dos. **Do Relatório Rockefeller ao Comitê de Santa Fé: a Igreja Católica da América Latina ante a desconfiança do tio Sam (1969-2000)**. Crítica Histórica, p. 399-418, 2021. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 05 jan 2025.

SANTOS, Rodrigo Martins dos. **O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília - DF: UNB, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 17 nov 2024.

SHENNAN, Stephen. **Genes, Memes and Human History: darwinian archaeology and cultural evolution**. New York: Thames & Hudson, 2002.

SILVA, Daniel Neves. **Jesuítas**. 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br>. Acesso: 28 jul 2024.

SILVA, Jacionira Coelho. **Arqueologia no Médio São Francisco: Indígenas vaqueiros e missionários**. 3003. (Tese de

Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 43-63, dezembro 2006. Disponível em: file:///C:/Users. Acesso: 27 jun 2024.

SILVA KESTERING, Ducilene Soares. Em Defesa da Serra Verde. In: KESTERING, Celito; AQUINO, Maria Socorro. SILVA KESTERING, Ducilene Soares. (Org.). **Herdeiros Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 05 jan 2025.

SILVA, Letícia Ferreira da; CASTILHO, Maria Augusta de. **Brasil Colonial: as mulheres e o imaginário social**. *Cordis*. Mulheres na história, São Paulo, n. 12, p. 257-279, jan./jun. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/User. Acesso: 25 jul 2024.

SILVA, Vanessa Cosma da; IGUATEMY, Mateus Maurício de Mello; KESTERING, Celito. Registros Rupestres do Submédio São Francisco: da metonímia à metáfora. In: KESTERING, Celito (Org.) **Anais do III Seminário de Arqueologia de Sobradinho – BA**. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2017.

SILVINO, Alexandre Magno Dias. **Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje?** 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso: 05 jun 2024.

SLATER, Jacob. **Explicação do Pequeno Catecismo**. Disponível em: <http://jesusviaveritasetvita.blogspot.com>. Acesso: 24 jan 2022.

SOBRADINHO - BA. **Lei Municipal nº 132/94 - Constitui o Conselho Municipal do Meio Ambiente, define sua composição e competência e dá outras providências.**

Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, 08 de agosto de 1994.

_____. **Lei Municipal nº 143/95 - Cria Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra.** Prefeitura Municipal de Sobradinho, Estado da Bahia, 30 de janeiro de 1995.

SOUZA, Evandro André de; SAYÃO, Thiago Juliano. **História do Brasil Colonial.** Indaial: UNIASSELVI, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 18 mar 2020.

SOUZA, Luciano. **Caracterização das Cenas de Guerra da Subtradição Várzea Grande na Área Arqueológica Serra da Capivara.** 2009. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2009.

STUDART, Barão de. **O Padre Martin de Nantes e o Cel. Dias d'Ávila.** Revista Trimestral do Instituto do Ceará, p. 37-52, 1902. Disponível em: <https://www.institutoceara.org.br>. Acesso: 14 set 2024.

TUMBLR. **Janaína.** 2024. Disponível em: <https://www.tumblr.com>. Acesso: 20 nov 2024.

TV CAATINGA. **Imagem de Nossa Senhora das Grotas.** Memória Sertão. Petrolina – PE: UNIVASF, 2019. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br>. Acesso: 12 nov 2023.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os Negros em Jacobina (Bahia) no Século XIX.** 2006. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2006.




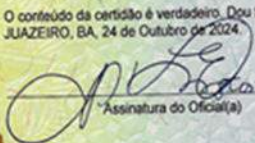
Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br>. Acesso: 02 jan 2024.

XAPURI BRASIL. **Arte Popular**. 2024. Disponível em: <https://xapuribrasil.com.br>. Acesso: 04 dez 2024.

WILLEKE, Frei Venâncio. O.F.M. **As Nossas Missões entre os Índios**. Recife: Convento de Santo Antônio. 1966. Disponível na Cúria da Diocese de Juazeiro – BA.

ANEXOS

- 1 Certidão de Nascimento de Adilina de Carvalho
- 2 Certidão de Nascimento de Antônio de Carvalho
- 3 Certidão de Nascimento de Maria de Carvalho
- 4 Certidão de Nascimento de Francisco José de Carvalho
- 5 VI Seminário de Arqueologia de Sobradinho – BA
- 6 Fotos do VI Seminário de Arqueologia

Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado de Bahia Alto Notarial do Rio de Janeiro 2061A18193571 32818CNCFP Conselho www.tjba.jus.br/autenticidade								
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CERTIDÃO DE NASCIMENTO NOME ADILINA DE CARVALHO								
CPF 891.056.995-68								
MATRÍCULA 010017 01 55 1940 1 00002 010 0000028 99								
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO DEZESSETE DE ABRIL DE UM MIL NOVECENTOS E TRINTA E OITO						DIA 17	MÊS 04	ANO 1938
HORA DE NASCIMENTO 03:00		NATURALIDADE JUAZEIRO-BA						
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO JUAZEIRO-BA				LOCAL MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF NO SACO DO MEIO, QUARTO DISTRITO DESETE MUNICÍPIO		GÊNERO FEMININO		
FILIAÇÃO FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO E THEODORA MARIA DE CARVALHO								
AVÓS HONORIO JOSÉ D ECARVALHO E MARIA DE OLIVEIRA; FELICIANO JOSÉ DE CARVALHO E MARIA ANTONIA.								
GÊMEOS <input type="checkbox"/> NÃO		NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS Nada Consta.						
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO AOS VINTE E QUATRO (24) DIAS DO MÊS DE ABRIL (04) DO ANO DE UM MIL NOVECENTOS E QUARENTA (1940)						Nº DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO 		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES CARTÓRIO DE RCPN COM FUNÇÕES NOTARIAIS - JUNCO - Termo Nº 28 - Livro A Nº 2 - Folha Nº 18. CPF da registrada 891.056.995-68, averbado nos termos do PROVIMENTO N.63 DE NOVEMBRO DE 2017 art. 6º § 2º. Dou fl. Juazeiro/BA, 24/10/2024. Eu, Elaine da Silva Bastos - Escrevente. A registrada casou-se com Pedro Pereira dos Santos, casamento registrado aos 02/09/1976, no Cartório de registro Civil do 1º Ofício desta Comarca, no LV. B-34, fls.177, termo.6109 e possuiu a assinar ADILINA DE CARVALHO SANTOS. Dou fl. Juazeiro/BA, 24/10/2024. Eu, Elaine da Silva Bastos Escrevente. A registrada faleceu aos 23/03/2010, sendo o óbito registrado no LV. C-23, fls. 108 e termo 39215, no Cartório de Registro Civil do 1º Ofício desta Comarca. Dou fl. Juazeiro/BA, Eu, Elaine da Silva Bastos Escrevente.								
ANOTAÇÕES DE CADASTRO Nada Consta.								
NOME DO OFÍCIO: OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO CIVIL DE JUAZEIRO-BA OFICIAL(A): VIVIANE DA SILVA FELIX MUNICÍPIO: JUAZEIRO-BA ENDEREÇO: RUA VENEZA, Nº 443, CENTRO, 03M FRENTE AO FÓRUM, CEP: 4804-170 TELEFONE: (74) 3212-4270 E-MAIL: zoviv.juazeiro@gmail.com								
						O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fl. JUAZEIRO, BA, 24 de Outubro de 2024.  Assinatura do Oficial(a)		
						Elaine da Silva Bastos Escrevente		
Defensória R\$ 0,11 - Encargamentos R\$ 10,30 - FECCOM R\$ 5,20 - Fiscalização R\$ 13,74 - FMP/PSA R\$ 0,40 - PGE R\$ 0,77 - Total R\$ 40,56								

Site de Autenticação Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Alto Nacional da Av. do Progresso 20141-810/30478 DACEVVMM Conselho www.tjba.jus.br/autenticidade								
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CERTIDÃO DE NASCIMENTO NOME ANTONIO DE CARVALHO								
CPF: <input type="text"/>								
Sem informação								
MATRÍCULA 010017 01 55 1986 1 00009 220 0005449 17								
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO VINTE E NOVE DE ABRIL DE UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E SETE						DIA 29	MÊS 04	ANO 1967
HORA DE NASCIMENTO: <input type="text"/>		NATURALIDADE JUAZEIRO-BA						
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO JUAZEIRO-BA				LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF JUCEMA QUINTO DISTRITO DE JUAZEIRO ESTADO DA BAHIA		GÊNERO MASCULINO		
FILIAÇÃO MABA DE CARVALHO								
AVÓS FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO E TEODORA MARIA DE CARVALHO								
GÊMEOS <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS Nada consta.						
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO ADS CINCO (05) DIAS DO MÊS DE JULHO (07) DO ANO DE UM MIL NOVECENTOS E OITENTA E SEIS (1986)						Nº DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO <input type="text"/>		
OBSERVAÇÕES / AVERSAÇÕES CARTÓRIO DE RCN COM FUNÇÕES NOTARIAIS - JUNCO - Tomo Nº 5468 - Livro A Nº 9 - Folha Nº 220. DIGITADO POR IRANILDE NUNES DE OLIVEIRA.								
ANOTAÇÕES DE CADASTRO Nada consta.								
NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DE RCN DE JUAZEIRO - 2º OFÍCIO								
OFICIAL(A): VIVIANE DA SILVA FELIX								
MUNICÍPIO: JUAZEIRO-BA								
ENDEREÇO: RUA VENEZA, Nº443, CENTRO, (EM FRENTE AO FORUM), CEP: 48904-170								
TELEFONE: (74) 3212-4270								
E-MAIL: 2044.juazeiro@gmail.com								
						O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. JUAZEIRO, BA, 29 de Julho de 2024.		
						 Assinatura do Oficial(a)		
						Marjani Oliveira de Andrade Escrevente		
<small>Dalmeida RS 0.91 - Evolução RS 10.25 - PECN RS 5.20 - Fiscalização RS 13.74 - PMPMSA RS 0.40 - PSC RS 0.77 - Total RS 40.36</small>								
1 / 1								

Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado de Bahia Arquivo Notarial ou de Registro 28611.881631797 V382NLTOMT Código www.tjb.ba.br/autenticidade						Cartório de Registro Civil do P. Oficial Rua Venéza, 443 - Centro - Juazeiro/BA CEP: 48.894-170 F. (74) 3212-4270		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CERTIDÃO DE NASCIMENTO NOME MARIA DE CARVALHO								
CPF Sem informação								
MATRÍCULA 010017 01 55 1940 1 00002 009 0000025 11								
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO TREZE DE AGOSTO DE UM MIL NOVECENTOS E TRINTA						DIA 13	MÊS 08	ANO 1930
HORA DE NASCIMENTO 04:00		NATURALIDADE JUAZEIRO/BA						
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO JUAZEIRO-BA				LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF NO SACO DO MEIO, QUARTO DISTRITO DESETE MUNICÍPIO		GÊNERO FEMININO		
FILIAÇÃO FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO E THEODORA MARIA DE CARVALHO								
AVÓS HONORO JOSÉ DE CARVALHO E MARIA DE OLIVEIRA; FELICIANO JOSÉ DE CARVALHO E MARIA ANTONIA.								
GÊMEOS NÃO		NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS Nada consta.						
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO ACS VINTE E QUATRO (24) DIAS DO MÊS DE ABRIL (04) DO ANO DE UM MIL NOVECENTOS E QUARENTA (1940)						Nº DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO		
OBSERVAÇÕES / AVERSAÇÕES CARTORIO DE RCPN COM FUNCOES NOTARIAIS - JUNCO - Tomo Nº 25 - Livro A Nº 2 - Folha Nº 9								
ANOTAÇÕES DE CADASTRO Nada consta.								
NOME DO OFÍCIO: CARTORIO DE RCPN DE JUAZEIRO - 2º OFÍCIO								
OFICIAL(A): VIVIANE DA SILVA FELIX				O conteúdo da certidão é verdadeiro.-Dou fe. JUAZEIRO, BA, 10 de Julho de 2024.				
MUNICÍPIO: JUAZEIRO-BA				 Assinatura do Oficial(a)				
ENDEREÇO: RUA VENÉZA, Nº443, CENTRO, (EM FRENTE AO FÓRUM), CEP: 48904-170								
TELEFONE: (74) 3212-4270								
E-MAIL: 20v1.juazeiro@gmail.com								
Elaine da Silva Bastos Escrevente								
Deliberou R\$ 0,51 - Encarregado R\$ 15,35 - FECON R\$ 5,28 - Fiscalização R\$ 13,74 - FMPSA R\$ 2,40 - PGE R\$ 0,77 - Total R\$ 45,06								

Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Alto Nacional do Carregado 28011-818/3789 FIMLIGQJ8F Conselho www.tjba.jus.br/autenticidade						Cartório de Registro Civil do 1º Ofício Rua Veneza, 443 Centro - Juazeiro-BA CEP: 48.904-130 F. (74) 3212-6270		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CERTIDÃO DE NASCIMENTO NOME FRANCISCO								
CPF Sem informação								
MATRÍCULA 010017 01 55 1904 1 00001 008 0000006 61								
DATA DO NASCIMENTO POR EXTENSO PRIMEIRO DE ABRIL DE UM MIL NOVECENTOS E TRÊS						DIA 01	MÊS 04	ANO 1903
HORA DO NASCIMENTO 19:00			NATURALIDADE JUAZEIROBA					
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO JUAZEIRO-BA				LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF EM JUAZEIROBA			GÊNERO MASCULINO	
FILIAÇÃO MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA CARVALHO								
AVÓS FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA E MARTINHA MARIA DE OLIVEIRA;								
GÊMEOS <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS Nada Consta.						
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MÊS DE JANEIRO (01) DO ANO DE UM MIL NOVECENTOS E QUATRO (1904)						Nº DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES CARTÓRIO DE RCPN COM FUNÇÕES NOTARIAIS - JUNCO - Termo Nº 6 - Livro A Nº 1 - Folha Nº 6								
ANOTAÇÕES DE CADASTRO Nada Consta.								
NOME DO OFÍCIO - CARTÓRIO DE RCPN DE JUAZEIRO - 2º OFÍCIO								
OFICIAL(A): VIVIANE DA SILVA FELIX								
MUNICÍPIO: JUAZEIRO-BA								
ENDEREÇO: RUA VENEZA, Nº 443, CENTRO, (EM FRENTE AO FÓRUM), CEP: 48904-130								
TELEFONE: (74) 3212-6070								
E-MAIL: civil.juazeiro@gmail.com								
						O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. JUAZEIRO, BA, 10 de Julho de 2024.		
						 Assinatura do Oficial(a)		
						Elaine da Silva Bastos Escrevente		
Deletoria R\$ 0,01 - Emolumentos R\$ 19,35 - FEECOM R\$ 5,20 - Fiscalização R\$ 13,74 - FMM/BA R\$ 0,40 - POE R\$ 0,77 - Total R\$ 40,50								

**VI SEMINÁRIO DE
ARQUEOLOGIA**

TEMA: **O Saber Ancestral**

25 de Maio (Sábado)
8h às 11h30
Memorial da Chesf


SOBRADINHO | **GOVERNO DO CEARÁ** | **SME** Secretariat Municipal de Educação | **FIMOS**











Ao povo Tatauí Celito Kesting deve a provocação que o fez partir em busca de saberes aplicáveis ao contexto que se estava a viver, no processo de emancipação política do município de Sobradinho. Naquele chão Tamoquim, junto à Cachoeira do Sobrado onde se banhava Juacema, pretendia-se implantar a Terra sem Males ou o Reino de Deus, muito diferente de muitas unidades administrativas que se sabia haver no Vale do Rio São Francisco, no Nordeste e em todo Brasil.

Para isso, a comunidade o incumbiu de conhecer o passado próximo e distante (histórico, proto-histórico e pré-histórico) da porção média e submédia do Rio da Integração Nacional. O resultado da pesquisa é o que neste livro se apresenta.

Ducilene Soares Silva Kesting
Secretária Municipal de Educação
Diretora do Sertão do São Francisco na UNDIME - BA
Articuladora e Mobilizadora do Selo UNICEF em Sobradinho
Coordenadora do Forum Municipal de Educação

